

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
MESTRADO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

**VALORES DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE
TOMBAMENTO DO CONJUNTO IAPI EM BELO HORIZONTE / MG**

Guilherme Maciel Araújo

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2009

Guilherme Maciel Araújo

**VALORES DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE
TOMBAMENTO DO CONJUNTO IAPI EM BELO HORIZONTE / MG**

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de Concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território.

Linha de Pesquisa: Conservação de Bens Culturais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota.

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2009

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota, pela valorosas observações sugestões e críticas que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Ao Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (MACPS), ao colegiado, aos colegas e professores, em especial à Prof. Dra. Eleonora Sad de Assis, pelas importantes observações para a definição e adequação da metodologia de pesquisa. Gostaria de agradecer também à Profa. Dra. Maria de Lourdes Dolabela, também pelas indicações e contribuições que possibilitaram parte das discussões realizadas neste trabalho.

À Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelo acolhimento que permitiu meu aprimoramento acadêmico, assim como à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, pelo apoio. Agradeço também à Escola de Arquitetura (EA), em especial ao Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota, e ao Centro de Estudos Urbanos (CEURB), em especial à Profa. Dra. Maria de Lourdes Dolabela, que permitiram a minha participação nas pesquisas para elaboração do Dossiê de Tombamento do conjunto IAPI, assim como à toda a equipe de pesquisa. Agradeço aos moradores do conjunto IAPI, em especial à Associação de Moradores; ao Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcelos. Ainda, gostaria de agradecer à Gerência de Patrimônio Histórico Urbano (GEPH), Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana, ao Arquivo Público Mineiro (APM) e ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Agradeço à Biblioteca Universitária da UFMG, em especial aos funcionários da biblioteca da Escola de Arquitetura. Gostaria também de agradecer ao Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios da Austrália (ICOMOS), à *Australian Heritage Commission* (AHC), ao Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM), à *English Heritage* e ao Conselho da Europa (COE), pelo envio de publicações e material que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, além de outros que aqui não mencionei.

À CAPES e em especial à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), cujo fomento que permitiu a minha dedicação a esta pesquisa.

Por fim, agradeço aos familiares e amigos, pelo essencial apoio, em especial à Ana.

RESUMO

Hoje, tem-se a consciência de que a conservação passou gradativamente em sua trajetória, de uma atividade técnica, pautada por valores predominantemente científicos, para uma atividade social e política, pautada por valores culturais fortemente contextuais. Neste sentido, a elucidação da atividade da conservação enquanto “prática social”, aponta a necessidade de compreender como os objetos, coleções ou edificações e lugares são reconhecidos como patrimônio. A compreensão desta atividade enquanto uma prática social é que nos permitiria dizer, em última instância, que a finalidade da conservação não vai ser mais a manutenção dos bens materiais por si mesmos, mas sim a manutenção dos valores neles representados. Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo, explorar metodologias aplicáveis à valoração do patrimônio, assim como discutir o papel dos valores nas políticas de conservação. Nesta abordagem, objetiva-se também discutir uma questão seria ainda fundamental: de onde vêm os valores? A abordagem da cultura material poderia ver o valor do patrimônio como algo intrínseco (imutável e universal), ou estes poderiam ser vistos radicalmente e essencialmente extrínsecos? Qual a sua relação com os diferentes significados e aspectos objetivos e subjetivos do patrimônio? Assim, partindo de diferentes metodologias de valoração (*assessment*) e de uma tipologia de valores, pretende-se compreender, a partir de um estudo de caso, os valores atribuídos a um bem cultural, que articulados aos interesses diferentes, motivaram a participação dos diferentes atores no caso do processo de tombamento do conjunto habitacional IAPI, em Belo Horizonte/MG. Desta forma, buscamos contribuir para uma *teoria descritiva* sobre como o patrimônio é construído, como os atores atribuem a ele sentido, como e quando ele é contestado e como a sociedade modela o patrimônio e como ela é modelada por este. Parte-se da idéia de que este modelo de abordagem pode delinear uma variedade de processos sociais generalizáveis que são combinados para dar relevância ao patrimônio pela sociedade, entendendo que só uma abordagem ampla permitiria discutir sobre o funcionamento da “ecologia” da conservação do patrimônio. Ao mesmo tempo, apontamos a necessidade de se compreender a atividade de conservação como parte da ampla esfera cultural e como um fenômeno do discurso público.

Palavras-chave: patrimônio, valores, conservação, políticas públicas, Belo Horizonte.

ABSTRACT

The understanding of heritage conservation has gradually been changing from a technical activity, based on scientific values, to a social and political activity, guided by cultural values. At the same time, as we understand conservation as a "social practice", there's a growing need to understand how the objects, collections or buildings and places are *recognized* as heritage. Understanding conservation as a social practice leads us ultimately to realize that its purpose is not to maintain the objects and places for themselves, but to maintain their values. In this context, this research aims to explore methods for the valuation of heritage, as well as to discuss the role of cultural values in conservation policies. It also aims to discuss a fundamental question: where do values come from? What is their relationship with the different meanings of the heritage? Thus, using different methods of assessment and a typology of values, we aim to understand, on the basis of a case study, the values attributed to the IAPI Housing Estate, in its process of nomination as heritage, in Belo Horizonte / Brazil. We would like to contribute to the construction of a "descriptive theory" about how the heritage is built and how diverse stakeholders attribute meaning to it, in order to illuminate how heritage is shaped by society. We believe that this approach can make explicit a variety of social processes that combine to validate heritage, understanding that a broad approach will permit us discuss the "ecology" of heritage conservation. This work also wants to point out that conservation must be understood as part of broader cultural sphere and as a phenomenon of public discourse.

Keywords: heritage, values, conservation, public policies, Belo Horizonte.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| | |
| 1. O CAMPO DA CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E UM PANORAMA CONTEMPORÂNEO | 15 |
| 1.1. Uma perspectiva histórica: tradição e modernidade na gênese do campo da conservação do patrimônio | 15 |
| 1.1.1. A autonomização da esfera artística, as ciências empíricas modernas e a restauração enquanto disciplina autônoma | 18 |
| 1.1.2. Reflexão e crítica numa abordagem axiológica da restauração..... | 29 |
| 1.2. Um panorama contemporâneo: conceitos e tendências no campo da Conservação de Bens Culturais | 36 |
| 1.3. Aspectos da conservação do patrimônio no Brasil..... | 44 |
| | |
| 2. O ESTUDO DOS VALORES DO PATRIMÔNIO NO PANORAMA CONTEMPORÂNEO DO CAMPO DA CONSERVAÇÃO | 55 |
| 2.1. Definição e concepções sobre a natureza dos valores | 55 |
| 2.2. Os valores na conservação de bens culturais..... | 64 |
| 2.2.1. Os valores no processo de planejamento e gestão da conservação urbana: princípios e conceitos..... | 76 |
| 2.2.2. Avaliando os valores do patrimônio no processo de planejamento e gestão: aspectos metodológicos | 91 |
| 2.2.3. Os valores culturais e as políticas de conservação: o patrimônio na esfera pública | 109 |
| 2.3. Patrimônio compartilhado, valores compartilhados ou entendimento mútuo de valores divergentes? | 139 |

| | |
|---|------------|
| 3. VALORES DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO IAPI EM BELO HORIZONTE / MG | 167 |
| 3.1. As políticas de conservação em Belo Horizonte: uma trajetória | 167 |
| 3.2. A criação de um monumento moderno: o Conjunto IAPI | 194 |
| 3.2.1. A cena moderna: o contexto cultural da Belo Horizonte dos anos 1940 a 1950..... | 194 |
| 3.2.2. O conjunto IAPI | 206 |
| 3.2.3. A trajetória dos conjuntos modernos | 212 |
| 3.3. Valorização e tombamento do Conjunto IAPI | 234 |
| 3.3.1. Valoração do Conjunto IAPI: avaliando os valores no processo de planejamento e gestão da conservação | 243 |
| 3.3.2. Perspectivas para o Conjunto IAPI..... | 275 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 285 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 290 |

INTRODUÇÃO

A axiologia, ou o estudo dos valores a partir de diversas teorias, tem despontado como tema de pesquisa em diversas áreas. No campo da conservação do patrimônio cultural estas passaram a ser vistas por alguns como fontes críticas para a tomada de decisão, e principalmente pela compreensão de que as ações de conservação são significativamente influenciadas por uma faixa mais extensa de valores vinculados aos diferentes atores envolvidos neste *processo*. Assim como apontam as pesquisas desenvolvidas pelo *Getty Conservation Institute* (GCI), sabemos que o patrimônio material tem sido tradicionalmente avaliado e conservado por seus atributos culturais como beleza, apuro artístico, etc. No entanto, recentemente percebe-se que outras motivações, como os valores econômicos e políticos, também tem se tornado importante fator de influência na gestão da conservação. Principalmente, nas sociedades contemporâneas podemos dizer que os fatores econômicos muitas vezes têm precedido e influenciado na forma de valorização do patrimônio e na tomada de decisão sobre a sua conservação¹.

Frente às transformações conceituais, à mudança de ênfase da noção de *preservação* para a de *conservação*², e ainda à emergência do *relativismo cultural e epistemológico*³, vamos notar cada vez mais o afloramento de valores divergentes nas ações de conservação, situação em que teremos na realidade um número ampliado de atores interessados e envolvidos no processo. É neste sentido que estas mudanças vão se apresentar no remodelamento da política de conservação, onde não teremos mais um sistema hierarquizado de valores, na qual a operação de conservação *parecia simplesmente técnica*, mas um sistema não hierarquizado onde há agora a percepção de que o patrimônio *vai ser, em sua essência, político e controverso*⁴. Assim, entende-se hoje que a conservação é um *processo social*, ou seja, uma atividade que resulta de processos espaciais e temporais específicos⁵.

¹ MASON, 1999.

² CASTRIOTA, 2005, p. 8.

³ D'AGOSTINI, 2003. Ver também CONNOR, 1994.

⁴ CASTRIOTA, 2005.

⁵ Ver CASTRIOTA, 2005 e CHOAY, 2001.

A elucidação da atividade da conservação enquanto um *processo social*, ou uma *prática sócio-cultural*, permite e aponta a necessidade de compreender como se dão as formas de valorização do patrimônio, ou seja, *como os objetos, coleções ou edificações e lugares são reconhecidos como patrimônio*⁶, já que estes surgem de julgamentos de valor e decisões conscientes, onde os valores podem ou não estar explicitados. E é o entendimento deste processo, frente ampliação conceitual do patrimônio, que nos permite dizer, em última instância, que a finalidade da conservação não vai ser mais a manutenção dos bens materiais por si mesmos, mas sim a manutenção dos valores neles representados⁷.

Neste contexto, este estudo se justifica frente a necessidade avanço no conhecimento científico sobre o processo de valorização do patrimônio e sua relação com o estabelecimento de políticas culturais democráticas. Aponta-se, assim, a necessária mudança de modelos tradicionais de planejamento e gestão da conservação do patrimônio cultural para modelos que estejam diretamente ligados à articulação entre as diferentes escalas de organização social, com suas diferentes atividades, interações e tensões emergentes e valores no contexto de construção e gestão do patrimônio.

A partir de uma revisão bibliográfica⁸ percebe-se que, para se fazer com que o campo da conservação avance, seria preciso embeber *as esferas da conservação em seus contextos relevantes, informando os processos de decisão, fomentando os vínculos entre as disciplinas associadas, e capacitando os profissionais da conservação e organizações a responder melhor no futuro, através da prática e da política*⁹. Neste sentido é que têm sido feitas críticas à agenda de pesquisa baseada nos aspectos materiais do patrimônio apontando as limitações que suas

⁶ CASTRIOTA, 2005. Ver também para mais detalhes AVRAMI, 2000.

⁷ Neste sentido compreendemos o significado das afirmações de alguns teóricos, segundo as quais apontam que as políticas culturais e de pesquisa relacionada a patrimônio cultural não teriam porque reduzir suas tarefas ao resgate dos objetos 'autênticos', ou seja, importaria menos a capacidade de destes de permanecerem 'puros', iguais a si mesmos, mas mais os processos sociais e a sua representatividade sócio-cultural (CANCLINI, 2006).

⁸ AVRAMI, 2000; MASON, 1999; DE LA TORRE, 2002. Para a pesquisa preliminar foram utilizados alguns bancos de dados disponibilizados pelos institutos de pesquisa no campo da conservação do patrimônio, como Bibliographic Database of the Conservation Information Network (BCIN), AATA Online, ICCROM e ICOMOS Database. São instituições contribuintes do BCIN: Art and Archaeology Technical Abstracts (AATA), Canadian Conservation Institute Library (CCI/ICC), Getty Conservation Institute Information Center, Netherlands Institute for Cultural Heritage (ICN), International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), International Council of Museums (ICOM), International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), Library and Archives Canada (LAC), Museum Conservation Institute.

⁹ AVRAMI, 2000, p. 6.

contribuições envolvem, principalmente porque estas não ensinam como avaliar significados complexos e valores que envolvem este tipo de atividade, além de como negociar as decisões que seguem. Assim, delinea-se o quadro em que o desafio futuro da conservação do patrimônio, que surgiria dos *contextos* no qual a sociedade os embebe, e não mais nos objetos ou sítios em si mesmos¹⁰. Desta forma torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas sobre os processos de valorização dos bens culturais, as quais são apontadas como *da mais alta relevância na contemporaneidade, na medida que ela[s] nos permite[m] identificar e entender os valores envolvidos na área da conservação, condição necessária para a formulação de qualquer política mais abrangente para o patrimônio*¹¹.

No cenário para a pesquisa científica no campo da conservação do patrimônio, aponta-se, então, a necessidade de realização de estudos de caso sobre como os valores participam da política de gestão e definição de objetivos da conservação. Frente a este quadro, pretende-se, com este trabalho, compreender o processo de valorização e de articulação destes diferentes interesses e valores, à partir das teorias do valor¹². Para tanto, seria necessário compreender como estes valores se relacionam no estabelecimento das políticas de conservação e como os diferentes atores dela participam¹³.

Partindo do princípio de que a avaliação (*assessment*) de valores deve ser entendida como um aspecto particular do planejamento e da gestão da conservação¹⁴, primeiramente, compreende-se também que o processo de valorização forma a base de argumentação sobre a conservação e poderia ser concebido como parte do processo de conservação¹⁵; em segundo lugar, entende-se que as decisões sobre o que e como conservar são feitas no contexto de vários sistemas de valores, e não apenas o dos especialistas. Assim, nesta pesquisa, busca-se compreender o significado contextual do patrimônio num determinado momento histórico-geográfico¹⁶; como os valores são envolvidos no processo de valorização do patrimônio e como estes se relacionam com os diferentes atores. E, especificamente, pretende-se testar metodologias e discutir como os

¹⁰ AVRAMI, *op. cit.* Segundo o *Getty Conservation Institute*, os desafios da conservação emanam de três frentes: condições físicas, contexto de gestão, significância cultural e valores sociais.

¹¹ CASTRIOTA, 2005, p. 8.

¹² CONNOR, 1994.

¹³ ARIZPE, 2000.

¹⁴ MASON, 1999.

¹⁵ MASON, 1999, p. 5.

¹⁶ MASON, 1998, p. 10.

valores sociais vinculados à comunidade são envolvidos no processo de conservação¹⁷; como e porque os moradores participam do processo de construção do patrimônio; e como os diferentes atores participam na definição dos objetivos da conservação¹⁸. Para tanto, seria também necessário compreender como os valores se relacionam às características físicas do bem cultural em análise¹⁹.

Metodologicamente, seria importante chamar a atenção que o fato de que a pesquisa qualitativa responde a questões particulares de um dado fenômeno, além disto, este tipo de pesquisa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis²⁰. Assim, no estudo de caso qualitativo não há um esquema estrutural definido *a priori*, não se organizando num esquema de problemas, hipóteses e variáveis com antecipação.²¹ No entanto, no sentido de direcionar a pesquisa serão estabelecidas algumas proposições de estudo.

Primeiramente entendemos que uma análise do *contexto de gestão* e da *significância cultural* do patrimônio contribuiria para a compreensão da natureza dos valores e dos métodos utilizados para sua avaliação, descrevendo os diferentes interesses dos atores envolvidos no processo de valorização do patrimônio. Além disto, um estudo de caso contribuiria com o esforço de descrever como os valores são identificados e avaliados, qual o seu papel na política de conservação, assim como a caracterização do contexto sócio-cultural do bem em questão nos permitiria compreender os valores sociais atribuídos ao bem cultural tanto por técnicos como pelos moradores, e dos fatores contribuiriam para o estabelecimento de seus vínculos com o lugar²². Para o desenvolvimento da análise utilizaremos, também, uma *tipologia provisória de valores do patrimônio*²³, que consiste numa estrutura (*framework*) que possibilita decompor a *significância cultural* em tipos constituintes de valores do patrimônio.

¹⁷ JOHNSTON, 1992.

¹⁸ AVRAMI, 2000.

¹⁹ AVRAMI, 2000.

²⁰ MINAYO, 2002.

²¹ MARCONI & LAKATOS, 2006.

²² AVRAMI, 2000.

²³ MASON, 2002, p. 10.

Neste sentido, realizou-se um estudo sobre o processo de tombamento do conjunto IAPI, onde buscar-se-á compreender o processo a partir do pontos de vista de seus principais atores, assim como compreender os valores associados ao Conjunto, além entender o processo de valorização do conjunto em seu contexto temporal e espacial. Desta forma, o processo de tombamento do conjunto IAPI em Belo Horizonte/MG constituiria a *unidade de análise*²⁴ desta pesquisa. Nosso estudo de caso pretende discutir também a valoração (e suas metodologias) dos bens culturais, assim como os contextos de construção e gestão do patrimônio, considerando a existência de diferentes valores culturais atribuídos ao conjunto. Nesta perspectiva, tem-se por objetivo específico, elaborar um quadro analítico dos valores atribuídos ao conjunto, em seu processo de tombamento, assim como buscar compreender qual a relação destes valores e os aspectos objetivos e subjetivos do conjunto, considerando seus diferentes significados. Tem-se também por objetivo específico, elaborar um quadro histórico do conjunto IAPI, por meio da qual possamos compreender sua trajetória, sua valorização e/ou desvalorização, em relação ao contexto cultural onde o conjunto foi construído e o contexto cultural atual.

Propomos, então, uma pesquisa do tipo descritiva²⁵, no sentido em que busca descrever, registrar, analisar e interpretar o fenômeno da valorização do patrimônio e seu impacto sobre a formulação das políticas públicas e sobre a conservação dos bens culturais. Reconhecendo que o campo da conservação consiste num amalgama envolvendo ciências sociais, humanidades, políticas públicas e outras, pretendemos contribuir tanto teórica quanto empiricamente para o conhecimento do vínculo entre os valores e a conservação do patrimônio.

Neste sentido, buscamos contribuir para uma *teoria descritiva mas não preditiva*, sobre como o patrimônio é construído, como os atores atribuem a ele sentido, como e quando ele é contestado e como a sociedade modela o patrimônio e como ela é modelada por ele²⁶. Este modelo pode delinear uma variedade de processos sociais generalizáveis que são combinados para dar relevância ao patrimônio pela sociedade -e às vezes tornam-se obstáculos para tal, entendendo que só uma abordagem ampla permitiria discutir sobre o funcionamento da *ecologia da*

²⁴ YIN, 2005, p. 44.

²⁵ MARCONI & LAKATOS, 2007, p. 91. Ver a necessidade da elaboração de estudos de caso centrados em pesquisas empíricas e descritivas apontada por MASON, 1999, p. 16.

²⁶ Sobre este tópico ver AVRAMI, 2000, p. 10.

*conservação do patrimônio*²⁷, considerando as teorias do valor²⁸, da democracia²⁹ e da contemporânea conservação dos bens culturais³⁰, e tendo seus critérios de análise dos resultados baseados em proposições teóricas. Assim, propomos a realização de um estudo de caso, como *uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos*³¹.

Considerando a análise do *contexto de gestão*, primeiramente faremos da revisão bibliográfica e pesquisa documental sobre o processo de tombamento. Neste sentido realizamos um levantamento das fontes documentais que nos possibilitem uma compreensão do processo como, legislação pertinente, atas de reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, o dossiê de tombamento propriamente dito, além da documentação que o complementa, para a caracterização do contexto de gestão.

O presente trabalho se organiza em três capítulos, onde, no primeiro capítulo, procuramos desenvolver uma análise da formação do campo da Conservação de Bens Culturais, partindo-se basicamente da constatação de que essa atividade é orientada por julgamentos de valor culturais conflitantes. Num panorama contemporâneo, aponta-se as tendências no campo, enfatizando a problemática dos valores culturais, explicitando a mudança de concepção da atividade de preservação da perspectiva científica para a cultural e política. Por fim, aborda-se a trajetória da conservação do Brasil, enfatizando a formação do campo, a questão dos valores culturais e a gestão democrática do patrimônio.

No segundo capítulo, passamos a discutir o tema dos valores culturais e seu papel na atividade de conservação do patrimônio no panorama contemporâneo do campo, delineando seu “estado

²⁷ AVRAMI, 2000, p. 11.

²⁸ CONNOR, 1994.

²⁹ HABERMAS, 1984, 1990, 1995, 1996, 1999.

³⁰ JOKILEHTO, 1995; GONZÁLES-VARAS, 1999; FITCH, 1998; PRICE, 1996; CHOAY, 2001.

³¹ YIN, 2005, p. 32. Segundo este autor, as aplicações do método de estudo de caso são respectivamente: *explicar, descrever, ilustrar e explorar*, que podem ou não serem integradas num projeto de pesquisa. O estudo de caso também abrange métodos e técnicas de pesquisa qualitativo-quantitativa e histórico-interpretativa, mas o diferencial do estudo de caso é exatamente a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências como, documentos, artefatos, entrevistas e observações. Assim, consideramos também que uma das aplicações estudo de caso é *descrever uma intervenção e o contexto na vida real em que ela ocorre*. Ver também as sugestões de GROAT & WANG, 2002, p. 179. Ver também SCHOLZ, 2002.

da arte”. A partir do momento em que percebemos que essa atividade está relacionado a determinados valores culturais, vamos também perceber que os discursos que a informam partem, muitas vezes, de concepções de valor diferentes. Por outro lado, percebemos hoje que a atividade de conservação tem que ser compreendida como parte da ampla esfera cultural, como um fenômeno do discurso público e como uma atividade social, analisa-se as diversas contribuições levantadas sobre a temática dos valores na conservação. Ainda neste capítulo discute-se as metodologias de avaliação dos valores, as tipologias de valores, além da utilização do conceito de “significância cultural”. Por fim, discute-se o papel dos valores culturais e como considerá-los na construção de novas abordagens da conservação. Percebemos que a atividade de conservação hoje, diante das constatações empíricas, tem apontado para a necessidade da construção da confiança e entendimento mútuo, assim para o compartilhamento das responsabilidades, institucionalização da participação pública. Assim, buscamos retomar a discussão sobre como considerar diferentes valores culturais na conservação de bens culturais. Assim, busca-se contribuir para a discussão de como integrar diferentes valores culturais no estabelecimento de políticas de patrimônio.

Por fim, no último capítulo, passamos à análise da conservação do patrimônio em Belo Horizonte e do processo tombamento do conjunto IAPI, ocorrido em 2007, no qual discutimos a valoração dos bens culturais e suas metodologias, assim como a importância dos contextos específicos na construção e gestão do patrimônio, considerando a existência de diferentes valores culturais e sua mudança através do tempo.

CAPÍTULO 1.

O CAMPO DA CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E UM PANORAMA CONTEMPORÂNEO

Neste primeiro capítulo, procuramos desenvolver uma análise da formação do campo da Conservação de Bens Culturais, partindo-se basicamente da constatação de que essa atividade é orientada por julgamentos de valor culturais conflitantes. Dentro de uma perspectiva histórica, podemos perceber claramente que as ações de determinados atores vão ser orientadas por diferentes interesses e valores, que, por sua vez, vão manter uma relação entre si, variando segundo diferentes contextos culturais que os envolvem. Essa espécie de relação “dialética”, onde as valores atribuídos aos bens culturais vão estabelecer exigências diferenciadas nas ações de conservação, seriam primeiramente explicitadas pelo austríaco Aloïs Riegl, no início do século XX, perspectiva esta que buscamos aprofundar em nossa pesquisa. Por outro lado, buscamos destacar que determinadas transformações conceituais provocaram a expansão do campo, ao mesmo tempo em que o número de envolvidos na atividade de conservação aumentou gradativamente. Assim, no panorama contemporâneo, aponta-se as tendências no campo, enfatizando a problemática dos valores culturais, explicitando a mudança de concepção da atividade de preservação da perspectiva científica para a cultural e política. Por fim, aborda-se a trajetória da conservação do Brasil, enfatizando a formação do campo, a questão dos valores culturais e a gestão democrática do patrimônio. Nesse âmbito, percebe-se que, mesmo frente aos avanços apontados, hoje ainda seria necessário politizar a política de conservação.

1.1. Uma perspectiva histórica: tradição e modernidade na gênese do campo da conservação do patrimônio

Segundo Habermas, o que Weber descrevera em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” seria sobretudo o processo de desenvolvimento das sociedades modernas, onde, “à medida que o cotidiano foi tomado por esta racionalização cultural e social, dissolveram-se também as *formas de vida tradicionais*”. Desta forma, Weber denominaria de “racional”, o

processo de ruptura com as estruturas tradicionais do passado, no qual “as ciências empíricas, as teorias morais e jurídicas fundamentadas em princípios, juntamente com as artes tornadas autônomas”, formariam esferas culturais de valor do mundo ocidental¹. Para Habermas, uma vez que a modernidade se distingue do tradicional pelo fato de que está aberta ao futuro, “o início de uma época histórica repete-se e reproduz-se a cada momento do presente, o qual gera o novo a partir de si”. Neste sentido, seria parte da consciência histórica a própria delimitação do “tempo mais recente”, empregada inicialmente por Hegel, do qual o início seria demarcado a partir da “cesura que o Iluminismo e a Revolução Francesa significaram para seus contemporâneos mais esclarecidos no final do século XVIII e começo do XIX”². Assim, apenas num contexto em que as expressões “novos tempos” e “tempos modernos” perderiam sua conotação meramente cronológica assumindo uma significação de uma época enfaticamente nova, seria possível o aparecimento da classificação da História em Idade Moderna, Idade Média e Antiguidade. Neste sentido, percebe-se que o que vai caracterizar a sociedade moderna em relação à sociedade tradicional é essencialmente um posicionamento crítico em relação ao passado, implícita em sua tomada de *consciência histórica*.

Os tempos modernos seriam o tempo presente marcado pela contínua reconstituição da ruptura com o passado. Desta forma, a modernidade seria concebida como uma “renovação contínua”, que não poderia “tomar dos modelos de outra época os seus critérios de orientação”. Seria neste sentido que, no século XVIII, conceitos como “revolução”, “progresso”, “emancipação”, “desenvolvimento”, “crise”, “espírito do tempo”, que lançariam luz sobre o problema que se colocava à cultura ocidental³. Seria sob o domínio da crítica estética que se poderia perceber, primeiramente, o problema da fundamentação da modernidade a partir de si mesma. Seria este o processo de distanciamento dos modelos de arte antiga introduzido no início do século XVIII, na qual “os *modernos* questionam o sentido de imitação dos modelos antigos com argumentos histórico-críticos”. Assim, “em contraposição às normas de uma beleza absoluta, aparentemente supratemporal, salientam os critérios do belo relativo ou condicionado temporalmente” articulando claramente o novo começo de época ao processo de autocompreensão do Iluminismo. Seria na experiência fundamental da modernidade estética que este problema se

¹ HABERMAS, 2002, p.4.

² HABERMAS, 2002, p.11.

³ HABERMAS, 2002, p.12.

intensificaria, pois ali o horizonte da experiência do tempo se reduziria à subjetividade descentrada, afastada das convenções cotidianas⁴.

Segundo Habermas, Hegel além de ser “o primeiro a tomar como problema filosófico o processo pelo qual a modernidade se desliga das sugestões normativas do passado que lhe são estranhas”, antes de tudo seria o descobridor do “princípio dos novos tempos”, ou seja, a “subjetividade”. Assim, enquanto este autor caracteriza o “mundo moderno”, consequentemente elucida a “subjetividade” por meio da “liberdade” e da “reflexão”. Para Habermas, neste contexto, esta expressão comportaria quatro conotações: “individualismo”, “direito de crítica”, “autonomia da ação” e “filosofia idealista”⁵.

Os acontecimentos históricos que marcariam a descoberta deste *princípio* seriam a Reforma, o Iluminismo e a Revolução Francesa. Segundo Habermas, na solidão da subjetividade o mundo religioso se tornaria “algo posto por nós mesmos”; nas manifestações da cultura moderna, a “ciência objetivante” desencantaria a natureza e libertaria o “sujeito cognoscente”. Neste sentido, todos os milagres seriam contestados, pois a natureza seria agora um “sistema de leis conhecidas e reconhecidas”; o homem estaria, assim, liberto pelo conhecimento objetivo da natureza. No campo da moral, os conceitos seriam re-elaborados no sentido de reconhecer a liberdade subjetiva dos indivíduos; “a vontade subjetiva ganha autonomia sob leis universais; mas “só na vontade, enquanto subjetiva, pode a liberdade, ou a vontade que é em si, ser efetiva”. A arte moderna revelaria sua essência no romantismo, onde “a forma e o conteúdo da arte romântica são determinados pela absoluta interioridade”⁶.

Segundo Habermas, na modernidade, a religião, o Estado e a sociedade, assim como as ciências empíricas, a moral e a arte transformar-se-iam em “personificações do princípio da subjetividade”, como subjetividade abstrata. Kant tomaria esta “abordagem da filosofia da reflexão como base de suas ‘Críticas’, fazendo da razão “o supremo tribunal ante o qual deve se justificar tudo aquilo que em princípio reivindica validade”. Desta forma, ao fundar a possibilidade do conhecimento objetivo, do discernimento moral e da avaliação estética, “a razão crítica não só

⁴ HABERMAS, 2002, p.13 e 14.

⁵ Segundo Habermas, as quatro conotações seriam, a) *individualismo*: no mundo moderno, a singularidade infinitamente particular pode fazer valer suas pretensões; b) *direito de crítica*: o princípio do mundo moderno exige que aquilo que deve ser reconhecido por todos se mostre a cada um como algo legítimo; c) *autonomia da ação*: é próprio dos tempos modernos que queiramos responder pelo que fazemos; d) por fim, a própria *filosofia idealista*: Hegel considera como obra dos tempos modernos que a filosofia apreenda a idéia que se sabe a si mesma. Ver HABERMAS, 2001, p.26.

⁶ HABERMAS, 2001, p.26.

assegura suas próprias faculdades subjetivas e torna transparente a arquitetônica da razão, mas também assume o papel de um juiz supremo perante o todo da cultura”⁷. Desta forma, até o final do século XVIII, a ciência, a moral e a arte tornar-se-iam autônomas como “áreas de atividade em questão de verdade, de justiça e de gosto”, com seus aspectos específicos de validade.

Neste sentido, a tomada de consciência histórica da modernidade desenvolveria no Ocidente uma abordagem bastante específica do patrimônio cultural, baseada a princípio, em conceitos desenvolvidos nos campos da estética e da história, vistos à luz das ciências empíricas. Assim, somar-se-ia a isto, o fato de que aquelas mudanças na sociedade levariam então a uma nova concepção de tempo e novos juízos de valor⁸. Neste sentido, percebe-se que na sociedade tradicional não haveria um juízo crítico que avaliasse os objetos como testemunhos de únicos numa cadeia evolutiva do tempo⁹. No entanto, numa situação paradoxal, nota-se também que muitas vezes os novos valores da sociedade ocidental representariam um “paradigma que efetivamente destacou o presente do passado e, ao mesmo tempo, tornou difícil se não impossível apreciar totalmente o significado do patrimônio”¹⁰. Assim como também poderíamos dizer que este novo tempo destacaria o homem do conjunto de valores dados pela tradição. No entanto, sabe-se que a modernidade seria tanto aclamada por seus defensores como atacada pelos tradicionalistas.

1.1.1. A autonomização da esfera artística, as ciências empíricas modernas e a restauração enquanto disciplina autônoma

Assim é que, marcadamente, o período que vai do século XVI ao XIX caracterizar-se-ia por uma série de mudanças que dariam origem ao que entendemos por sociedade contemporânea, muitas das quais coincidiram na segunda metade do século XIX e tiveram suas raízes no desenvolvimento cultural, político, científico e econômico da Europa. Neste sentido, sabe-se que um novo modo de ver a história se desenvolveria principalmente na Renascença italiana, no

⁷ HABERMAS, 2001, p.28.

⁸ JOKILEHTO, 1999.

⁹ GONZÁLES-VARAS, 1999.

¹⁰ JOKILEHTO, 1999, p.6.

século XIV e XV. Neste sentido, a Renascença marcaria um primeiro ponto de inflexão, no qual uma geração carregada de um novo humanismo via os objetos antigos como relíquias de um passado grandioso, no caso, de Roma. Caracterizando um primeiro esforço de distanciamento histórico, os historiadores e os historiadores da arte se debruçariam sobre os movimentos artísticos do *Quattrocento* italiano e já identificariam e distinguiriam, no *Trecento*, duas posturas características respectivamente dos humanistas e dos artistas. Seriam estas posturas que contribuiriam, posteriormente, para “conceituação da história como disciplina e da arte como atividade autônoma”¹¹. Estas duas abordagens seriam sintetizadas no último quartel do século XIV, num contexto dialógico entre humanistas e artistas, seriam demarcados os princípios do território da arte pelos humanistas, articulado ao da história.

O Renascimento claramente abriria um novo ciclo na cultura ocidental, presidido por este contato reflexivo com a Antiguidade romana. Principalmente, esses objetos antigos adquiririam um importante significado político e propiciariam lições ao *artistas* e aos *humanistas*, em abordagens distintas. Os eruditos humanistas buscariam nestes objetos o conhecimento da literatura e língua latina, enquanto os artistas buscariam aprender sobre arte, arquitetura e tecnologia. No entanto, como resultado da comparação com artistas antigos e do valor político implícito, o conceito obra de arte emergira principalmente em sua dimensão estética¹². Assim, segundo Choay, o aspecto artístico da obra de arte -com seu valor intrínseco e universalmente aceitável- seria agora considerado juntamente com o significado atribuído à Antiguidade e seus artistas, e seria neste contexto que “o conflito entre o valor de um objeto antigo como obra de arte e como antiguidade” se tornaria o tema central na dialética da conservação, e seria debatido pelos humanistas e artistas do século XVI em diante.

Neste sentido, a idéia de monumento histórico surgiria pautada principalmente no seu conhecimento histórico pelos eruditos humanistas. A literatura destes sobre o conhecimento e prazer estético que propiciariam as obras da Antiguidade, fariam com que estas, diferentemente de qualquer abordagem das sociedades tradicionais, fossem deliberadamente conservadas. No entanto a paixão pelo saber e o amor pela arte não acarretariam a conservação eficiente e sistemática dos monumentos da história e da arte contra as forças sociais de destruição. Neste sentido, pode-se ressaltar que o interesse intelectual e artístico atribuídos aos objetos da

¹¹ CHOAY, 2001, p.44.

¹² JOKILEHTO, 1999, p. 16.

Antiguidade seria limitado a uma pequena elite letrada. E ainda, em meio a uma atuação ambígua da igreja no que tange à conservação desses objetos, esta atividade estaria na dependência dos domínios públicos e políticos, envolvendo complexos mecanismo sociais, econômicos, dentre outros, que geram conflitos e dificuldades. Assim, “o distanciamento em relação aos edifícios do passado requer[eria] uma longa aprendizagem, com uma duração que o saber não pode[ria] abreviar e que é necessária para que a familiaridade seja substituída pelo respeito”¹³. Assim, segundo Choay, a atuação sobre a proteção dos monumentos históricos seriam de natureza puramente discursiva, que mascararia e autorizaria a sua destruição. Este novo objeto, mesmo que “reduzido às antigüidades, por e para um público limitado a um minoria de eruditos, de artistas e de príncipes, [...] nem por isso deixar de constituir a forma original do monumento histórico”.

Nos séculos XVII e XVIII a noção de antigüidade não cessaria de enriquecer-se; pelo contrário, os eruditos explorariam, cada vez mais, novos lugares. A sede de informação os impeliria a pesquisar por sua próprias origens, atestadas pelos testemunhos materiais da nação, ou seja, pelas “antigüidades nacionais”. É neste sentido que a abordagem inaugurada pelos humanistas seria “levada adiante pela pesquisa meticulosa e paciente dos eruditos”, então chamados de antiquários¹⁴. Segundo Choay, seria exatamente neste período que os vestígios do passado, que antes confirmam ou ilustravam as antigas escrituras clássicas, passariam a ser vistos como as fontes reais do conhecimento. Neste sentido, percebe-se a clara ampliação do número de objetos que compõem o *corpus* do patrimônio. Assim, ao mesmo tempo que alarga-se a sua terminologia, expande-se o campo tanto espacialmente quanto temporalmente. Segundo a mesma autora, esta importância atribuída aos testemunhos da cultura material não seria senão um caso do triunfo da observação concreta sobre a tradição oral e escrita. Assim entre o século XVI e o fim do Iluminismo, o estudo das antigüidades evoluiria segundo “abordagens comparáveis às ciências naturais”, onde se buscava “uma descrição, controlável e, portanto, confiável, de seus objetos de estudo”¹⁵. Esta abordagem dependeria de um *status* científico do antiquário para configurar a base para reflexão e generalizações de sua atividade. Seria neste contexto que se estabeleceria o advento da imagem como parte dos métodos de estudo das antigüidades. Assim, multiplicar-se-iam as medições, desenhos e reproduções de originais, e

¹³ CHOAY, 2001, p.58.

¹⁴ CHOAY, 2001, p.62.

¹⁵ CHOAY, 2001, p.76.

seriam feitas as comparações que formariam a base para uma historiografia geral. Neste sentido, o mesmo “rigor” requerido pelo estudo dos *naturalia* seria requerido pelo estudo das *artificia*¹⁶. Assim, à medida em que se generaliza a representação das antigüidades, o monumento histórico receberia a esta denominação no final do século XVIII.

Poder-se-ia dizer ainda que este modelo de abordagem das antigüidades clássicas abriria campo para o conhecimento das antigüidades nacionais, onde se reconheceriam os monumentos erigidos nos diferentes países. Assim, haveriam claras transformações conceituais fundamentais nos campos da arte e da história, enquanto atividade científica. “Até o século XVII, o conceito platônico de *mimesis* tinha sido a base de interpretação das coisas visíveis e invisíveis, e suas relações”¹⁷. Segundo Jokilehto, haveria então uma mudança fundamental relacionada aos conceitos de identidade e diferença, na qual se iniciaria a “busca pela prova científica baseada na distinção ao invés da semelhança”. Seria ainda neste contexto que os conceitos abstratos que marcariam esta época seriam sintetizados por Kant; onde “a crença nos valores divinos e absolutos seria contestada, e a história seria interpretada como uma experiência social e coletiva, reconhecendo que as culturas de diferentes épocas e regiões poderiam ter seu próprio estilo e espírito”. É neste sentido, por exemplo, que surgiria um “desejo, de ordem diversa, de afirmar a originalidade ocidental: quer se tratasse de diferenciá-la de suas fontes greco-romanas, [...]; quer se tratasse, mais especificamente, de afirmar as particularidades nacionais”, contra a hegemonia dos cânones artísticos da antigüidade¹⁸. Cabe ressaltar ainda que o estudo dessas diferenças requereriam também diferentes terminologias e métodos de abordagem e estabeleceriam então um novo *corpus*.

Esta postura, no entanto, dar-se-ia de forma diversa nos diferentes países. Por conseqüência, séculos antes chamados de séculos de barbárie, seriam reconhecidos como importantes período da história da nações. Na Inglaterra, por exemplo, o reconhecimento da antigüidade gótica enquanto parte da história da nação não seria questionado. A crítica aos valores absolutos se mostraria no reconhecimento duplamente nacional de suas antigüidades, em seu valor para a história e arte nacionais. Assim, em meio a um grande número de estudos, “a dimensão pública

¹⁶ CHOAY, 2001, p.80.

¹⁷ JOKILEHTO, 1999, p.17.

¹⁸ CHOAY, 2001, p.68.

do interesse pelas antigüidades nacionais é marcada, além disso, pela criação de associações de antiquários¹⁹.

Seria a partir da primeira metade do século XVIII, no entanto, o campo da conservação passaria por uma ampliação dos marcos espaço-temporais que delimitavam aqueles objetos e estruturas. Principalmente, esta impulsão seria conseguida, segundo Gonzáles-Varas, a partir das transformações acontecidas nos fundamentos da estrutura social e ideológica suscitadas, como dissemos, pelo Iluminismo e Revolução Francesa, este último principalmente como processo político²⁰. Neste contexto a ação dos humanistas seria levada adiante pela pesquisa dos antiquários que iria culminar, principalmente, no desenvolvimento de um colecionismo científico, da arqueologia e da história da arte, além do início da atuação estatal na conservação destes objetos. Neste sentido, em meio a uma vontade de esclarecimento racional do mundo, do homem e sua atividade, seriam submetidos a uma crítica racional até mesmo os conceitos tradicionalmente estabelecidos.

Com base naquela periodização (Idade Moderna, Idade Média e Idade Antiga), seriam estabelecidos os critérios formais desenvolvidos no campo da arte que permitiriam a sua periodização: a história da arte seria disposta como uma disciplina científica, seria sistematizada segundo a doutrina do *belo ideal*, seu critério unificador. Ao mesmo tempo o interesse pelos vestígios documentais de épocas diferentes teriam o reconhecimento pleno de seu valor histórico e documental. Assim, aqueles objetos antigos converter-se-iam em objetos de deleite estético e objetos de conhecimento, classificados cientificamente. Desta maneira surgiria, mesmo que timidamente, uma posição marcada por um relativismo cultural e uma distância histórica como modos de abordar os objetos que constituiriam o *corpus* do patrimônio. Desta forma, paradoxalmente, a mesma época que buscava valores universais iniciaria também um reconhecimento de valores relativos. No entanto, enquanto o século XVII prestava uma crescente atenção para a diversidade cultural e identidade nacional, também surgia um crescente conhecimento sobre a importância do valor universal de determinadas obras de arte²¹. A transformação do estatuto das antigüidades basear-se-ia no estatuto dado à arte. Desta forma, “o círculo dos colecionadores e dos apreciadores se amplia e se abre a novas camadas sociais: novas práticas se institucionalizam (exposições, vendas públicas, edição de catálogos das

¹⁹ CHOAY, 2002, p.75.

²⁰ GONZÁLES-VARAS, 1999, p.29.

²¹ JOKILEHTO, 1999.

grandes vendas e das coleções particulares)”, e além disto surgiria já uma literatura crítica às descrições tradicionais de obras expostas²².

Segundo Françoise Choay, o valor histórico haveria predominado sobre o artístico no trabalho dos antiquários, situação esta que só seria mudada a partir do século XVIII. Num contexto de grande expansão do mercado, à luz do aprofundamento da reflexão sobre a arte e da arqueologia, criara-se “uma nova mentalidade num público de apreciadores recrutados em camadas sociais mais variadas, e que dispunha de uma autoridade intelectual e de um poder econômico sem precedentes”. Neste contexto, o desenvolvimento de instituições destinados ao público, “inscreve-se no grande projeto filosófico e político do Iluminismo: vontade dominante de ‘democratizar’ o saber, torná-lo acessível a todos pela substituições das descrições” até então utilizadas, por objetos reais, e uma vontade menos definida de “democratizar a experiência estética”²³.

A Revolução Francesa contribuiria para o desenvolvimento de importantes conceitos que seriam incorporados à prática da conservação de bens culturais. “Estes incluem a idéia dos monumentos da história, ciência e arte como patrimônio cultural da nação que teriam função para educação e, como consequência, seria de responsabilidade nacional conservá-los”²⁴. Com este propósito seriam desenvolvidos inventários sistemáticos e classificações para todo o patrimônio do país e sua proteção enquanto propriedade da nação. Na Revolução, sabe-se que propriedades da igreja seriam destruídas em função de sua ligação com os símbolos de opressão do passado, mas ao mesmo tempo, emergiria a consciência do valor das estruturas históricas e objetos como testemunhos dos esforços passados das pessoas que construíram a nação. Mesmo com a ambigüidade entre conservação e vandalismo que marcara a época, muitos destes conceitos seriam sucessivamente traduzidos nos diferentes países em documentos e instrumentos legais.

Além disto, o conhecimento da diversidade de costumes formaria uma nova base para a escrita da história cultural. Neste sentido, “este desenvolvimento levaria ao pluralismo cultural e ao reconhecimento de nações com diferentes culturas e diferentes valores, não necessariamente comensuráveis”. No entanto, a verdade das fontes seria verificada como a base para a avaliação

²² CHOAY, 2001, p.85.

²³ CHOAY, 2001, p.89.

²⁴ JOKILEHTO, 1999, p.69.

do significado real das realizações passadas; “os conceitos clássicos de um ‘homem ideal’ universal ou ‘sociedade ideal’ tornar-se-iam vazios de sentido”. Um novo conceito de historicidade levaria à consideração de obras de arte e estruturas históricas como *únicas* e a atividade de conservação como uma expressão de uma cultura particular e um reflexo das identidades nacionais. Assim, ao invés de refletir os valores universais atemporais do classicismo, as obras de arte tornaram-se únicas, expressões da experiência de vida dos artistas, onde prevaleceria a idéia de que apenas os aspectos emocionais e sensíveis garantiriam a validade da obra²⁵.

Segundo Françoise Choay, na Revolução Francesa, “um dos primeiros atos jurídicos da Constituinte” seria colocar à disposição da nação os bens do clero, dos emigrados e da coroa. Esta transferência súbita das propriedades e a perda da destinação dos bens traria conseqüências marcantes na sua conservação. O “valor primário” deste tesouro devolvido a todo o povo seria “econômico”. Assim os responsáveis adotariam para designá-lo e gerenciá-lo, a metáfora do espólio, em que seriam determinantes as palavras “herança”, “sucessão”, “patrimônio” e “conservação”, transformando o *status* das antigüidades da nação. Assim, integradas ao patrimônio nacional, se metamorfoseariam em “valor de troca”, a serem preservados sob pena de prejuízo financeiro. Neste sentido, com o aparecimento do conceito “patrimônio nacional” de parece também haver tido uma redução dos valores dos bens ao valor econômico, sob a guarda do valor de nacionalidade. O conceito de patrimônio induziria a uma homogeneização, onde obras dos séculos XIX e XX seriam “integradas à categoria de monumentos históricos”. Se por um lado o valor de nacionalidade legitimaria a conformação do patrimônio nacional, por outro, a legitimação da atividade de conservação seria feita pelo discurso técnico e científico até então desenvolvido. Neste sentido, basta notar, como Choay, que o corpo de legisladores, muitas vezes, não seriam políticos, nem historiadores, nem artistas, mas cientistas que transporiam para o campo dos monumentos históricos tanto a terminologia quanto os métodos descritivos e taxionômicos vindos de outras ciências²⁶.

²⁵ Segundo Jokilehto, “a conservação seria baseada no reconhecimento da diversidade cultural e na relatividade dos valores, formando a base para a definição do conceito de ‘monumento histórico’ como parte do patrimônio nacional. Em sua fase inicial, esta nova consciência seria expressa na crítica contra a prevalência das tendências de renovação em modificar ou até destruir edifícios históricos; mais tarde, desenvolveu paralelamente à restauração estilística, enfatizando a irreversibilidade do tempo, a historicidade e a unicidade de edifícios e objetos do passado”. Ver JOKILEHTO, 1999, p.17.

²⁶ CHOAY, 2001, p.100.

Percebe-se que na Revolução, o valor de nacionalidade vai ser o preponderante, pois este seria a base formação dos instrumentos próprios da conservação do patrimônio. Assim, legitimados pelo *valor nacional*, seguiriam o *valor cognitivo*, que se dividiria em uma série de ramos relacionados ao conhecimento. Neste sentido, os monumentos seriam vistos como “portadores de valores de conhecimento específicos e gerais, para todas as categorias sociais”; eles seriam *testemunhos* que permitiriam “construir uma multiplicidade de histórias -história política, dos costumes, da arte, das técnicas”, e funcionariam como “introdução a uma pedagogia geral ao civismo”, num sentido próprio ao nacionalismo²⁷. Além do valor econômico do patrimônio, como já dito, que serviriam de modelos à indústria e aos *grand tours*, o valor artístico do patrimônio ocuparia, segundo Choay, o último lugar, devido ao conceito impreciso de arte e à noção incipiente de estética. Desta forma, seria marcado o início da atuação do inovadora do Estado, onde “fazendo dos monumentos históricos propriedade, por herança, de todo o povo, os comitês revolucionários dotavam-nos de um valor nacional e lhes atribuíam novos usos, educacionais, científicos e práticos”²⁸.

Mesmo frente a estas transformações, seriam necessários alguns outros acontecimentos para que o monumento histórico entrasse em sua “fase de consagração”, assim compreendendo o período entre 1820 a 1960²⁹. Neste período é que se perceberia o reflexo das descobertas das ciências físicas e químicas, das técnicas, ou do desenvolvimento da história da arte e arqueologia, no estabelecimento da *restauração* enquanto disciplina. Seria neste período que se reconheceria o *status* do monumento, fato este fortemente relacionado à ruptura provocada pelo advento da era industrial. “Esse *status* pode ser definido por um conjunto de determinações novas essenciais, relativas à *hierarquia dos valores*, de que o monumento histórico é investido”³⁰, refletido nas suas delimitações no espaço e no tempo, além dos tratamentos técnicos e jurídicos. O advento da era industrial, também contribuiu, juntamente com o romantismo, para a “inversão da hierarquia dos valores atribuídos aos monumentos históricos”, havendo uma ênfase sem seus “valores de sensibilidade”, principalmente estéticos, em detrimento de seu valor histórico, provocada pelo advento da *modernidade*. Esta ênfase na restauração seria marcada, principalmente, pela crença no positivismo e desenvolvimento da ciência. A “restauração de edifícios históricos e a emergência da arqueologia eram concebidas

²⁷ CHOAY, 2001, p. 117.

²⁸ CHOAY, 2001, p.119.

²⁹ CHOAY, 2001, p.125.

³⁰ CHOAY, 2001, p.127.

em relação ao método e conhecimento científico, baseado na lógica objetiva e, conseqüentemente, além dos julgamentos de valor”³¹. Esta abordagem historicista da restauração propiciaria, na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento de uma crescente abordagem crítica, levando ainda ao aparecimento dos movimentos anti-restauração e de conservação.

O século XIX, por sua vez, seria centrado no valor cognitivo do monumento histórico. É neste sentido que “a história política e a das instituições voltam toda sua atenção para o documento escrito, sob todas as suas formas, e dão as costas ao mundo abundante dos objetos”, que desafiaram os eruditos dos séculos XII e XVIII³². Desta forma, o lugar dos antiquários seria tomado pelos historiadores, ingressos no mundo do saber. No entanto, este desenvolvimento de um novo corpo de saber orientado pelas reflexões sobre a arte levaria a uma ênfase no conhecimento da arte em detrimento da experiência da arte. Assim, alguns autores viriam neste fato “o sinal da hegemonia iminente da razão e de seu triunfo, previsto pela filosofia hegeliana, sobre os poderes criativos da sensibilidade e do instinto”³³. É neste sentido que se daria a integração do monumento histórico no culto da arte, num contexto de ascensão dos valores afetivos, em que o pitoresco “transformaria em estigmas as marcas deixadas pelo tempo nas construções dos homens”. Entendidas como “símbolo do destino humano”, estas adquiririam um valor moral, “emblema duplo da *arché* criadora e da transitoriedade das obras humanas”³⁴.

No entanto, o estetismo do século XIX e o romantismo não bastariam para explicar a militância em favor da conservação dos monumentos históricos, assim ressaltar-se-ia a importância da ruptura estabelecida com a Revolução Industrial, que vai diferenciar os contextos culturais dos séculos anteriores. Naqueles, as antigüidades constituiriam pontos de referência no presente, enquanto que neste, “o monumentos histórico inscreve-se sob o signo do insubstituível”³⁵, num contexto em que o desenvolvimento industrial ameaçaria, em definitivo, a arte e outras formas tradicionais de ver o mundo. No entanto, no contexto cultural aí estabelecido, o culto ao monumento coexistiria com o que logo seria denominado “culto da modernidade”³⁶.

³¹ JOKILEHTO, 1999, p.18.

³² CHOAY, 2001, p.129.

³³ CHOAY 2001, p.131.

³⁴ CHOAY, 2001, p.133.

³⁵ CHOAY, 2001, p.136.

³⁶ CHOAY, 2001, p.138.

Assim, nos parece refletir no pensamento de John Ruskin (1819-1900) a clara ruptura entre as visões de mundo tradicional e moderna, resultado do processo de racionalização próprio do Ocidente. Seria neste contexto em que Ruskin exaltaria o valor sagrado dos feitos humanos, imbuídos de trabalho e virtudes morais, portanto veneráveis. Segundo Choay, nestas afirmações o puritano desconfiaria do esteta e temeria cair nas armadilhas hedonistas da arte, por isso sua entrada no passado dar-se-ia pela moral. E mais, suas contribuições conceituais ao campo da conservação seriam parte de suas preocupações sobre a construção de sua época, frente às transformações provocadas pela Revolução Industrial. Neste sentido, Ruskin questionaria a possibilidade de uma arquitetura contemporânea tornar-se histórica, para a qual a resposta estaria na necessidade de recuperação de “sua essência e seu papel memorial pela qualidade do trabalho e investimento moral de que seria objeto”³⁷. Para ele, as edificações antigas, com seu papel memorial, conectariam idades esquecidas com todas as outras, constituindo ainda parte de identidade das nações³⁸. Pode-se dizer, neste sentido, na concepção ruskiniana, que os monumentos históricos estariam relacionados a todos os homens, quaisquer que tenham sido a civilização ou grupo social que o erigiram. Assim, seria com esta concepção que Ruskin, e posteriormente William Morris (1834-1896), se empenhariam na proteção de monumentos, inclusive, em escala internacional.

Esta visão seria contrastada com a visão de Viollet-le-Duc (1814-1879), que não teria a nostalgia do passado, mas sim, a do futuro. A abordagem francesa, diferentemente da inglesa, seria caracterizada por não reconhecer o monumento como ruína, nem como relíquia destinada à memória afetiva: mas, antes de tudo, “um objeto historicamente determinado e susceptível de uma análise racional, e só depois objeto de arte”. Essa abordagem sustentaria um postulado impensável para Ruskin: “a restauração é a outra face, obrigatória, da conservação; necessária, ela deve ser fiel”, tratando-se de uma questão de método e de *savoir faire*³⁹. Os franceses, investidos de uma crença inabalável na ciência, recomendariam que esta fosse feita com ciência e inteligência. Segundo Vitet, seria necessário esquecer o tempo em que se vive para se fazer contemporâneo do monumento; seria preciso conhecer a fundo os processos da arte, a fim de restabelecer o todo de um edifício, a partir de suas partes, “não por capricho ou por hipótese, mas por uma rigorosa e conscienciosa indução”⁴⁰. Neste sentido, para Choay, essa doutrina visava

³⁷ CHOAY, 2001, p.141.

³⁸ RUSKIN, 1901.

³⁹ CHOAY, 2001, p.160.

⁴⁰ *Apud* CHOAY, 2001, p.161.

restituir ao monumento seu valor enquanto documento íntegro, enquanto objeto de conhecimento científico.

O reconhecimento dos novos valores atribuídos ao monumento histórico, juntamente com o poder catalisador de forças destrutivas inerentes à lógica da era industrial, contribuiriam para o estabelecimento e institucionalização de práticas de conservação. Assim, nesse contexto do século XIX, segundo Choay, “a ação dos defensores do patrimônio só podia ser eficaz assumindo as duas formas específicas e complementares de uma legislação protetora e de uma disciplina de conservação”⁴¹. Seria neste sentido que seria desenvolvida a legislação francesa de proteção dos monumentos históricos. Assim, em sua definição apresentava o monumento histórico como qualquer objeto móvel ou imóvel “cuja conservação apresenta[ria], do ponto de vista da história e da arte, um interesse público”⁴². Desta forma, somente após o estabelecimento do conhecimento da história da arte e do conhecimento técnico-científico, “a nova disciplina que se constituiu a partir da década de 1820, a conservação de monumentos antigos, reconhece os valores e os novos significados atribuídos ao monumento histórico”⁴³.

Juntamente com Viollet-le-Duc, Ruskin e Morris, o italiano Boito (1836-1914) legitimaria a intervenção sobre o monumento. Salvo o risco de sintetização de toda discussão que se travou principalmente na França, Inglaterra e Itália, poderíamos dizer que Boito estabeleceria um posicionamento crítico intermediário entre o intervencionismo de Viollet-le-Duc e o não-intervencionismo de Ruskin, manifesta na publicação do ensaio crítico *Conservare o Restaurare*⁴⁴. Numa abordagem filológica do monumento, baseada na interpretação, este autor estabeleceria os fundamentos científicos para a atividade de conservação, baseados em conceitos como autenticidade, tipos e hierarquia de intervenções; ele daria uma resposta contemporânea ao problema “saber avaliar com justeza a necessidade ou a oportunidade da intervenção, em localizá-la, em determinar sua natureza e importância”. Neste sentido, Boito estabeleceria que o “caráter ortopédico do trabalho”, que deveria ser marcado ostensivamente, e em nenhuma hipótese passar por original. Neste sentido ainda deveriam ser feitas “inscrições” e “sinais” indicando as condições e datas das intervenções, além da documentação necessária de todas as etapas do trabalho e difusão das informações. Com relação ao tipos de intervenção,

⁴¹ CHOAY, 2001, p.145.

⁴² CHOAY, 2001, p.149.

⁴³ CHOAY, 2001, p.153.

⁴⁴ Para uma discussão sobre os impactos do pensamento de Ruskin e Morris na conservação contemporânea ver STOVEL, Herb. Scrape and Anti-Scrape: False Idols on Main Street. APT Bulletin, vol. 17, no. 3/4, 1985, pp. 51-55.

seria interessante notar que Boito, analisando o tratamento igualitário dado a monumentos de natureza diversa, ele estabeleceria três tipos, de acordo com o estilo e idade do objetos: uma “restauração arqueológica”, onde se buscaria a exatidão científica; uma “restauração pitoresca” que se concentraria na estrutura, permitindo os sinais do tempo nas outras partes; e uma “restauração arquitetônica” que consideraria o edifício em sua totalidade⁴⁵, baseadas na classificação de acordo com a idades antiga, medieval e moderna.

Desta forma, no contexto do movimento conservacionista na Itália seriam desenvolvidas “abordagens históricas análogas com os estudos lingüísticos”. Segundo Jokilehto, essa nova abordagem seria vista como derivação da definição latina da palavra *monumento*, que pode ser visto como inscrição ou documento. Neste sentido, um monumento seria construído para transmitir uma mensagem, sendo ele mesmo visto como um documento. Seu texto representa, assim, uma fonte para a verificação histórica que precisaria ser analisado e interpretado⁴⁶.

1.1.2. Reflexão e crítica numa abordagem axiológica da restauração

Seria no início do século XX, no entanto, que se submeteria a noção de monumento histórico a uma análise crítica, não sob uma perspectiva científica como a de Boito, mas sim sob uma perspectiva social e filosófica. Principalmente, sabe-se que a Viena no *fin-de-siècle* seria um importante campo para a formulação de uma nova cultura na Europa. Seus intelectuais romperam, “de um modo mais ou menos deliberado, seus laços com a perspectiva histórica, essencial para a cultura liberal novecentista em que foram gerados”. Neste contexto, “a Europa [...], na maioria dos campos de atividade intelectual, proclamou orgulhosamente sua independência em relação ao passado”⁴⁷. Assim, nos parece que apenas num contexto como este, em que se tornara possível a crítica e “a investigação do sentido ou dos sentidos atribuídos

⁴⁵ CHOAY, 2001, p.166.

⁴⁶ JOKILEHTO, 1999; p.200. Pode-se dizer que estas contribuições contribuiriam para o estabelecimento da atividade de conservação e seus princípios, os quais seriam sistematizados na Carta de Atenas de 1931. Para mais detalhes ver: http://www.icomos.org/docs/athens_charter.html. Para uma análise mais contemporânea, enfocando os dilemas éticos e práticos da conservação ver MATERO, Frank G. The Coservation of Immovable Cultural Property: Ethical and Pratical Dilemmas. *Journal of the American Institute for Conservation*, vol. 32, no. 1, 1993, p. 15-21.

⁴⁷ SCHORSKE, 1988, p.13.

pela sociedade ao monumento histórico”, seria permitido lançar efetivamente uma prática mais reflexiva da conservação⁴⁸.

No contexto vienense, Aloïs Riegl (1858-1905) seria então o primeiro teórico, em síntese, a submeter a noção de monumento histórico a uma análise crítica, redefinindo-o a partir de uma análise dos valores a ele atribuídos no curso da história, e reconhecendo que os valores que a sociedade contemporânea atribui a este determinam a atividade de proteção e conservação. Riegl partiria então da distinção entre “monumento” e o “monumento histórico”, e da oposição entre duas categorias de valores: os valores de rememoração e os valores de contemporaneidade.

Publicada em 1903 com o título “O Culto Moderno dos Monumentos”, sua análise aponta que o “monumento histórico” seria uma invenção cuja origem poderíamos situar no século XVI, a qual estaria relacionada ao aparecimento dos conceitos de história e de arte. Para este autor, a designação “monumento” se referiria a qualquer obra realizada pelo homem e criada com um fim específico de manter as ações, individuais ou coletivas, sempre presente na consciência das gerações vindouras. Neste sentido, o monumento seria uma criação deliberada cuja destinação lhe seria dada *a priori*. Em contraponto, o “monumento histórico” seria já uma criação deliberada do século XIX, cuja destinação memorial lhe seria dada *a posteriori*, “pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa de edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte”. Neste sentido, dentro de uma análise crítica do monumento histórico, todo objeto seria passível de ser convertido em testemunho histórico, mesmo que não tenha originalmente recebido uma destinação memorial⁴⁹.

Riegl questionaria sobre a natureza da obra de arte e da relação entre seu valor artístico e histórico. Para ele, o século XIX reconhecera a validade e a legitimidade de todos os períodos da história, já que o “pensamento evolutivo” seria “o núcleo de toda concepção histórica moderna”. Desta forma, “segundo as concepções modernas, toda atividade humana e todo destino humano de que nos haja conservado testemunho ou notícia, tem direito, sem exceção alguma, a reclamar para si um valor histórico”, já que, nesta cadeia evolutiva, “consideramos imprescindíveis a todos e a cada um dos acontecimentos históricos⁵⁰. Assim, tudo o que reconhecemos como histórico é

⁴⁸ CHOAY, 2001, p.168.

⁴⁹ CHOAY, 2001, p.25.

⁵⁰ RIEGL, 1999, p.24.

o que existiu alguma vez e que agora não mais existe. Desta forma, para ele, “todo monumento artístico, sem exceção, é ao mesmo tempo um monumento histórico, pois representa um determinado estágio da evolução das artes plásticas para o qual, em sentido estrito, não se pode encontrar nenhuma substituição equivalente”⁵¹. Ainda neste sentido, o monumento artístico, seria necessariamente também um monumento “histórico-artístico” onde, no entanto, o valor histórico seria sempre preponderante, pois qualquer monumento que se revele um elo significativo na cadeia evolutiva, o revelaria para a história da arte. Este fato revelaria conseqüentemente a imprecisão da definição conceitual de monumento “histórico-artístico”.

Dentro de uma “concepção teleológica da arte”⁵², Riegl estabeleceria um questionamento que colocaria em evidência que não haveria simplesmente um interesse no valor histórico do monumento pois, do contrário, todas as obras de arte de épocas anteriores teriam o mesmo reconhecimento. Portanto, o autor revelaria que existem outros valores atribuídos ao monumento referentes, por exemplo, à forma, concepção e cor. Seria evidente que “até o século XIX imperava o axioma da existência de um cânone artístico inviolável, um ideal artístico absolutamente objetivo e válido, ao que aspiram todos os artistas, mas *apenas alguns* pode[ria]m alcançar totalmente”. Para ele, o século XIX descartara a pretensão exclusiva da Antiguidade Clássica em alcançar este belo ideal, emancipando quase todos os demais períodos da arte, conhecidos por seu significado próprio, no entanto, “sem abandonar sua crença num ideal artístico absoluto”⁵³.

Segundo Riegl, o século XX extrairia as conseqüências do pensamento histórico evolutivo, expondo com “clareza” que todas as criações artísticas passadas seriam algo irrecuperável, não podendo ser entendidas de modo algum como uma “norma”. Diferentemente do Renascimento, em que se estimavam as formas clássicas como resultantes da única arte que produzira “o único e verdadeiro, objetivamente perfeito e com validades geral e eterna”, uma arte frente a qual as outras seriam consideradas bárbaras. Entretanto este posicionamento seria normativo, mas não histórico no sentido moderno⁵⁴. De acordo com os conceitos modernos e com a “vontade de arte” (*kunswollen*) moderna, não haveria nenhum “valor artístico absoluto, senão um valor relativo, moderno”. Desta forma, segundo uma concepção antiga, o monumento seria reconhecido por

⁵¹ RIEGL, 1999, p.25.

⁵² JOKILEHTO, 1999, p.215.

⁵³ RIEGL, 1999, p.27.

⁵⁴ RIEGL, 1999, p.36.

seu valor artístico quando respondesse às exigências de uma estética supostamente objetiva; contrariamente, segundo uma concepção moderna, “se mede o valor artístico do monumento por sua proximidade às exigências da vontade de arte moderna”, que para ele estariam distante de uma formulação objetiva, posto que variam de época pra época, de sujeito para sujeito⁵⁵.

Riegl identificaria ainda o valor rememorativo intencional como parte fundamental do conceito do monumento histórico. Este relacionar-se-ia à manutenção do estado físico do monumento e que teria por finalidade “não permitir que este nunca se converta em passado”, ao “permanente estado de gênese”. Neste último caso, podemos dizer que o monumento histórico traz em sua gênese o valor rememorativo intencional, como representado pela ação dos renascentistas italianos diante da Antigüidade Clássica. Os valores rememorativos do monumento são os que surgem do seu reconhecimento de pertencimento ao passado histórico. Ainda dentro do contexto dos valores rememorativos do monumento, estes se diferenciariam ainda em “valor de ancianidade”, que se relacionaria aos sinais impressos no monumento com no decorrer do tempo, em diferença ao valor histórico, que remeteria a um “saber”. O valor histórico haveria predominado no século XIX e, segundo Riegl o “valor de ancianidade” seria o valor predominante do século XX, quando a “massa” de interessados nos monumentos históricos aumentaria gradualmente. O “valor de ancianidade” remete à idéia do tempo transcorrido, revelado inapelavelmente nas marcas deixadas no monumento pelo tempo. As exigências dos dois valores seriam contraditórias, se levadas ao extremo: o culto do valor histórico, reconhecendo o monumento como um importante documento de conhecimento, levaria à necessária conservação; o “valor de ancianidade”, pautados nas impressões sensíveis dos aspectos físicos do monumento levaria necessariamente à não intervenção e à sua deterioração natural. Na verdade, segundo este ator, o “valor de ancianidade” seria uma evolução do valor histórico, no sentido em que o século XIX -e principalmente o Romantismo- despertara a ênfase nas impressões sensíveis do sujeito. Riegl apresentaria uma concepção mais abrangente de monumento histórico no momento em que o autor percebe que alguns dos valores atribuídos a este não requereriam um conhecimento prévio para a sua apreciação, mas sim apenas as impressões sensíveis, advindas muitas vezes das classes “incultas”.⁵⁶

⁵⁵ RIEGL, 1999, p.28.

⁵⁶ A dialética entre o valor histórico e o valor de ancianidade seria, ao nosso ver, contribuiria para a redefinição dos princípios da conservação expostos na Carta de Veneza de 1964. Ver mais informações no site do ICOMOS: http://www.international.icomos.org/e_venice.htm

Os “valores de contemporaneidade” do monumento derivariam de sua capacidade em responder às exigências da sociedade contemporânea. O “valor de uso” do monumento relacionar-se-ia à sua capacidade de satisfazer às necessidades práticas do presente e levaria necessariamente à sua conservação com intervenções. O valor artístico subdividir-se-ia em “valor de arte relativo”, que se relacionaria com a sua capacidade de satisfazer as necessidades da vontade de arte moderna; e um valor de novidade, que estaria relacionado ao aspecto “fechado”, intacto e novo da obra de arte recém criada; portanto provocaria uma atitude intervencionista, pois qualquer alteração no estado do monumento poderia levar à perda do interesse por suas qualidades formais.

O pensamento de Riegl nos faz perceber, a partir da análise das limitações decorrentes da relação dos renascentistas com os monumentos, que o termo “patrimônio” não responderia às exigências de uma apreciação total dos monumentos, ou não corresponderia de fato à situação real em que muitos valores lhe seriam atribuídos. Neste sentido, para autor, a apreciação do “valor de ancianidade”, por exemplo, seria uma etapa posterior ao aumento gradual das camadas sociais aptas à apreciação do valor histórico, já que o reconhecimento da “ancianidade” dos monumentos nos remeteria a uma noção de humanidade como um todo, que transcenderia os limites da nacionalidade. Assim, neste caso, em sua relação com os monumentos, limitada por considerações patrióticas, os renascentistas reconheceriam apenas a arte de seus pressupostos antepassados, com os quais estabeleciam uma relação genealógica. É interessante notar, neste sentido, que o autor não emprega o conceito “patrimônio” em sua análise: para Riegl a conservação dos monumentos não se legitima pela questão nacional, “mas sim pela via do saber”⁵⁷.

Neste sentido, a crescente expansão do interesse pelos monumentos históricos no século XVIII por outros povos e do interesse pelo conhecimento científico no século XIX, contribuiriam fortemente para que os monumentos da Antigüidade Clássica perdessem seu valor canônico. Seria neste contexto de conhecimento com exatidão dos feitos históricos em que se desenvolveriam “as chamadas ciências auxiliares” que, “para este objetivo não eram consideradas no fundo como auxiliares”, pois pareciam mais esgotar em si a atividade essencial da investigação histórica⁵⁸. Neste contexto, qualquer fato seria considerado essencial e dele

⁵⁷ FONSECA, 1997, p.69.

⁵⁸ RIEGL, 1999, p.38.

seria investigada sua autenticidade. No entanto, “o valor histórico aderido de modo indissolúvel ao individual, se transformou progressivamente em um valor de desenvolvimento para o qual o individual como objeto resultava indiferente”. Este valor de desenvolvimento seria exatamente o “valor de ancianidade”. Este processo, na verdade descreveria “uma manifestação parcial da emancipação do indivíduo”, dentro de uma mentalidade que se dispunha a substituir os fundamentos clássicos da cultura por outros completamente distintos. Para Riegl, a tendência crescente “de conceber toda vida física e psíquica não em seu caráter objetivo, como faziam em geral os períodos anteriores, mas nos efeitos que causa ao sujeito”, se expressaria claramente na transformação do valor memorial dos monumentos.

Quadro I - Relação entre os tipos de monumento e valores a partir da análise de RIEGL, 1903

| Obra de arte | Monumento | Monumento Histórico | | | |
|--------------|--|---|-------------|------------------------------|---------------------------|
| Definição | criação deliberada cuja destinação memorial lhe seria dada <i>a priori</i> | criação deliberada cuja destinação memorial lhe seria dada <i>a posteriori</i> | | | |
| Propósito | manter as ações, individuais ou coletivas, sempre presente na consciência das gerações vindouras, comemoração, simbólico | reconhecer a legitimidade dos períodos da história, pensamento evolutivo, consideramos imprescindíveis a todos e a cada um dos acontecimentos históricos, vida presente | | | |
| Valores | valores de rememoração | valores de rememoração | | valores de contemporaneidade | |
| | intencional | histórico | ancianidade | uso | arte novidade relativo |

Elaborado pelo autor a partir de RIEGL, 1999 e JOKILEHTO, 1999.

Segundo Riegl, as leis e disposições que tratavam da atividade de conservação dos monumentos históricos responderam perfeitamente aos postulados do século XIX, respondendo em sua totalidade à concepção de que os monumentos intencionais teriam apenas um valor histórico; no entanto, com o crescente interesse pelo “valor de ancianidade”, esta se mostrariam insuficientes. Em sua análise Riegl revelaria, sem assumir uma postura dogmática, os conflitos entre os valores atribuídos ao monumento histórico e as exigências simultâneas e contraditórias existentes, segundo cada intenção ou interesse. Estes conflitos tão comuns na prática da conservação vão ser expostos sem serem considerados insolúveis senão negociáveis em cada

caso particular, em função do estado físico do monumento e do contexto sócio-cultural em que este se apresenta⁵⁹.

Assim como Choay, acreditamos que “a análise axiológica do historiador vienense funda uma concepção não dogmática” da conservação, em “harmonia com o relativismo que ele introduziu nos estudos de história da arte”⁶⁰ dentro, no entanto, de visão da história universal. Sua contribuição ao campo da conservação, juntamente com outras contribuições críticas estaria, no entanto, longe de orientar as práticas de conservação. Pode-se perceber, que tanto o pensamento de Riegl assim como várias das experiências e idéias precursoras no campo não afetaram a atividade de conservação, que continuariam idênticas durante o período de 1860 a 1960⁶¹.

⁵⁹ GONZÁLEZ-VARAS, 1999, CHOAY, 2001.

⁶⁰ CHOAY, 2001, p.170.

⁶¹ CHOAY, 2001, p.171. No entanto, ver a análise sobre a recepção da teoria de Riegl na República Checa em HLOBIL, Ivo. The reception and first criticism of Alois Riegl in the Czech protection of historical monuments. In: Framing Formalism: Riegl's work. Amsterdam: Routledge, 2001.

1.2. Um panorama contemporâneo: conceitos e tendências no campo da Conservação de Bens Culturais

Sabe-se hoje que as questões envolvidas na gestão da conservação dos bens culturais se difundiram, ampliando significativamente os atores envolvidos, além de distintas áreas do conhecimento científico, campos profissionais e estamentos administrativos. Segundo González-Varas, “a conservação dos bens culturais se compromete igualmente e de modo complementar, com a defesa da natureza e do equilíbrio ecológico e ambiental”. Assim, as questões e tomadas de decisão envolvidas no processo de conservação estão relacionadas não apenas à preservação da memória social e histórica e à busca da identidade cultural e da diversidade cultural, mas também relacionam-se à possibilidade da continuidade da espécie humana sobre o planeta⁶².

Neste sentido, reconhece-se na formulação das políticas de conservação e preservação dos bens culturais que há a crença na necessidade dos setores técnicos especialistas preparados para gerenciar os mecanismos técnicos necessários para o alcance dos objetivos; no entanto, vai se perceber que hoje que a gestão da conservação “nos leva ao transbordamento dos limites das administrações especializadas da cultura”, para compreender as manifestações e interesses de outros campos igualmente importantes, como por exemplo o planejamento físico-territorial, urbano e regional e a gestão do turismo cultural, e em geral, “erigir-se-ão de questões que expressem ou confrontem a opinião pública em seu mais amplo calado social”⁶³.

Tanto em sua trajetória como hoje em dia, mais explicitamente, sabe-se que a conservação de bens culturais responde a interesses e motivações mais complexas, das mais diferentes naturezas, culturais, religiosas, ético-morais, econômicas, políticas, etc. Desta forma, como vimos, a partir do século XX, percebeu-se que a atividade de conservação dos bens culturais, mesmo de uma obra de arte, requereria um distanciamento crítico, um planejamento prévio e o reconhecimento dos valores a eles atribuídos. No entanto, percebe-se que “ao denominar um objeto como ‘obra de arte’ ou incluir-lhe na categoria de ‘bens culturais’ ou de ‘patrimônio

⁶² GONZALÉZ-VARAS, 1999, p.14. Para uma visão contemporânea da conservação ver também FITCH, 1998.

⁶³ GONZALÉZ-VARAS, 1999, p.17.

histórico-artístico', estamos outorgando-lhe uma valor e um significado distinto que o diferencia de outro tipo de objetos"⁶⁴.

A partir de algumas das transformações citadas anteriormente, percebe-se que a noção de monumento histórico trilhou um longo caminho, desde o seu reconhecimento pelo humanistas do século XV, até o seu reconhecimento hoje como parte da noção de patrimônio histórico, representada pelos monumentos nacionais. No entanto, surgiria ainda um novo conceito, resultante de outras transformações sociais: a noção de *bens culturais*. Segundo González-Varas, o conceito de "monumento histórico" surgiria dentro do conceito globalizante de *bens culturais*, onde está implícita a idéia de que o patrimônio é construído coletivamente e que também seria responsabilidade coletiva a sua conservação.

Neste sentido, vimos que o conceito de monumentos histórico implica em juízos de valor amparados por critérios artísticos e históricos, que justificariam a sua conservação por seu significado para a história da arte. Compreende-se hoje que este conceito "limitava" a compreensão dos significados dos objetos da cultura material dos povos. Pensemos, como González-Varas, numa escavação arqueológica do século XVIII e XIX, onde as atividades eram guiadas por critérios unicamente de validade artística ou de mercado. Neste caso, poderíamos imaginar quantas situações possíveis em que o desprezo provocara a perda de "numerosos objetos dotadas de capacidade documental por não serem considerados relevantes para a história cultural"⁶⁵. Assim, gradualmente, seriam considerados *bens*, qualquer sinal da vida humana seria reconhecido por seu valor insubstituível na definição de uma cultura.

De fato, o conceito de *bem cultural* "permitiu ultrapassar os limites da política cultural tradicional". Assim, superando-se a definição conceitual de monumento singular ou obra de arte como únicos objetos de tutela, passamos a uma visão integrada dos bens culturais que compreendem todos as manifestações culturais onde se reconhece um valor proporcionado pela cultura. Estas manifestações incluem, de modo mais objetivo, "a totalidade dos aspectos espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade. Isto engloba não só a arte e a literatura mas também os modos de vida, direitos fundamentais, sistemas valorativos e

⁶⁴ GONZALÉZ-VARAS, 1999, p.23.

⁶⁵ GONZALÉZ-VARAS, 1999, p.43.

tradições”⁶⁶. Neste sentido, segundo González-Varas, a “conservação de bens culturais” seria então a disciplina que “individualiza a legitimidade e a modalidade de intervenção sobre tais bens, criticamente reconhecidos, tem como finalidade a manutenção da sua permanência e integridade enquanto testemunhos únicos dos recursos coletivos”⁶⁷.

Como notado nas transformações vistas anteriormente, a concepção contemporânea da conservação de bens culturais vai se fundamentar em mudanças de valores, no paradigma do relativismo cultural e num novo conceito de historicidade. Neste sentido, Riegl teria sido o primeiro a “proporcionar uma análise clara dos valores que distinguem as abordagens tradicional e moderna” da conservação⁶⁸. Neste sentido, é significativo notar que a abordagem moderna não ofereceria uma clara hierarquia de valores como no caso das sociedades tradicionais, caso em que suas ações eram fortemente dirigidas por modelos universais.

Desde o Iluminismo, a ciência fora reconhecida em lugar de destaque nas atividades do homem e da sociedade. Neste sentido, a abordagem moderna da conservação sempre esteve pautada no conhecimento científico e nas abordagens científicas. Assim, desde o século XVIII, as abordagens científicas que propiciaram a descoberta de antiguidades, dirigiram também a forma de conservação. No século XIX, haveria uma maior ampliação do conhecimento técnico e científico e do interesse na utilização de novos métodos de conservação: os métodos de abordagem científica e técnica se ampliariam e seriam reconhecidos na atividade de conservação em todo o mundo. Diferenças nas abordagens do historiador e do apreciador da arte seriam discutidas principalmente por Panofsky⁶⁹ e nas abordagens técnico-científica e histórico-humanística por Philippot⁷⁰. Alguns teóricos levantariam ainda a questão se a conservação deveria ser incluída nas ciências. Sobre este problema Argan, já em 1938, “reconhecia as várias habilidades técnicas e humanísticas requeridas na conservação e restauração, e enfatizava a abordagem crítica na apreciação das obras de arte”⁷¹. Neste sentido, segundo Jokilehto, a conclusão seria que “as ciências deveriam ser usadas como ‘instrumentos’ de acordo com os diferentes requerimentos dos diferentes temas relacionados à conservação”. A conservação não seria considerada uma ciência, mas uma disciplina moderna na qual as

⁶⁶ UNESCO, 1982. Ver neste sentido a ampliação conceitual refletida nas categorias de bens culturais definidas pela Comissão Franceschini (1964-1967) em GONZÁLEZ-VARAS, 1999, p.45.

⁶⁷ GONZÁLEZ-VARAS, 1999, p.17.

⁶⁸ JOKILEHTO, 1999, p.295.

⁶⁹ PANOFSKY, 1996.

⁷⁰ PHILIPPOT, 1996.

⁷¹ JOKILEHTO, 1999, p.300.

ciências seriam utilizadas para o estudo dos aspectos variados, no caso específico, das obras de arte⁷².

Uma outra perspectiva relativista seria elaborada por Khun, em sua análise sobre a relação entre ciência e história. Este autor identificaria na História da Ciência “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”, o que ele chamaria de “paradigmas” científicos. Segundo ele, a atividade da ciência “normal” seria baseada no pressuposto que os cientistas sabem como funciona o mundo; no entanto nesta atividade, em muitos casos, os cientistas suprimiriam novidades que subverteriam seus compromissos fundamentais. Frente às descobertas destes fatos ou fenômenos que subverteriam a tradição existente dar-se-iam as revoluções científicas⁷³.

Neste sentido, Khun introduziria a idéia de que seria impossível fixar verdades ou objetivos científicos universais, já que a História da Ciência ocorrera sem a definição de um objetivo específico, uma verdade científica permanente e compromissos fundamentais, onde na verdade cada estágio da ciência teria seu melhor exemplar. Neste sentido, segundo Jokilehto, poderíamos compreender as teorias de Riegl e Cesare Brandi (1906-1988), “onde estes estavam conscientes da importância de enfatizar os aspectos culturais e humanos da restauração em contraponto a tecnologia e ciência, que seriam apenas um suporte necessário, não o objetivo”. Neste sentido, segundo Jokilehto, poderíamos concluir que Kuhn nos mostra que não apenas a humanidade mas toda a ciência dependeria de julgamentos de valor, e que a ciência não apresenta uma “verdade absoluta”, como havíamos acreditado durante os dois séculos passados. Neste sentido, percebe-se que a essência do conservação contemporânea seria baseada na “definição de valores e coincidente com a afirmação de que a conservação do patrimônio cultural seria fundamentalmente um problema cultural”⁷⁴.

Segundo Jokilehto, a consciência do significado do patrimônio é resultado de uma série de diferentes influências, as quais poderiam ser agrupadas em: “monumentos como memoriais”; “restauração estilística”; “conservação moderna” e “continuidade tradicional”. Estas influências

⁷² BRANDI, 2005.

⁷³ KUHN, 1991, p.13.

⁷⁴ JOKILEHTO, 1999, p.301a.

não se desenvolveram numa seqüência cronológica, mas sim paralelamente na trajetória do campo da conservação de bens culturais. Segundo o autor, “cada linha de influência deve ser entendida como um complexo amálgama de idéias e políticas, e a prática pode ser o resultado de vários deles”⁷⁵.

Neste sentido, para Jokilehto, seria possível agrupar as tendências no campo da conservação de bens culturais em quatro categorias. Em relação à categoria “monumentos como memoriais”, devemos observar que a dialética entre o significado político e estético dos monumentos antigos recebeu um novo significado com a consciência histórico do século XVIII, sendo posteriormente sua mensagem interpretada em associação ao campo da filologia e lingüística. No Renascimento, a proteção dos monumentos iniciara-se com o foco nos que continham inscrições latinas; subseqüentemente o valor documental dos monumentos seria estendido a seu próprio aspecto material. Naquele contexto, o principal significado dos monumentos estaria contido nas lições que deveriam ser repassadas às gerações presentes e futuras. Posteriormente, a valorização dos monumentos dar-se-ia em função das conexões político-patrióticas com os mártires cristãos ou com a história da igreja, assim como por serem símbolos de *status* social. Ao mesmo tempo, emergiria o valor estético dos monumentos e conseqüentemente a tendência, na prática, do restauro de sua integridade estética. Ainda, neste sentido, nota-se que os monumentos ainda seriam, em muitos casos, conservados como o objetivo de redefinir um novo valor político, e muitas vezes patriótico. Neste sentido, muitos monumentos tornar-se-iam parte da história das nações e, neste caso, podemos perceber que esta seria a base de muitas das políticas nacionais de conservação do patrimônio.

Caracterizando a categoria de “restauração estilística”, enquanto o objetivo inicial da proteção dos monumentos estaria relacionada à história, à ciência e à arte, a restauração, posteriormente, se preocuparia com a integridade estilística, onde as justificativas variariam de motivos morais-religiosos, aos valores românticos, à abordagem racional-científica. A restauração estilística seria sistematizada por Mérimée e Viollet-le-Duc no século XIX. Este movimento, segundo Jokilehto, seria fortalecido pela atitude pragmática e positivista que enfatizava o uso dos edifícios históricos, do que seu valor enquanto documento histórico⁷⁶. Esta postura desenvolver-se-ia da unificação e purificação do estilo ao *restauro storico* na Itália e ao *period restoration* nos EUA.

⁷⁵ JOKILEHTO, 1999, p.301b.

⁷⁶ Cf. GONZÁLEZ-VARAS, 1999.

Ainda neste sentido, com o crescimento do “conhecimento em história e com a argumentação do turismo enquanto importante fonte de renda para a conservação, a restauração estilística continuaria influente até o século XX”⁷⁷.

Em relação à categoria “conservação moderna”, a tomada de consciência histórica moderna seria o principal fator de revalorização dos monumentos históricos a partir da segunda metade do século XIX. Um novo conceito de historicidade se manifestou na crescente crítica sobre as intervenções nos monumentos e a ênfase na necessidade de se preservar dos os períodos da história de um monumento, assim como na manutenção das marcas do tempo. Os princípios da conservação moderna foram antecipados por Winckelmann⁷⁸, e gradualmente passaram pela crítica de Ruskin, Morris e Boito⁷⁹, para serem formulados numa teoria moderna por Riegl, Giovannoni e Brandi⁸⁰. Na prática, a conservação promoveu o avanço da ciência e da técnica e levou ao aparecimento de novos conceitos e métodos de intervenção. Pode-se notar, assim como Jokilehto, que a “abordagem levou a conservação e restauração da esfera artística para a esfera crítica, onde ao invés de propor modelos para serem seguidos, estabeleceu um processo crítico para a definição do que e como conservar.

E finalmente, em relação à “continuidade tradicional”, percebe-se, principalmente nos últimos anos, a crescente preocupação com a “regeneração dos valores” que emergiu com um tema fundamental na conservação. Segundo Jokilehto, desde o século XVIII houve um grande interesse na conservação das fontes autênticas da arte popular e da criatividade como expressão da identidade cultural. Conseqüentemente esta visão resultou na crescente preocupação com a proteção das “áreas e comunidades tradicionais” como garantia da diversidade cultural e da continuidade das “culturas vivas” (*living cultures*)⁸¹. Esta tendência desenvolver-se-ia juntamente com o interesse ecológico global e com a questão do desenvolvimento sustentável. Desta forma, percebe-se como Jokilehto, que, “anteriormente, os principais valores associados com o patrimônio cultural seriam culturais e científicos”; no entanto, com estas “novas tendências de globalização estes são confrontados com as realidades sociais

⁷⁷ JOKILEHTO, 1999, p.303. Ver FITCH, 1998.

⁷⁸ JOKILEHTO, 1999.

⁷⁹ JOKILEHTO, 1999.

⁸⁰ JOKILEHTO, 1999.

⁸¹ Neste sentido, alguns princípios seriam estabelecidos no documento *Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore*, publicado em 15 Novembro de 1989. Ver em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13141&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Ver também JOKILEHTO, Jukka. *International Trends in Historic Preservation: from ancient monuments to living cultures*. APT Bulletin, vol. 29, no. 3/4, 1998, pp. 17-19.

e econômicas, e com as políticas de desenvolvimento ambientalmente sustentável”⁸². Neste sentido, percebe-se que uma mudança gradual da ênfase no restabelecimento do *status quo* dos bens culturais à proteção do *know-how* vinculado aos saberes tradicionais e às “culturas vivas”, onde a questão mudança torna-se uma questão essencial. Assim, a questão sobre o que é mantido e sobre o grau de mudanças aceitáveis quando nos deparamos com as diversas categorias de bens culturais⁸³. Em sua maioria, as categorias de bens culturais estão sempre submetidas a mudanças graduais e contínuas. Neste sentido, segundo Jokilehto, mesmo que sejam perceptíveis pontos de origem no século XIX, as metodologias de conservação das “áreas históricas” seriam definidas a partir da segunda metade do século XX. Estas resultaram, em essência, no estabelecimento de recomendações internacionais que seriam refletidas em estratégias de planejamento nos níveis nacional e local.

Uma outra transformação que contribuiria para o estabelecimento de uma nova perspectiva na conservação de bens culturais, seria a substituição da ideologia das nacionalidades, na qual se baseava a atuação estatal na definição das políticas de patrimônio, pela noção de *direitos culturais* que, segundo Fonseca, surgiriam como uma nova forma de sua legitimação. O reconhecimento dos direitos culturais seriam resultado, dentre outras causas, de um crescente movimento de “antropologização” do conceito de cultura⁸⁴. No entanto, ainda neste sentido, para a autora, este seria também objeto de crítica de alguns teóricos que ainda considerariam como base essencial da noção de patrimônio os valores como monumentalidade, singularidade e excepcionalidade. Segundo esta visão, estes teóricos criticariam “a aplicação de critérios etnográficos para a seleção de bens patrimoniais”, mas no entanto, ela acredita que estes não estariam reconhecendo sua dimensão política e ideológica⁸⁵.

Segundo Fonseca, a expressão *direitos culturais* surgiria primeiramente na Constituição soviética de 1918, mas somente seria de fato reconhecida com a Declaração dos Direitos Humanos,

⁸² JOKILEHTO, 1999, p.304.

⁸³ Neste sentido, seria interessante ver a discussão levantada por Castriota sobre o trabalho da arquiteta Leda Leonel com os índios Cinta Larga, no Brasil. O autor, baseado em conceitos da antropologia e da filosofia, discute a relação entre mudança e permanência, modernização e tradição, na experiência vivenciada pela arquiteta. Ver CASTRIOTA, 2000.

⁸⁴ Ver FONSECA, 1997, p.73.

⁸⁵ FONSECA, 1997, p.71.

elaborada pela ONU em 1948⁸⁶. Seu reconhecimento passaria pela compreensão de que estes não responderiam a interesses individuais, mas sim coletivos. No entanto, segundo Bobbio, apesar de reconhecidos, um dos problemas fundamentais seriam as suas garantias⁸⁷. Para Fonseca, suas garantias passariam pelo fortalecimento do Estado e pela mobilização da opinião pública para além do reconhecimento jurídico e do estabelecimento de regime democrático, a criação de uma estrutura de sociedade que garantiria o acesso a todos os cidadãos a estes direitos. Cabe ainda mencionar, em concordância com Fonseca, que a difusão do relativismo cultural também tornou mais problemática uma concepção universalista de cultura e de direitos culturais, o que significaria, no meio intelectual principalmente, a legitimação de uma cultura em detrimento de outras⁸⁸.

⁸⁶ FONSECA, 1997; p.72. Ver especialmente o artigo 27 da declaração em: <http://www.un.org/rights/>.

⁸⁷ BOBBIO, 1992 *apud* FONSECA, 1997.

⁸⁸ FONSECA, 1997, p.75. Ver por exemplo as tendências ao reconhecimento dos valores contextuais no documento Declaração do México de 1985, onde afirma-se que um dos princípios da garantia da identidade cultural estaria no reconhecimento da cultura enquanto “um sistema de valores único e insubstituível, já que as tradições e as formas de expressão de cada povo constituem sua maneira mais acabada de estar presente no mundo” (IPHAN, 2000; p.272). E ainda neste sentido ver a *Declaration on Cultural Diversity* adotada na 31ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO em Paris, 2 Novembro de 2001, em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160m.pdf>.

1.3. Aspectos da Conservação de Bens Culturais no Brasil

Para analisar, a princípio, a trajetória da conservação de bens culturais no Brasil, podemos recorrer à periodização já estabelecida na literatura. Assim, esta seria estabelecida em dois períodos distintos: um primeiro período marcado pelos anos 30-40 -a fase “heróica”-, e um segundo período decorrente de mudanças sociais nos anos 70-80 -a fase “moderna”. Na primeira fase se daria a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em função de dois fatos que caracterizariam o contexto cultural da época na primeira metade do século XX, segundo Fonseca, “o movimento modernista e a instauração do Estado Novo, em 1937⁸⁹”. Segundo a autora, para compreender a formação do Sphan⁹⁰ como órgão fundamental na área da cultura seria essencial se compreender um fato ligado a um movimento de renovação cultural e outro ao estabelecimento de um governo autoritário.

No Brasil, a conservação dos bens culturais seria uma preocupação tardia a ser considerada como relevante pelo Estado, que se iniciaria apenas na década de 1920. A partir de denúncias feitas por intelectuais sobre o abandono das “cidades históricas” e sobre a destruição do que seria considerado o “tesouro nacional”, num ambiente em que diversos movimentos tanto políticos quanto intelectuais teriam em comum “a crítica aos modelos políticos e culturais da Velha República” que, apesar de certas tendências heterogêneas, “provocaram a progressiva erosão da legitimidade do regime e mobilizaram a opinião pública para a idéia de mudança”⁹¹. Tal mudança se daria na esfera artística, principalmente na literatura, nas artes plásticas e na arquitetura onde essas mudanças, para alguns autores poderiam também ser caracterizadas pela passagem de um projeto estético a um projeto ideológico⁹². Neste sentido, nos parece importante salientar a idéia de ruptura provocada pelo modernismo e principalmente sua participação na definição do sentido de nacionalidade com o qual seria fundada a nossa noção de patrimônio e a política nacional de preservação.

Naquele contexto de um crescente envolvimento em questões sociais e políticas, os intelectuais vão manifestar, ao nosso ver, em sua atividade artística a autonomização ocorrida dentro da própria esfera artística. Os modernistas do século XX vão provocar a ruptura com uma “tradição”

⁸⁹ FONSECA, 1997, p.82.

⁹⁰ Nomes da instituição no decorrer de sua existência: SPHAN (1936/46), DPHAN (1946/1970), IPHAN (1970/1990), IBPC (1990/1994), IPHAN de 1994 até a atualidade.

⁹¹ FONSECA, 1997, p.85.

⁹² Ver neste sentido LAFETÁ, 1974 *apud* FONSECA, 1997, p.87.

estética que teria suas origens principalmente no Romantismo do século XIX. Tradição esta que, segundo Antônio Cândido, se manifestava na literatura brasileira tomada por influências européias perdendo assim seu potencial crítico e reflexivo, e tornando-se incapaz de constituir uma representação crítica da realidade social⁹³. No entanto, seria uma outra característica desta atividade, a sua preocupação com o particularismo e universalismo das criações artísticas, numa preocupação com a construção de uma “tradição” autenticamente nacional. A construção do patrimônio nacional vai estar imbuída dos pressupostos modernistas da universalidade e da particularidade e da autonomia da esfera artística, num contexto de intensa modernização cultural.

Neste embate entre tradição e modernidade é que, a partir de uma narrativa da história nacional, seria estabelecida uma relação, entre diferentes períodos da arquitetura nacional, no caso a Colonial e Modernista. Nesse contexto, não seria estranho que a primeira ação do governo federal no sentido da preservação do patrimônio seria o reconhecimento oficial da cidade de Ouro Preto, como monumento nacional, formalizada pelo decreto 22.928 de 12 julho de 1933. No entanto esta ainda poderia ser caracterizada como uma ação isolada, destituída do respaldo de uma política de proteção do patrimônio, a qual somente seria institucionalizada em 1936. No Estado Novo, dar-se-ia então a instauração de uma nova ordem política, econômica e social, e de um projeto de construção da nação ao qual seria integrado o ideário do patrimônio⁹⁴.

Segundo Fonseca, a criação de um órgão de preservação nacional estaria muito próximo às experiências européias mas apresentaria algumas particularidades. Segundo a autora, diferentemente das versões européias onde as iniciativas de preservação se voltavam para os bens isolados (no estabelecimento de museus, monumentos, etc.), no Brasil os bens seriam tratados de forma abrangente a serem preservados em todo seu universo. A explicação para tal fato estaria na concepção de cultura e bens culturais elaboradas por seus principais representantes, Mário de Andrade em seu anteprojeto e Rodrigo Melo Franco de Andrade -então diretor do Serviço- em seu decreto-lei n°. 25⁹⁵. De fato, tem sido digno de nota a concepção de patrimônio cultural contida no anteprojeto de Mário⁹⁶, onde este desenvolvera um conceito de arte que abrangeria as manifestações eruditas e populares e populares, afirmando seu caráter

⁹³ CÂNDIDO, 1980.

⁹⁴ FONSECA, 1997, p.96.

⁹⁵ FONSECA, 1997, p.97.

⁹⁶ O anteprojeto de Mário foi encomendado pelo então Ministro Gustavo Capanema para a criação do serviço federal de proteção ao patrimônio em 1936.

universal e particular. Para Mário, a arte seria “uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos”⁹⁷.

Seria interessante discutir, dentro da concepção andradeana do patrimônio, a idéia de democratização do saber que se expressava claramente na sua concepção dos museus. Vistos como importantes espaços de guarda e divulgação, estes seriam, principalmente, organizados segundo os diferentes níveis de governo. Mário preconizava a criação de museus nas escalas nacional e municipal, a serem organizados em critérios distintos. Neste sentido, os museus nacionais tenderiam à generalização, enquanto “os museus municipais seriam ecléticos, seus acervos heterogêneos, e os critérios de seleção das peças ditados pelo valor que apresentavam para a comunidade local, que participaria ativamente da coleta dos bens”⁹⁸. O anteprojeto traz uma distinção clara que estabelece as portas de entrada para as manifestações populares e eruditas no *corpus* do patrimônio nacional. Assim, se por um lado o reconhecimento das artes eruditas partiriam de instâncias oficialmente consagradas como a sua menção na historiografia da arte, além da própria avaliação pelo Conselho do SPAN; por outro, o reconhecimento das outras manifestações não eruditas, se daria através de disciplinas como a arqueologia e etnografia, as quais iriam legitimar a inclusão destes bens nos Livros do Tombo⁹⁹.

Um outro aspecto importante, mas não exclusivo da política nacional, seria a relação entre os interesses individuais e coletivos, do ponto de vista legal e a problemática da legitimação social da atividade de preservação. Neste contexto o tombamento surgiria, segundo Fonseca, “como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais”, o qual seria a base de atuação na política de preservação proposta no decreto-lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937. Seria esta a solução do ponto de vista legal; no entanto, do ponto de vista de sua legitimidade social seria alcançada através de um “padrão ético de trabalho”, que pautava o desenvolvimento dos trabalhos em rigorosos critérios científicos; na escolha dos colaboradores adequados; na manutenção da imagem de uma instituição coesa, desvinculada de interesses político-partidários

⁹⁷ ANDRADE, 1981.

⁹⁸ FONSECA, 1997, p.101.

⁹⁹ Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Ver o anteprojeto em IPHAN, 1980, p.55.

e voltada ao interesse público; e, sobretudo, na forte defesa dos princípios da atividade estabelecidos no decreto-lei¹⁰⁰.

Neste sentido, percebe-se na atuação do Sphan que o processo de atribuição de valores se instaura na tradição existente de constituição dos patrimônios nacionais: parte das categorias da história da arte. No entanto estas concepções seriam reelaboradas segundo os pressupostos dos valores de nacionalidade. Segundo Fonseca, além deste fato é interessante notar que o que marca a atuação do Sphan é o fato de que a produção e a divulgação do saber desenvolvido seria considerada mais importantes que os próprios bens e seu tombamento, por que era no conhecimento que se assentava a sua prática¹⁰¹.

Importante notar, segundo a leitura de Fonseca¹⁰², que a atividade da Sphan, em princípio, se fundamentaria em suas próprias versões do que são valores culturais, juntamente com as noções de valores nacional e excepcional; no entanto, na prática, aspectos ideológicos e políticos influiriam sobre a interpretação feita por seus principais agentes, ou seja, seu quadro técnico. A análise dos critérios de escolha e preservação do patrimônio em sua fase heróica, segundo a autora, nos leva à perceber que prevalecera claramente o valor artístico, com análise das obras segundo seus cânones; a consideração de seu valor histórico não era uma preocupação real, salvo em sua relação com a autenticidade das fontes de pesquisa; o instrumento de legitimação das escolhas era a própria autoridade dos técnicos que, na maioria das vezes, tornava desnecessárias as justificativas elaboradas; a atuação se pautava na prioridade em assegurar a inscrição dos bens nos Livros do Tombo, fazendo com que a problemática dos critérios nas inscrições segundo as diferentes categorias ficasse em segundo plano.

Por fim, em sua fase heróica, seria importante ressaltar a especificidade da situação do SPHAN no Estado Novo, a qual seria marcada por seu alto grau de autonomia dentro de um Estado centralizador; o caráter altamente técnico e científico de sua atividade e sua utilização na mobilização das massas pelo Estado Novo; e a ênfase nos valores universais em um momento de alta afirmação da cultura nacional, o que visaria estimular o civismo da população. No entanto, segundo Fonseca, os intelectuais do patrimônio teriam por objetivo a defesa dos valores

¹⁰⁰ FONSECA, 1997, p.105.

¹⁰¹ FONSECA, 1997, p.110.

¹⁰² FONSECA, 1997, p.116.

universais artísticos e culturais, dentro de um nacionalismo mais cultural que político. Neste sentido estes viam na instauração da nova ordem a possibilidade de criação de instituições sólidas que implantassem os padrões cultos de conhecimento, sendo assim visto como de inegável interesse público. Durante este período, seria possível distinguir entre os modernistas “uma primeira geração ancorada nos valores éticos da ‘verdade’ e do ‘interesse público’, numa concepção da nacionalidade que tenta compatibilizar o universal e o particular”, com a crença de que seria possível atuar no Estado autoritário com o objetivo de criar tais instituições e uma segunda geração “com uma visão politizada da realidade brasileira, comprometida com o *povo*, e que atuava através do engajamento partidário”¹⁰³. No entanto, percebe-se que a única forma vista como possibilidade para criar na população o *sentido* do patrimônio seria a educação.

Após um período marcado pela intensa atuação do SPHAN, a instauração do governo democrático, em 1945, não chegaria a afetar a política federal de preservação, que se manteria sob a mesma orientação até a década de 1960. Neste período raramente o patrimônio seria visto como arena importante no campo político, ideológico e econômico nacional. Segundo Arantes, sua atividade não se renovou, mas sim se tecnificou¹⁰⁴. A questão do patrimônio seria tratada, a partir dos anos 1970, segundo uma equação diferente da formulada nos anos 1920 e 1930.

Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreriam significativas mudanças na temática do desenvolvimento nacional, frente à qual o SPHAN encontraria grande desafios. Segundo Fonseca, “neste período, a ideologia do desenvolvimentismo atrelou o nacionalismo aos valores da modernização”¹⁰⁵. Seria esta, então, a época dos grandes impulsos de industrialização, urbanização, estimuladas pela construção dos *grandes empreendimentos*, como a cidade de Brasília e os *conjuntos habitacionais*, onde o caráter cultural desenvolvido na política de atuação do SPHAN no primeiro período revelar-se-ia inadequado ao novo modelo de desenvolvimento¹⁰⁶.

Neste período o SPHAN recorreria à ajuda internacional da Unesco, mais especificamente a partir de 1965, para reformular e reforçar a sua atuação, segundo Fonseca, “visando a compatibilizar os interesses da preservação ao modelo de desenvolvimento então vigente no Brasil”¹⁰⁷. Desta forma, tomava a consciência clara de que seria mais que necessário demonstrar

¹⁰³ FONSECA, 1997, p.123.

¹⁰⁴ ARANTES, 1987 *apud* FONSECA, 1997, p.139.

¹⁰⁵ FONSECA, 1997, p.141.

¹⁰⁶ MILET, 1988 *apud* FONSECA, 1997, p.141.

¹⁰⁷ FONSECA, 1997, p.142.

a relação entre o valor cultural e o econômico da conservação dos bens culturais, e não apenas buscar o convencimento de autoridade e da população por meio da justificação cultural. Seria neste sentido que apareceriam, segundo os princípios das Normas de Quito (1967), os compromissos de Brasília (1970) e Salvador (1971). Estes compromissos levariam à criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), em 1973. Além disto seria criado também o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975¹⁰⁸. Um dos princípios desta nova orientação seria a descentralização¹⁰⁹, onde principalmente os estados e municípios exerceriam uma atuação supletiva à federal na proteção e conservação dos bens culturais de valor nacional, e sob orientação técnica do então Dphan, a proteção dos bens de valor regional, a través da criação de corpos técnicos e legislação pertinente.

O CNRC iniciaria suas atividades já no ano de sua criação sob a direção de Aloísio Magalhães, onde os integrantes do quadro funcional distinguir-se-ia do antigo quadro formado majoritariamente por arquitetos. Este novo quadro seria marcado pela presença de pesquisadores das áreas de ciências físico-matemáticas, definidas pelas especialidades da informática e educação; técnicos em biblioteconomia e documentação; cientistas sociais e outros intelectuais. Segundo Fonseca, “a diversidade na formação acadêmica e o interesse pessoal por mais de uma área de saber eram requisitos considerados favoráveis a uma compatibilidade com a proposta do CNRC” onde, “na realidade, a especialização era considerada um risco para a produção do conhecimento que se desejava alcançar”¹¹⁰. Seria neste sentido que esta autora aponta que os projetos elaborados pelo Centro deixariam de lado modelos de interpretação consagrados, incluindo seus quadros conceituais e disciplinares, para se direcionar segundo uma perspectiva *interdisciplinar*, para a compreensão dinâmica dos processos culturais. Assim, gozando de grande autonomia de atuação, o CNRC estabeleceria os conceitos e princípios de sua atividade na década de 1980, os quais fundamentariam a política da Secretaria da Cultura do MEC, em 1981, e seriam posteriormente incorporados à Constituição Federal, em 1988.

Além da própria formação heterogênea de seu quadro funcional, seria importante anotar que, segundo Fonseca, a atuação do Centro atrairia diversos outros pesquisadores independentes e projetos de pesquisa pouco “ortodoxos”. O CNRC daria ênfase aos programas de mapeamento

¹⁰⁸ IPHAN, 1980, p.20.

¹⁰⁹ No sentido desta tendência à ampliação da participação e mudança de orientação do Serviço, ver também FONSECA, 1996.

¹¹⁰ FONSECA, 1997, p.145.

do artesanato nacional, levantamentos sócio culturais, levantamentos sobre a história da ciência e tecnologia no Brasil e sobre a história nacional. Seria importante também ressaltar aqui, segundo Fonseca, que a diferenciação entre as diversas instituições voltadas para o conhecimento da cultura nacional já existentes e o CNRC seria exatamente o fato que este não se preocupar com a coleta de bens, mas sim com a produção de referências, que poderiam ser utilizadas para o planejamento econômico e social.

Assim, de forma deferente do SPHAN, o CNRC trabalharia a problemática da proteção e conservação do patrimônio segundo uma concepção contemporânea de *bens culturais*. Neste âmbito, sua atuação estaria arraigada na valorização das raízes populares, na construção da identidade nacional, como também o fizera o SPHAN; no entanto a perspectiva agora adotada não seria mais a do folclore ou etnografia, mas só tratava do interesse em sua capacidade de gerar valor econômico e de apresentar alternativas apropriadas para o desenvolvimento brasileiro”, introduzindo, segundo Fonseca, uma mediação política relevante entre cultura popular e interesse nacional¹¹¹. Sua preocupação se voltava para a proteção e divulgação das manifestações “vivas”, inseridas nas práticas sociais contemporâneas, que posteriormente fariam parte do conceito de “patrimônio cultural não consagrado”. Estas seriam as manifestações não reconhecidas e não compreendidas pela política de proteção oficial ou mesmo pelas classes cultas. Seria esta a visão explorada por Aloísio Magalhães em seu artigo intitulado “Bens culturais: instrumentos para um desenvolvimento harmonioso”¹¹².

O ano de 1979 se tornaria um marco onde se celebraria a unificação da política federal de preservação, quando ocorreria a fusão do IPHAN, PCH e CNRC, que se reuniriam em uma só instituição, “os recursos e o *know-how* gerencial do PCH, o prestígio e a competência técnica do Iphan e a visão moderna e renovadora do CNRC”. Neste sentido seria ainda criado a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM), um órgão executivo.

A partir dos anos 1980, nota-se que a preservação assumiria conotações políticas na maioria dos contextos culturais do Brasil, no momento em que emergiria as noções como “diversidade cultural”. Neste sentido, com a noção de “patrimônio cultural não consagrado” e com a ampliação da participação na construção e conservação do patrimônio, a política do FNpM vai ser marcada

¹¹¹ FONSECA, 1997, p.151.

¹¹² MAGALHÃES, 1997.

por sua inserção na luta que então mobilizava a sociedade brasileira pela cidadania. Neste sentido, seria importante notar que se tornaria uma prática a constante consulta à população dos “centros históricos” protegidos em nível federal.

Seria importante chamar a atenção para a própria gestão do processo de reordenamento da instituição da área cultural do MEC organizado por Aloísio Magalhães, visando administrar os *conflitos de interesse* entre as áreas até então autônomas. Neste sentido, foram organizados uma série de seminários técnicos, procedimento este que também foi utilizado em 1981 para a elaboração das “Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC”. Desta forma, pode-se dizer que a diferença entre a fase “herórica” do Sphan e a política contida neste documento, seria que este não se proporia a esclarecer às massas, através de uma campanha educativa, a importância dos valores histórico e artístico. Ao invés disto, acreditava-se que as ações da política cultural federal deviam “se voltar prioritariamente não só para o atendimento das necessidades econômicas e política dos grupos sociais até então excluídos -simbólica e materialmente- dos benefícios desta política”. Afirmar-se que seria preciso que a população passasse a participar do processo de construção e gestão desta produção cultural, incluindo nesta o patrimônio. Assim, seria pela via da participação e não mais pela via da seleção de bens por seu excepcional valor que se buscaria a legitimação da política de conservação nos anos 1980.

Segundo Fonseca, seria portanto fundamentado nas noções de “bem cultural”, “diversidade cultural” e “continuidade”, e na afirmação de seu potencial criativo da área cultural, que o CNRC formularia uma resposta para a problemática do desenvolvimento no Brasil, reconhecendo também seu valor econômico como foco de interesse para o desenvolvimento de seus próprios trabalhos. A partir desta abordagem da cultura, vamos perceber a sua diferença da vertente tradicional, que tinha predominantemente sido regulada pelo poder público e regulamentada a partir de campos disciplinares como a história da arte, estética, história e arqueologia. No entanto, a proposta de democratização do CNRC, fundamentada no argumento político e na concepção antropológica da cultura, encontraria, na prática, dificuldades e limites que lhes seriam próprios, “para a qual interessava que a atuação do Estado se limitasse a assegurar a liberdade de expressão e a fornecer formas de estímulo à criação, sobretudo através de apoio financeiro”¹¹³. De fato, a síntese proposta por Aloísio Magalhães não chegaria a se concretizar,

¹¹³ FONSECA, 1997, p.166.

sobretudo em função das *diferenças de orientação* dos grupos formadores desta nova política. Segundo Fonseca, “a proposta do CNRC, apropriada e desenvolvida pelo FNpM, encampada pela SEC e, em certa medida, inclusive pela Constituição Federal de 1988, ficou conhecida praticamente apenas enquanto discurso”¹¹⁴.

Desta forma, seguindo a análise de Fonseca sobre a trajetória da conservação de bens culturais no Brasil, pode-se notar claramente em cada uma de suas fases qual vai ser a representação do patrimônio, dada através dos processos de valoração e seleção específicos, além dos instrumentos de proteção utilizados e seus principais agentes. A trajetória da conservação no Brasil pode ser vista nitidamente sob o contexto de modernização cultural ocidental, segundo o qual constituir-se-iam o sentido do patrimônio em vários países, ou seja, “a práticas voltadas por valores leigos, à autonomização das diferentes esferas da vida social, e à constituição dos Estados-nações, legitimada sobre noções como cidadania e interesse público”. Sintetizando os resultados de sua pesquisa, a autora aponta que durante as duas “fases” da trajetória da conservação de bens culturais no Brasil ficam claras as mudanças significativas de orientação das instituições envolvidas. Nota-se gradualmente a inserção da produção cultural de diferentes grupos e etnias, imigrantes, e zona do território nacional de ocupação mais recentes; a crescente preocupação com a cultura popular e industrial; outros estilos artísticos passaram a ser considerados na proteção. “Entretanto”, anota a autora, “essa imagem *objetiva* da nacionalidade ainda está longe de ser representativa da pluralidade cultural brasileira”¹¹⁵. Essa espécie de “mapa do Brasil passado” mostrava um “país que foi passado a limpo formando um conjunto de bens móveis e imóveis tombados”, com lugares e tempos privilegiados¹¹⁶. Um mapa formado por um conjunto hierarquizado de bens culturais, excluídas as marcas indesejadas do passado recente. De qualquer forma, se por um lado, a atuação do SPHAN permitira a recomposição de quatro séculos da história do país, por outro, “nos ofereceu um auto-retrato de uma geração que marcou a vida cultural brasileira deste século e com quem dialogamos ainda hoje, explicita ou implicitamente”¹¹⁷.

Em outro trabalho, Maria Cecília Londres Fonseca avalia a trajetória da política nacional de preservação, nos anos 1970 e 1980, como um período de transformações que passaram

¹¹⁴ FONSECA, 1997, p.174.

¹¹⁵ FONSECA, 1997, p.217.

¹¹⁶ RUBINO, Silvana. Barbosa. O mapa do Brasil Passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, 1996, pp. 97-105.

¹¹⁷ RUBINO, 1996, p. 105.

gradativamente da necessidade de “modernização” do serviço para a idéia de “participação”. Neste sentido, para a autora, a preservação de bens culturais hoje em dia ultrapassou os limites tradicionais do campo, sendo justificada como “condição de garantia de certos direitos universais, que transcendem as particularidades nacionais ou locais”¹¹⁸, tendência esta fortemente ancorada nas noções de “cidadania” e de “direitos culturais”, como forma de legitimação da política cultural. Neste mesmo sentido, para Fonseca, “no campo das políticas culturais, a questão dos direitos humanos passou a centrar no debate entre a universalidade de determinados valores e o relativismo cultural”.

Fonseca nos chama atenção para o “caráter restrito do que então se podia chamar de ‘opinião pública’ no Brasil, e dadas também as objeções de caráter cultural que vinham do meio intelectual, já apontadas, o trabalho do SPHAN havia alcançado, no fim dos 60, pouca visibilidade social”¹¹⁹. De qualquer forma, numa análise da construção da cidadania contida na prática dos tombamentos, em nível nacional, vai se perceber a mudança gradativa de direção, passando de critérios de seleção e valoração dos bens culturais, para a participação de diferentes novos grupos. Neste sentido, a partir dos anos 1970, vários fatores vão influenciar para mudar aquele cenário dominado pelos técnicos. No entanto, cabe ressaltar, que a ampliação do conjunto de atores e bens culturais a serem selecionados e preservados levou à percepção de que a prática e instrumentos de preservação em voga tornar-se-iam insuficientes. Entretanto, segundo Fonseca,

a ampliação do espectro de bens apresentados para tombamento implicou problemas novos nas tomadas de decisão quanto ao que tomar, pois, como os próprios técnicos da SPHAN reconheciam, a instituição - que se municiara com tanto rigor para fundamentar a proteção de bens do período colonial e do Império - não estava preparada para selecionar e para proteger ‘coisas’ estranhas ao universo dos patrimônios, e que haviam se servido, inclusive, de contraponto para a valoração dos bens patrimoniais (FONSECA, 1996, p. 158).

Neste sentido, poder-se-ia exemplificar, como o faz Fonseca, no caso do patrimônio urbano, com o exemplo do Palácio Monroe, no Rio de Janeiro; no caso da preservação do patrimônio natural com os exemplos dos tombamentos do morros, também no Rio de Janeiro, e no caso do patrimônio cultural não-consagrado, com o exemplo do Terreiro da Casa Branca, em Salvador. Hoje sabe-se que na inclusão do patrimônio cultural não-consagrado, que já figurava no cenário por seu valor etnográfico, tratar-se-ia do reconhecimento da produção cultural dos grupos que

¹¹⁸ FONSECA, 1996, p. 153.

¹¹⁹ FONSECA, 1996, p. 155.

estavam à margem da história oficial. Neste sentido, a Fundação Pró-Memória seria a responsável por uma série de tombamentos dos produtos da cultura afro-brasileira. Para Fonseca,

resultado de uma mobilização conjunta de movimentos negros, intelectuais e políticos, esses tombamentos não tinham como alvo principal a proteção desses bens em si mesmos, mas sobretudo a repercussão simbólica e política de sua inclusão no patrimônio cultural nacional. Outro aspecto importante dessa luta era a reivindicação de que esses bens fossem inscritos por seu valor histórico (e não apenas etnográfico), de testemunhos da presença do negro na construção de uma civilização brasileira (FONSECA, 1996, p. 160).

Como se sabe, o tombamento do Terreiro da Casa Branca provocara um intenso debate entre os técnicos da SPHAN, “à medida que se julgava que esse bem, por suas características e devido ao uso a que se propunha, não apresentava os requisitos necessários para o tombamento”. Pode-se afirmar que, aconteceram casos como este nos diversos estados e municípios do país que já apresentavam uma política cultural em institucionalização¹²⁰.

Por fim, pode-se notar que a análise da na fase “moderna”, o objetivo era ampliar a representação da cultural nacional construída pelas instituições estatais relacionada aos interesses econômicos, sociais e posteriormente às questões relacionadas à cidadania. No entanto, segundo Fonseca, mesmo frente a esta tendência apontada, hoje ainda seria necessário politizar a atividade de conservação, possibilitando, principalmente, a apropriação dos bens pelos diferentes grupos sociais, assim como permitindo a circulação destes bens no “espaço público”. Assim, a autora aponta como transformações necessárias na atuação sobre o patrimônio, uma mudança nos procedimentos e critérios de seleção dos bens culturais, incorporando efetivamente a participação da sociedade, assegurando, através de mecanismos apropriados, a sua representatividade¹²¹. Desta forma, gostaríamos de discutir mais detalhadamente no próximo capítulo a questão dos valores do patrimônio, assim como suas metodologias e critérios de valoração e escolhas dos bens culturais, e o papel dos valores na constituição de políticas de conservação mais democráticas.

¹²⁰ . Neste sentido, por exemplo, foi o que ocorreu nas transformações da política cultural do estado de São Paulo, como aponta Marly Rodrigues. Ver RODRIGUES, Marly. De quem é o Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, 1996, pp. 195-203. Ver também o caso do tombamento dos campos de futebol de várzea, como apontado por MAGNANI, José Guilherme C. Futebol de várzea também é patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, 1996, pp. 175-184.

¹²¹ FONSECA, 1997, p. 222.

CAPÍTULO 2.

O ESTUDO DOS VALORES DO PATRIMÔNIO NO PANORAMA CONTEMPORÂNEO DO CAMPO DA CONSERVAÇÃO

Neste capítulo, passamos a discutir o tema dos valores culturais e seu papel na atividade de conservação do patrimônio no panorama contemporâneo do campo, delineando seu “estado da arte”. A partir do momento em que percebemos que essa atividade está relacionada a determinados valores culturais, vamos também perceber que os discursos que a informam partem, muitas vezes, de concepções de valor diferentes. Especificamente, percebe-se que as diferentes abordagens da conservação estão relacionadas à discussão entre o objetivismo e subjetivismo axiológicos. Assim, numa concepção contemporânea, vamos perceber que os critérios e justificativas de seleção e conservação de bens culturais vão ser baseadas, ora na crença de que seus valores são absolutos, ora contingentes. Por outro lado, percebemos hoje que a atividade de conservação tem que ser compreendida como parte da ampla esfera cultural, como um fenômeno do discurso público e como uma atividade social, analisa-se as diversas contribuições levantadas sobre a temática dos valores na conservação. Assim, no sentido de compreender esta atividade em um *contexto social* mais amplo, como parte da ampla *esfera cultural* e como um fenômeno do *discurso público*. Nesta mesma perspectiva é que a conservação do patrimônio ambiental urbano, vai percebida como parte da práxis social de construção do ambiente construído, que envolve diferentes atores num “jogo” bastante complexo, constituído de regras que podem variar também com o contexto cultural. Aqui, discute-se o papel dos valores culturais e como considerá-los na construção de novas abordagens da conservação e novas políticas de patrimônio.

2.1. Definição e concepções sobre a natureza dos valores

Primeiramente, gostaríamos de discutir as definições e concepções de valor, antes de entrar na questão da importância dos valores na atividade de conservação do patrimônio. Acredita-se que esta seria uma reflexão valiosa para o campo da conservação de bens culturais, onde se pode constatar ainda uma discussão ainda em aberto. Assim como na atividade de conservação, em

qualquer atividade humana, sabe-se que todo ato de fazer escolhas está baseado em preferências. Quando um indivíduo executa determinada escolha, provavelmente o faz por achar preferível as conseqüências em relação às conseqüências possíveis a que as outras escolhas poderiam levar. Desta forma, Adolfo Sanchez Vázquez, em seu livro sobre a ética, afirma que “poderíamos dizer que ‘a’ é preferível porque se nos apresenta como um comportamento mais digno, mais elevado moralmente ou, em poucas palavras, mais valioso”, deixando de lado as possibilidades “b” e “c” por serem vistas como menos valiosas, ou com um valor moral negativo¹. Neste sentido é que compreendemos que o comportamento moral, que é um fato humano e faz parte do nosso cotidiano, nos é valioso. No entanto, atribuir um conteúdo axiológico, (etimologicamente do grego *áksios*, ponderável, valioso, digno ou conveniente)², “não significa somente que consideramos a conduta boa ou positiva, digna de apreço ou de louvor, do ponto de vista moral; significa também que pode ser má, digna de condenação ou cesura, ou negativa do ponto de vista moral”.

Percebe-se que podemos falar em atos valiosos, mas também em coisas valiosas. Neste sentido, seria importante esclarecer o significado que atribuímos à palavra “valor” e “valioso”, pois para nós tanto são valiosos os atos morais, políticos, jurídicos ou econômicos, quanto os objetos produzidos pelo homem, ou aqueles naturais (como uma cadeira ou uma máquina, uma obra de arte, um código de justiça, um tratado de zoologia, um rio, uma mata, etc.). Desta forma, tanto as coisas criadas pelo homem como as da natureza têm um valor para nós. No entanto, nos interessa refletir sobre a natureza destes valores, pois quando falamos em valores, temos em mente a utilidade, a beleza, a bondade, com seus respectivos equivalentes negativos. Assim, neste sentido, gostaríamos de nos referir, a princípio, aos valores que atribuímos aos objetos, e não aos valores que dizem respeito à conduta humana.

Para pensar sobre a natureza dos valores, é útil de considerar a análise de Vázquez sobre a existência do mineral “prata”. Segundo este autor, pode-se dizer que esta possuiria dois modos de existência: primeiramente, em seu estado natural, nas jazidas, como um material inorgânico, com estrutura e propriedades inerentes; segundo, como matéria transformada pelo trabalho humano, como um objeto de prata. Este último, como matéria do trabalho humano, possui utilidade para a fabricação de objetos artísticos, de decoração, ou utensílios utilizados em

¹ VÁZQUEZ, 2005; p.135.

² HOUAISS, 2002.

serviços, podendo ainda ser utilizada como moeda. Neste sentido, tem-se sua dupla existência: como objeto natural ou como objeto natural humanizado. Como objeto natural, possui determinadas propriedades físicas e químicas, que existem desta forma para o “olhar” do cientista, pesquisador ou estudioso de química inorgânica, por exemplo. Desta forma, percebe-se também que a relação do homem da ciência com este objeto natural será de determinar o que ele é, suas propriedades essenciais e sua estrutura, numa relação de conhecimento. Em sua existência enquanto objeto natural humanizado, por sua vez, a prata já não existe simplesmente como objeto natural, com suas propriedades sensíveis, físicas e naturais, mas passa a apresentar uma série de outras novas propriedades estéticas, prático-utilitárias ou econômicas. Neste sentido, este objeto apresenta propriedades que já não interessam ao cientista como fonte de conhecimento, mas interessam aos outros homens quando estabelecem com outras relações diferentes, não apenas de conhecimento.

Desta forma, nota-se que a prata existiria em seu estado natural, onde suas propriedades interessariam particularmente ao cientista, mas também como objeto dotado de certas propriedades que possuem algum valor quando postas numa “relação especial com o homem”. Segundo a análise de Vázquez, “a prata adquire, no caso, um valor para nós na medida em que o seu modo natural de existência se humaniza, assumindo propriedades que não existem no objeto em si, isto é, à margem da relação com o homem”³. Assim temos que algumas de suas propriedades naturais do objeto, como sua brancura, brilho ou maleabilidade, ao lado de outras “valiosas”, que atribuímos a este enquanto objeto belo, útil ou econômico. Desta forma, nota-se que as propriedades físicas existem no objeto independentemente de o homem o contemplar, trabalhar ou utilizar, assim as propriedades valiosas deste objeto somente existem segundo sua relação com estas propriedades naturais. No entanto, segundo Vázquez, “estas propriedades também podem ser chamadas humanas, porque o objeto que as possui só existe com tal em relação ao homem”. Desta forma este “*vale* não como objeto em si, mas *para* o homem”, assim “o objeto valioso não pode existir sem certa relação com um sujeito, nem independentemente das propriedades naturais, sensíveis e físicas que sustentem seu valor”⁴.

O termo “valor” como o utilizamos hoje em quase todas as atividades humanas deriva da economia, onde segundo a análise de Marx, foi possível desvendar suas características

³ VÁZQUEZ, 2005, p.137.

⁴ VÁZQUEZ, 2005, p.138.

essenciais em termos gerais. Segundo Vázquez, a análise do valor econômico de Marx revelara-se muito fecunda, no sentido que evidencia seu significado social, permitindo responder a uma questão essencial sobre a “objetividade ou subjetividade dos valores ou sobre o tipo particular de sua objetividade”⁵. Na análise marxiana, é possível perceber a dupla relação com as propriedades naturais de um objeto e com o próprio sujeito que o utiliza, sem os quais não existiria o “valor de uso”⁶. Este, por sua vez, que depende da “utilidade” do objeto natural e que só pode existir para o homem, no meio social; esta utilidade não seria algo “etéreo”, mas sim esta estritamente ligada às propriedades do objeto. Assim, o objeto pode existir com suas propriedades materiais; estas, seriam suporte do valor de uso, somente ser apreciado pelo homem social. Seria interessante notar, por contraposição, que enquanto o “valor de uso” de um objeto está relacionado à sua utilidade e a um significado dado socialmente, o “valor de troca” de um objeto se relaciona à quantidade deste mesmo objeto, não mais às suas propriedades.

Quando um objeto possui valor de uso, dizemos que este satisfaz uma necessidade humana, independentemente de ser natural ou produto do trabalho humano. No entanto, quando estes produtos se destinam não somente a serem usados, mas sim trocados, estes se transformam em mercadoria, adquirindo um duplo valor: de uso e de troca, diferentes entre si. Desta forma, interessa aqui ressaltar que tanto o valor de troca como o de uso tornam-se propriedade do objeto somente em relação ao homem, como uma propriedade humana e social, “embora esta propriedade não se apresente no objeto (na mercadoria) com a clareza e transparência próprias do valor de uso”⁷; além disso ambos os valores atribuídos ao objeto só existem em função de suas propriedades naturais e em relação ao homem social.

Quanto à sua definição, segundo Vázquez, poderíamos sintetizar as análises anteriores numa série de traços essenciais do valor, dentre as quais percebe-se que os valores não existem em si, como entidades ideais, mas como objetos reais (ou bens) que possuem valor. Visto desta forma, como estes valores não constituiriam um mundo de objetos independente do mundo real, somente existiriam na realidade natural ou humana como propriedades valiosas dos objetos. Em consequência disto, os valores exigem suportes (como as propriedades naturais dos objetos) para as propriedades que consideramos valiosas. E por fim, percebe-se que as propriedades

⁵ VÁZQUEZ, 2005, p.138.

⁶ MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Ver especialmente a análise de Marx sobre os dois fatores da mercadoria, pp. 57-63.

⁷ VÁZQUEZ, 2005, p.140.

naturais que sustentam o valor seriam valiosas somente potencialmente. Assim, para se transformarem em propriedades valiosas, seria indispensável que o objeto seja considerado em relação ao homem social, com seus interesses e suas necessidades.

Quanto à concepção de sua natureza, os autores têm se dividido em: o subjetivismo e o objetivismo axiológicos. Neste sentido, segundo os pressupostos do subjetivismo axiológico, as coisas, objetos ou comportamento humanos seriam valiosas apenas porque o “sujeito empírico” tem nelas necessidade, desejo ou interesse. Desta forma, segundo Vázquez, como numa espécie de psicologismo axiológico, estaríamos reduzindo o valor dos objetos ao estado psíquico subjetivo, a um a “vivência pessoal”. Assim, “de acordo com esta posição, o valor é subjetivo porque para existir necessita da existência de determinadas reações psíquicas do sujeito individual, com as quais se identifica”⁸. Neste sentido, não desejamos um objeto porque este “vale”, mas este vale porque o “desejamos”; por sua vez, o que desejemos vale mais, ou de acordo com nossa vivência, é o melhor. Desta forma, o subjetivismo transfere o valor do objeto para o sujeito, tornando-o dependente “do modo como a presença do objeto me afeta”. Assim, só é belo o que suscita de nós uma reação prazerosa desinteressada. Ou, segundo Vázquez, “a beleza do objeto não é posta em relação com outras propriedades suas, com certa estrutura ou formação da sua matéria, mas é feito depender da emoção ou do sentimento que desperte no sujeito”⁹.

Segundo Vázquez, o subjetivismo tem razão quando sustenta a tese de que não há objeto de valor sem se considerar a sua relação com o sujeito, ou melhor, com um “sujeito valorizante”. No entanto, a posição subjetivista “erra quando recusa por completo as propriedades do objeto -quer as naturais, quer as criadas pelo homem- que podem determinar a atitude valorizadora do sujeito”. Assim, se considerarmos como totalmente válida a tese do subjetivismo, como poderíamos explicar que diferentes objetos suscitariam diferentes atitudes valorizadoras num mesmo sujeito, embora não se considere que a relação sujeito-objeto tenha um caráter estritamente individual? Neste sentido, seria evidente que as propriedades naturais do objeto contribuiriam para despertar as atitudes valorativas diversas num mesmo sujeito. Por outro lado, sabe-se que o sujeito pertence a uma época e a uma sociedade; como ser social, se insere nas redes de relações sociais de uma dada sociedade, assim como se encontra imerso numa dada

⁸ VÁZQUEZ, 2005, p.142.

⁹ VÁZQUEZ, 2005, p.142.

cultura, “da qual se nutre espiritualmente, e a apreciação das coisas ou dos seus juízos de valor se conforma com regras, critérios e valores que não inventa ou descobre pessoalmente e que têm, portanto, uma significação social”. Neste sentido, não caberia reduzir a valorização de um objeto segundo intenções estritamente subjetivas, determinadas por uma vivência individual.

No entanto, poderíamos reconhecer, porém, a exatidão da tese, livre da interpretação do subjetivismo axiológico, de que não haveria portanto um objeto valioso sem sujeito, ou seja, não haveria valores em si. Tal seria, no entanto, a tese que o objetivismo axiológico se recusa a aceitar, afirmando a existência de objetos valiosos em si, independentemente do sujeito valorizante. Esta posição, segundo Vázquez, encontra seus antecedentes na doutrina metafísica e nas idéias de Platão. Neste sentido, por exemplo, “o bom e o belo existem idealmente com entidades supra-empíricas, intemporais, imutáveis e absolutas, subsistentes em si e por si, independentemente também da relação que o homem possa manter com elas, ao conhecê-las ou intuí-las”¹⁰. Segundo Vázquez, esta seria caracterizada pela crença na existência de um reino dos valores em particular, absolutos, imutáveis e incondicionados e estariam sempre numa relação especial com as coisas reais valiosas, as quais chamamos de bens. Assim, “nos bens, encarna-se um determinado valor: nas coisas úteis, a utilidade; nas coisas belas, a beleza; e nos atos bons, a bondade”¹¹. Os valores, ainda nesta perspectiva, seriam independentes dos bens, ou seja, para existir não prescindem dos objetos; da mesma forma em que os bens dependem do valor que encarnam, são valiosos na medida em que o concretiza. Por fim, os valores são imutáveis, ou seja, não mudam com o tempo e nem de uma sociedade pra outra; no entanto, “os bens nos quais os valores se realizam mudam de uma época para outra; são objetos reais e, como tais, condicionados, variáveis e relativos”¹². Contrariamente, os valores só existem idealmente, à maneira das idéias platônicas.

Segundo Vázquez, pode-se sintetizar a posição do objetivismo ideológico em duas teses: a primeira seria a da separação radical entre valor e realidade ou independência dos valores em relação aos objetos, ou bens, que os encarnam; a segunda seria a da independência dos valores com relação ao sujeito. Segundo este autor, poderíamos decompor esta última da seguinte forma: a) os valores existem em si e para si, independentes de sua relação com o sujeito que o pretendem apreender ou aos bens que o encarnam, desta forma são valores em si e não para o

¹⁰ VÁZQUEZ, 2005, p.143.

¹¹ VÁZQUEZ, 2005, p.144.

¹² VÁZQUEZ, 2005, p.144.

homem social; b) os valores são entidades absolutas e independentes que não precisam ser postos em relação ao homem social nem aos bens; c) o homem pode manter relações com os valores, conhecendo-os, produzindo os bens que os encarnam; d) as formas de relação dos homens com os valores podem variar de época pra época, chegando até a uma situação em que estes não sejam percebidos. Contudo a ignorância dos homens sobre esses não afeta a sua existência intemporal, absoluta e incondicionada. Neste sentido, as duas teses se fundam na idéia da “separação radical entre valor e bem (coisa valiosa) e entre valor e existência humana”¹³.

No entanto, segundo Vázquez, as duas teses que fundamentariam a posição objetivista se levadas ao extremo chegariam ao absurdo. Por exemplo, se pensássemos “que sentido teria a solidariedade, a lealdade ou a amizade como valores se não existissem os sujeitos humanos que podem ser solidários, leais ou amigos?” Algo semelhante poderia ser dito em relação à utilidade e aos bens úteis, etc. Ou, por outro lado, “como pode entender-se um valor não realizado, auto-suficiente, absoluto, se não se aceitam todas as implicações metafísicas de um objetivismo de tipo platônico?”¹⁴ Visto desta forma, não haveria valor indiferente à sua realização, onde o homem os cria produzindo bens que os realizam, ou para apreciar os objetos reais conforme estes valores.

Com a exposição feita anteriormente, percebe-se que nem o subjetivismo nem o objetivismo axiológicos conseguiriam explicar satisfatoriamente a natureza dos valores, pois nota-se cada vez mais que os valores não podem ser facilmente reduzidos à vivência do indivíduo, ou como um mundo de objetos cujo valor se determina a partir de suas propriedades naturais objetivas. Pelo contrário, nota-se que “os valores existem para um sujeito, entendido não no sentido de mero indivíduo, mas de ser social; exigem também um suporte material, sensível, sem o qual não têm sentido”¹⁵. Assim, seria o homem enquanto ser social em sua atividade social e prática que criaria os valores e os bens nos quais estes se realizariam, independentemente destes existiriam apenas idealmente.

Assim, é que se compreende que os valores são criação dos homens, existindo *no* e *pelo* homem. Num outro sentido, as coisas naturais só adquirem valor para os homens, quando

¹³ VÁZQUEZ, 2005, p.145.

¹⁴ VÁZQUEZ, 2005, p.146.

¹⁵ VÁZQUEZ, 2005, p.146.

incorporadas por estes, numa relação especial, no seu mundo de coisas humanizadas, onde suas propriedades objetivas podem tornar-se valiosas. Desta forma, pode-se dizer que os valores “possuem uma objetividade especial que se distingue da objetividade meramente natural ou física dos objetos que existem o podem existir independentemente do homem, com anterioridade à -ou à margem da- sociedade”¹⁶. Sua objetividade seria então uma objetividade especial -humana e social- que não se reduziria ao psíquico do sujeito nem às propriedades materiais de um objeto real. Tratando-se assim de uma “objetividade que transcende o limite de um indivíduo ou de um grupo social determinado, mas que não ultrapassa o âmbito do homem como ser histórico-social”¹⁷. Dentro desta concepção da natureza dos valores, estes existiriam assim segundo uma objetividade social, num mundo social.

Cabe, por fim, uma observação sobre os valores até agora discutidos e os valores morais, no sentido em que nenhum objeto encarna valores morais. Assim, quando dizemos que uma obra de arte é boa, um poema é bom ou uma água é boa, não nos estamos referindo aos valores morais, mas sim estamos nos referindo à resposta que os bens estão dando ao papel por este desempenhado. Assim, quando afirmamos que a obra de arte é boa, estamos dizendo que ela realiza satisfatoriamente, como objeto estético, a necessidade estética do homem à qual ela serve. Assim, segundo Vázquez, “o vocábulo ‘bom’ sublinha o fato de que o objeto em questão realizou positivamente o valor que era chamado a encarnar, servindo adequadamente ao fim ou à necessidade humana respectiva”. Desta forma, o vocábulo tem um conteúdo axiológico positivo com relação ao valor “utilidade” ou “beleza”, sem ter algum significado moral. Neste sentido, o termo “bom” quando associado a um dado objeto deve ser entendido em seu conteúdo axiológico apropriado e não moral.

Finalmente, gostaríamos de ressaltar que hoje se tem a compreensão de que um mesmo produto humano pode assumir vários valores, embora um deles possa ser o determinante. Assim, podemos dizer, como o faz Vázquez, que uma obra de arte pode ter valor estético, mas também um valor político ou mesmo moral. Nesta avaliação, seria “inteiramente legítimo abstrair um valor desta constelação de valores, mas com a condição de não reduzir um valor ao outro”¹⁸. Assim, podemos avaliar uma obra de arte sob o ponto de vista de seu valor religioso ou político, por exemplo, mas sempre com a condição de não tentar deduzir destes valores seu valor

¹⁶ VÁZQUEZ, 2005, p.147.

¹⁷ VÁZQUEZ, 2005, p.147.

¹⁸ VÁZQUEZ, 2005, p.150.

estético. Se um indivíduo condena uma obra de arte segundo um ponto de vista moral, nada afirma sobre seu valor estético; simplesmente estaria afirmando que a obra em questão não realiza o valor moral que julga que esta deveria realizar.

2.2. Os valores na conservação de bens culturais

Considerando, primeiramente, a perspectiva histórica apresentada, vamos perceber que a atividade de conservação de bens culturais vai ser, gradualmente, concebida em relação ao conhecimento e aos métodos científicos baseados na lógica objetiva e, conseqüentemente, fora da compreensão dos julgamentos de valor. Por outro lado, o processo de tomada de consciência histórica moderna e a emergência da crítica como instrumento de conhecimento da realidade vai tornar explícita as relações estabelecidas na avaliação, proteção e conservação dos bens culturais até então bastante implícitas. Assim, vamos perceber hoje que na conservação contemporânea a questão dos valores vai se tornar um tema central. Desta forma, segundo Jokilehto, a conservação vai ser caracterizada hoje principalmente como um processo reflexivo, notando-se que “a definição e o tratamento do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, tem sido caracterizada por julgamentos de valor conflitantes”, que não podem ser reduzidos a um único critério.

Neste sentido, sabemos que o patrimônio material tem sido tradicionalmente avaliado e conservado por seus atributos culturais como beleza ou outro sentido coletivamente associado aos lugares, edificações ou objetos. No entanto, hoje se percebe que também o patrimônio é valorizado tanto em termos econômicos, como politicamente, socialmente, espiritualmente, etc. Além disto, cabe notar que decisões que muitas vezes influenciam fortemente na atividade de conservação do patrimônio, estão desvinculadas dos domínios discursivos e práticos desta atividade. Neste sentido, percebe-se claramente que outras motivações, provindas de interesses econômicos e políticos por exemplo, também têm se tornado importante fator para a gestão da conservação de bens culturais. Neste sentido, percebe-se cada vez mais que os envolvidos na conservação têm sido obrigados a confrontar com as realidades econômicas e, muitas vez, argumentar sobre considerações de base econômica em suas atividades.¹⁹

Ao mesmo tempo, percebem-se hoje posturas distintas sobre a atividade de conservação de bens culturais. Segundo Erica Avrami, pode-se mesmo perceber que o termo “conservação” sempre apresentou e ainda apresenta diferentes significados nos mais diversos países. Segundo, esta autora, esta constatação nos remeteria exatamente a diferentes abordagens da conservação: uma em que esta é identificada como intervenção física sobre os bens; e outra,

¹⁹ Ver MASON, 1999.

que identificaria o termo com uma concepção mais abrangente que compreende diversas atividades, na qual se identifica o próprio campo da conservação, envolvendo a elaboração de políticas públicas, planejamento, intervenção técnica, etc. Assim, numa concepção mais abrangente da conservação, esta seria vista como “uma prática social, complexa e sempre divergente”²⁰. Na abordagem mais abrangente, os profissionais trabalhariam de forma mais integrada, envolvendo diversas áreas da ciência e desenvolvendo pesquisas interdisciplinares.

No entanto, no contexto contemporâneo para a conservação que apresentamos anteriormente, nota-se que os desafios desta atividade surgem dos contextos e não dos bens em si, ou seja, dos valores que são a estes atribuídos. Neste sentido, segundo Avrami, seria mais importante que os envolvidos na conservação se preocupassem com as funções que o patrimônio desenvolve na sociedade, seus usos, etc., que são as fontes reais de seu significado e a razão de ser da conservação. Neste sentido, muitas pesquisas já estariam sendo desenvolvidas, por exemplo, na Inglaterra, pela *English Heritage*, nos Estados Unidos, pela *National Park Service* e na Austrália pelo ICOMOS, na tentativa de incorporar os valores mais efetivamente no planejamento e gestão da conservação, inclusive nas tomadas de decisão.

Neste sentido, compreende-se que “toda ação de conservação é modelada pela atribuição de valor a um objeto ou lugar, seu contexto social, recursos disponíveis, prioridades locais, e assim por diante”. Para Avrami, os desafios contemporâneos da conservação emanariam de três fontes distintas: primeiramente, das condições físicas dos bens -incluindo materiais, estruturas, deterioração, etc.; em segundo lugar, dos contextos de gestão -incluindo fundos e recursos, políticas, etc.; e finalmente da “significância cultural” e valores sociais -incluindo os significados do patrimônio, atores, impactos das intervenções, etc. É interessante notar que as observações acerca da necessidade de se envolver a conservação nos processos sociais que a envolvem tornam-se mais prementes quando percebemos que os esforços de pesquisa no campo têm se dado majoritariamente sobre as condições físicas dos bens culturais e patrimoniais; no entanto, a elucidação da atividade de conservação enquanto uma complexa prática social que nos permite perceber que mesmo as intervenções sobre o patrimônio não derivam apenas de suas condições físicas, mas sim de seu contexto social, incluindo aí outros fatores existentes. Neste sentido, a dissociação entre a conservação do patrimônio e o contexto social dos objetos seria vista como

²⁰ AVRAMI, 2000, p.3.

bastante danosa para a própria subsistência da atividade, já que desta forma esta correria o risco de perder seu próprio lugar na agenda social.

Hoje em dia, então, podemos perceber que a conservação é vista mais como uma prática social do que como ciência, concebida como centrada em suas próprias finalidades. Soma-se a isto o fato de que na era “pós-moderna”, diversas contribuições têm surgido de outras áreas da ciência, como as ciências sociais e humanidades, onde se percebe a cultura como um fenômeno fluido e mutável, ou seja, como um processo e não como um conjunto de objetos. Na sua abordagem anterior, na qual desde sua criação no século XIX, o “patrimônio histórico” esteve imbuído de uma faixa estreita de valores a ele atribuídos, o que, por sua vez, resultava em delimitações espaço-temporais, estatutos jurídicos e tratamentos técnicos específicos²¹. Naquela abordagem, como vimos, a conservação do patrimônio constituía um campo fechado no qual a atribuição de valores aos objetos ou lugares era feita por *experts* que decidiam o que era ou não digno de preservação. Neste sentido, como explicitado no pensamento de Riegl, sua ação influenciava, significativamente, na formação do próprio *corpus* do patrimônio. A princípio então, como vimos, os objetos ou lugares que constituíam este *corpus* seriam, principalmente, aqueles cuja conservação apresentava, do ponto de vista da história ou da arte, um interesse público²². Para tanto, nas análises correspondentes, os envolvidos na conservação utilizavam conceitos como “valor intrínseco”, “obra prima” e “autenticidade”, além do critério da “excepcionalidade”²³. Assim, hoje frente às transformações conceituais e ainda à emergência do relativismo cultural e epistemológico²⁴, vamos notar cada vez mais o afloramento de valores divergentes nas ações de conservação, situação em que teremos na realidade um número ampliado de atores envolvidos no processo. É neste sentido que estas mudanças vão se apresentar no remodelamento da política de conservação, onde não teremos mais um sistema hierarquizado de valores, na qual a operação de conservação parecia simplesmente técnica ou científica, mas um sistema não hierarquizado, onde há agora a percepção de que o patrimônio em sua essência

²¹ Ver CHOAY, 2001.

²² Para mais detalhes ver CHOAY, 2001, p.149.

²³ Segundo CASTRIOTA (2005) este fato contribuiria para diluir numa noção genérica e abrangente, a complexa matriz de valores envolvida em cada caso.

²⁴ D'AGOSTINI, 2003.

cultural e político. Assim, entende-se hoje que a conservação é uma “atividade social”, ou seja, resulta de processos espacial e temporalmente específicos²⁵.

A elucidação da atividade da conservação enquanto uma prática social, aponta a necessidade de compreensão de como se dão as formas de atribuição de valor ao patrimônio, ou seja, “como os objetos, coleções ou edificações e lugares são reconhecidos como patrimônio”²⁶, conforme vimos, já que estes surgem de “julgamentos de valor e decisões conscientes”²⁷, onde os valores podem ou não estar explicitados. É o entendimento deste processo que nos permite dizer, em última instância, que a finalidade da conservação não vai ser mais a manutenção dos bens materiais por si mesmos, mas sim a manutenção dos valores neles representados²⁸. É neste sentido, concordando com Avrami, que compreendemos que a intervenção física atende apenas às exigências de valores determinados, e principalmente torna-se apenas um dos “meios” para se obter este “fim”. Desta forma, num processo dialético, percebe-se que “a atividade de conservação do patrimônio modela a sociedade e é modelada por esta”²⁹, e suas atividades respondem às exigências de diferentes valores. É neste sentido que compreendemos, segundo Lowenthal, que “o patrimônio nunca é meramente conservado ou preservado; ele é modificado – tanto acrescido (*enhanced*) quanto degradado- por cada nova geração”³⁰. Assim, compreende-se que a conservação de bens culturais envolve uma série de processos culturais, sociais e valorativos, não se tratando apenas da categorização em uma coleção de objetos e lugares.

Desta perspectiva, segundo Avrami, a conservação não seria mais vista como objetiva, mas sim como uma atividade guiada por vários indivíduos ou grupos de interesses, sendo as decisões a serem tomadas em toda a atividade amplamente definidas pelos contextos culturais e sócio-políticos. Assim, segundo Avrami, “o processo de conservação constantemente recria seu produto (o patrimônio cultural), através do acúmulo de marcas das gerações passadas”. Este precisa ser compreendido em “contextos sociais mais amplos, como parte da ampla esfera

²⁵ Neste sentido ver CHOAY, 2001. Para uma análise, neste sentido, do caso brasileiro, ver CASTRIOTA, 2003. Para uma análise das transformações conceituais do campo ver LOULANSKI, 2006, KATE, 2005. Ver ainda a respeito das convergências e divergências entre os conceitos de patrimônio tangível e intangível em MUNJERI, 2004.

²⁶ AVRAMI, 2000, p.6.

²⁷ AVRAMI, 2000, p.6.

²⁸ Neste sentido compreendemos o significado das afirmações de alguns teóricos, segundo as quais apontam que as políticas culturais e de pesquisa relacionada a patrimônio cultural não teriam porque reduzir suas tarefas ao resgate dos objetos ‘autênticos’, ou seja, importaria menos a capacidade de destes de permanecerem ‘puros’, iguais a si mesmos, mas mais os processos sociais e a sua representatividade sócio-cultural (CANCLINI, 2006).

²⁹ AVRAMI, 2000, p.6.

³⁰ LOWENTHAL, 2000, p.23.

cultural, como um “fenômeno do discurso público” e como uma atividade social constantemente influenciada por forças de diversas naturezas”³¹.

Segundo Avrami, o processo de atribuição de valor não seria, neste contexto, nem singular ou objetivo, e se iniciaria antes que o objeto se tornasse “patrimônio”. Percebe-se que geralmente, de acordo com as políticas existentes em diversos países, inclusive no Brasil, um objeto ou lugar se torna patrimônio através de sua “designação”, ou “tombamento”. Segundo a autora, isto dar-se-ia da forma como as pessoas organizam, pensam ou desejam “usar” o passado, onde a cultura material se torna um meio para se concretiza-lo. Assim, por exemplo, as histórias contadas ou atribuídas a estes “objetos” geralmente são as formas utilizadas para negociar o patrimônio cultural. Hoje percebe-se que “nomear algo como patrimônio é um julgamento de valor que distingue objetos ou lugares de outros por razões particulares, assim como o ato de nomear adiciona um novo significado e valor”³².

Hoje vamos perceber, por exemplo, que o processo de atribuição de valor se inicia quando indivíduos, instituições ou comunidades decidem que algum objeto ou lugar é merecedor de conservação, ou seja, que representa algo sobre eles ou sobre um passado que mereça ser lembrado e que deve ser transmitido às futuras gerações. Ou ainda este processo pode também partir da doação de um objeto a um museu, sua designação como patrimônio cultural, e no caso específico brasileiro, tombamento ou inventário de um sítio ou edificação, por exemplo. No entanto, percebemos mais explicitamente que o patrimônio é valorizado de diferentes forma, segundo diferentes motivações, as quais vão corresponder a diversos ideais, éticas e epistemologias. Assim, poderíamos pensar nos divergentes resultados que poderiam surgir deste processo, já que “diferentes forma de atribuir valor, por outro lado, leva a diferentes abordagens na preservação do patrimônio”³³.

Tomando neste caso um exemplo citado por Avrami, poderíamos imaginar, de uma forma hipotética e levada aos extremos, que se conservássemos uma casa em função de seu valor histórico-cultural, nesta abordagem tenderíamos a considerar a sua capacidade em responder a uma função educacional; neste contexto, audiências públicas poderiam envolver as

³¹ AVRAMI, 2000; p.7 (grifos nossos). Esta seria remodelada por forças bastante contemporâneas como a globalização, fusão cultural, dentre outras. Para uma discussão contemporânea sobre o tema da fusão cultural e suas implicações sobre a conservação de bens culturais, ver COHEN, 2000.

³² AVRAMI, 2000, p.8.

³³ AVRAMI, 2000, p.8.

comunidades para as quais esta casa e suas histórias se torna um fator para a construção de sua identidade de grupo. Por outro lado, se esta casa fosse conservada com o interesse de maximizar seu valor econômico, neste caso seríamos levados a favorecer sua exploração turística; esta abordagem poderia incluir a sua utilização como loja ou atividades administrativas, além de demandar a construção de estacionamento na áreas. Contudo, Avrami adverte que nenhuma das alternativas poderia ser dita, *a priori*, como a mais apropriada, já que esta definição seria dependente dos valores priorizados pelos atores e pelo contexto do qual os esforços surgiriam.

O certo é que as decisões sobre o que conservar e como conservar sempre dão prioridade de determinados significados e valores. Aqui, poderíamos pensar numa escavação arqueológica que descobrisse um objeto etnográfico, o qual que fosse exposto num museu. Poderíamos dizer que este objeto estaria atendendo a uma função informacional, e provavelmente seria apreciado por especialistas e por um público. Uma análise desta ação de conservação poderia revelar que se estaria priorizando valor informacional do objeto para a compreensão de uma determinada cultura. No entanto, determinado grupo étnico poderia manifestar a preferência de que este objeto retornasse à sua cultura para ser enterrado, de acordo com seus valores espirituais. Segundo Avrami, este exemplo refletiria dois diferentes quadros de valores, onde em um seria dada prioridade a seu uso enquanto uma forma de se conservar uma tradição e outro a seu aspecto material.

Por outro lado, os valores também podem ser uma importante fonte de informação para as decisões políticas. Neste caso, tomemos como hipotética uma situação em que uma instituição seria responsável por elaborar uma lista dos marcos oficiais e de projetos para investimentos públicos. Aqui, poderíamos imaginar a existência de vários grupos com diferentes interesses com diferentes valores, que poderiam estar presentes neste processo de tomada de decisão. Imaginemos, por exemplo, quantos grupos gostariam de ter suas memórias e mensagens sancionadas pelo poder público. Ainda, para adicionar complexidade ao caso, imaginemos que o valor econômico conflitasse com estes valores culturais em competição, o que poderia culminar numa situação em que os projetos passíveis de investimento deveriam mostrar-se financeiramente sustentáveis.

Analicamente, o estudo dos valores atribuídos ao patrimônio ou aos bens culturais poderia ser útil, frente a uma agenda de pesquisa que enfoca o estudo das condições físicas dos bens, onde

o acesso aos valores atribuídos raramente é ensinado ou discutido, assim como as negociações possíveis que a conservação de bens culturais pode envolver. É neste sentido que o estudo dos valores deveria partir da constatação de que a “significância cultural” de um determinado objeto ou lugar não é uma construção puramente técnica ou científica, mas sim deve ser negociada entre os diferentes “atores”, os quais vão atribuir diferentes “valores” ao bem cultural em avaliação.

No entanto, poderíamos ainda pensar na complexidade da sociedade contemporânea e a importância de se reconhecer a diversidade de atores em potencial que estão interessados e poderiam influenciar, por exemplo, nas tomadas de decisão sobre a conservação. Estes não estão limitados aos indivíduos, famílias ou comunidades, mas ainda poderíamos pensar nos pesquisadores de diversas disciplinas, profissionais de diversas áreas, grupos étnicos e religiosos, e nas diferentes escalas, como uma região -por exemplo, as culturais regionais-, uma nação, e o próprio mundo -por exemplo, a lista do patrimônio mundial da Unesco. Segundo Avrami, “as relações entre os atores nos diversos níveis podem ser tensas ou marcadas por intensa associação; às vezes elas constroem afiliação e comunidade e outras vezes introduzem descontentamento”³⁴, onde as motivações sobre a valorização -ou mesmo desvalorização- do patrimônio vai variar entre estes atores.

Assim como sugere Arizpe, seria preciso observar quem valoriza o patrimônio e porquê, para qualquer tomada de decisão na conservação, pois “os governos o valorizam de uma forma, os grupos das elites nacionais de outra, diferentemente das populações locais, dos acadêmicos ou dos empresários”³⁵. Para se pensar, conclui a autora, qual seria a melhor estratégia de conservação seria necessário compreender como estes diferentes grupos pensam e qual a relação entre si. Neste sentido, a compreensão dos valores e interesses que motivam as ações dos diferentes atores, segundo Avrami, proveria uma perspectiva crítica para a gestão da conservação, a longo prazo, envolvendo inclusive os setores público e privado. Nesta perspectiva, “para conservar o que é relevante para nossa sociedade neste momento, nós

³⁴ AVRAMI, 2000, p.9.

³⁵ ARIZPE, 2000; p.10. Neste sentido, Castriota (2005; p.9) aponta que a conservação ainda estaria sendo vista como uma tarefa mais técnica que social, a conservação não estaria conseguindo estabelecer uma base conceitual mais sólida, atraindo as contribuições mais significativas das ciências humanas e sociais. Daí a necessidade de um marco teórico mais sólido para enfrentar essa questão, e a necessidade de se explorar a fundo a questão dos valores como um aspecto particular do planejamento e da gestão da conservação. Para uma análise da atividade de conservação como uma atividade técnica, mas incorporando questões ligadas à prática social, ver TSCHDI-MADSEN, Stefan. Principles in practice. APT Bulletin, no. 3/4, 1985, pp. 13-20.

precisamos compreender como os valores são negociados e determinar como o processo de construção da significância cultural do patrimônio pode ser acrescido (*enhanced*)". Ainda neste sentido, haveria para a autora a obrigação paralela de determinar o que nós acreditamos que deva ser passado para as futuras gerações³⁶.

No período de 1998 até 2005, o *Getty Conservation Institute* (GCI) desenvolveu uma pesquisa denominada "Ágora", sobre os valores do patrimônio, que objetivou estabelecer vínculos entre as abordagens econômicas e culturais de valorização do patrimônio³⁷. O Instituto então publicou os resultados da pesquisa, primeiramente em três volumes de ensaios, como *Economics and Heritage Conservation: A Meeting Organized by the Getty Conservation Institute*, resultante de um encontro ocorrido em dezembro de 1998, em Los Angeles e publicado em 1999. Posteriormente publicaram *Values and Heritage Conservation: Research Report*, no ano 2000, que trata especialmente de um conjunto de textos que trazem uma abordagem multidisciplinar sobre o tema da valorização do patrimônio cultural e depois o relatório de pesquisa intitulado *Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report*, em 2002, que apresenta um conjunto de abordagens valorativas, conceitos e metodologias provenientes de campos diversos. Resumidamente, os resultados apontaram para a inexistência de metodologias reconhecidas e amplamente aceitas para se avaliar (*assessment*) os valores envolvidos, tanto quanto as dificuldades de se comparar os resultados de avaliação de valores econômicos e culturais.

Também no âmbito desta pesquisa foram realizados alguns estudos de caso, nos quais se buscou estudar a natureza dos valores, a relação entre os valores culturais e econômicos, além de métodos de avaliação dos valores, buscando ilustrar *como estes são identificados e avaliados; como estes participam da política de gestão e definição de objetivos; e quais os impactos as decisões de gestão têm sobre os valores*. Os estudos analisam situações de gestão³⁸ que incluem um balanço dos valores econômicos e culturais envolvidos, as implicações

³⁶ Neste sentido, poderíamos pensar sobre o próprio conceito de "desenvolvimento sustentável", que em sua definição menos controversa remete à capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades. Ainda neste sentido, se reconhecemos que a cultura é mutável e fluída, ou seja, é vista como um processo e não um conjunto de objetos, "a conservação do patrimônio cultural precisa envolver este fluxo que lhe é inerente sem perder a noção da imutável responsabilidade inter-geracional. Ver AVRAMI, 2000, p.10.

³⁷ *Research on the Values of Heritage* (1998-2005). Em sentido amplo, abordagens culturais englobam os diferentes valores do patrimônio. O instituto trabalhou com dois tipos básicos de abordagens, a econômica e a cultural. Ver DE LA TORRE, 2002. Ver mais em: http://www.getty.edu/conservation/field_projects/values/index.html

³⁸ Ver estudo de caso sobre *Port Arthur Historic Site*, publicado em 2001, avalia a gestão do sítio na Austrália pela *Port Arthur Historic Site Management Authority* (PAHSMA) desde 1987. Neste estudo considerou-se o processo de planejamento baseado na Carta de Burra.

dos arranjos institucionais particulares do órgão responsável, além dos impactos sobre os valores atribuídos ao sítio. Na avaliação do GCI, alguns sistemas de gestão são caracterizados por possuírem marcos da sustentabilidade, no qual convergem os vários tipos de valores associados aos recursos mais importantes e seus respectivos contextos e, além disto, baseiam sua implementação em parcerias³⁹.

Pode-se perceber também nestes estudos, modelos de sistemas de conservação efetivamente consultivos, envolvendo um processo de planejamento encerram em si as divergências entre os valores existentes⁴⁰. Além disso, outro estudo de caso possibilitou compreender como pode ser feita a inclusão nas decisões sobre a gestão do sítio dos valores nacionais e locais, apesar da hierarquização dos valores proposta pelo sistema. Neste sentido, também é interessante notar como a utilização de conceitos chave como intenção comemorativa (*commemorative intent*) e integridade comemorativa (*commemorative integrity*) pode contribuir para a gestão dos conflitos de valores e garantir a efetiva comunicação da importância de um sítio patrimonial. O estudo também mostra como os valores podem guiar as ações de conservação do sítio, balanceando a necessidade da manutenção do tecido histórico e sua durabilidade material⁴¹. E finalmente, pode-se dizer que outro caso ilustra como os valores emergem e mudam com novos conhecimentos sobre um determinado lugar ou objeto, assim como eles são influenciados pelas mudanças de valores na sociedade. Desta forma, o caso explora como valores e circunstâncias específicas podem ser respeitadas juntamente com as orientações de gestão específicas de uma complexa agência de conservação⁴². Desta forma, compreende-se que a emergência e transformação dos valores e a gestão de um sítio enquanto parte de um sistema complexo de

³⁹ O estudo de caso sobre *Hadrian's Wall World Heritage Site*, publicado em 2003. Este estudo analisa o sistema inglês de planejamento e gestão, coordenado em parte pela *English Heritage* (EH).

⁴⁰ O estudo de caso sobre *Chaco Culture National Historical Park*, publicado em 2003, compreendeu uma análise do contexto de gestão do parque localizado nos Estados Unidos, sob custódia do *National Parks Service* (NPS), criada em 1916.

⁴¹ O estudo de caso sobre *Grosse Île and the Irish Memorial National Historic Site*, publicado em 2003, analisa o sistema de gestão baseado nos valores utilizado pela agência *Parks Canada* (PC). Com relação à utilização de conceitos-chave ver também THROSBY, David. *Conceptualizing Heritage as Cultural Capital*. In: AUSTRALIAN HERITAGE COMMISSION, 2001. A utilização de conceitos-chave tem sido vista como um meio de articular as ações e decisões de conservação. Estes, inclusive, poderiam ser tomados de áreas como a conservação ambiental. Este tema tem sido discutido em conferências, como a *Heritage Economics: Challenges for heritage conservation and sustainable development in the 21st Century*, organizada pela *Australian Heritage Commission*, em 2001, que ressalta a importância do estudo das formas de valorização, principalmente a econômica, para que seja possível pensar temas como a sustentabilidade na conservação. No conjunto de ensaios identifica-se, principalmente, as discussões sobre os princípios, dimensões e critérios que guiam ou podem guiar a gestão das decisões na conservação do patrimônio, como *sustainability; material and nonmaterial wellbeing; intergenerational equity; intragenerational equity; maintenance of diversity; precautionary principle; maintenance of cultural systems and recognition of interdependence*

⁴² DE LA TORRE, 2003.

gestão possibilitaram a análise das resoluções de conflitos e impactos das decisões de gestão, apresentando como o sistema de gestão baseado nos valores utilizado pela agência responsável pode garantir um papel significativo e dar voz aos diversos atores interessados no sítio.

Um dos pontos importantes da discussão travada no encontro de 1998, seria a preocupação com a crescente avaliação do patrimônio em termos de valor econômico, em detrimento de outras abordagens de avaliação. Neste sentido, acreditava-se que na avaliação econômica, os métodos utilizados seriam insuficientes para avaliar vários dos valores mais evidentes do patrimônio, ou seja, os valores relacionados a seu “significado histórico, simbólico e espiritual, sua função política, suas qualidades estéticas, além da própria capacidade do patrimônio em auxiliar as comunidades a negociar e formar sua identidade”⁴³. Um outro ponto relevante do encontro foi a compreensão de que o patrimônio é essencialmente uma *noção pública e coletiva*. Neste sentido, “mesmo que o patrimônio seja certamente valorizado por indivíduos, sua *raison d’être* é, por definição, sustentar a *esfera do interesse público e do bem público*”⁴⁴. Desta forma, percebe-se ainda mais a necessidade corrente de melhor compreender os processos sociais que estão por trás da atividade de conservação, com o objetivo de estender as decisões sobre os múltiplos valores atribuídos ao patrimônio. Neste sentido, esta observação partiria de pesquisas nas áreas de ciências sociais e humanas onde estas demonstram as diferenças entre o modelo centrado no processos e o modelo tradicional da conservação com foco em produtos e resultados.

No contexto da pesquisa do GCI, partiu-se, então, da preocupação em explorar o papel de forças sociais -como as econômicas, culturais e políticas- sobre a atividade de conservação. A pesquisa surgiu de uma investigação sobre os valores e benefícios da conservação do patrimônio, e especialmente o papel dos valores sociais e dos processos de valorização na conservação. Neste âmbito, algumas proposições dirigiram aquele encontro: primeiro, a percepção de que o processo de atribuição de valor suporta a conservação deve ser visto como parte do processo de conservação. Neste sentido, nota-se que “as decisões sobre o que conservar e como conservar são feitas sob o contexto de diferentes sistemas de atribuição de valor, e não apenas sob o dos especialistas”, onde se percebe que o patrimônio é valorizado de inúmeras formas e bastante distintas. Em segundo lugar, nota-se que o processo de atribuição de valor ao patrimônio consiste em duas partes, interconectadas: a “valoração” (*valuation*) que consistiria na avaliação

⁴³ MASON, 1999, p.2.

⁴⁴ MASON, 1999, p.3.

do valor existente; e a “valorização” (*valorization*) que consistiria na adição de valor ao patrimônio.

Seria importante também notar as diferentes concepções e posições dos “economistas” e dos “culturalistas” em relação, por exemplo, a natureza pública do patrimônio. Para os economistas, o conceito de “público” refere-se àquilo que não pode ser avaliado (em termos econômicos) e provido pelos mercados; por outro lado, para os culturalistas, *o termo evoca a natureza política fundamental de todas as atividades coletivas da sociedade*. Neste sentido, “bem público” para estes seria “uma prática ou um processo social que beneficie um amplo segmento da sociedade”⁴⁵. No entanto, seria consenso em ambos os pontos de vista que uma necessária solução institucional e coletiva deve ser tomada no sentido de prover a sociedade com bens patrimoniais. Ainda neste sentido seria importante citar, como outro resultado do encontro, a percepção de que o processo político, em especial as diversas formas políticas de tomada de decisão, deveriam ser importantes temas de pesquisa. Neste âmbito, os culturalistas percebem como inescapáveis os processos políticos, e em muitos casos v em neles a finalidade do conservação em si. Assim, *compreender os processos políticos de tomada de decisão*   visto como tema muito relevante para pesquisas com campo da conservação, já que muitos pesquisadores apontaram que as estruturas de tomadas de decisão -como referendos, consulta pública, mediação, dentre outras- são “beneficiárias do pensamento criativo em todos os campos concernentes   conservação”⁴⁶. Também neste sentido a pesquisa aponta para a necessidade de se considerar o papel da terceiro setor no campo da conservaç o⁴⁷. Por fim, o encontro de 1998 estabeleceu a necessidade do desenvolvimento de pesquisas empíricas e descritivas, as quais poderiam contribuir para o estabelecimento de metodologias⁴⁸ adequadas para o estudos dos processos de atribuição de valor ao patrimônio. Neste âmbito, duas abordagens seriam indicadas: primeiramente, o estudo sobre os processos de tomada de decisão, ou seja, a “caixa preta” onde os valores, muitas vezes incomensuráveis, são considerados; em segundo lugar, o estudo dos conceitos “ponte”, como o de sustentabilidade, capital cultural e os modelos de negociação para a tomada de decisão.

⁴⁵ MASON, 1999, p.12.

⁴⁶ MASON, 1999, p.12.

⁴⁷ Setor formado pelas organizações não-governamentais e outras organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, ou seja, instituições com preocupações e práticas sociais que geram bens e serviç os de caráter público.

⁴⁸ MASON, 1999, p.16. Neste sentido, segundo Mason, “as questões, conceitos, metodologias e todas as expectativas devem ser esclarecidos antecipadamente antes do início de estudos de caso, através de certa abertura e flexibilidade que deve ser mantida durante o processo”.

Também nessa perspectiva, tiveram importante papel na pesquisa e conservação dos valores do patrimônio a *Australian Heritage Commission* e o ICOMOS da Austrália (*Australian International Council of Monuments and Sites*). Considerando-se especialmente o contexto cultural do país (onde coexistem culturas aborígenes e contemporâneas), a gestão do patrimônio na Austrália tem se pautado no entendimento de que são atribuídos diferentes valores aos objetos e lugares. Pode-se dizer que a gestão do patrimônio nesse país tem como marco a Carta de Burra. Esta foi primeiramente elaborada em 1979, na cidade histórica de Burra, uma cidade mineradora do sul da Austrália⁴⁹. Após esta data o documento passou por revisões substanciais que resultaram na versão de 1999, adotada pelo ICOMOS. Uma das principais contribuições que podemos destacar no documento, além das definições conceituais que traz, é a proposição de um processo específico de planejamento da gestão da conservação do patrimônio, sugerido através de uma seqüência de investigações, ações e tomada de decisão. A Carta sugere assim uma metodologia vista como um processo⁵⁰, baseado principalmente na identificação do lugar ou objeto e das associações feitas a este, permitindo a compreensão e a avaliação da sua significância. Neste contexto, a Austrália tem desenvolvido pesquisas sobre o tema, tendo também o ICOMOS da Austrália⁵¹ se destacado na pesquisa sobre a valorização do patrimônio cultural, juntamente com o *Australian Heritage Council* (AHC)⁵². Nas atividades desenvolvidas podemos destacar algumas pesquisas que culminaram em relevantes publicações e em seminários, como o organizado em 1992, que compõe uma série de seminários que se iniciaram para debater o artigo de Chris Johnston intitulado “O que é Valor Social?”, publicado pela AHC. Neste documento, o autor desafiava os profissionais da conservação do patrimônio a se tornar em intérpretes dos valores atribuídos pela comunidade⁵³.

⁴⁹ A carta depois passou por pequenas revisões em 1981 e 1988.

⁵⁰ Apesar das especificidades nas quais o documento foi gerado, o processo poderia também ser aplicado em outros contextos culturais. Ver também a experiência do Canadá em STOVEL, Herbert. *A Significance-Driven Approach to the Development of the Historic Structure Report*. APT Bulletin, vol. 28, no. 1, 1997, pp. 45-47.

⁵¹ Australia ICOMOS. Para mais informações ver o website: <http://www.icomos.org/australia/>.

⁵² Ver *website* da instituição: <http://www.ahc.gov.au/>.

⁵³ Ver JOHNSTON, Chris. *What is Social Value?* Camberra: AHC, 1992. Ver, neste sentido, os resultados de um estudo de caso onde se avalia a divergência entre os valores técnicos e da comunidade em SPENNEMANN, Dirk H. R.; LOCKWOOD, Michael; HARRIS, Kellie. *The Eye fo the Professional vs. Opinion of The Community*. CRM, no. 2, 2001. Para um caso brasileiro, ver CASTRO, Daniela Lorena Fagundes de; CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Preservação na cultura popular: diferentes trajetórias da preservação do patrimônio no Vale do Rio São Francisco no norte de Minas Gerais*. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004, 240 f. (Dissertação de mestrado).

2.2.1. Os valores no processo de planejamento e gestão da conservação urbana: princípios e conceitos

Apesar de percebermos que a conservação do monumento histórico vai ser sistematizada a partir do século XIX, a idéia de “conservação urbana” só vai surgir tardiamente no século XX. Segundo Choay, poderíamos explicar este fato a partir do distanciamento temporal ente a invenção do monumento histórico no século XVI e da cidade histórica, que só vai ser assim percebida no século XIX. Para essa autora a idéia da conservação urbana vai surgir através da relação dialética entre preservação e renovação, ente arte e razão, estabelecida propriamente nos fins do século XIX e início do século XX. Seria este o contexto em que surgiria, das preocupações de John Ruskin, a noção de “patrimônio urbano histórico”, acompanhado de um projeto de conservação.

Seria naquele contexto europeu, marcado pela modernização social e modernidade cultural⁵⁴, que, por exemplo, Haussmann destruiria partes inteiras da malha urbana de Paris em nome da higiene, do trânsito e da estética. Um contexto em que a maioria dos homens defendia, ao mesmo tempo, a conservação dos monumentos do passado e a modernização radical das cidades antigas, refletida sobre sua malha urbana. Neste contexto, se fariam inventários minuciosos dos monumentos urbanos, sem, no entanto, se preocupar minimamente com a destruição de conjuntos urbanos inteiros e com a malha urbana em si. Como aponta Françoise Choay, “para Haussmann, assim como para Gautier e para o conjunto das boas almas francesas da época, a cidade [de Paris] não existe como objeto patrimonial autônomo”⁵⁵; seus quarteirões antigos são vistos como obstáculos à salubridade, à fluência do trânsito, à fruição dos monumentos do passado. Neste contexto é que Honoré de Balzac e Victor Hugo afirmariam a morte da arquitetura e das cidades em função do desenvolvimento da imprensa. Para Balzac, neste contexto de renovação e modernização, as cidades antigas, condenadas pela história, só seriam conservadas pela iconografia literária.⁵⁶

Segundo Choay, numerosos fatores contribuiriam para retardar a inserção e objetivação do espaço urbano numa perspectiva histórica: “de um lado, sua escala, sua complexidade, a longa duração de uma mentalidade que identificava a cidade a um nome, a uma comunidade, a uma

⁵⁴ Ver BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁵⁵ CHOAY, 2001, p.176.

⁵⁶ CHOAY, 2001, p.177.

genealogia, a uma história de certo modo pessoal, mas que era indiferentes a seu espaço”,⁵⁷ por outro lado a autora aponta também a inexistência de cadastros e documentos cartográficos confiáveis sobre as cidades, até o início do século XIX. Para a autora, até o século XIX os textos eruditos descrevem as cidades a partir de seus monumentos, os quais figuram como símbolos de importância relativa, variando segundo os autores e os tempos. Neste sentido, por exemplo, é que Fustel de Coulanges trata a “Cidade Antiga” em 1864, “sem jamais evocar os lugares e os edifícios inseparáveis das instituições jurídicas e religiosas na Grécia e em Roma”.⁵⁸

Desta forma, só vai se perceber a conversão da cidade em objeto de conhecimento apenas após as transformações suscitadas pela revolução industrial, considerada por Choay uma “perturbação traumática do meio tradicional”, com a emergência de outras percepções sobre o espaço urbano e sua estruturação. Seria “pelo efeito da diferença e, conforme a expressão de Pugin, por contraste, que a cidade antiga se torna objeto de investigação”.⁵⁹ No entanto, contrapor as cidades do passado à cidade do presente não significaria mobilizar por sua conservação. Françoise Choay aponta que a história do urbanismo não se confundiria com a da proteção do “patrimônio urbano histórico”, resultando pois, de uma relação dialética entre história e historicidade, a qual a autora processa em três abordagens - “memorial”, “histórica” e “historial”.

A abordagem memorial da cidade antiga apareceria na Inglaterra, sob a observação minuciosa de Ruskin sobre os processos de modernização urbana e modernidade cultural. Segundo Choay, o autor alertaria a opinião pública contra as intervenções urbanas que lesariam a estrutura das cidades antigas, já que para ele, esse “tecido urbano” seria a sua essência, que dela faz “um objeto patrimonial intangível, que deve ser protegido incondicionalmente”.⁶⁰ Desta forma Ruskin atribui um valor à arquitetura menor civil, constitutiva da malha urbana, e se manifesta contra a destruição renovadora da cidade antiga.⁶¹

Como interpreta Choay, John Ruskin perceberia, sem que o explicitasse, o papel memorial da cidade: objeto paradoxalmente não elevado à categoria de monumento que, “como todas as aldeias antigas e todos os estabelecimentos coletivos tradicionais do mundo, possuía, em um grau mais ou menos restrito, o duplo e maravilhoso poder de enraizar seu habitantes no espaço

⁵⁷ CHOAY, 2001, p.178.

⁵⁸ CHOAY, 2001, p.178.

⁵⁹ CHOAY, 2001, p.179.

⁶⁰ CHOAY, 2001, p.180.

⁶¹ Ver também neste sentido JOKILEHTO, 1999.

e no tempo”. Nesta perspectiva, as cidades antigas seriam as garantias da identidade pessoal, local, nacional e humana.⁶² Como aponta Choay, Ruskin, encoberto pelo moralismo, nos convida a viver na cidade histórica.

A abordagem histórica aparece, primeiramente, com o papel propedêutico atribuído à cidade antiga por Camillo Sitte, para o qual “a cidade pré-industrial aparece então como um objeto pertencente ao passado, e a historicidade do processo de urbanização que transforma a cidade contemporânea é assumida em toda a sua extensão e positividade”⁶³. Assim, numa visão contrária a Ruskin e Haussmann, Sitte percebe, numa relação reflexiva com o objeto, a cidade constituída em uma figura histórica original. Sitte, em sua “A construção das cidades segundo seus princípios artísticos” constata a carência de qualidade estética da cidade industrial moderna. No entanto, Choay ainda nos lembra de que sua obra mais conhecida foi objeto de interpretações dogmáticas dos “passadistas” enquanto tratava, na realidade, dos problemas de cidade do presente e do futuro, “em relação à qual a cidade velha possui a dignidade de objeto histórico no pleno sentido do termo”. Ao contrário do que fora estabelecido por alguns daqueles “seguidores”, Sitte demonstraria em sua tomada de consciência crítica dos aspectos técnicos, econômicos e sociais das transformações operadas pela modernização social. Percebe-se claramente que o progresso técnico modelara o mundo, conferindo à noção de “espaço urbano” uma nova escala, extensão e função, aos quais a fruição estética parecia não possuir lugar.

A carência notada por Sitte serviria de um trampolim para outros questionamentos. O autor se questionaria sobre o presente e futuro das cidades, condenadas à feiúra aparente da industrialização. Os questionamentos de Sitte passariam por uma análise das disposições espaciais das quais provinha a beleza das cidades antigas: partindo da análise do espaço público e valendo-se de diversos levantamentos urbanísticos feitos por ele mesmo em diferentes sítios e de centros antigos, Sitte “descreve e explica como, desde a cidade antiga até a barroca, diferentes configurações do espaço não cessaram de irradiar uma beleza que os lugares contemporâneos nunca logram oferecer”.⁶⁴ Assim como Viollet-le-Duc, Sitte entusiasmado pelo progresso infinito da ciência logra em oferecer a única e viável solução para o antagonismo entre presente e passado, através de um método racional e sistemático de análise morfológica. Para ele, o combate contra a “doença” da “regularidade geométrica” possuía apenas um antídoto, uma

⁶² CHOAY, 2001, p.181.

⁶³ CHOAY, 2001, p.183.

⁶⁴ CHOAY, 2001, p.184.

“teoria racional”, que buscaria entre a diversidade de configurações das cidades de épocas diversas, as regras e os princípios constantes dos efeitos estéticos ao longos dos tempos; “por sua própria intemporalidade aplicáveis ao urbanismo do fim do século XIX”.⁶⁵

Assim, para Choay, “a concepção de uma tal propedêutica, igualmente aplicável ao urbanismo, marca uma etapa na teorização das disciplinas do espaço” que, articulada ao racionalismo histórico, não deve ser confundida com a historicidade dos arquitetos modernos, os quais negam como vimos, por princípio, a utilidade das formas históricas e crêem nos começos absolutos. Segundo Choay, a análise da obra de Sitte nos levaria a uma única certeza, a de que o papel das cidades do passado acabou, mas sua beleza permaneceria. Assim, pois pareceria pertinente conservar os conjuntos urbanos como se conservam os objetos de um museu, contudo Sitte não militava pela preservação dos centros antigos.

Desta forma, seria possível delimitar uma segunda abordagem histórica que surgiria com a percepção do papel “museal” da cidade antiga. Neste sentido, percebe-se que esta “ameaçada de desaparecimento, é concebida como objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história”, e que como tal devem ser colocadas fora do circuito da vida. Assim, esta tornando-se histórica, perde portanto sua historicidade. Esta abordagem, segundo Choay, teria um sentido contrário à conservação defendida por Ruskin, já que sua conservação é marcada pelo historicismo de Viollet-le-Duc, assim como o serão outros centros históricos pela Europa.

Desta forma é que seriam conservados os antigos bairros muçulmanos do Marrocos, num contexto em que a modernização urbana respeitaria suas formações tradicionais, apesar de seguirem os desenvolvimentos técnicos ocidentais. É por este ponto de vista que Françoise Choay aponta a conversão do olhar dos urbanistas franceses Prost, Forestier e Danger, que após deixarem Magreb descobririam “com o olhar estrangeiro e a na sua legítima estranheza, o ancestral continente europeu”, territórios onde poderiam ser testadas novas escalas, ao mesmo tempo em que também pudessem ser protegidos. Onde as estruturas urbanas pré-industriais passavam a ser vistas como frágeis e “preciosos vestígios de um estilo de vida original, de uma

⁶⁵ CHOAY, 2001, p.185. É interessante perceber, como aponta Choay, o “parentesco” entre as idéias deste autor com Viollet-le-Duc, no qual este propõem caminhos para a criação arquitetônica e urbanística contemporânea, que corresponda às exigências da sociedade transformada técnica, econômica e socialmente.

cultura prestes a desaparecer, que deviam ser protegidos incondicionalmente e, nos casos extremos, postos de lado ou transformados em museu”.⁶⁶

No entanto, nesta mesma época, os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna -CIAM- rejeitariam a cidade museal, numa atitude que tem como modelo o *Plan Voisin* de Le Corbusier, elaborado em 1925. Neste plano o arquiteto propõe a demolição de quarteirões inteiros da malha urbana da antiga Paris, substituindo-os por arranha-céus padronizados, e onde se conservariam apenas alguns monumentos “significativos”, e a Torre Eiffel. Nota-se claramente aqui a ideologia da *tabula rasa*, que pautaria a atuação sobre centros históricos na França na década de 1950, e só deixaria de ser modelo após a criação das áreas protegidas por André Malraux em 1962. Por mais que fossem contestados na Europa, os CIAM deixariam de “prosseguir em sua obra iconoclasta nos países em desenvolvimento e a trabalhar na desconstrução de alguns dos mais belos bairros antigo do Oriente Médio”, por exemplo.

A abordagem historial da cidade antiga, segundo Choay, constituiria o cerne das dúvidas contemporâneas sobre o destino das malhas urbanas antigas, mas também sobre o destino das formações que ainda classificamos como “cidades”. Para a autora, seria Giovannoni que atribuiria simultaneamente um valor de uso e um valor museal ao tecido urbano antigo, integrando-o numa concepção mais abrangente de organização do território. Assim, surgiria “um novo modo de conservação dos conjuntos antigos, para a história, para a arte e para a vida presente”. O “patrimônio urbano”, assim definido por este teórico, “adquire um sentido e valor não tanto como objeto autônomo de uma disciplina própria, mas como elemento e parte de uma doutrina original da urbanização”.⁶⁷

Em seu *Vechie città ed edilizia nuova* de 1931 ele estabeleceria uma atitude onde procura prever a evolução futura das sociedades, avaliando “o papel inovador das novas técnicas de transporte e de comunicação e prevê seu crescente aperfeiçoamento”. Neste sentido é que ele pensaria as cidades segundo suas “redes”, pensamento que faria com que o urbanismo se tornasse territorial. Seria ainda, segundo Choay, diante desses “organismos cinéticos” que Givannoni levantaria seu questionamento sobre o fim da urbanização moderna, o fim dos centros urbanos adensados, desta forma ele seria o primeiro a apontar a tendência a uma urbanização (ou anti-urbanização) difusa e generalizada, multipolar. Para Giovannoni, a sociedade modernizada

⁶⁶ CHOAY, 2001, p.193.

⁶⁷ CHOAY, 2001, p.195.

exigiria a criação de “unidades de vida cotidiana sem precedentes”, onde os centros urbanos e bairros antigos poderiam responder a essa função, sendo possível recuperar a sua atualidade. Sua escala indicaria que estariam aptas a desempenhar uma nova função, com a condição de que “recebam o tratamento conveniente, isto é, desde que neles não se implantem atividades incompatíveis com sua morfologia”. Desta forma, estas malhas possuiriam, ao mesmo tempo, valores históricos e artísticos de monumentos históricos e um valor pedagógico de estímulo” à criação da nova arquitetura.⁶⁸ Giovannoni estabeleceria uma doutrina da conservação do patrimônio urbano.

Para Choay, a relação imaginada por Giovannoni entre organização do território e a conservação do patrimônio urbano poderia ser atribuída a duas particularidades do contexto italiano, inscrevendo-se na tradição fundada por Cattaneo no fim do século XVIII, onde se “preconizava um equilíbrio das atividades urbanas e rurais, baseado na estreita associação e no controle do crescimento urbano, numa concepção territorial da economia”. Além disto, o teórico apresentava uma formação particular (de historiador da arte, engenheiro e urbanista) possibilitada pela *Scuola Superiore d'Architettura* de Roma, que associava as ciências aplicadas, à arte e à história. Estas condições também contribuiriam para o estabelecimento dos fundamentos de sua doutrina da conservação do patrimônio urbano, se baseava em três grandes princípios: primeiramente, todo fragmento urbano antigo deveria estar integrado ao Plano Diretor local, regional e territorial, simbolizando sua relação com a vida presente, sendo seu valor de uso legitimado tanto do ponto de vista técnico quanto humano, pela manutenção das características sociais da população. Em segundo lugar, o conceito de monumento histórico não poderia estar relacionado apenas ao monumento isolado, mas à própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais e seu ambiente como resultante da dialética entre a “arquitetura maior” e a “arquitetura menor”: destacar o monumento seria o mesmo que mutilá-lo. Finalmente, ele estabeleceria o fundamento de que os conjuntos urbanos antigos requereriam procedimentos análogos aos estabelecidos por Boito, onde, transpostos para os fragmentos urbanos, estes teriam por objetivo respeitar sua escala e sua morfologia, preservando as relações originais entre seus elementos constituintes. Neste sentido, seria interessante notar que Giovannoni consideraria ainda a possibilidade do *diradamento*, ou seja, a possibilidade da existência de operações urbanas que visariam eliminar construções parasitas, adventícias ou supérfluas.

⁶⁸ CHOAY, 2001, p.198.

Os princípios de Giovannoni seriam parte constituinte da Carta Italiana do Restauro de 1931 e, este se estabeleceria como um grande opositor às obras de demolição que aconteciam na Itália. Em meio às suas elaborações de Planos Diretores que em geral não seriam aplicados, uma de suas atuações pela reabilitação dos centros antigos marcantes, finalizada em 1936, foi a da cidade de Bergamo Alta, na Itália. Nela, sua proposta de reabilitação propiciou com que esta renascesse na “glória de suas praças e seus monumentos públicos, na sinuosa complexidade de suas ruas e de suas passagens, que penetram até o recesso dos quarteirões, na continuidade apertada, contrastante e feliz de suas residências modestas e seus palácios”.⁶⁹

Segundo Choay, Giovannoni seria o único teórico do urbanismo do século XX a estabelecer como centro de sua reflexão a dimensão estética das cidades. Na escala das redes de organização espacial ele desenvolveria com otimismo as premissas de Viollet-le-Duc e, no entanto, na escala dos bairros ele articulava a propedêutica do esquecimento a uma concepção crítica da preservação dos conjuntos urbanos na dinâmica do desenvolvimento. Assim, “Giovannoni reconhece e confere às malhas antigas o valor atual e social que Ruskin e Morris lhe haviam apontado, sem chegar a instalar na historicidade”.⁷⁰ Jokilehto afirma que Giovannoni estabeleceu as bases para a teoria contemporânea da conservação, enfatizando a necessidade de uma abordagem crítica e científica, que proveria a base para o restauro científico. Giovannoni tomara, assim, uma atitude crítica neste propósito quando ele percebera, no início do século XX, a relação conflituosa traçada até então entre os conceitos de “vida” e “história”. Ainda neste sentido, “Giovannoni distinguiu-se dos teóricos italianos anteriores em sua abordagem da restauração enquanto um problema cultural de atribuição de valor”, e com o respeito à historicidade dos conjuntos urbanos antigos.⁷¹

Nota-se ainda a atualidade do entendimento de Giovannoni sobre a noção patrimônio urbano, que poderia ser em diversos pontos comparada à concepção contemporânea, pois sabemos que as transformações conceituais ocorridas no campo da Conservação de Bens Culturais vão acarretar numa concepção complexa e abrangente do hoje chamado Patrimônio Ambiental Urbano. O fato é que essas transformações que abordamos até agora em nossa pesquisa vão apontar pra necessidade de se forjar então estratégias específicas de abordagem envolvendo os diferentes aspectos da realidade urbana e seus diferentes recortes espaciais.

⁶⁹ CHOAY, 2001, p.202.

⁷⁰ CHOAY, 2001, p.203.

⁷¹ JOKILEHTO, 1999, p.221.

Neste contexto, a cidade vai ser vista como constituídas por um processo constante de “agregação de trabalho humano ao um suporte natural”, o qual permanentemente se refaz e se transforma.⁷² No entanto, como aponta Leonardo Castriota, este processo constante que define a própria história das cidades, onde cada geração intervém no tecido preexistente que recebe como “herança”, vai tornar-se hoje, frente ao sistema econômico vigente, um processo de especulação sobre a terra urbana, onde predominam os valores econômicos, em detrimento de seus valores culturais. Esta fato ainda vai se refletir sobre a concepção de patrimônio ambiental urbano, no medida em que as ações de determinados grupos sobre o tecido urbano vai levar à perda de suas qualidades ambientais. Mesmo que a cidade ou o ambiente urbano seja entendido como um processo de “renovação contínua”, caberia à sociedade discutir as diversas possibilidades alternativas de orientação desta renovação e transformação. A noção de “patrimônio ambiental urbano” vai surgir como uma matriz essencial a partir da qual poderíamos pensar, segundo uma concepção contemporânea, a preservação do patrimônio, pensando a cidade em seu sentido histórico cultural, “valorizando o processo vital que a informa e não apenas monumentos ‘excepcionais’ isolados”⁷³.

Hoje, percebe-se a ampliação do que vai ser entendido como patrimônio ambiental urbano vai cruzar com temas relacionados aos conceitos de “história pública urbana”, “memória social” e “história social”, trazendo a necessidade de se considerar a cidade e seus diversos “suportes da memória”⁷⁴, onde, por exemplo, “a história social estaria oferecendo uma contribuição metodológica significativa a campos paralelos, entre eles os da preservação arquitetônica e ambiental”⁷⁵. Trataria também, neste sentido, de trabalhar o potencial emancipador do patrimônio cultural, visto em sua concepção dinâmica⁷⁶.

Assim, como aponta Ramón Gutiérrez, no lugar da visão reducionista do patrimônio cultural em seus aspectos históricos consagrados pela historiografia oficial, quando não em recortes cronológicos arbitrários, incorpora-se, na nova perspectiva, à dimensão histórica, “as dimensões

⁷² SANTOS, 1986, p.59. Também citado por CASTRIOTA, 1999.

⁷³ CASTRIOTA, 1999.

⁷⁴ HAYDEN, 1995. Ver também CASTRIOTA, 1999.

⁷⁵ CASTRIOTA, 2004b. No entanto, hoje também se discute o ato de que esta relação com a memória dos lugares poderia levar também a aparecimento do corolário perverso da supervalorização do lugar, provocada pelo urbanismo tematizado.

⁷⁶ CASTRIOTA, 1999, p.136. Ver a perspectiva de CHAÚÍ, 1992; p.46, também citada por CASTRIOTA. Ver também neste sentido o caso da preservação de Havana em SEGRE, 1992.

testemunhais do cotidiano e os feitos não-tangíveis”⁷⁷. Assim, percebem-se aberturas temáticas que transcendem a conservação dos edifícios excepcionais, onde “desde o moinho até uma estação de trem puderam ser incorporadas sem problemas às definições do patrimônio, incluindo-se obras contemporâneas”, e até mesmos o patrimônio não-consagrado, como por exemplo, os terreiros de cultos afro-brasileiros, o que só ocorrera nas últimas décadas na América Latina. Neste novo contexto, as estratégias de conservação do patrimônio cultural vão englobar, além dos monumentos singulares, os conjuntos urbanos ou territoriais, nas quais a mudança de escala vai acarretar a mudança de metodologias e sua problemática vai ser abordada em “graus extremamente complexos”. No entanto, caberia ainda lembrar as especificidades das políticas de preservação na América Latina, em relação às européias, onde “a capacidade de atuar sobre o patrimônio a partir do setor cultural”, seria “rapidamente colocada à margem pelas urgências sociais e carência de recursos”.⁷⁸ Assim, vamos perceber que as políticas de conservação vão também passar a considerar temas como o da articulação entre habitação social e patrimônio⁷⁹. Ao mesmo tempo em que, tratar-se-ia de barrar a especulação privada do ambiente espaço segundo as necessidades de um mercado individual, em função da noção de “bem comum” implícita em toda política de proteção ao patrimônio cultural, e da garantia ao “direito ao patrimônio construído”. O autor apontaria como solução viável para a recuperação do patrimônio urbano através de utilização de sua “capacidade de reciclagem” e a definição do papel do Estado no planejamento e gestão do ambiente urbano.

No perspectiva contemporânea, Zancheti & Jokilehto, no artigo “Valores e Planejamento da Conservação Urbana: alguns reflexões sobre princípios e definições”, buscaram discutir a questão da atribuição de valores no processo de planejamento e gestão dos sítios históricos, ao mesmo tempo em que também discutem a possibilidade de expandir os princípios da conservação urbana para que estes englobassem os processos urbanos, e não apenas os “estados” das estrutura urbana⁸⁰. Segundo esses autores, essa perspectiva onde se percebe

⁷⁷ GUTIÉRREZ, 1992, p.121. Ver neste sentido a questão da preservação do patrimônio cultural na consagrado e da polêmica do tombamento do terreiro da Casa Branca na Bahia em FONSECA, 1996.

⁷⁸ GUTIÉRREZ, 1992, p.122.

⁷⁹ Neste sentido, Ramón Gutiérrez defenderia a necessária inclusão do tema, justificada pela existência de um *déficit* habitacional de cerca de três milhões de moradias, ao da reabilitação dos conjuntos urbanos. Segundo ele, “deveríamos começar pelo inverso; por exemplo, dizer se um país como a Argentina tem um déficit de três milhões de moradias (como se diz) e, em seus melhores anos, construiu 100.000 habitações, o problema não tem solução possível. Ou restabelecemos o conceito de habitação adequada e abandonamos a falácia estatística, buscando outro tipo de solução que é a da habitação de nova planta, ou estamos diante de um problema que é impossível resolver”. Ver GUTIÉRREZ, 1992, p.124.

⁸⁰ ZANCHETI & JOKILEHTO, 1997.

que as diversas áreas da cidade não vão ser mais consideradas de forma diferente das chamadas “áreas históricas”,⁸¹ vai surgir também veementemente após a Segunda Guerra Mundial, numa situação em que as intervenções sobre os “centros históricos” vão sofrer diversas críticas, dentre elas a ênfase exagerada nos aspectos artísticos, arquitetônicos e monumentais de edifícios, vistos isoladamente ou em conjunto. As críticas apontariam a seleção muitas vezes arbitrária dos elementos protegidos nos centros históricos e concomitantemente a marginalização de outras áreas consideradas “menos importantes”. Já na década de 1970 a ênfase mudaria para a compreensão do tecido urbano em sua “integridade” enquanto documento histórico. Neste período surgiriam tentativas de uma nova abordagem juntamente com o desenvolvimento de instrumentos de planejamento e gestão do tecido urbano. No período do pós-guerra, podemos citar o aparecimento das “áreas de conservação” inglesas e a definição dos “valores de conjunto” das edificações localizadas em determinada área, ao mesmo tempo em que vão surgir as “tentativas de análise sistemática da tipologia e morfologia dos tecidos urbanos” na Itália.⁸²

Ao mesmo tempo em que vamos perceber esta mudança de julgamentos de valor sobre o patrimônio urbano, “um novo interesse seria dado à proteção e reabilitação do tecido urbano como suporte para a significância histórica e a estrutura social da cidade”⁸³. No entanto, como percebemos hoje, os julgamentos de valor existem, mesmo que sejam diferentes de outras épocas. Ao mesmo tempo em que há a necessidade de métodos objetivos para a abordagem do patrimônio urbano, haveria também a necessidade hoje de se conhecer os diversos valores do patrimônio.

Quando falamos em conservação de estruturas urbanas hoje em dia, sabermos que estamos falando sobre um assunto complexo, onde geralmente estamos incluindo as estruturas arquitetônicas e urbanísticas, a paisagem urbana, a paisagem natural e o ambiente urbano. No entanto percebe-se, hoje que a nossa compreensão vai ainda mais além, incluindo a “cultura urbana” como um todo. Seria importante notar que este alargamento da abrangência da conservação urbana vai levar também a novas questões. Neste sentido, esta nova abordagem abrange os sistemas sociais existentes, o que nos permite hoje dizer que a conservação está

⁸¹ Ver também neste sentido CASTRIOTA, 1999.

⁸² ZANCHETI & JOKILEHTO, 1997. Ver neste sentido a experiência de intervenção na cidade de Bolonha em LA REGINA, 1982.

⁸³ ZANCHETI & JOKILEHTO, 1997, p.38.

associada à “manutenção da integridade histórica das culturas numa determinada estrutura urbana”. É neste sentido que Zancheti & Jokilehto apontam que o “objeto” do processo de conservação vai ser a vida urbana como um todo, em ambas dimensões materiais e imateriais, com seus elementos de “estado” e “processo”. Desta forma, percebe-se que esta abordagem da “conservação urbana estaria se diferenciando e se libertando, enquanto campo da razão teórica e prática, das teorias tradicionais da restauração de obras de arte e arquitetura”⁸⁴.

A conservação urbana, então, vai ser entendida como um “processo contínuo, sem início nem fim, usado para alcançar vários objetivos; é a ‘praxis’ social da construção do ambiente construído”, abrangendo, “continuidades” e “mudanças” no tecido urbano. Segundo a definição utilizada por Zancheti & Jokilehto, os valores seriam atribuídos aos objetos e não qualidades dos objetos, em si mesmos; neste sentido, seriam “a associação social relativa de qualidades às coisas que as tornariam valiosas”. Apesar de nós não os percebermos como tal, para os autores, os objetos são vistos como “neutros” no processo de atribuição de valor. Para os autores, a atribuição de valores se daria de duas formas: na primeira, os valores seriam determinados pelos indivíduos, segundo necessidades pessoais, sob as quais alguém atribuiria valor aos objetos; numa segunda, a atribuição de valores seria visto como resultado de um processo social, onde o valor das coisas resultam de “longas séries de interações entre indivíduos ou instituições através de longos períodos de tempo, num dado contexto sócio-econômico”. Assim, os autores afirmariam que os valores existem apenas através das relações sociais e não seriam atributos naturais ou intrínsecos aos objetos, porque estes só existiriam no contexto da interação entre indivíduos.

Nesta abordagem da conservação urbana, os valores atribuídos às estruturas urbanas vão ser percebidos como em constante transformação, como já apontamos anteriormente. Neste sentido, estes mudam de acordo com as transformações da sociedade, em seu processo de reprodução social, no qual os objetos podem “ganhar” ou “perder” valor durante sua existência material. Desta forma, segundo Zancheti e Jokilehto, os valores seriam vistos como essenciais

⁸⁴ ZANCHETI & JOKILEHTO, 1997, p.39. Neste sentido, os autores apontam a distinção da atividade de conservação urbana em relação à conservação de obras de arte e arquitetura elaborada por ROSELLI, 1991. Neste sentido, hoje em dia algumas pesquisas apontam para a necessária mudanças no levantamentos realizados sobre o patrimônio urbano, direcionadas por novas abordagens sistemáticas e abrangentes, necessariamente interdisciplinares. Ver JAMIESON, Walter. Recording the Historic Urban Environment: a new Challenge. APT Bulletin, vol. XXII, no. 1/2, 1990. Ver também STOVEL, Herb. Heritage Recording: Growth of a Profession. APT Bulletin, vol. 22, no. 1/2, 1990, pp. 5-8.

quando são tomadas decisões que afetam a existência material dos objetos, decisões estas que são ser feitas através de escolhas com base em critérios “objetivados socialmente”.

Assim como dissemos anteriormente, existem muitos tipos de valores nas sociedades contemporâneas, dentre os quais, muitas vezes, vai predominar o valor econômico. Neste contexto, os objetos ou lugares vão ser avaliados segundo seu valor econômico, financeiro ou monetário: poderíamos pensar, por exemplo, o que tem ocorrido muitas vezes na exploração econômica e turística do patrimônio ambiental urbano. No contexto da conservação urbana, segundo Zancheti e Jokilehto, vamos perceber a existência de valores culturais (que vão estar relacionados, por exemplo, à identidade, aspectos artísticos, técnicos ou de raridade) e valores socioeconômicos (ligados aos aspectos funcionais, econômicos, educacionais ou políticos),⁸⁵ onde estes não vão ser mutuamente exclusivos. No entanto, o que hoje se percebe é que, nas sociedades ocidentais, os valores das estruturas urbanas vão ser interpretados através de “sistemas simbólicos de referência”, como estética, história da arte, história. Assim como apontam esses autores, este processo vai ser assunto de permanente “crítica e reavaliação porque opera no nível ideológico e está relacionado ao jogo político associado aos processos de formação de imagem, memória e representação de uma dada sociedade”.⁸⁶ Para os autores, não vai ser, no entanto, a predominância de um valor (cultural ou socioeconômico) sobre o outro que vai influenciar nas decisões sobre a conservação urbana, mas sim a avaliação social dos vários valores, um tipo de “cálculo social”, que vai determinar a extensão e grau da conservação.

Segundo Zancheti & Jokilehto, a dificuldade estaria na interpretação dos valores, considerando sua multiplicidade e complexidade neste contexto, onde a estrutura urbana pode ser vista como uma unidade formada por elementos de “estado” e de “processo”, os quais estariam em constante interação. Segundo estes autores, poderíamos identificar diversos níveis de valores que vão se relacionar diferentemente com os elementos, conjuntos de elementos e com a estrutura urbana como um todo. Esta relação não vai ser percebida como um somatório de valores, pois a natureza dos valores que tratam da estrutura como um todo, ou com os conjuntos de elementos vai ser diferente dos valores atribuídos aos elementos individuais. Neste contexto, seria possível identificar que a teoria da restauração tradicional seria baseada na interpretação de valores como “estados”, onde raramente vão ser pensados como “processos”.

⁸⁵ Ver também JOKILEHTO & FEILDEN, 1998.

⁸⁶ ZANCHETI & JOKILEHTO, 1997, p.41.

Seria interessante utilizar o exemplo dado pelos autores, onde imaginaríamos um monumento hipotético, em que o valor que corresponderia ao monumento no momento de sua construção corresponderia ao valor rememorativo de um fato histórico, que justificaria sua construção. Durante um período de tempo, o monumento seria conservado e mantido porque este seria visto como um instrumento de reafirmação da significância simbólica e vida social de um povo. Talvez após alguns séculos, pode ser que o significado simbólico que justificara a construção deste monumento só possa ser avaliado por historiadores. Neste tempo, no entanto, talvez este monumento se torne parte de um conjunto urbano juntamente com outros monumentos comemorativos e outras edificações, por exemplo. Com isso, este conjunto pode ter sido valorizado por outra geração, segundo valores artísticos e de antiguidade, mas no entanto este sítio ainda poderia ser reconhecido por seu valor memorial, relevante para toda a cidade. Assim, o antigo monumento pode ter se tornado catalisador do processo de formação do conjunto, assim como ponto focal para a vida cívica da cidade. O processo de identificação e interpretação de seu valor artístico pode ter desencadeado um processo de reprodução tipológica em toda a cidade. No final do século XIX, os planejadores urbanos nesta cidade imaginária poderiam estar em face dos desafios de transição da conservação dos elementos materiais para os processos sociais que permitem o acontecimento da vida urbana, caracterizada pela processo contínuo de recriação. O resultado deste processo seria que a cidade se tornaria o *locus* de uma grande diversidade de forma num ambiente complexo, a qual poderia ser interpretada como a especificidade do lugar. Neste sentido, os valores da estrutura urbana estariam associados com a sua capacidade de se regenerar em forma que permitiriam aos cidadãos identificar uma linha de continuidade entre o passado, presente e futuro.

Uma das contribuições valiosas de Zancheti & Jokilehto seria a discussão sobre a relação e o papel dos valores no processo de planejamento e gestão da conservação do patrimônio urbano. Neste debate, os autores apontam que na conservação urbana ainda haveria uma tradição que a vincularia à conservação arquitetônica. Assim, o desenvolvimento desta, ao longo de sua história, haveria proporcionado à conservação urbana um aparato teórico e prático. No entanto, nos dias atuais, a partir do exposto neste capítulo e anteriores, percebe-se claramente a necessidade do desenvolvimento de um escopo de trabalho próprio da conservação urbana, reconhecendo suas especificidades e exigências enquanto um campo para a criação e implementação de políticas públicas e sociais. Neste sentido, os autores apontariam, como ponto de partida, a compreensão de que a conservação urbana deveria ser vista como um “processo

que busca coordenar e regular o processo de mudança e continuidade da estrutura urbana e seus valores”.⁸⁷

A partir desta definição, vamos perceber primeiramente que o trabalho sobre a presente condição dos elementos urbanos deve ocorrer paralelamente com uma ação visando ao controle dos processos. Neste caso, percebe-se claramente que o processo de planejamento da conservação vai envolver profissionais de áreas específicas, como história, arquitetura, engenharia, dentre outras, os quais vão lidar com questões técnicas necessárias, segundo graus diferentes de intervenção; ao mesmo tempo, percebe-se que envolveria ainda os campos da política, cultura e economia, por exemplo, já que, segundo Zancheti e Jokilehto, “o trabalho com a mudança e continuidade envolveria diferentes tipos de conhecimento”. Neste sentido, temos que “mudança e continuidade são processos determinados por decisões tomadas por diferentes atores, e quem têm o poder de agir sobre a estrutura urbana”⁸⁸, num contexto em que as decisões dependeriam das expectativas e interesses de diferentes formados em ambos os níveis individual e de grupo. Anota-se aqui que a formação destes grupos de interesse seria extremamente complexa e envolveria coalizões, as quais buscariam se impor sobre outras; ainda neste sentido, a formação dos grupos de interesse também vai estar sujeita aos “movimentos econômicos e políticos, à situação das finanças públicas e programa de governo”, dentre outras.

Desta forma, os autores compreenderiam que os dois tipos de trabalho acima citados, estariam organizados em um sistema consistindo em três fases distintas, não necessariamente sequenciais: “a primeira fase envolveria a identificação dos valores, a segunda a decisão concernente à manutenção dos valores, e a terceira a ação tomada como resultado, que levariam à conservação outra ação sobre as estruturas construídas”.⁸⁹ Todas estas fases seriam seguidas de processos de tomada de decisão que permitiriam seu fechamento e a abertura da fase seguinte. No entanto, segundo a concepção dos autores, este não seria um processo linear, mas sim envolveria diversos movimentos. Este processo seria, por natureza, conflitante, e poderia passar por um processo planejado, com a utilização de forte mecanismos sociais de controle, ou por um processo relativamente livre, como em sociedade não reguladas; no entanto, ambos seriam resultado da formação de um consenso social mínimo, que permitiria a ação planejada para a conservação urbana. No entanto, seria necessário notar aqui que , segundo os

⁸⁷ ZANCHETI & JOKILEHTO, 1997, p.44.

⁸⁸ ZANCHETI & JOKILEHTO, 1997, p.45.

⁸⁹ ZANCHETI & JOKILEHTO, 1997, p.45.

autores, este consenso social dar-se-ia segundo contextos políticos específicos, onde não haveriam regras preestabelecidas que poderiam definir seu escopo de trabalho.

Neste processo, o trabalho sobre a “continuidade” do substrato material da cidade seria parte integrante da terceira fase, e requereria decisões avaliadas pela sociedade sobre os tipos de valor a serem considerados e como realizar a alocação de recursos, por exemplo. Estas decisões seriam a base para a gestão da “mudança” (os elementos de processo), constituindo, necessariamente, num processo integrado. Neste sentido, incluir-se-ia a no processo a identificação, avaliação e disseminação dos valores, segundo uma ação planejada, segundo Zancheti e Jokilehto, “fundada na busca de um pacto ou contrato social”, e baseada em sistemas de referência que permitiram a realização de escolhas. Neste sentido é que os valores já há muito considerados na conservação do patrimônio poderia, e deveriam, ser integrados nas tradições culturais das comunidades. Esta integração, segundo esse ponto de vista, poderia resultar em menores perdas e conflitos no campo da conservação de bens culturais.

A escolha dos valores, segundo os mesmos autores, carregaria algum grau de arbitrariedade, quando partimos de pontos de vista de grupos específicos. Neste sentido, mesmo as escolhas baseadas em critérios sociais aceitos, poderiam ser vistas como subjetivas por outros grupos sociais. Este seria uma das questões mais importantes no processo de conservação, o que pode ser facilmente percebido (como tentamos demonstrar neste capítulo e nos anteriores) quando retomamos a trajetória das políticas de conservação. Nessas se atribuía um alto valor (geralmente artístico ou histórico) a determinados monumentos, em detrimento de seu entorno, onde “o sistema de referência era tão restritivo do ponto de vista social, causando muita destruição que poderia ser lamentada posteriormente”.⁹⁰

Ainda, no que diz respeito à identificação dos valores do patrimônio urbano, por exemplo, seria interessante notar a pesquisa realizada por Pereira Roders, publicada em 2007,⁹¹ na qual a autora aponta as possibilidades da reutilização as estruturas arquitetônicas (re-arquitetura), através da “medição” de uma série de condições necessárias para a manutenção de sua longevidade. Considerando o patrimônio arquitetônico como categoria de análise, mostra a sociedade, pautada em seus “valores dominantes”, atribui valores a determinadas edificações, em detrimento de outras, e como esta “valorização” de determinado edifício é marcada por

⁹⁰ ZANCHETI & JOKILEHTO, 1997, p.47.

⁹¹ PEREIRA RODERS, 2007.

longos espaços de tempo transcorridos entre a sociedade que o constrói e a sociedade que o identifica como de valor. Muitas vezes esta relação depende da “empatia entre o estilo ou discurso corrente e anterior, assim como os respectivos princípios que envolvem os atores”.⁹² Hoje em dia, por exemplo, em nossa sociedade caracterizada pela diversidade dos discursos, há uma consciência da importância de se preservar diferentes estilos anteriores. No entanto, o que gostaríamos de chamar a atenção aqui, dentro da extensa pesquisa realizada pela autora, seria a sua análise dos valores atribuídos aos diferentes “objetos de culto”, suas transformações no tempo e suas conseqüências sobre a conservação do patrimônio. Partindo da análise do conteúdo das cartas patrimoniais e outros documentos publicados pelas diferentes instituições vinculadas à atividade de conservação, a autora mostra como os diferentes valores são citados nestes documentos e como estes estão relacionados à mudança dos objetos de culto e as transformações no campo do patrimônio.

2.2.2. Avaliando os valores do patrimônio no processo de planejamento e gestão: aspectos metodológicos

Como percebemos, todas as decisões que concernem à transformação de um objeto ou lugar em “patrimônio”, em quais bens culturais investir, e assim por diante, assim como todas as decisões sobre o que, como e porque preservar, são tomadas em função de uma articulação de valores atribuídos aos bens culturais, a qual pode-se definir como “significância cultural”. Neste sentido a significância cultural indica a “importância” de um objeto ou lugar como um “todo”, e pode ser determinada através da análise da totalidade de valores atribuídos a ele. Vista desta forma, a significância cultural refletiria sempre o grau de importância de um objeto ou lugar e está relacionada ao conjunto de valores a ele atribuídos⁹³. Desta forma, a avaliação da

⁹² PEREIRA RODERS, 2007, p.71.

⁹³ Neste âmbito, Avrami explicita a importância do conceito de “significância cultural”, o qual envolveria os múltiplos valores e significados atribuídos a um bem patrimonial. Os diferentes valores envolvidos na conservação, estão às vezes vinculados aos diferentes significados associados ao patrimônio. É neste sentido que seria também importante notar que a abordagem de valores isolados de um bem cultural poderia levar, como percebemos, a uma visão reducionista de sua “significância cultural”, ou seja, considerar os valores e os significados do patrimônio em sua totalidade. Segundo a definição da Carta de Burra, a significância cultural significa o conjunto dos valores estético, histórico, científico, social ou espiritual de um lugar para as gerações passada, presente e futura. Ver AUSTRALIA ICOMOS, 1999.

significância cultural de um dado bem é vista por muitos autores como parte do processo de planejamento e gestão da conservação⁹⁴.

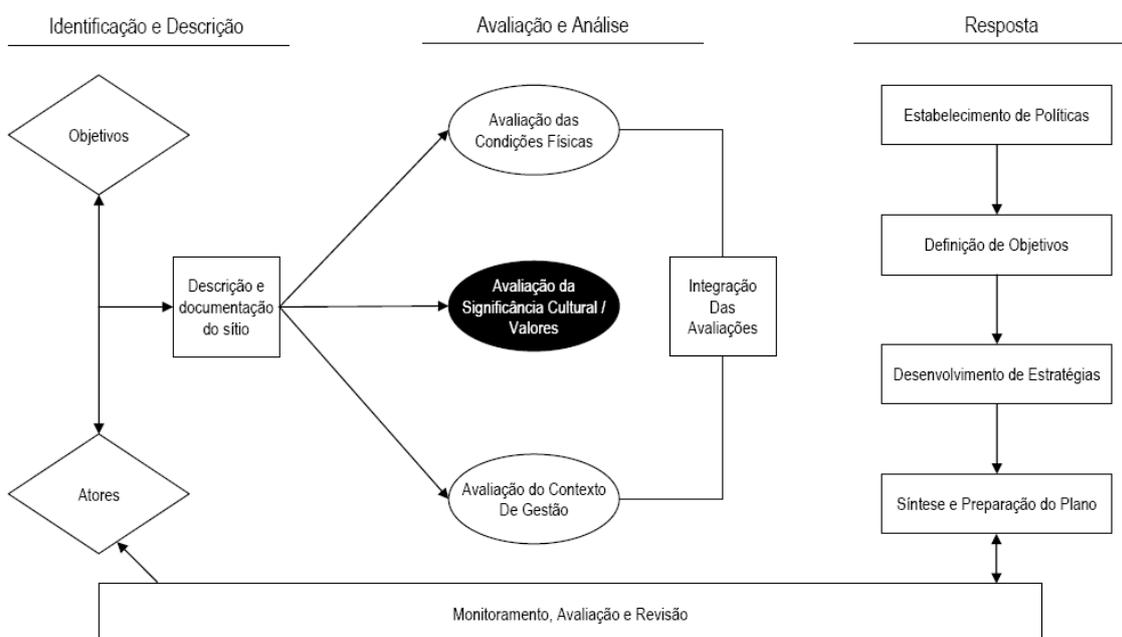


Figura 1 - Metodologia do processo de planejamento da atividade de conservação

Fonte: MASON, 2002.

Metodologicamente, no entanto, a avaliação dos valores enfrenta atualmente várias dificuldades, que surgem da própria natureza diversa dos valores do patrimônio, ou do fato de mudarem com o tempo e serem fortemente influenciados por fatores contextuais, ou ainda do fato dos valores estarem em conflito na maioria das vezes. Também há tantos tipos de valor, e as interações entre estes são tão complexas, que alguns pesquisadores têm sugerido um método efetivo de tratar o tema através do estabelecimento de “tipologias de valores”⁹⁵, que permitiriam, entre outras coisas, articular os interesses dos atores envolvidos num processo de decisão, segundo uma linguagem comum na qual estes poderiam expressar e discutir. Também no mesmo sentido, as diferentes visões que os pesquisadores podem ter de um bem cultural e, além disto, seus diferentes olhares regidos por diferentes epistemologias e modos de expressão podem indicar seus pontos de incomparabilidade e tradução. Assim, o aspecto prático do estabelecimento de uma tipologia de valores pode ser facilmente percebido, favorecendo a

⁹⁴ Ver MASON, 2002; AUSTRALIA ICOMOS, 1999 e 2004; PEREIRA RODERS, 2007.

⁹⁵ MASON, 2002.

comunicação e compreensão comum dos diferentes processos de valorização aos quais o patrimônio é submetido, e torna este um importante instrumento de pesquisa que compõe uma metodologia (Figura 1).

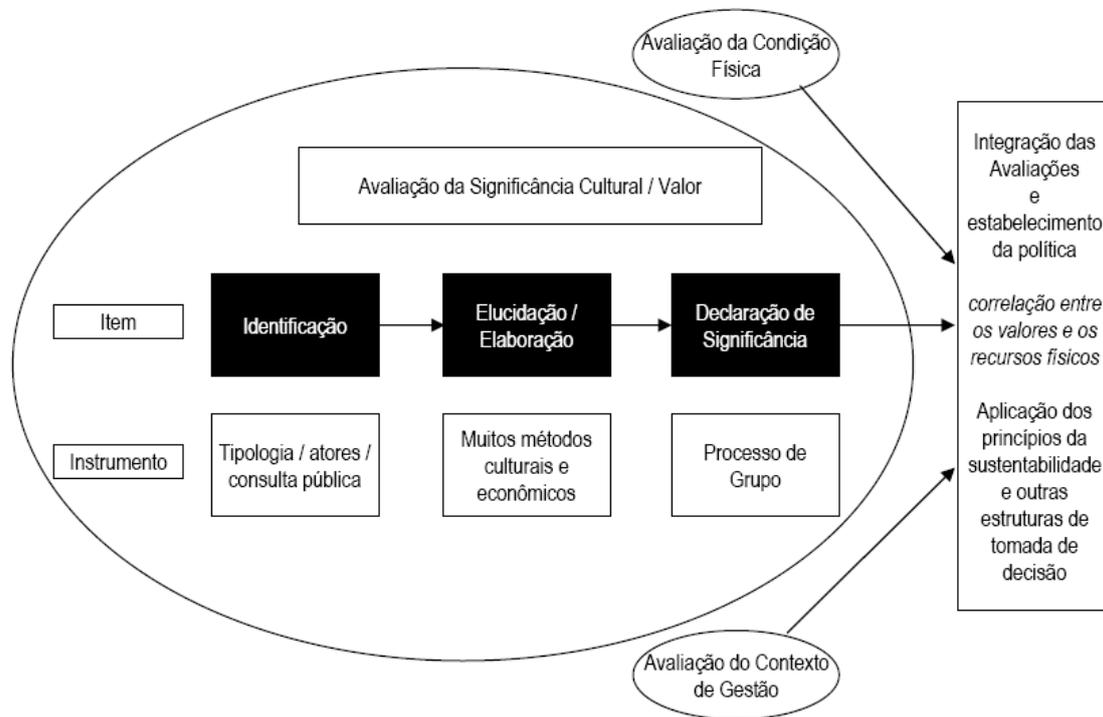


Figura 2 - Processo de avaliação da Significância Cultural / Valor na atividade de conservação

Fonte: MASON, 2002.

Cabe distinguir aqui dois modelos de abordagem do planejamento e gestão de sítios. Segundo o GCI, a abordagem de gestão baseada nos valores (*value-based*) seria o agenciamento de um sítio, coordenada e estruturada, com o propósito essencial de proteger a significância de um lugar definido pelos critérios de designação, autoridades governamentais ou ainda proprietários, *experts* de áreas diversas ou outros cidadãos com interesse legítimo no lugar⁹⁶. As abordagens baseadas nos valores se caracterizam pelo processo adotado, onde primeiramente são feitas análises dos valores atribuídos aos bens culturais. Estas se diferenciam daquela abordagem tradicional, que são mais focadas na resolução de problemas e temas específicos, onde muitas vezes o impacto destas atividades sobre a totalidade do sítio não são considerados. A abordagem baseada em valores também caracteriza-se pela capacidade de acomodar diferentes

⁹⁶ Ver neste sentido MAC LEAN & MYERS, 2003; MASON *et al.*, 2003a e 2003a DE LA TORRE *et al.*, 2003.

tipologias de patrimônio, pela capacidade de localizar os diversos impactos que o patrimônio possa sofrer, assim como por atender à diversidade de grupos com “interesse” na sua preservação, e neste sentido, apresenta uma visão a longo prazo do planejamento e gestão do patrimônio.

No sentido de identificar os valores atribuídos a um determinado sítio, por exemplo, podem ser usadas diversas fontes de informação. Geralmente as fontes históricas são primeiramente consultadas e, tradicionalmente, os trabalhos de descrição e pesquisa sobre os sítios patrimoniais são organizados segundo o ponto de vista histórico. Diferentemente desta, a abordagem baseada nos valores dão ênfase na consulta pública envolvendo os diversos atores interessados na preservação do bem cultural. Aqui, também são incorporadas as visões dos *experts* de diversas áreas do conhecimento, como história, arqueologia, arquitetura, ecologia, sociologia, dentre outras. Recentemente têm sido incorporadas as visões de outros grupos envolvidos, onde estes podem ser comunidades, grupos com vínculos tradicionais com o lugar ou outro interesse em aspectos particulares do sítio. No entanto, como já dissemos, os diversos atores e diferentes valores podem estar em conflito e podem ser percebidos de modo bastante diferente, que em sua maioria são *legítimos* e devem ser considerados no planejamento e gestão da conservação. Um outro ponto de diferença essencial entre as duas abordagens é que a abordagem baseada nos valores não estabelece *a priori* uma hierarquia de valores atribuídos ao patrimônio, onde os valores históricos, estéticos e científicos têm primazia sobre os outros. No entanto, nota-se que no caso da conservação de sítios de significância nacional ou estadual, geralmente os principais valores são estabelecidos pelas autoridades quando de sua designação ou inscrição como “patrimônio”. Esses valores, assim estabelecidos, têm primazia sobre os demais, que podem ou não estar identificados.

A abordagem baseada nos valores tem sido especialmente aplicada na Austrália que, como dissemos, apresenta um contexto cultural bastante diverso. O ICOMOS da Austrália e a *Australian Heritage Commission*, por exemplo, têm publicado documentos orientando os envolvidos na conservação dos bens culturais e estabelecendo processos de trabalho que possibilitam a identificação e a consideração dos diversos valores na definição da importância de um determinado patrimônio, como a Carta de Burra. Assim, segundo Mac Lean e Myers, frente aos desafios técnicos e filosóficos postos pela existência de ocupações aborígenes e patrimônio vernacular, os profissionais australianos perceberam que os documentos existentes, como a

Carta de Veneza, falhavam em prover uma linguagem e sensibilidade adequadas⁹⁷. No entanto, pautada nos princípios éticos da Carta de Veneza, a Carta de Burra clama por uma abordagem específica para a análise dos valores atribuídos a um lugar por todos os atores envolvidos, e também por uma articulação adequada do que constitui a significância particular do sítio. É interessante notar que, mesmo sendo estabelecido para o contexto australiano, segundo alguns pesquisadores, o processo explicitado neste documento poderia ser adaptado a qualquer outra parte do mundo, tornando-se assim “universalizável”, estabelecendo a necessidade de se considerar os valores culturais locais.

Mason sugere a adoção de uma perspectiva antropológica onde se valoriza a “tentativa de compreender toda a faixa de valores e processos de valoração vinculadas ao patrimônio”⁹⁸, em contraposição à visão normativa tradicional proveniente da história das artes comumente aceita no campo da conservação, onde se privilegia *a priori* os valores histórico e artístico dos objetos ou lugares sobre os demais. Esta perspectiva pressupõe a compreensão de que o patrimônio não é apenas valorado intelectualmente, mas sim cumpre um papel simbólico, instrumental, dentre outros, em todo o contexto social. Desta forma, em sua esfera material, por exemplo, apenas o questionamento sobre o valor de um objeto já proporcionaria várias possibilidades de resposta, todas elas com significado e legitimidade, e que dizem respeito a aspectos igualmente importantes do dado objeto. Desta constatação deriva a idéia de que o patrimônio é “polivalente”, ou seja, apresenta múltiplos valores. Tomemos o exemplo citado por Mason, onde este menciona a existência hipotética de uma igreja antiga⁹⁹. Neste caso, este objeto teria um valor espiritual como um lugar de adoração; teria um valor histórico por que lá aconteceram fatos importantes ou simplesmente por ser antiga; teria um valor estético porque é bonita e apresenta um “bom” trabalho de arquitetura, no sentido artístico; poderia ter ainda um valor econômico como propriedade; um valor político como representação de um certo tipo de ordem social; e assim por diante.

Um outro ponto importante é que os valores do patrimônio têm sido vistos mais como “contingentes” e não “objetivamente” dados. Nesta concepção, os valores são encontrados nos objetos, assim como não seriam vistos como “imutáveis”, como estabeleceram as teorias anteriores da conservação. Como já dissemos, o discurso predominante no campo da

⁹⁷ MAC LEAN & MYERS, 2003.

⁹⁸ MASON, 2002, p.7.

⁹⁹ MASON, 2002, p.8.

conservação se pautava na noção de que o “valor” seria uma qualidade “intrínseca” dos objetos. Claro que, como vimos anteriormente, nenhuma concepção de valor poder-se-ia apoiar completamente nesta visão. Com aquela compreensão sobre sua objetividade social, o valor seria visto por Mason como “um produto da interação entre o artefato e seu contexto”, onde o valor não emanaria do artefato em si mesmo¹⁰⁰. Assim os valores só poderiam ser compreendidos segundo seu contexto cultural, histórico e social, por exemplo, e ainda segundo seu contexto espacial.

Nesta abordagem, seria fundamental compreender de onde vêm os valores. Para Mason, o valor seria formado “no nexos entre as idéias e as coisas”. Desta forma, a abordagem da cultura material não poderia ver o valor do patrimônio como algo intrínseco ou mesmo essencialmente extrínsecos. Assim, por um lado, todo objeto ou lugar apontado como patrimônio terá, por definição, algum valor. Por outro lado, a concepção da contingência do valor enfatiza a importância do processo social de formação do valor. Neste sentido, também este autor reconheceria que a concepção contingente do valor não eliminaria possibilidade de que alguns valores possam ser universalmente aceitos. Nesta concepção, tomando como exemplo o caso das Pirâmides do Egito, “estes valores socialmente construídos são vistos como universais porque são amplamente aceitos, não porque são verdades objetivas”¹⁰¹.

A essa altura, vamos perceber que esta visão sobre os valores do patrimônio vai também exigir uma mudança de postura dos envolvidos no processo de conservação. Como vimos, tradicionalmente os valores têm sido articulados por avaliações e análises de *experts*, que viam estes objetos como uma obra de arte ou como um testemunho do passado. No entanto, como vimos, frente às transformações ocorridas na sociedade e conseqüentemente na atividade de conservação, outros fatores começaram a ser considerados nos processos, sob a compreensão de que a inserção destes seria de vital importância para a própria atividade de conservação. Evidentemente que tratamos aqui de uma integração ainda incompleta.

Assim, nos últimos anos têm sido desenvolvidas algumas metodologias de avaliação dos valores¹⁰². Com este objetivo, é que alguns seminários têm sido organizados, como o terceiro

¹⁰⁰ MASON, 2002, p.8.

¹⁰¹ MASON, 2002, p.8.

¹⁰² MASON, 2002. Ver por exemplo o desenvolvimento das metodologias a respeito da avaliação de valores econômicos e sociais também em ALLISSON, Gerald *et al.*, 1996.

seminário organizado pelo ICOMOS da Austrália¹⁰³, intitulado "Avaliando os Valores Sociais: Os Papéis das Comunidades e Especialistas", aconteceu em Sidney, em dezembro de 1994. Neste evento surgiram temas como "Mapeamento Cultural", que era visto como uma poderosa técnica para a captura do valor social e transposição do, muitas vezes "doloroso", silêncio que assolava importantes áreas da sociedade e da história australianas¹⁰⁴. Também foram discutidos temas envolvendo a relação conflituosa dos valores culturais¹⁰⁵. Este seminário demonstrou, principalmente, que a atribuição de significado ao patrimônio por diferentes camadas da comunidade requererão mudanças de foco e métodos, para assegurar que os valores sociais sejam considerados pelas práticas de conservação. Ainda neste sentido, pode-se citar especialmente a publicação "O Valor da Conservação?", da agência *English Heritage*, que teve por objetivo elaborar uma revisão da literatura, marcando a terceira etapa de uma pesquisa patrocinada pela *Royal Institution of Chartered Surveyors*, *English Heritage* e o *Department of National Heritage*¹⁰⁶. Este estudo teve por objetivo identificar temas para futuras pesquisas, sobre a base de uma revisão crítica dos métodos utilizados nas ciências econômicas (abordagem não desenvolvida em nossa pesquisa), que têm sido usados para medir, ou avaliar, os benefícios da sociedade na conservação urbana.

As pesquisas sobre os valores atribuídos ao patrimônio cultural têm se preocupado com questões pragmáticas envolvidas na identificação e avaliação dos valores, para que estes possam informar as decisões políticas e de planejamento e gestão da conservação, assim como estes valores seriam relevantes para cada uma das disciplinas que possam estar envolvidas nas pesquisas e atores que possam estar envolvidos no processo de conservação. Na abordagem tradicional, os valores são tratados como uma "caixa preta", onde, segundo Mason, os diversos aspectos do patrimônio convergem no que poderia ser chamado de "significância" (conceito muito utilizado principalmente nas políticas de patrimônio dos Estados Unidos)¹⁰⁷. Neste caso, os diferentes significados dos patrimônio -relacionados aos diversos valores- colapsariam em apenas um único, numa "declaração de significância". Neste sentido, alguns

¹⁰³ AUSTRALIA ICOMOS. *Assessing Social Values: The Roles of Communities and Experts*. Camberra, 1996.

¹⁰⁴ Para uma experiência brasileira na utilização de mapeamentos culturais e urbanísticos ver ROCHA, Ana Cecília Nascimento; CASTRIOTA, Leonardo Barci; Universidade Federal de Minas Gerais. *Mapeamento urbanístico: a materialidade da dimensão intangível do patrimônio cultural urbano*. 2005. (Dissertação de mestrado)

¹⁰⁵ *Assessing Social Values: The Roles of Communities and Experts*, publicado em AUSTRALIA ICOMOS, 1996.

¹⁰⁶ ALLISSON *et al.*, 1996.

¹⁰⁷ TAINTER & LUCAS, 1983.

dos valores atribuídos acabariam por sobressair-se dos demais, enquanto que outros poderiam até mesmo ser negligenciados.

Interessante notar, aqui, a própria trajetória do conceito de “significância”, utilizado nas políticas de patrimônio nos Estados Unidos, que teria dividido os bens culturais em dois grupos: os que seriam “significantes” e os que não seriam. Segundo Joseph Tainter e John Lucas, desde decisões da Suprema Corte em 1896 até o *Antiquities Act* de 1906, as questões metodológicas relacionadas ao uso do conceito já apareciam. Na virada do século, os requerimentos para a proteção e conservação de recursos passavam ainda pela idéia de que os bens culturais em questão deveriam “ser de valor para toda a nação”, ao mesmo tempo em que se iniciava a atuação de sociedades privadas, as quais então já enfrentavam dificuldades no estabelecimento de critérios de seleção dos bens a serem conservados. Neste panorama, segundo os autores,

o dilema da significância coincidiu com uma mudança de ênfase na base da preservação arquitetônica passando dos edifícios estimados por seu valor *associativo* (isto é, sua associação a grandes pessoas e grandes eventos da história Americana), para o interesse por suas qualidades culturais e artísticas.¹⁰⁸

Os critérios de seleção dos bens a serem conservados acompanharam fortemente as transformações do conceito de “significância”, nos anos posteriores, nas continuidades e mudanças dos padrões de atuação dos órgãos de conservação. Principalmente, os autores apontam como alguns dos documentos que orientaram a eleição dos bens haveriam sido redigidos numa linguagem, muitas vezes, “vaga” e “tautológica”, onde uma leitura atuação permitiria até o questionamento sobre sua própria legitimidade. Um outro aspectos apontado foram as próprias transformações em áreas de conhecimento como a arqueologia, as quais proveram novos critérios segundo os quais alguns sítios haveriam sido revalorizados.

No entanto, gostaríamos de ressaltar aqui a origem do conceito apontada pelos autores. Para estes, seria possível traçar uma visão da noção de significância no período de 1930 a 1960 que vai indicá-la como uma qualidade “intrínseca” dos bens. Visão esta que estaria fortemente associada ao pensamento de tradição positivista e empirista, baseado na experiência sensorial como origem do significado e do conhecimento e como forma de garantir a sua “objetividade”. Deste ponto de vista, a significância “estará presente no bem cultural, e não na mente do observador”.¹⁰⁹ Considerando a questão do significado, neste sentido, apontaram, dentre outros,

¹⁰⁸ TAINTER & LUCAS, 1983, p.707.

¹⁰⁹ TAINTER & LUCAS, 1983, p.712.

Hill e Evans, que “o fenômeno não possui significados primários ou inerentes a serem descobertos... todo fenômeno, ou conjunto de fenômenos, recebe sentido pela mente humana, e a este poderá ser dado tantos significados quanto o pesquisador escolher”.¹¹⁰ Percebemos assim, que o significado seria determinado mais pela mente humana do que fixado por propriedades do objeto, sendo sujeito, então, a variações entre indivíduos e mudanças no tempo, assim, vemos como seria difícil sustentar aquelas posturas “objetivas” na utilização do conceito de significância. Neste sentido, então, não poderíamos falar em significância como um atributo inerente ao patrimônio cultural; no entanto, nos parece, que isto não quer dizer que deveríamos abandonar o critério da significância.

Poderíamos citar também o ensaio de Satya P. Mohanty, que, na esfera estética, também parte da constatação do atual caráter dominante da perspectiva relativista na epistemologia. Deste ponto de vista, isto nos levaria a dizer que qualquer concepção particular de observação e conhecimento objetivo seria vista como inadequada.¹¹¹ Partindo de alguns filósofos, a autora aponta que, tudo em que a ciência se apóia, ou seja sua metodologia, sua compreensão do que são os fatos, sua prática da confirmação ou mesmo observação seria sempre dependente da teoria ao invés de neutra; esta seria filtrada através de valores, pressupostos e ideologias ao invés de imediata ou inegável. No entanto, criticando a visão pós-moderna em que a conclusão seria que a objetividade seria impossível, visão especialmente endossada pelos pesquisadores do campo dos estudos literários e culturais e estritamente ligada a uma suspeita em relação à normatividade, para Mohanty, o que estaria de fato condenada seria a concepção positivista de objetividade, que definiria o conhecimento objetivo como algo que alcançamos sem a interferência de nossos interesses, pautando-se na “neutralidade absoluta”, na completo desprezo pela subjetividade do pesquisador e em seus valores, ideologias e pressupostos teóricos socialmente dados. Já segundo os pós-positivistas, a concepção de objetividade não seria o mesmo que neutralidade. No entanto, a autora ainda buscaria uma concepção diferente desta, numa defesa de uma abordagem de um multiculturalismo fundamentalmente não relativista e de uma epistemologia holística, argumentando que os valores seriam histórica e socialmente determinados, mas ao mesmo tempo objetivos, ou seja, existiriam independentemente de nossas “crenças” sociais e culturais.

¹¹⁰ HILL & EVANS, 1972 *apud* TAINTER & LUCAS, 1983, p.714.

¹¹¹ MOHANTY, 2002.

As dificuldades teórico-metodológicas da pesquisa sobre os valores do patrimônio se iniciam a partir da constatação de sua natureza complexa e da complexidade das interações entre estes. As dificuldades se iniciam na própria diversidade de nomenclaturas utilizadas no interior de determinadas áreas do conhecimento, ou entre diferentes áreas, ou entre os diferentes atores ou grupos de atores envolvidos. As diferentes articulações dos valores, por exemplo, são, em algum nível, diferentes expressões das mesmas qualidades dos patrimônios, vistas sob perspectivas diferentes. Mesmo as diferenças na epistemologia representariam diferentes modos de expressão que dizem respeito a como as características do patrimônio são avaliadas por diferentes pesquisadores. Segundo Mason, uma outra dificuldade teórico-metodológica na pesquisa advém do fato de que “os valores estão em constante mudança, e esta deveria ser vista como parte essencial da natureza social do patrimônio”.¹¹² Seria neste sentido que o mesmo autor afirmaria que os valores do patrimônio não poderiam ser mensurados objetivamente ou decompostos como faz um químico quando decompõe um composto para estudar suas partes constituintes.

Quadro II - Sumário de tipologias de valor do patrimônio a partir de vários pesquisadores e organizações

| Riegl (1902) | Lipe (1984) | Carta de Burra (1999) | Frey (1997) | English Heritage (1997) |
|--------------|-----------------------|---|-------------|-------------------------|
| Ancianidade | Econômico | Estético | Monetário | Cultural |
| Histórico | Estético | Histórico | Opção | Educacional e acadêmico |
| Rememorativo | Simbólico-associativo | Científico | Existência | Econômico |
| Uso | Informacional | Social (incluindo espiritual, político, nacional, outro valor cultural) | Legado | Recurso |
| Novidade | | | Prestígio | Recreacional |
| | | | Educacional | Estético |

Fonte: MASON, 2002. (tradução do autor)

Apontando para a impossibilidade de se decompor o patrimônio em suas partes constituintes, Mason apontaria a necessidade de uma abordagem consensual sobre as tipologias de valor do patrimônio. Assim, o autor afirmaria que uma “tipologia de valores” poderia ser um guia para a efetiva caracterização do patrimônio, assim como para a aproximação entre os diferentes atores e canalização de seus esforços no processo de conservação. Assim, uma tipologia de valores poderia contribuir como uma estrutura de trabalho (*framework*) que auxiliaria na “decomposição” da “significância cultural” em seus tipos de valores constituintes. Neste sentido, percebe-se que as tipologias de valores do patrimônio não seriam necessariamente definidas previamente, no entanto poderíamos partir de uma tipologia provisória, com o objetivo de estabelecer um ponto

¹¹² MASON, 2002, p.9.

de partida em que a tipologia de valores poderia ser modificada e delineada segundo cada situação de planejamento e gestão da conservação.¹¹³

Percebe-se que uma tipologia de valores poderia facilitar as discussões e entendimento sobre os processos de valoração / valorização em jogo na conservação do patrimônio. O estabelecimento de uma tipologia de valores contribuiria como um instrumento de pesquisa essencial para os envolvidos na conservação. Assim, evitando que os pesquisadores “reinventassem a roda” a cada pesquisa, uma tipologia de valores permitiria a comparação de análises e resultados de pesquisa e processos de conservação; assim como as tipologias de valores incentivariam a participação dos diferentes atores, já que os diferentes valores estariam relacionados às diferentes vozes dos atores envolvidos no processo. Desta forma, pode-se esperar que a definição de nomenclaturas para os tipos de valores seria bastante problemática. Assim como mostra a o quadro II, vários autores e instituições têm igualmente “dividido” o patrimônio em partes constituintes, porém de modos diferentes, onde, inclusive alguns tipos de valores são dominantes em relação a outros.

Quadro III - Tipologia provisória de valores do patrimônio

| Valores sócio-culturais | Valores econômicos |
|--------------------------------|---------------------------|
| Histórico | Valor de Uso (mercado) |
| Cultural / simbólico | Não uso (não mercantil) |
| Social | Existência |
| Espiritual / religioso | Opção |
| Estético | Legado |

Fonte: MASON, 2002. (tradução do autor)

Observando o quadro I de tipologias de valores, percebe-se que os diferentes autores como Frey e Riegl, perceberam o patrimônio segundo óticas diferentes, respectivamente da economia e da história da arte. Ainda nesta lógica, podemos perceber como Lipe busca relacionar diferentes significados do patrimônio através de sua classificação tipológica, assim como que a Carta de Burra claramente enfatiza uma abordagem sócio-cultural do patrimônio, relegando a segundo plano a sua possível valorização econômica. Se observamos a tipologia proposta pela *English Heritage*, nota-se uma percepção mais abrangente dos significados que podem estar atribuídos ao patrimônio. Esta observação feita por Mason, seria justificada em função da abordagem feita pela agência, na qual se percebe o patrimônio através do uso e valorização contingente feita

¹¹³ MASON, 2002, p.9.

pela população, pesquisadores e demais atores, numa abordagem mais relacionada à percepção de que os valores são extrínsecos aos objetos ou lugares.

Nesta perspectiva, aponta o documento intitulado “Preservando o ambiente histórico: novas perspectivas sobre o futuro”¹¹⁴, publicado pela *English Heritage* em 1997, que aborda a valorização do patrimônio numa perspectiva abrangente, apontando-a como um passo essencial na sua compreensão ampla, o conhecimento dos modos e razões como os diferentes elementos que o compõem são avaliados, e quais os atores envolvidos. Para tanto, o documento sugere uma classificação tipológica de valores nas categorias *cultural, educacional e acadêmico, econômico, recurso, recreacional, estético, etc.* Assim, as categorias indicadas já sugerem os elementos aos quais poderiam ser direcionada a definição das metodologias de pesquisa. Este documento aponta a relação entre o conceito de sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Neste sentido, nos adverte sobre a necessidade de conservar e melhorar (*enhance*) todo o ambiente, adotando uma visão a longo prazo sobre o ambiente e nossas ações sobre o mesmo. Neste sentido, é que o conceito de sustentabilidade seria fundado numa visão a longo prazo e abrangentemente baseada nas necessidades da sociedade, desta forma, evitando a abordagem puramente econômica a curto prazo.

A agência *English Heritage* propôs, na década de 1990, como etapa essencial na conservação do ambiente histórico, “a compreensão e conhecimento de que os diferentes elementos do ambiente histórico são valorizados de forma diferente, por diferentes razões e por diferentes atores”.¹¹⁵ Assim, a importância variam sobre os diferentes aspectos do ambiente em questão, e poderia ainda variar segundo os interesses locais, regionais, nacionais e internacionais. Deste ponto de vista, percebe-se que a sustentabilidade do ambiente histórico dependeria de “uma visão abrangente e integrada do ambiente”, na qual aceita-se que “os valores atribuídos ao ambiente histórico incluem perspectivas e percepções pessoais”¹¹⁶. Neste sentido, que percebe-se a necessidade de se levar em conta “quem” faz os julgamentos de valor, como por exemplo, *experts*, moradores, políticos, administradores, empresários, etc. No caso da Grã-Bretanha, por exemplo, as atividades de conservação do ambiente histórico sempre foram vistos como trabalho de *experts*. Recentemente isto haveria mudado com aumento do conhecimento sobre o meio

¹¹⁴ ENGLISH HERITAGE. Sustaining the Historic Environment: New Perspectives on the Future (an English Heritage Discussion Document). London: English Heritage, 1997.

¹¹⁵ ENGLISH HERITAGE, 1997, p.4.

¹¹⁶ ENGLISH HERITAGE, 1997, p.5.

ambiente e a atuação de determinados grupos, no entanto os mecanismos formais -como a designação (*designation*)- ainda representaria parcialmente a extensa faixa de valores do patrimônio. Neste sentido nota-se que pouca atenção tem sido dispensada, no nível nacional, para a identificação e conservação do patrimônio local. Assim, seria fácil compreender o distanciamento existente entre o entendimento e conhecimento públicos sobre o ambiente histórico de um lado e as prioridades para os responsáveis por sua gestão. Neste sentido, o documento aponta para necessidade de se “evitar este fato com as discussões juntamente com os profissionais envolvidos na conservação, sobre os interesses e valores do restante da sociedade”, ao mesmo tempo ajudando a população a compreender o porque -do ponto de vista científico e acadêmico- da importância de um determinado aspecto do patrimônio para o nível nacional. Neste sentido, é interessante perceber a perspectiva adotada pela agência, quando esta estabelece a necessidade e a possibilidade de se desenvolver uma compreensão mútua sobre o sentido de um ambiente histórico como uma alternativa efetiva e poderosa de ampliar o conhecimento e envolvimento públicos. Assim diversas técnicas poderiam ser desenvolvidas, envolvendo grupos fundamentais e seus interesses e necessidade, por exemplo.

A sustentabilidade, então, seria vista mais como “um processo contínuo de conservação, do que como um resultado final a ser atingido”, pois embora possamos escolher para tomar as decisões, “nunca alcançaremos um estado final de sustentabilidade porque haverá sempre a necessidade de mudança”¹¹⁷. Desta forma, no sentido de propor uma abordagem sustentável, baseada no “entendimento” sobre o ambiente histórico e as opções para sua gestão, o documento sugere uma seqüência de etapas, como melhoria da compreensão e apreciação do ambiente histórico e seus valores, a partir instrumentos como a sua “caracterização”; identificação das forças que atuam sobre o ambiente; fazer julgamentos com o uso de indicadores, sobre o nível de mudança ou atividades que o ambiente pode acomodar, sem a necessidade de grandes alterações; utilizar as informações para definir os objetivos; definir as prioridades, implementar uma estratégia sustentável e monitoramento.

Para o GCI, a diferenciação entre as abordagens econômica e sócio-cultural do patrimônio deveria responder a uma tentativa de conhecimento das características destas e de sua capacidade de resposta às necessidades contemporâneas da conservação do patrimônio (já apontadas neste trabalho). Em suas pesquisas, o instituto buscaria claramente uma possível

¹¹⁷ ENGLISH HERITAGE, 1997, p.6.

integração destas abordagens, a partir então de uma “tipologia provisória de valores do patrimônio”. Nesta classificação tipológica, parte-se do pressuposto de que os valores sócio-culturais estão, tradicionalmente, na origem das ações de conservação, entendendo-se por estes, os valores relacionados a um objeto, edificação ou lugar porque este apresenta um significado para pessoas ou grupos sociais com relação à sua beleza, idade, ou associação com pessoas ou eventos significativos, e que contribuem para a criação da identidade cultural de um grupo. Já os valores econômicos seriam vistos como fundamentalmente diferente dos primeiros devido ao fato de que seriam fundamentalmente conceituados de forma diferente, num processo não comensurável com as diversas outras epistemologias. No âmbito deste trabalho não discutiremos as questões relacionadas às abordagens do valor econômico do patrimônio cultural¹¹⁸.

No primeiro grupo, o “valor histórico” está mais visivelmente na origem do patrimônio, estando relacionado à sua “capacidade de convencer ou estimular uma relação com o passado”¹¹⁹, podendo emanar da idade do material de fabricação do objeto ou de sua associação com pessoas ou eventos significativos, sua raridade ou unicidade, qualidades tecnológicas, ou potencial documental. Neste sentido, Mason apontaria dois importantes subtipos de valores históricos, que seriam o “valor acadêmico/educacional”, que se relaciona à capacidade de se obter conhecimento de um objeto ou lugar, e o “valor artístico”, baseado no fato de o objeto ser “o único, o melhor ou um bom exemplo” de um trabalho de um indivíduo, por exemplo. Assim, juntamente com o valor histórico está na origem do patrimônio também o “valor estético”, que se refere às qualidades do bem cultural e ao seu potencial de provocar experiências estéticas, onde poderia se pensar em objetos, lugares, paisagens, etc.

O “valor simbólico/cultural” referir-se-ia a todos os significados compartilhados que são associados a um bem cultural, que não estão relacionados aos aspectos históricos e cronológicos do bem, enquanto que o “valor político” refere-se ao uso dos bens culturais na construção das relações de civismo, legitimidade governamental, mobilização social, ações de protesto, ideologias, etc. Esses últimos surgiriam da “conexão entre a vida cívica/social e o ambiente físico, além da capacidade dos bens culturais em estimular comportamentos políticos

¹¹⁸ Para mais detalhes ver DE LA TORRE & MASON, 1998; THROSBY, 1999, 2002, 2003; ENGLISH HERITAGE, 2005. Ver também um estudo de caso sobre a avaliação do patrimônio cultural e dos benefícios sociais da restauração em SALAZAR, S. Del Saz; MARQUES, J. Montagud. Valuing cultural heritage: the social benefits of restoring an old Arab tower. *Journal of Cultural Heritage*, no. 6, 2005, pp. 69-77.

¹¹⁹ MASON, 2002, p.11.

que constroem a sociedade”¹²⁰. Também podemos dizer que os bens culturais estão na maioria das vezes imbuídos de significado espiritual, onde o “valor espiritual” pode “emanar das crenças e ensinamentos religiosos, mas também podem incluir experiências de visitação de lugares”¹²¹.

O “valor social” do patrimônio, por sua vez, referir-se-ia àqueles aspectos que facilitam as conexões sociais, redes comunitárias e outras rela es que não necessariamente estão relacionados aos valores históricos. Segundo Mason, esses valores podem incluir o uso de um lugar para encontros sociais como “celebra es, mercados, ou seja, atividades que não necessariamente se beneficiam dos valores históricos de um bem cultural, mas, sobretudo, do espaço público”. Pode-se dizer que o valor social inclui os aspectos que o vinculam (*attachment*) ao lugar ou objeto, referindo-se a coesão social, identidade, e outros sentimentos de grupo que podem variar de escalas local, ao nacional, etc. Nota-se, também, que o valor social está relacionado   capacidade de uma comunidade definir um “lugar” enquanto seu “território”, por exemplo¹²².

E ainda, discutindo as questões teórico-metodológicas relacionadas ao estudo dos valores, percebe-se, no presente, que as dificuldades surgem devido   própria natureza dos valores, além de fato destes estarem envolvidos em contextos sociais e culturais determinados que estão constantemente em fluxo. Mason aponta que a procura por metodologias e técnicas de pesquisa para a avalia o dos valores do patrimônio não se resumiria a uma busca pela melhor resposta, nem mesmo seria uma busca por uma objetividade científica sob a qual se desenvolveria a atividade de conserva o. Mas, o que se pretendia aqui seria o foco em metodologias científicas que trariam “informa es relevantes, garantiriam a transparência do processo ou encorajariam o alcance do objetivo de conseguir uma participa o mais abrangente e significativa”.¹²³ Como tentamos explicitar neste trabalho, não se busca aqui um método único que nos daria um conhecimento total e perfeito e que informaria as decisões de conserva o, mas busca-se sim a utiliza o de diferentes epistemologias, com seus respectivos métodos quantitativos e qualitativos (ver quadro III). Estes métodos, então, deveriam ser adequados aos valores identificados e, a partir daí, seria criada uma tipologia apropriada. Vale a pena ressaltar, que as diferentes metodologias poderiam tratar também dos mesmos valores, não havendo necessariamente uma co-rela o rígida e única entre um dado valor e uma dada metodologia.

¹²⁰ MASON, 2002, p.12.

¹²¹ MASON, 2002, p.12.

¹²² Para mais discussão sobre o valor social ver JOHNSTON, 1992.

¹²³ MASON, 2002, p.14.

Aqui, concordamos com o autor que seria importante perceber também que o processo de avaliação de valor não seria em nada similar à medição de temperatura, por exemplo, mas este processo envolveria a identificação, elucidação, elaboração e muitas vezes a classificação (*ranking*) e priorização (ver figura 2). Em segundo lugar, é preciso ter em mente que apenas uma única metodologia ou técnica não forneceria a informação suficiente para uma tomada de decisão sobre a conservação do patrimônio, tornando-se necessário, uma abordagem interdisciplinar ou multidisciplinar envolvendo diversas epistemologias. E ainda, em terceiro lugar, a análise do “contexto” deveria ser uma das maiores preocupações dos envolvidos na conservação, pois esse conceito englobaria não só o entorno físico, assim como as narrativas históricas, os processos sociais que atuam sobre a conservação do patrimônio. Também se incluiriam, aqui, “as condições culturais, sociais e econômicas, além de outras, que contribuiriam para sua significância, assim como a gestão de seu entorno”.¹²⁴ Desta forma é que se percebe que o patrimônio precisa ser visto em seu contexto, numa abordagem “holística”. Em quarto lugar, deve-se considerar que os valores emanam das opiniões dos envolvidos, sendo preciso discutir “quem” seriam os consultados no processo, assim como qual seria rede de informantes necessária para o trabalho de pesquisa. Sentido, segundo Mason, não haveria uma reposta universal; no entanto, alguns autores como Theresa Satterfield têm discutido a relação entre como as pessoas respondem às questões, ou seja, como os valores são elucidados em áreas como a da conservação ambiental¹²⁵.

Um outra necessidade apontada por pesquisas recentes seria a da integração de metodologias quantitativas e qualitativas que derivariam de diferentes epistemologias. Segundo Mason, as duas abordagens poderiam ser utilizadas para “medir” o mesmo valor a partir de diferentes perspectivas, com diferentes instrumentos e discursos e, conseqüentemente, com diferentes resultados. Neste contexto, mesmo que os paradigmas utilizados sejam incomensuráveis, as informações geradas por eles poderiam ser vistas como complementares. Desta forma, Mason, apontaria para uma abordagem que o autora chama de “caixa de ferramentas”, da qual poderiam ser extraídos os instrumentos de pesquisa a serem utilizados em casos determinados. Nesta abordagem, com o claro objetivo de explicitar os valores em jogo, as informações seriam utilizadas com o intuito de informar as tomadas de decisão nas políticas de conservação. Assim, percebendo-se a variedade de tipologias de valores em jogo, perceber-se-ia também nesta

¹²⁴ MASON, 2002, p.14.

¹²⁵ Ver SATTERFIELD, 1998, 2001, 2001, 2002.

abordagem a necessidade de utilização de métodos e instrumentos de pesquisa diversos, articulados segundo a noção de “triangulação”.¹²⁶ A utilização de uma metodologia flexível de avaliação dos valores do patrimônio, segundo Mason, deveria ser vista segundo uma perspectiva mais abrangente, a qual teria como objetivo a busca por políticas de conservação mais sustentáveis. Esta perspectiva nos levaria a uma outra discussão que pretendemos abordar nas páginas seguintes.

¹²⁶ Ver MARCONI & LAKATOS, 2006 e 2007.

Quadro IV - Relação entre os valores sócio-culturais do patrimônio, diferentes significados, metodologias e fontes de pesquisa

| Valores sócio-culturais | | Significados | Exemplos de metodologias de pesquisa de diferentes epistemologias | Fontes de pesquisa |
|------------------------------|-------------------------|---|--|--|
| Histórico | | relação com o passado, idade, associação com pessoas ou acontecimentos, raridade ou unicidade, qualidades tecnológicas, potencial documental, etc. | análises de <i>experts</i> (textual, formal, iconográfica, semiológica), pesquisa bibliográfica e documental, narrativas históricas, etc. | tratados, publicações acadêmicas, periódicos, documentos, etc. |
| Subtipos de valor histórico: | Acadêmico / Educacional | obtenção de conhecimento científico, ensino, etc. | | |
| | Artístico | o único, o melhor ou um bom exemplo de um trabalho de um indivíduo, etc. | | |
| Cultural / Simbólico | | significados compartilhados, etc. | etnografia, história oral, observação sistemática, <i>surveys</i> , entrevistas, grupos focais, <i>mapping</i> , outros métodos participativos, etc. | comunidades, moradores, proprietários, etc. |
| Social | | conexões sociais, redes comunitárias, uso de um lugar para encontros sociais, espaço público, coesão social, identidade, outros sentimentos de grupo, lugar, território, etc. | | |
| Espiritual / Religioso | | significados sagrados, experiências, etc. | | |
| Estético | | qualidades visuais do patrimônio, beleza, experiência sensorial individual, etc. | | |

Elaborado pelo autor a partir de MASON, 2002

2.2.3. Os valores culturais e as políticas de conservação: o patrimônio na esfera pública

Neste item, vamos discutir a questão da inserção dos valores culturais nas políticas de conservação do patrimônio. Como vimos, o interesse intelectual e artístico atribuídos pelos objetos da Antiguidade foi, a princípio, limitado a uma pequena elite letrada. No entanto, a transformação do estatuto das antigüidades baseou-se no estatuto dado à arte, que teve como conseqüência o fato de que “o círculo dos colecionadores e dos apreciadores se amplia e se abre a novas camadas sociais: novas práticas se institucionalizam (exposições, vendas públicas, edição de catálogos das grandes vendas e das coleções particulares)”, e além disto surgiria já uma literatura crítica às descrições tradicionais de obras expostas¹²⁷. Hoje em dia, as transformações no campo do patrimônio levaram “ao transbordamento dos limites das administrações especializadas da cultura”, para compreender as manifestações e interesses de outros campos de onde urgirão “questões que expressem ou confrontem a opinião pública em seu mais amplo calado social”¹²⁸. Neste sentido, *compreender os processos políticos de tomada de decisão* é visto como tema-chave para pesquisa no campo da conservação, já que muitos pesquisadores apontaram que as estruturas de tomadas de decisão - como referendos, consulta pública, mediação, dentre outras - são “beneficiárias do pensamento criativo em todos os campos concernentes à conservação”¹²⁹.

Por outro lado, percebe-se que o patrimônio é essencialmente uma *noção pública e coletiva*. Neste sentido, “mesmo que o patrimônio seja certamente valorizado por indivíduos, sua *raison d'être* é, por definição, sustentar a esfera do interesse público e do bem público”¹³⁰. Como vimos, muitas vezes, na abordagem dos economistas, o conceito de “público” refere-se àquilo que não pode ser avaliado (em termos econômicos) e provido pelos mercados; no entanto, para os culturalistas, *o termo evoca a natureza política fundamental de todas as atividades coletivas da sociedade*. Neste sentido, “bem público” para esses seria “uma prática ou um processo social que beneficie um amplo segmento da sociedade”¹³¹.

¹²⁷ CHOAY, 2001, p.85.

¹²⁸ GONZALÉZ-VARAS, 1999, p.17.

¹²⁹ MASON, 1999, p.12.

¹³⁰ MASON, 1999, p.3.

¹³¹ MASON, 1999, p.12.

No caso brasileiro, percebemos que seria preciso que a população passasse a participar do processo de construção e gestão desta produção cultural, incluindo nesta o patrimônio. Assim, vai ser pela via da participação e não mais pela via da seleção de bens por seu excepcional valor que se buscaria a legitimação da política de conservação nos anos 1980. Como vimos, nos anos em que a preocupação era a constituição de uma instituição sólida, segundo uma concepção iluminista de sociedade nacional, pautada na cultura como fator relevante na formação dos cidadãos, Fonseca nos chama atenção para o “caráter restrito do que então se podia chamar de ‘opinião pública’ no Brasil, e dadas também as objeções de caráter cultural que vinham do meio intelectual, já apontadas, o trabalho do SPHAN havia alcançado, no fim dos anos 1960, pouca visibilidade social”¹³². De qualquer forma, numa análise da construção da cidadania contida na prática dos tombamentos, em nível nacional, vai se perceber a mudança gradativa de direção, passando de critérios de seleção e valoração dos bens culturais, para a participação de diferentes novos grupos.

Assim, Fonseca aponta como orientações com vistas a novas diretrizes de atuação sobre o patrimônio a necessária mudança nos “procedimentos de seleção” dos bens, no desenvolvimento das “outras formas de acautelamento”, e a necessária mudança dos critérios de seleção, incorporando efetivamente a participação da sociedade no processo, assegurando através de mecanismos apropriados a sua representatividade¹³³, abrangendo valores culturais além dos limites das concepções correntes de história da arte. Neste sentido, segundo Fonseca, hoje seria necessário ainda politizar a política de conservação, sem reduzi-la a práticas ideológicas, tendo como objetivo a apropriação dos bens pelos diferentes grupos sociais e fazê-los circular no *espaço público*.

Neste sentido, gostaríamos de discutir aqui a noção que nos permite compreender a *noção coletiva* de patrimônio cultural, onde a complexidade das tomadas de decisão na conservação, derivaria da própria noção de bens culturais enquanto “recurso”. Em seu ensaio intitulado “Valor e significado nos recursos culturais”, William D. Lipe nos apresenta uma perspectiva no sentido de discutir, indiretamente, a questão da escolha de quais “recursos” culturais deveriam ser protegidos e preservados, e quais deveriam ser relegados à destruição. Partindo de uma análise do campo da arqueologia, o autor, define a gestão dos recursos culturais como uma atividade

¹³² FONSECA, 1996, p. 155.

¹³³ FONSECA, 1997, p. 222.i

“que trata dos objetos que serão recebidos do passado e como serão usados no presente e futuro”, e “representa a emergência de uma consciência de si mesmo para um processo normalmente implícito tão antigo quanto a cultura humana”¹³⁴. Seria, então, na compreensão deste processo de gestão que o autor buscaria desenvolver uma discussão sobre a necessidade de uma “estrutura apropriada para se fazer escolhas”. Neste sentido, Lipe trata primeiramente da relação entre os bens culturais, vistos como “recursos”, e os valores, partindo da idéia de que o valor dos objetos deve ser entendido em relação a alguma finalidade ou uso. Assim, a discussão sobre os valores contribuiria para a compreensão de como os bens culturais materiais do passado podem ser entendidos como recursos culturais, e principalmente qual seria seu papel em prover a continuidade cultural e por esta razão estabelecer o vínculo entre o passado, presente e futuro.

Lipe parte da concepção de que os valores não são inerentes aos recursos culturais, mas sim atribuídos pelos indivíduos e dados pelo contexto cultural, sendo assim vistos como relativos. Com isso, o autor compreende a complexidade da atividade dos envolvidos na conservação de bens culturais, principalmente no que diz respeito à escolha dos recursos a serem usados no presente e preservados para o futuro. Essa perspectiva se torna mais complexa quando partimos da compreensão de que estas decisões seriam sempre re-avaliadas no futuro segundo padrões ou critérios que não poderiam ser previstos¹³⁵. Ainda neste sentido, o autor nos adverte que um recurso cultural pode ser usado (e a partir daí, valorizado) de forma diferente, segundo cada geração, por exemplo. Deste ponto de vista, quando tratar de um recurso, num tempo futuro, o valor nele percebido não será idêntico ao seu valor em seu contexto original, pois provavelmente nenhum recurso cultural antigo tenha a mesma função no contexto atual da mesma forma que no passado. No entanto, mesmo a partir desta constatação, o autor adverte sobre a necessidade de que alguma relação com o contexto original seja retida e comunicada, mesmo que outras funções o sejam adicionadas. Segundo a perspectiva apresentada, Lipe organiza o processo de gestão dos recursos culturais segundo a figura 3. Nela podemos observar que “os recursos culturais em potencial, seu valor atual enquanto recurso para a sociedade ou grupos pode

¹³⁴ LIPE, 1984, p.1.

¹³⁵ Seria interessante pensar, aqui, na origem das preocupações de Lipe que traria uma perspectiva da arqueologia bastante influencia por uma visão relativista da cultura, assim como o é a antropologia, por exemplo. Assim podemos lembrar rapidamente que, em muitos casos, pela dificuldade em se avaliar determinada intervenção ou mesmo o valor de determinado objeto, e pensando muitas vezes nas perdas que esta intervenção poderia gerar. Pense-se por exemplo em quantas informações seriam perdidas se algumas características deste objeto fossem desconsideradas pelos critérios de avaliação utilizados. Neste sentido, por exemplo, é que na arqueologia são tomadas decisões de não intervenção em determinados objetos.

apenas ser estabelecido segundos contextos particulares”, providos pela economia, padrões estéticos, conhecimento tradicional e científico, etc.¹³⁶. Segundo as variações entre os diversos aspectos destes contextos particulares é que os recursos seriam considerados de valor. Neste sentido, seriam as avaliações feitas nesses contextos que estabeleceriam o grau em que esses bens seriam considerados “recursos”. Segundo a figura apresentada, que tem o propósito de sugerir um esquema conceitual que represente a complexa relação entre os recursos culturais, seus valores e as decisões sociais que os afetam e devem ser compreendidas e discutidas.

Neste esquema, percebe-se que a sociedade atuaria tanto ativa quanto passivamente na conservação dos bens enquanto recursos; no entanto, percebe-se que a sua habilidade para tal atuação estaria relacionada à existência de determinadas instituições sociais. Estas instituições, por exemplo, é que proporcionariam o estabelecimento do *entendimento público*, apreciação dos recursos, etc. Segundo esta mesma perspectiva, Lipe clamaria por uma abordagem universal, no sentido em que, para o mesmo, hoje teríamos a consciência da importância da conservação ambiental e cultural para a manutenção do “mundo comum” ou do “interesse humano comum”, em detrimento de uma perspectiva nacionalista¹³⁷. Para Lipe, se destruíssemos ou consumíssemos esses recursos em benefício privado, os retiramos da esfera pública e impossibilitamos que outras gerações os encontrem, assim como o fizemos.

¹³⁶ LIPE, 1984, p.2.

¹³⁷ ARENDT, Hannah. A Esfera Pública: o Comum. In: *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

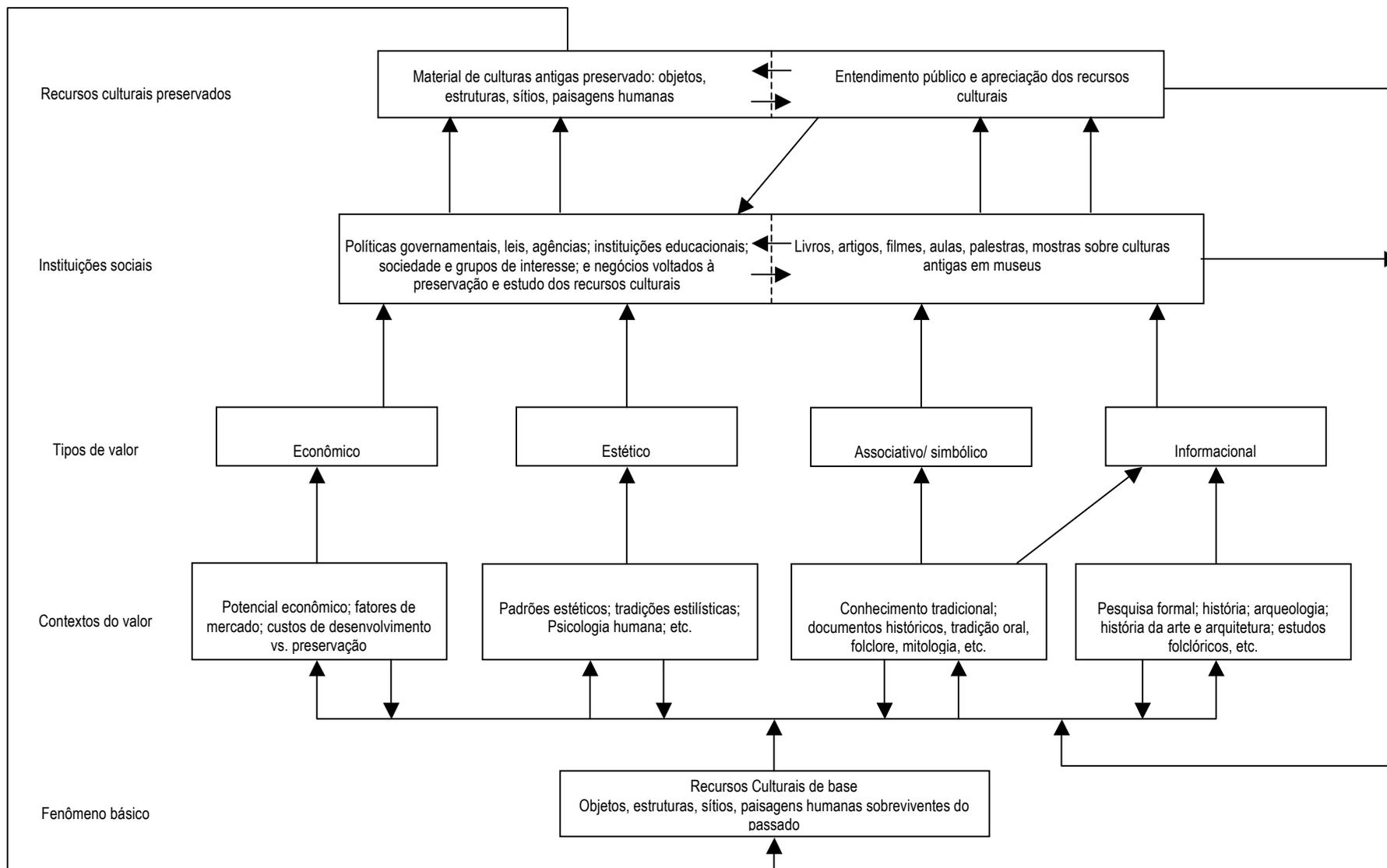


Figura 3 - Relacionamento entre os valores do recurso cultural
 Fonte: LIPE, 1984.

Ainda dentre as contribuições teóricas desenvolvidas por Lipe em seu ensaio, gostaríamos de destacar as suas considerações sobre a proposta de tipologia de valores dos recursos culturais. Destacando o valor simbólico de que os recursos podem estar imbuídos e seu valor associativo, o autor nos lembra que os objetos antigos, usando aqui os bons exemplos da arqueologia, não falam por si próprios. Isto quer dizer que, a maioria das pessoas “leigas”, por exemplo, ao se depararem com um objeto de milhões de anos, poderiam não percebê-lo como “valeroso”, e muito menos estabelecer as conexões entre esse objeto e o contexto onde esse haveria sido intensamente utilizado por povos ancestrais. Neste sentido, por exemplo, a atividade intelectual de pesquisa poderia fornecer a este público as considerações necessárias sobre o modo de vida destes ancestrais. O conhecimento gerado nesse encontro seria fortemente propiciado pelo objeto em si e, numa situação em que a “experiência subjetiva de segurar e ver um autêntico objeto ampliaria a habilidade do participante em receber novas informações sobre o modo de vida do qual o artefato fez parte”.¹³⁸ No entanto, ainda nesse sentido, poderíamos pensar também numa antiga casa ou residência que estaria vinculado a algum evento acontecido em nossa comunidade e que poderia nos ser familiar desde a nossa infância, ou ainda nos ser familiar porque nós sempre iríamos à igreja ou moramos em uma residência com os mesmos aspectos tipológicos e técnicas construtivas, por exemplo.

O conhecimento necessário para a compreensão do passado através destas estruturas seria fornecido principalmente pelo conhecimento tradicional. Contudo, o autor ainda nos lembra que, a trajetória de existência destes objetos pode ser incompreendida ou representada falsamente, devido ao fato da compreensão que temos desses objetos estar condicionada a informações extrínsecas aos mesmos. Os significados desses objetos poderiam mudar com as descobertas de pesquisadores, pela interpretação das pessoas leigas, ou mesmo pela manipulação com fins políticos. Também poderíamos desenvolver uma reflexão sobre o valor informacional, adquirido pelo conhecimento científico e portanto também variável no tempo. No entanto, segundo Lipe, as dificuldades de se definir estratégias e prioridades de conservação para o futuro, seriam mais difíceis segundo os pressupostos dos valor informacional do que os do valor associativo. Segundo os autor, estando “o valor informacional dependente do contexto intelectual e sendo

¹³⁸ LIPE, 1984, p.4.

multidimensional e variável, tenderíamos a tentar ‘preservar tudo’, sob o risco da possibilidade de uma eventual prejuízo público e avaliação negativa de governo”.¹³⁹

Com isso, percebemos claramente como os valores poderiam influenciar tanto na definição dos critérios de seleção dos bens culturais como na formulação de políticas de conservação mais eficientes, com um arranjo político que responda às novas questões do campo. Consequentemente, percebemos a necessidade de se discutir o papel dos diferentes atores (com seus valores e interesses) na construção da noção coletiva de patrimônio cultural.

Partindo desta concepção de patrimônio enquanto noção coletiva, nos parece pertinente discutir o que seria a construção do *interesse público* na conservação do patrimônio cultural, considerando ainda a relação entre os valores, interesses e diferentes atores no espaço público. Pretende-se discutir o que seria o *interesse público* no contexto contemporâneo do campo da conservação de bens culturais, considerando toda a sua complexidade da discussão sobre os valores do patrimônio apresentada neste capítulo. Desta forma, gostaríamos de analisar o conceito de “esfera pública” ou “espaço público”, para compreender como as transformações nesta esfera têm proporcionado o aparecimento de temas relacionados à conservação do patrimônio, como têm se dado as relações entre os diferentes grupos envolvidos na atividade de conservação. Para tanto, usaremos como base o texto de Jürgen Habermas intitulado “O espaço público, 30 anos depois” para a 17ª edição, em 1990, de sua obra “Mudança estrutural da esfera pública”, publicada em 1962. Neste prefácio, sua obra, elaborada na síntese de contribuições de diversas disciplinas, seria analisada segundo as novas perspectivas do mundo contemporâneo¹⁴⁰.

Habermas aponta em sua análise a constituição do modelo de esfera pública burguês, a partir da análise da formação do Estado moderno burguês. Segundo o autor, este modelo seria caracterizado pela transformação do modelo ideológico de espaço público transmitido pela Antigüidade, que havia sido, no entanto partilhado com a Renascença e perduraria até os nossos

¹³⁹ LIPE, 1984, p.7.

¹⁴⁰ Segundo Habermas, seria necessário que ele tivesse, primeiramente, se demorado mais sobre a formação histórica, além do próprio conceito de esfera pública burguesa; depois passasse a uma análise das transformações da esfera pública; e finalmente a uma discussão da perspectiva teórica da análise e suas implicações normativas. Para o autor, seria necessário que suas discussões pudessem trazer alguma contribuição às questões atuais, abordadas pela Teoria da Democracia.

dias. Para o filósofo, “chamamos de ‘públicos’ certos eventos quanto eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um - assim como falamos de locais públicos e casas públicas”¹⁴¹. No entanto, ao falarmos em “prédios públicos”, estaríamos nos referindo a locais não necessariamente liberados à freqüentação pública, já que esses apenas seriam reconhecidos por abrigar as instituições do Estado. Neste sentido, poderíamos dizer que o Estado seria o poder público. Esses acontecimentos públicos dariam conformação a uma esfera que se destacaria - por oposição - à esfera privada, constituindo a esfera pública, na qual tudo tornar-se-ia visível. Para o filósofo, a esfera pública helênica manteria até os dias de hoje uma “autêntica força normativa”, da qual, como entendemos atualmente, esta não seria a formação social que lhe é subjacente, mas sim o modelo ideológico “que se manteve ao longo dos séculos a sua continuidade, uma continuidade exatamente nos termos das histórias das idéias”¹⁴². Esta esfera pública seria ainda “um princípio organizacional de nosso ordenamento político”¹⁴³.

De fato, para Habermas “na Alemanha, formou-se ‘uma esfera pública crítica de discussão de dimensão restrita’ até o fim do séc. XVIII”¹⁴⁴. Essa esfera seria, a seu ver, formada por um público generalizado de leitores, ou seja, compostos por cidadãos burgueses que ultrapassaram os círculos eruditos. Neste sentido, formar-se-ia “quase que unicamente no seio da esfera privada uma rede relativamente densa de comunicação pública”. Nota-se também que o crescimento do número de leitores acompanhara a ampliação da produção de jornais e revistas, do número de autores, editoras e livrarias, assim como da criação de bibliotecas para empréstimos, lugares de leitura, e sobretudo do aparecimento das sociedades de leitura, assim como novos pontos de convergência social de uma “nova cultura da leitura”.

A isso vem se somar o aparecimento das associações, na “época das Luzes tardias alemãs”, que eram associações constituídas através de “decisões livres, quer dizer, privadas, de seus fundadores e que somente recrutavam seus membros sob a base do voluntariado e praticavam em seu seio formas de comunicação igualitárias, a liberdade de discussão, as decisões majoritárias, etc.” Assim, seriam essas sociedades o espaço para discussão, onde os burgueses

¹⁴¹ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 14.

¹⁴² HABERMAS, 1984, p. 16.

¹⁴³ HABERMAS, 1984, p. 17.

¹⁴⁴ HABERMAS, Jürgen. O espaço público: 30 anos depois. *Caderno de Filosofia das Ciências Humanas*, v. VII, n. 12, abr. 1999, p. 8.

poderiam exercer livremente seus “princípios de igualdade política de uma sociedade futura”¹⁴⁵. Essa esfera pública impregnada pela literatura e pela crítica de arte seria intensamente politizada pela ação catalisadora da Revolução Francesa, igualmente na França e na Alemanha. Assim, “uma politização da vida social, a emergência da imprensa de opinião, a luta contra a censura e pela liberdade de opinião caracterizam a transformação da função da rede de comunicação pública em plena expansão até meados do séc. XIX”.¹⁴⁶ Para, Habermas, “uma nova consciência do tempo, um novo conceito de prática política e uma nova representação do que seja legitimação”¹⁴⁷ surgiriam na consciência revolucionária de 1789. O autor destacaria como moderna, a “consciência histórica” que romperia com o “tradicionalismo de continuidades tradicionalmente dadas”, assim como seria a “compreensão da prática política sob o signo da autodeterminação e auto-realização”, ou ainda a emergência da “confiança no discurso racional no qual todo domínio político deve legitimar-se”¹⁴⁸.

A esfera pública burguesa teria, então, se desenvolvido na esteira do conceito de “representatividade”, que se apoiava na idéia da representação pública que, a partir do modelo feudal, perdurara até a Renascença e a sociedade burguesa do século XVIII. No entanto, com o desenvolvimento do intercâmbio de mercadorias e informações, com a formação do estado moderno, a mediatização das autoridades estamentais contribuiria para a redução da representatividade pública, cedendo espaço ao aparecimento da esfera pública no sentido moderno, ou seja, a esfera do poder público. A esfera pública se objetivaria, então, na existência de uma “administração *permanente* e no exército *permanente*”.¹⁴⁹

A privatização do processo de produção acompanharia também a emergência de sua relevância pública. Aqui, “a atividade econômica privatizada precisa orientar-se por um intercâmbio mercantil mais amplo, induzido e controlado publicamente”, já que suas condições de ocorrência mudaram, ou seja, “as condições econômicas, sob as quais elas ocorrem agora, estão fora dos limites da própria casa” (*oikos*), e “são, pela primeira vez, de interesse geral”¹⁵⁰. Segundo Habermas, seria neste mesmo sentido que Hannah Arendt pensaria a relação entre sociedade antiga e moderna, esfera pública e privada. Para o autora,

¹⁴⁵ HABERMAS, 1999, p. 8.

¹⁴⁶ HABERMAS, 1999, p. 8.

¹⁴⁷ HABERMAS, 1990, p. 100.

¹⁴⁸ HABERMAS, 1990, p. 101.

¹⁴⁹ HABERMAS, 1984, p. 31.

¹⁵⁰ HABERMAS, 1984, p. 33.

a sociedade é a forma de vida conjunta em que a independência do ser humano em relação ao seu semelhante ocorre em função da própria sobrevivência e não, de outro modo, de um significado público onde, em decorrência disso, as atividades que afinal servem para a manutenção da vida não só aparecem publicamente, mas podem inclusive determinar a fisionomia do espaço público (ARENDDT, 1958 *apud* HABERMAS, 1984, p. 33).

Seria, então, no século XVII que apareceriam os meios de circulação diária, trazendo ao “público”, primeiramente, os assuntos de interesse administrativo, e logo depois, contribuições críticas de intelectuais, dando forma ao que seria a esfera pública burguesa. No entanto, pouco antes da Revolução Francesa, esses “juízos” seriam chamados de públicos, numa esfera pública que, a princípio vinculada ao poder público, “se dissociava deste como o fórum para onde se dirigiam as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública”¹⁵¹. Segundo Habermas, neste sentido, “o *publicum* se transforma em público, o *subjectum* em sujeito e o destinatário da autoridade em seu contraente”¹⁵², onde, então, o que fosse submetido a julgamento público ganharia publicidade.

Revisando a sua teoria e concordando em parte com as observações feitas por Geoff Eley, citando estudos realizados sobre os processos de formação de classes, urbanização, mobilização cultural e de emergência de novas estruturas de comunicação pública, Habermas perceberia primeiramente que a definição de sua noção de esfera pública havia sido demasiadamente “ideal”, já que, as condições da época estudada pelo autor não permitiriam uma abordagem tão homogênea do público burguês. Neste sentido, Habermas proporia alterações em seu modelo de abordagem, nas quais se consideraria inicialmente um “pluralidade de esferas públicas concorrentes”. Para o filósofo, a esfera pública moderna compreenderia uma

pluralidade de espaços de opinião, mediatizados pelos produtos da imprensa, (mas também pela educação, a informação e o divertimento, mais ou menos regrados discursivamente, espaços nos quais, não somente vários partidos, compostas de pessoas privadas debilmente associados, concorrem uns com os outros, mas nos quais um público burguês dominante, reencontra, desde a origem, um público plebeu) e se, no mais, consideramos seriamente a dinâmica feminista do outro excluído, então o modelo da institucionalização contraditória da esfera pública no Estado de Direito [...], é colocado de forma mais rígida. As tensões que explodem, no seio da esfera pública liberal devem sobressair-se mãos claramente como potenciais de autotransformação (HABERMAS, 1999, p. 12).

Para Habermas, os ideais do humanismo burguês marcariam as esferas privada e pública, e se articulariam segundo os conceitos-chave de “subjetividade, realização de si, de formação

¹⁵¹ HABERMAS, 1984, p. 40.

¹⁵² HABERMAS, 1984, p. 40.

racional da vontade e de opinião assim como de autodeterminação individual e política”. Segundo o filósofo, a partir do momento em que os ideais burgueses são suprimidos, as normas e orientações normativas desabariam. Seria por este motivo que Habermas, nos anos 1990, proporia uma teoria crítica social, partindo da teoria do agir comunicativo, que poderia “soltar o potencial de racionalidade inscrito na própria prática comunicativa cotidiana”¹⁵³. Ainda, segundo o autor, a perspectiva com a qual ele analisara a transformação estrutural da esfera pública estaria vinculada à concepção da evolução do Estado constitucional democrático para a democracia socialista. No entanto, Habermas reconheceria que uma noção holística da sociedade se chocaria com a realidade de “um sistema econômico regulado pelo mercado e um sistema administrativo regulado pelo poder”. Face a isto, Habermas faria a sua distinção entre os sistemas de ação do Estado e da Economia junto a uma teoria da ação, juntamente com a análise da sociedade segundo os conceitos de mundo vivido e sistema.

Segundo o filósofo, o horizonte de uma democratização radical surgiria, não na abolição do sistema econômico tornado autônomo, mas na “domesticação democrática do processo de colonização dos domínios do mundo vivido pelos imperativos do sistema”. Neste sentido,

uma mudança democrática radical do processo de legitimação visa um novo equilíbrio de integração da sociedade, a fim de que a força de integração da solidariedade - ‘a força produtiva da comunicação’- possa se impor contra os poderes de dois outros recursos reguladores, o dinheiro e o poder administrativo, e, assim, fazer valerem as pretensões do mundo vivido orientadas pelo valor de uso (HABERMAS, 1999, p. 20).

Para Habermas, a força de integração social do agir comunicativo tem lugar nas formas de vida entrelaçadas a tradições e interesses sempre concretos. No entanto, para o filósofo, “o poder de ação que funda a solidariedade desses modos de vida não se transmite imediatamente ao nível político do comportamento democrático de regulação do poder e de interesses”¹⁵⁴. Considerando então as sociedades pós-tradicionais, onde não seria possível pressupor uma “homogeneidade de convicções como pano de fundo, e onde a presunção de um interesse de classe comum cede lugar ao pluralismo não totalizável de formas de vida concorrentes e iguais em direito”, para o autor, a formulação intersubjetiva do conceito de solidariedade interligaria “a compreensão a compreensões de validade criticável e à possibilidade, para sujeitos responsáveis e autônomos por seus atos, de responder negativamente”.

¹⁵³ HABERMAS, 1999, p. 19.

¹⁵⁴ HABERMAS, 1999, p. 21.

Segundo Habermas, não seria mais possível basear-se no termo solidariedade para a elaboração de um modelo de formação de vontade, no qual, conforme Rousseau, “deviam ser determinadas as condições sob as quais a vontade empírica dos cidadãos singulares poderia se transformar imediatamente em vontade racional de cidadãos morais orientados para o bem público”¹⁵⁵. Para Habermas o Estado-Social colocaria em cheque as relações entre as categorias de *bourgeois* e *citoyen*, propostas por Rousseau. Neste sentido, “nas democracias ocidentais modernas, essa relação se inverteu: a formação democrática da vontade tornou-se um instrumento de desenvolvimento da igualdade social no sentido de uma repartição a mais homogênea possível dos bens sociais aos indivíduos”. No entanto, conforme U. Preuss, “a democracia de massa do Estado-Providência produziu uma categoria paradoxal de pessoa privada socializada, que nós designamos comumente como cliente e que se universaliza socialmente na medida em que se funde com o papel do cidadão”, fato este que nos levaria, segundo Habermas, a uma situação onde o universalismo democrático tornar-se-ia um “particularismo generalizado”. Neste sentido, seria

necessário modificar radicalmente a perspectiva ao mesmo tempo comum às teorias liberais e ao pensamento democrático: a fonte de legitimidade não é a vontade pré-determinada dos indivíduos, mas antes o *processo de sua formação*, isto é, a própria deliberação... Uma decisão legítima não representa a vontade de todos, mas constitui o resultado de uma deliberação de todos. É processo pelo qual se constitui a vontade de cada um que confere sua legitimidade ao resultado antes que a soma das vontades já determinadas. O princípio deliberativo é ao mesmo tempo individualista e democrático... Nós devemos afirmar, com o risco de contradizer uma longa tradição, que a lei legítima é o resultado da deliberação geral e não a expressão da vontade geral (MANIN *apud* HABERMAS, 1999, p. 21) (grifos nossos).

Para Habermas, seria necessário deslocar o “fardo da prova” da moral dos cidadãos para os comportamentos de formação da moral democrática da vontade e da opinião, os quais devem justificar “a presunção da obtenção possível de resultados racionais”¹⁵⁶. Considerando, então, o exposto, o conceito de espaço público político constituiria o fundamento de uma teoria normativa da democracia, já que este exprimiria “a própria quintessência dessas condições de comunicação pelas quais uma formação discursiva da vontade de um público de cidadãos pode ser realizada”. Neste sentido, como cita Habermas, J. Cohen definiria o conceito de democracia deliberativa como noção enraizada

no seio de uma associação democrática, no seio da qual a justificação dos termos e das condições de associação procede de uma argumentação e de uma

¹⁵⁵ HABERMAS, 1999, p. 21.

¹⁵⁶ HABERMAS, 1999, p. 22.

racionalização pública de cidadãos iguais. Os cidadãos, numa tal ordem, partilham um engajamento comum frente à resolução de problemas de escolha coletiva através de uma racionalização pública, e consideram suas instituições de base legítimas na medida em que elas estabelecem um quadro favorável a uma deliberação pública livre (COHEN *apud* HABERMAS, 1999, p. 22).

Desta forma, tratar-se-ia aqui de uma concepção de democracia discursiva, onde as “questões sociais controversas podem ser reguladas geralmente de maneira racional, isto é, no interesse comum das pessoas a elas concernidas”. Por outro lado, segundo Habermas, seria necessário “explicar por que o meio da argumentação e da negociação públicas se presta a uma tal forma racional de formação da vontade”, de forma a evitar que demos razão ao modelo liberal, onde o conflito de interesses teria desfecho na “luta conduzida numa perspectiva estratégica”¹⁵⁷.

Ainda neste sentido, Habermas ofereceria uma resposta contida em sua “ética da discussão”. Para ele, a ética da discussão não visaria “somente obter, de maneira geral, a partir do conteúdo normativo das pressuposições pragmáticas da argumentação, um princípio moral universal”. Neste sentido, para o autor,

esse próprio princípio se relaciona, antes, com a elucidação das pretensões normativas à validade, pois liga a validade das normas à possibilidade de um acordo justificado das pessoas concernidas, enquanto pessoas que assumem o papel de participantes na argumentação. Nessa variante, a clarificação de questões políticas, enquanto concernente ao seu núcleo ético, depende do estabelecimento de uma prática pública da argumentação (HABERMAS, 1999, p. 22).

Para Habermas, mesmo que as questões políticas envolvam quase sempre aspectos morais, seria verdade que essas questões exigiriam respostas ou decisões por parte das instâncias políticas que não seriam de natureza moral, pois certas questões políticas relacionar-se-iam “a questões empíricas, a interpretação de fatos materiais, a explicações, a prognósticos, etc”. Por outro lado, problemas relacionados a questões existenciais, por exemplo, não envolveriam questões de justiça, mas sim de “boa vida”, de auto-compreensão ética e política. Neste sentido, “a maior parte dos conflitos, enfim, provêm da colisão de interesses de grupos e diz respeito a

¹⁵⁷ Para o filósofo, vários autores como J. Rawls e R. Dworkin, B. Ackermann, P. Lorenzen e K. O. Apel, já apontaram ser possível haveriam explicitado as possibilidade de se avaliar, do ponto de vista moral, o que constituiria o interesse geral. Neste sentido, sendo o interesse geral sempre fundado racionalmente em “máximas de universalização” e “princípios morais”, tornou-se claro nas discussões que a generalização dos interesses pode se apoiar em boas razões, partindo de conteúdos normativos.

problemas de partilha, que não podem ser regulados a não ser em meio à formação de compromisso”¹⁵⁸.

Segundo Habermas, “os debates devem se apoiar sobre a troca de argumentos: e que eles possam conduzir a compromissos legais”. No entanto, isto dependeria de condições comportamentais que deveriam ser apreciadas segundo um ponto de vista moral. Neste sentido, buscando a possibilidade de um encontro entre as questões empíricas com as considerações normativas, para o filósofo,

a perspectiva da ética da discussão tem a vantagem de poder especificar os pressupostos da comunicação que devem ser satisfatórios nas diferentes formas de argumentação e de negociação, a fim de que os resultados de tais discussões possam se prevalecer por eles mesmos da presunção de racionalidade (HABERMAS, 1999, p. 23).

Dentre as questões apontadas por Habermas, poderíamos citar a necessidade de, na perspectiva de uma teoria normativa, clarear o conceito discursivo de democracia afim de torná-lo plausível. Neste sentido, seria necessário pensar como a formação discursiva da opinião e da vontade poderia se organizar nas condições próprias às democracias sociais de massa, de forma que a clivagem entre o interesse particular e a orientação para o bem público fossem superpostos. Neste sentido, “nas pressuposições de toda a prática argumentativa, integram-se já a exigência de imparcialidade e a expectativa de que os participantes ponham em questão e ultrapassem suas preferências particulares”. Para Habermas, a realização destas pressuposições deveria tornar-se rotineira, por meio, por exemplo, de procedimentos institucionalizados. Essas pressuposições ideais exigiriam, do ponto de vista habermasiano, “a participação de todas as pessoas concernidas, a igualdade de direito dos participantes, uma integração desprovida de contradições, uma boa fé quanto aos temas e às contribuições propostas”, assim como “o caráter revisável dos resultados”, dentre outras¹⁵⁹.

Seria neste sentido, por exemplo, que o princípio majoritário deveria ser compreendido como “um dispositivo que permite tornar compatível, tanto que possível, uma formação discursiva da opinião, orientada, em última instância, para a verdade, como uma formação da vontade à qual é

¹⁵⁸ HABERMAS, 1999, p. 23. No entanto, as questões empíricas não seriam separáveis de questões avaliativas, exigindo argumentação, assim como as compreensões ética e política dos nossos modos de vida deve ser compatível a normas morais.

¹⁵⁹ HABERMAS, 1999, p. 24.

preciso pôr termo”¹⁶⁰. Assim, uma decisão majoritária não deveria ser tomada se seu conteúdo valer como “resultado motivado racionalmente, mesmo que falível, de uma discussão provisoriamente fechada sob a pressão de uma decisão sobre a justa solução de um problema”. Neste mesmo sentido, para Habermas, “a elucidação, na perspectiva da teoria discursiva, da significação democrática das instituições do Estado constitucional deve ser completada pela análise crítica dos mecanismos de alienação do cidadão do processo político”, que se desenrolaria nas democracias de massa do Estado Social. Para Habermas,

o valor normativo de uma concepção da democracia, relacionada ao processos discursivos de formação de valores e de normas no quadro de comunicações públicas, não se esgota, no entanto, nos dispositivos institucionais adaptados ao nível do Estado constitucional democrático. Ele remete, antes, para além dos processos de comunicação e de decisão constituídos formalmente. A formação da opinião organizada no seio das assembleias legislativas, conduzindo a decisões responsáveis, não é adequada aos objetivos de uma pesquisa cooperativa da verdade, a não ser na medida em que ela permaneça permeável aos valores, aos temas, às contribuições e aos argumentos que circulam livremente no seio da comunicação pública (HABERMAS, 1999, p. 24).

Seria neste sentido que o filósofo afirmaria a necessidade de garantir as expectativas fundadas na teoria dos resultados racionais, a qual “baseia-se mais sobre a conjunção entre a formação política da vontade estabelecida institucionalmente e os fluxos de comunicação espontâneos não penetrados pelo poder”¹⁶¹, próprios de um espaço que não seria, *a priori*, programada para decisões, mas sim para a resolução de problemas, portanto constituindo um espaço não organizado.

Em certa medida, Habermas nos alerta que o alargamento dos direitos formais de participação e de co-gestão poderiam levar ao particularismo generalizado, ou seja, “a essa realização privilegiada de interesses locais particulares e específicos de grupos”, que inclusive, segundo Habermas, forneceram argumentos em favor dos elitismos democráticos. Para Habermas,

uma concepção comportamental da soberania popular como quintessência das condições de realização de um processo discursivo de comunicação pública pode opor-se isso. A soberania popular totalmente dispersa não pode se encarnar senão nessas formas de comunicação sem sujeito, no entanto exigentes, que regulam o fluxo de formação da opinião e da vontade de tal maneira que seus resultados, sempre falíveis, satisfaçam essa presunção de racionalidade prática por si mesmos (HABERMAS, 1999, p. 25).

¹⁶⁰ HABERMAS, 1999, p. 24.

¹⁶¹ HABERMAS, 1999, p. 24.

Sob este ponto de vista, esta soberania se valeria do poder das discussões públicas, nas quais se descobrem temas relevantes para a sociedade, se interpretam valores, se buscam a resolução de problemas, se elucidam boas razões e se descartam as ruins. No entanto, está claro que as discussões não governam, mas desembocam nas resoluções a serem feitas pelas assembléias constituídas democraticamente. Neste sentido, as discussões “geram um poder comunicativo que não pode substituir, mas simplesmente influenciar, o poder administrativo”, onde “essa influência se limita ao reconhecimento ou à privação de legitimidade”¹⁶².

Seria, segundo estas premissas, que Habermas retomaria a sua discussão sobre um espaço público político, no qual se cruzariam pelo menos dois processos: “a generalização comunicativa do poder legítimo”, e de outro lado “a utilização manipuladora da mídia na criação de uma lealdade das massas, de uma demanda e de uma submissão em face dos imperativos do sistema”¹⁶³. No entanto, considerando a questão do “fundamento e das fontes de uma formação informal de opiniões no seio dos espaços públicos autônomos”, essas não seriam resolvidas segundo as garantias estatutárias do Estado Social, mas sim, dependeria “da sustentação de tradições culturais, de modelos de socialização, de uma cultura política própria a uma população habituada à liberdade”¹⁶⁴.

Para Habermas, o conceito de espaço público político trabalhado em “O espaço público”, ofereceria uma perspectiva analítica adequada para tratar a questão concernente ao papel, nas sociedades ocidentais, de um espaço dominado pelos *mass-mídia* na concessão de oportunidades aos atores da sociedade civil de se oporem ao poder da mídia política e econômica, de forma a “reconstituir de maneira inovadora e de filtrar de maneira crítica o espectro de valores, de temas e de razões canalizadas por uma influência exercida do exterior”¹⁶⁵. Neste sentido, seria interessante notar o papel das novas mídias eletrônicas na formação de novos agrupamentos e associações, num contexto que “o desenraizamento anda a par com a construção de pertencimentos e de laços comunitários próprios, com o processo de equalização a par da impotência em face da complexidade e da opacidade dos sistemas”¹⁶⁶.

¹⁶² HABERMAS, 1999, p. 25.

¹⁶³ HABERMAS, 1999, p. 25.

¹⁶⁴ HABERMAS, 1999, p. 25.

¹⁶⁵ HABERMAS, 1999, p. 27.

¹⁶⁶ HABERMAS, 1999, p. 28.

Seria, no entanto, no sentido de criticar a recorrente hipóstase da “vontade geral” que Habermas trataria da questão da “autonomia do indivíduo”, a qual poderia ser generalizada por meio do “procedimento” do diálogo. Neste sentido é que o filósofo discutiria a “soberania popular como procedimento”, na busca de um conceito normativo de espaço público. Neste contexto, segundo Habermas, pensar numa república radicalmente democrática hoje, seria colocar em prática uma “que executamos como projeto na consciência de uma revolução que se tornou permanente e cotidiana”¹⁶⁷. Neste sentido, por exemplo, analisaria “a dialética entre liberalismo e democracia radical operada na Revolução Francesa”. Para o autor, “o conflito gira em torno de como a igualdade e liberdade, unidade e multiplicidade, ou o direito da maioria e o direito da minoria pode[ria]m ser conciliados”¹⁶⁸. Para Habermas, passando por Rousseau e Locke, seria necessária que uma estrutura racional se inscrevesse na própria autonomia da prática legisladora. Neste sentido, uma vez que só se manifesta por leis gerais e abstratas, a “vontade conjunta dos cidadãos é constrangida *per se* a uma operação que exclui todo interesse que não possa ser generalizado, admitindo apenas aquelas regulamentações que garantam liberdade iguais a todos”¹⁶⁹. O entanto, para os críticos, a vontade popular seria uma ficção que só poderia efetivar-se pelo encobrimento ou até mesmo a supressão da heterogeneidade das vontades individuais.

Na análise de Habermas, o posicionamento de Julius Fröbel, por exemplo, indicaria que a tensão normativa entre igualdade e liberdade poderia ser resolvida se abdicarmos de uma “leitura concretizante do princípio da soberania popular. Ao contrário de Rousseau, que o fizera na forma da lei geral, Fröbel não implantaria a razão prática na vontade soberana de um todo coletivo, mas a apoiaria “num procedimento de formação de opinião e de vontade”. Para Fröbel, os princípios constitucionais não indicariam um “direito natural”, mas sim “um procedimento de formação de opinião e vontade que assegura[ria] liberdades iguais sobre os direitos universais de comunicação e participação”. Desta forma, para Habermas, os direitos humanos não concorreriam com a soberania popular; mas seriam idênticos às condições constitutivas de uma *prática de formação de vontade em discursos públicos*, limitada a si mesma.

Um outro ponto ressaltado por Habermas, seria o fato de que o Estado intervencionista fechara-se num subsistema centrado em si e orientado ao poder. Seria, então, aí que Habermas proporia

¹⁶⁷ HABERMAS, 1990, p. 101.

¹⁶⁸ HABERMAS, 1990, p. 102.

¹⁶⁹ HABERMAS, 1990, p. 102.

a distinção no conceito de político. Primeiramente distinguiria “o poder gerado de maneira comunicativa e o poder utilizado administrativamente”. Em segundo lugar, percebe-se que no “espaço público político entrecruzam-se então dois processos em sentidos opostos: a geração comunicativa do poder legítimo, para o qual Hannah Arendt esboçou um modelo normativo, e a obtenção de legitimação pelo sistema político”¹⁷⁰. Apesar dos dois processos se interpenetrarem, segundo Habermas, o poder gerado comunicativamente teria o poder de atuar sobre o sistema político, na medida em que este acolhe em sua gestão os fundamentos a partir das quais as decisões administrativas deveriam ser racionalizadas.

Neste sentido, “os procedimentos democráticos do Estado de direito têm o sentido de institucionalizar as formas de comunicação necessárias para uma formação racional da vontade”¹⁷¹. No entanto, a questão mais difícil, do ponto de vista habermasiano, residiria em como a formação institucionalizada de opinião e vontade poderia tornar-se autônoma. Neste sentido, o poder comunicativo só poderia propiciar esta transformação a partir do momento em que as decisões majoritárias se derem de maneira discursiva.

Para Habermas, as suposições de Fröbel levariam à conseqüente compreensão de que os procedimentos democráticos, estabelecidos pelo Direito, conduziriam à formação racional da vontade apenas na medida em que a formação de opinião, que conduziria as decisões nos âmbitos estatais, “permaneça *permeável* aos valores, temas, contribuições e argumentos sugeridos por uma comunicação política que os envolva, e que como tal não possa ser organizada *no seu todo*”. Neste sentido é que o espaço público funcionaria como um conceito normativo, ou seja, um espaço onde, por exemplo, “as associações livres constituem os entrelaçamentos de uma rede de comunicação que surge do entroncamento de espaços públicos autônomos”¹⁷².

Para Habermas, no contexto de um espaço público que “deve ter simultaneamente presente o sentido em geral de um espaço público político não-distorcido e a própria meta de uma formação democrática da vontade”¹⁷³, uma soberania popular sem sujeito, “tornada autônoma e solucionada intersubjetivamente”, não seria expressa de modo exclusivo em procedimentos democráticos e pressupostos comunicativos com pretensão à validade para a sua efetiva

¹⁷⁰ HABERMAS, 1990, p. 108.

¹⁷¹ HABERMAS, 1990, p. 109.

¹⁷² HABERMAS, 1990, p. 110.

¹⁷³ HABERMAS, 1990, p. 110.

implementação, mas sim, “ela se sublima[ria] àquelas interações de difícil apreensão entre a formação de vontade institucionalizada de modo jurídico-estatal e aqueles espaços públicos mobilizados culturalmente”¹⁷⁴. Neste sentido, o poder comunicativo geraria os fundamentos com os quais lidaria instrumentalmente o poder administrativo. No entanto, seria claro, que para que a soberania popular assim definida possa operar seria necessário uma cultura política de apoio, com base numa população habituada à liberdade política. Para Habermas, “não há formação de vontade política sem o auxílio de um mundo de vida racionalizado”.

Habermas proporia, a partir de uma comparação entre as concepções de política, propriamente da concepção *liberal* e da concepção *republicana*, um terceiro modelo normativo de democracia baseado numa concepção procedimental de política deliberativa. Em seu ensaio “Três modelos normativos de democracia”, Habermas afirmaria que a diferença fundamental que distinguiria aquelas duas concepções seria o *papel do processo democrático*. Neste sentido, segundo a concepção liberal, o papel do processo democrático seria o de programar o Estado para o interesse da sociedade, onde a política teria a função de “agregar ou impor interesses sociais privados perante um aparato estatal especializado no emprego administrativo do poder político para garantir fins coletivos”. Por outro lado, na concepção republicana, o processo não se esgotaria nesta função, sendo “um elemento constitutivo do processo de formação da sociedade como um todo”¹⁷⁵, onde a política é percebida como uma forma de reflexão sobre um “complexo de vida ético”. Para o filósofo, a política constituiria

o meio em que os membros de comunidades solidárias, de caráter mais ou menos natural, se dão conta de sua dependência recíproca, e, com vontade e consciência, levam adiante essas relações de reconhecimento recíproco em que se encontram, transformando-as em uma associação de portadores de direitos livres e iguais (HABERMAS, 1995, p. 40).

Neste sentido, apareceria uma diferenciação fundamental entre as duas concepções, na qual a estrutura liberal do Estado e da sociedade sofreria uma mudança. Isto quer dizer que, junto à instância de regulação hierárquica representada pelo Estado e a instância de regulação descentralizada representada pelo mercado, apareceria “a *solidariedade* e a orientação pelo bem comum como uma terceira fonte de integração social”.

¹⁷⁴ HABERMAS, 1990, p. 111.

¹⁷⁵ HABERMAS, 1995, p. 39.

Neste novo arranjo político, Habermas vai destacar, o papel de uma formação horizontal da vontade política baseada no *consenso alcançado argumentativamente e orientado ao entendimento mútuo*. Neste arranjo ressalta-se o papel da prática da autodeterminação cidadã, a qual suporia “uma *base de sociedade civil* autônoma, independente tanto da administração pública como de intercâmbio privado, que protegeria a comunicação política a absorção pelo aparato estatal ou da assimilação à estrutura do estado”. Seria, então, neste sentido que o espaço público e a sociedade civil, na concepção republicana, teriam um papel estratégico e fundamental, ou seja, o papel de garantir “a força integradora e a autonomia da prática de entendimento entre os cidadãos”¹⁷⁶.

Ainda sobre este desacordo fundamental entre as duas concepções da natureza do processo político, Habermas aponta primeiramente que, do ponto de vista liberal, a política seria essencialmente um campo de luta por posições que “assegurem a capacidade de dispor do poder administrativo”. Ainda neste sentido, no processo de formação da opinião e da vontade políticas na esfera pública seria “determinado pela concorrência entre os atores coletivos, que agem estrategicamente como o objetivo de conservar ou adquirir posições de poder”. Ao contrário, na concepção republicana, a formação da opinião e da vontade políticas no espaço público teriam suas estruturas específicas, ou seja, “de uma *comunicação pública orientada para o entendimento*”, onde o paradigma da autodeterminação não seria o mercado mas sim o diálogo. Neste sentido, conforme Michelman,

uma concepção dialógica vê - ou talvez fosse o caso de dizer que idealiza - a política como uma atividade normativa. Ela concebe a política como uma contestação sobre questões de valores e não meramente questões de preferências. Ela entende a política como um processo de argumentação racional e não exclusivamente de vontade, de persuasão e não exclusivamente de poder, orientado para a consecução de um acordo acerca de uma forma boa e justa, ou pelo menos aceitável, de ordenar aqueles aspectos da vida que se referem às relações sociais e à natureza das pessoas (*apud* HABERMAS, 1995, p. 43.)

Para Habermas, limitando-se então ao confronto destes dois modelos que até então teria dominado o debate entre “comunitaristas” e “liberais”, poderia se afirmar que, a concepção republicana apresentaria como vantagem de “não fazer com que os fins coletivos sejam derivados somente de um arranjo entre interesses privados conflitantes”. Sua desvantagem estaria, no entanto, em seu idealismo demasiado, que tornaria “o processo democrático dependente das virtudes dos cidadãos orientados para o bem comum”. Para o filósofo, haveria

¹⁷⁶ HABERMAS, 1995, p. 40.

aqui um erro de compressão sobre a natureza da política advindo do “estreitamento ético dos discursos políticos”¹⁷⁷.

Neste sentido, os “discursos de autocompreensão” constituiriam parte fundamental da política, incluídos aí aqueles discursos em que os participantes buscam esclarece-se de como entendem ou devem entender-se como membros de uma dada comunidade, município, região ou mesmo nação, especialmente no que concerne a que “tradições devem ter continuidade”, ou ainda “acerca de como devem tratar-se mutuamente, de como tratar as minorias e os grupos marginais, acerca do tipo de sociedade em que querem viver”¹⁷⁸, dentre outras questões similares. No entanto,

em situações de pluralismo cultural e social, por trás das metas politicamente relevantes muitas vezes escondem-se interesses e orientações valorativas que de modo algum podem-se considerar constitutivos da identidade da comunidade em seu conjunto, isto é, de uma inteira forma de vida compartilhada intersubjetivamente (HABERMAS, 1995, p. 44).

Para Habermas, numa situação de conflito sem perspectiva de consenso, esses interesses e *orientações valorativas* não necessitariam de um equilíbrio que não seria possível alcançar *mediante discursos éticos*, “ainda que os resultados se sujeitassem a não transgredir os valores básicos consensuais de uma cultura”¹⁷⁹. Para o filósofo, *esse equilíbrio só poderia ser alcançado mediante a formação de compromissos, onde as negociações pressuporiam a disponibilidade de cooperação*, ou seja, “a disposição de, respeitando as regras do jogo, chegar a resultados que possam ser aceitos por todas as partes, ainda que por razões distintas”. No entanto, frente a impossibilidade do discurso racional em neutralizar o poder ou a ação estratégica, a “equidade” dos compromissos seria medida pelas condições e procedimentos que necessitariam de uma justificação racional a respeito de ser ou não justo. Assim, considera que diferentemente das questões éticas, as questões relacionadas à justiça não estariam referidas a uma dada coletividade, pois, “para ser legítimo, o direito politicamente estabelecido tem pelo menos de guardar conformidade com princípios morais que pretendem ter validade geral para além de uma comunidade jurídica concreta”¹⁸⁰.

¹⁷⁷ HABERMAS, 1995, p. 44.

¹⁷⁸ HABERMAS, 1995, p. 44.

¹⁷⁹ HABERMAS, 1995, p. 44.

¹⁸⁰ HABERMAS, 1995, p. 45.

O conceito de política deliberativa exigiria referências empíricas apenas quando considerada “a pluralidade de formas de comunicação nas quais uma vontade comum pode se formar”. Neste sentido, “não somente pela via de uma autocompreensão ética mas também mediante o equilíbrio de interesses e compromissos, mediante a escolha racional de meios com respeito a um fim, mediante justificações morais e exames de coerência jurídicos”. Segundo Habermas, analisando os argumentos de Michelman, a política instrumental e a dialógica se entrelaçariam nas deliberações “quando as correspondentes formas de comunicação estão suficientemente institucionalizadas”. Isto nos levaria ao ponto central da discussão em que se percebe que o debate se constitui em torno das “condições de comunicação e dos procedimentos que outorgam à formação institucionalizada da opinião e da vontade política sua força legitimadora”.

Habermas acredita que, se convertermos o “modelo procedimental de política deliberativa” ao núcleo de uma teoria normativa da democracia produziríamos uma outra concepção, diferente das duas anteriores, onde a diferença estaria exatamente no “processo de formação democrática de opinião e da vontade comum, que se traduz em eleições gerais e em decisões parlamentares”¹⁸¹. Diferentemente do modelo liberal, onde esse processo se daria na forma de compromisso de interesses, e do modelo republicano, onde se daria conforme uma autocompreensão ética, um *terceiro modelo deliberativo* apóia-se no “consenso de fundo baseado no fato de que os cidadãos partilham de uma mesma cultura”, o qual se renovaria “na rememoração ritual do ato de fundação republicana”. Neste sentido,

esse procedimento democrático estabelece uma conexão interna entre considerações pragmáticas, compromissos, discursos de autocompreensão e discursos relativos a questões de justiça, e fundamenta a suposição de que sob tais condições obtêm-se resultados racionais e equitativos. Conforme essa concepção a razão prática se afastaria dos direitos universais do homem (liberalismo) ou da eticidade concreta de uma determinada comunidade (comunitarismo) para se situar naquelas normas de discurso e de formas de argumentação que retiram seu conteúdo normativo do fundamento de validade da ação orientada para o entendimento, e, em última instância, portanto, da própria estrutura da comunicação lingüística (HABERMAS, 1995, p. 46).

Para Habermas, a teoria do discurso associa ao modelo democrático conotações normativas mais fortes que o modelo liberal, porém mais fracas que o modelo republicano, tomando elementos de ambos e os rearticula. Neste sentido, coincide com o modelo republicano quando concede um lugar central ao processo político de formação de opinião e da vontade comum, no entanto, “sem entender como algo secundário a estruturação em termos de Estado de Direito”.

¹⁸¹ HABERMAS, 1995, p. 45.

Pelo contrário, a teoria do discurso entende os direitos fundamentais e os princípios do Estado como “uma resposta conseqüente à questão de como institucionalizar os exigentes pressupostos comunicativos do processo democrático”¹⁸². Neste sentido, pode-se dizer que a diferença estaria no fato de que na teoria da discurso a realização política não se torna dependente de uma coletividade capaz de ação, mas sim da institucionalização dos procedimentos e pressupostos comunicativos.

A teoria do discurso dispensa as figuras de pensamento da filosofia da consciência, as quais atribuem “a prática da autodeterminação dos cidadãos a um sujeito social global”, segundo os pressupostos de um ator coletivo, ou então “a referir o império impessoal das leis a sujeitos particulares competidores entre si”, segundo a ação de atores privados. Contrariamente a isso, a teoria do discurso conta com a “intersubjetividade dos processos de entendimento que se realizam na forma institucionalizada das deliberações, nas instituições parlamentares ou na rede de comunicação dos espaços públicos políticos”. Neste âmbito, segundo Habermas, desprovidas de sujeito ou onde não caberia atribuí-la a nenhum sujeito global, as comunicações constituiriam locais onde se daria a formação racional da opinião e da vontade em temas considerados relevantes pela sociedade, além de englobar também as matérias onde a regulação seria necessária. Os limites entre Estado e sociedade seriam respeitados, mas no entanto, a sociedade civil se distinguiria do sistema de ação econômica e da administração pública.

Para Habermas, as implicações normativas saltariam à vista na medida em que a força de integração social proveniente da solidariedade, mesmo que não possa ser extraída somente das fontes de ação comunicativa, deveria desenvolver-se com base em amplos e diversificados “espaços públicos autônomos” e em “procedimentos de formação democrática da opinião e da vontade políticas, institucionalizadas em termos de Estado de Direito”, e, com base neste, afirmar-se contra o dinheiro e o poder administrativo¹⁸³.

Considerando a formação do espaço público no Brasil, em seu ensaio intitulado “Contextos da construção do espaço público no Brasil”, Sérgio Costa nos chama a atenção para um conjunto de fatores que vão caracterizar esse processo, inicialmente marcado pela hipertrofia do espaço

¹⁸² HABERMAS, 1995, p. 47.

¹⁸³ HABERMAS, 1995, p. 48.

privado e posteriormente pela forte constituição de esferas públicas paralelas. Segundo o autor, a análise daqueles contextos nos apontam para um conjunto fatores relevantes que marcaram a construção da esfera pública no país, e que não poderiam ser desconsiderados. Primeiramente, o autor chama atenção para o fato de que,

no regime democrático, ordem política fundada no consentimento, as decisões têm que ser permanentemente fundamentadas e justificadas, e dependem, obviamente, de algum tipo de anuência da sociedade para que adquiram validade e possam ser efetivadas. Neste contexto, cabe à esfera pública um posição central: ela se torna a arena onde se verificam, numa direção, a aglutinação da vontade coletiva e , no sentido oposto, a justificação de decisões políticas previamente acertadas (COSTA, 1997, p. 180).

No entanto, frente a este fato, diferentes autores baseados em diversas correntes teóricas têm buscado explicitar o papel da esfera pública para a efetivação da democracia. Neste contexto, o autor destaca as abordagens “pluralista”¹⁸⁴ e “discursiva”¹⁸⁵, a partir das quais tenta uma leitura da constituição da esfera pública brasileira. Seria, então, a partir destes marcos teóricos que Costa mostraria o espaço público no Brasil como resultado da atuação dos *media*, apontando seu crescente assenhoreamento por “impérios de comunicação”, e no qual formas tradicionais de conquista de lealdade política se misturariam com novas estratégias de manipulação de

¹⁸⁴ O modelo pluralista seria caracterizado pela atuação de grupos organizados que se limitariam mutuamente, ultrapassando a idéia liberal de um conjunto de indivíduos com diferentes interesses. Neste modelo, cabe à esfera pública atuar como um “sistema intermediário, cuja função política consiste na absorção (*input*) e no processamento (*throughput*) de determinados temas e opiniões, bem como na transmissão das opiniões públicas que resultam deste processamento (*output*) tanto aos cidadãos quanto ao sistema político”¹⁸⁴. No entanto, segundo Costa, a esfera pública ainda seria vista neste modelo como um mercado de opiniões onde os diferentes atores se encontram em permanente embate pela busca da atenção pública e pela influência nos processos decisórios pela participação na geração da opinião pública. Neste modelo, “de acordo com tal concepção, entretanto, a opinião pública, constituída por meio da ação dos diferentes atores sociais, não assume imediatamente a forma de decisões políticas. Tal ‘conversão’ ocorre conforme um modelo de dois níveis que descreve o *policy process*. No primeiro estágio, verificam-se a formulação pública e a apresentação de posicionamentos acerca de determinado problema; trata-se portanto da formação da opinião pública. Somente quando a questão tematizada é assimilada pelo sistema político - segundo estágio - é que pode então transformar-se numa decisão concreta” (COSTA, 1997, p. 181). No entanto, segundo Costa, as perspectivas para um determinado problema se torne público dependeria menos de se conteúdo do que de estratégias como, coloca-lo num “rótulo atrativo”. E ainda, segundo esta concepção, não haveria diferenciação entre os atores. Neste sentido, “recusa-se no modelo, explicitamente, a reconhecer a natureza diferenciada da ação de alguns atores da esfera pública, como os ‘grupos de protesto’ e os movimentos sociais”. Conforme entenderia o autor, estes não se valeriam apenas da manipulação da esfera pública como forma de influenciar nas decisões, mas “exercitam também a persuasão argumentativa, buscando criar novos consensos públicos e interferindo, desta forma, nos próprios parâmetros que orientam a convivência social”.

¹⁸⁵ Em seu entendimento sobre o modelo discursivo, a concepção de uma esfera pública inteiramente manipulada pelos diversos grupos sociais seria, no mínimo, questionável, pelo fato de que nela se entrecruzariam dois processos, como dito anteriormente: “o uso manipulativo do poder da mídia para obtenção de lealdade das massas, geração de demanda e *compliance* frente a imperativos sistêmicos [e] a geração comunicativa de poder legítimo”. Neste sentido, uma diferença fundamental entre os dois modelos estaria no fato de que no segundo, caberia à esfera pública um papel “enfático” e não “funcional”, ou seja, caberia a ela “atuar como instância intermediadora entre os impulsos comunicativos gerados no mundo da vida e os colegiados competentes que articulam, institucionalmente, o processo de formação da vontade política”, ou seja, parlamento, conselhos, dentre outros.

preferências. Neste sentido, o autor busca mostrar ao longo do processo de democratização no país, a importância dos *media* na constituição de uma esfera pública “politicamente influente”, e da construção da sociedade civil.

Com relação aos meios de comunicação, o autor destaca dois conjuntos de fatores relevantes para a formação dessa esfera pública. Em primeiro lugar, a “consolidação de um novo conceito de jornalismo”, onde, principalmente com o desenvolvimento do jornalismo investigativo no período de abertura democrática, “a imprensa se torna um ator ativo do espaço público, contribuindo para elucidar e denunciar casos de corrupção, acordos ilegítimos e malversação de fundos públicos”¹⁸⁶. Em segundo lugar, o autor destaca a “heterogeneidade ideológica da oferta dos *media*” existentes. Neste sentido, seria passível de verificação no âmbito dos *media* uma crescente constelação de interesses, onde, em função do “risco de comprometimento a qualidade e do potencial mercadológico de seus produtos, as empresas de comunicação são levadas a conceder espaços de liberdade aos produtores culturais”, os quais seriam caracterizados por seus conceitos de estéticas e por serem ideologicamente progressistas. Para Costa, “a magnitude deste raio de autonomia é, entretanto, mutável e vulnerável”, dependente, por exemplo, das relações de produção da indústria cultural¹⁸⁷. Neste sentido, aponta-se para a lógica identificada por Sérgio Miceli, onde se percebe que as mensagens veiculadas pelos *media* resultariam da interação entre “as visões de mundo dos produtores culturais, a demanda do público (critério dos índices de audiência) e os interesses dos proprietários dos meios”. Assim, se poderia afirmar que as mensagens seriam “ambivalentes”.

No que diz respeito à construção da sociedade civil no Brasil, Sérgio Costa buscou identificar, a partir de alguns estudos desenvolvidos sobre o tema, “como as associações da sociedade civil participam da construção de um espaço público poroso e transparente no país”. Para o autor, seria facilmente distinguível nas contribuições destes autores, três campos distintos, quais sejam: o da “produção das esferas públicas alternativas”, o da “ampliação do espectro de problemas tratados publicamente” e o da “ampliação das possibilidades comunicativas ancoradas no mundo da vida”. Considerando, o primeiro item, pode-se notar, na formação do espaço público no país, o aparecimento (por exemplo) de diversas entidades especializadas na produção de informações alternativas e interpretações sobre a realidade brasileira em

¹⁸⁶ COSTA, 1997, p. 185.

¹⁸⁷ Neste sentido o autor cita os estudos de Sérgio MICELI (1989) e Carlos F. LINS E SILVA (1986).

contraponto às fontes oficiais. Ainda neste sentido, Costa observa que ao lado de entidades de abrangência nacional bastante reconhecidas, “poder-se-ia enumerar ainda um grande número de organizações não-governamentais que apresentam uma contribuição de natureza semelhante, ainda que em contextos locais, para a construção de um espaço público crítico”¹⁸⁸. Desta forma, para o autor, esses grupos conseguiriam recuperar informações que poderiam ficar obscurecidos e esquecidos.

Em segundo lugar, o autor consideraria que “a emergência de novos atores coletivos representa[ria], genericamente, o alargamento das fronteiras temáticas do espaço público, pois eles fazem com que as atenções públicas se voltem para novas situações-problema”. Ainda neste sentido, enfatiza que esses atores trariam percepções diferenciadas sobre essas questões, além de, eventualmente, oferecerem soluções até então desconsideradas ou inéditas. Neste sentido, seria perceptível na sociedade brasileira a emergência de novas questões de relevância social, das quais as tematizações têm gerado intervenções políticas consideráveis nas esferas demandadas. Conseqüentemente, pode-se notar no país o aparecimento de diversos movimentos, por exemplo, de minorias, ambientalistas, ecologistas, sem-terra, dentre outros.

E, em terceiro lugar, o autor tece considerações sobre o papel dos movimentos para a preservação das estruturas comunicativas ancoradas no mundo da vida. Evitando a antiga tese de que estes atores estariam transferindo ao conjunto das relações sociais, seus valores e padrões, Costa procuraria em sua discussão, “conferir a ênfase devida à evidência empírica de que o surgimento de novas estruturas associativas (movimentos sociais, iniciativas de base, etc.) vitaliza a infra-estrutura comunicativa do mundo da vida”, ou seja, “no âmbito das práticas coletivas são constituídos novos locais de encontro e espaços de convivência, no interior dos quais os participantes tematizam problemas vivenciados em seu cotidiano”¹⁸⁹. Neste sentido, seriam promovidas as formas de comunicação que têm em seus conteúdos os temas do mundo da vida. No entanto, deveriam ser consideradas a forma destas organizações para se discutir sobre a sua capacidade de absorver as opiniões de um número maior de participantes, por exemplo.

¹⁸⁸ COSTA, 1997, p. 188.

¹⁸⁹ COSTA, 1997, p. 189.

Por outro lado, Costa ainda ressalta o papel, mesmo que minimizado, dos espaços públicos não organizados, já que esses apresentam uma construção pouco sistemática de suas pautas assim como descontinuidade na condução e discussão dos temas, o que dificultaria a formação de uma opinião pública em tais níveis. Baseado nos trabalhos de José Guilherme Magnani¹⁹⁰, o autor afirma que os espaços sociais constituídos nos locais de moradia,

constituem uma esfera intermediária entre o espaço doméstico e o público, apresentando adensamento mínimo de laços sociais duradouros num contexto urbano, onde as relações de trabalho instáveis e as condições de vida precárias e cambiantes configuram a regra geral. O núcleo destes espaços sociais, caracterizado pela presença do telefone público, da padaria, etc., demarca topograficamente o *lôcus* de relações de reconhecimento mútuo e interação comunicativa entre os moradores. Tem lugar, nesse contexto, o intercâmbio regular e sistemático de informações e impressões, favorecendo um processo de formação de opinião pública paralelo àquele dirigido pelos meios de comunicação de massa (COSTA, 1997, p. 190).

Neste sentido, apontam os estudos de Eder Sader¹⁹¹, que os pequenos espaços públicos são os locais onde as mensagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa são resignificadas, trazendo à tona novas interpretações e representações de uma mesma realidade. Segundo Costa, não obstante o autor advirta sobre a ameaça de destruição destes pequenos espaços públicos, principalmente, pelo crescimento urbano desordenado, este mostraria que “tais espaços têm revelado extraordinária capacidade de sobrevivência, ressurgindo permanentemente na paisagem urbana”.

Por fim, pode-se perceber, segundo Sérgio Costa, após o fim do regime militar, um processo de formação de uma esfera pública, tanto “funcional” quanto “enfática”, que pode ser considerada *democrática*. Segundo aquela concepção pluralista, pode-se perceber claramente a multiplicação de atores e a diferenciação dos *media*, como a manifestação de uma “esfera pública cada vez mais consolidada como um sistema intermediário capaz de absorver e processar temas e opiniões, transmitindo aos cidadãos e ao sistema político os conteúdos de informação processados”¹⁹². Por outro lado, segundo a concepção discursiva, verifica-se que esta esfera pública se mostra “crescentemente capacitada para atuar como caixa de ressonância através da qual os fluxos comunicativos gestados nas relações cotidianas chegam até as instâncias de deliberação próprias ao regime democrático, influenciando os processos decisórios”. Ainda segundo Costa, o aparecimento dos *media* com posicionamento crítico, a sociedade civil e a

¹⁹⁰ MAGNANI, 1984 *apud* COSTA, 1997, p. 189.

¹⁹¹ SADER, 1988 *apud* COSTA, 1997, p. 189.

¹⁹² COSTA, 1997, p. 191.

preservação dos espaços públicos primários, nos quais se destacam aqueles processos alternativos de formação de opinião representariam evidências de que situações-problema do cotidiano são de fato levados à esfera pública.

Neste sentido, o autor destacaria o cenário de mudanças tanto no processo de legitimação política dos governos, quanto no processo de legitimação social de diferentes interesses e demandas. Assim, tais processos têm gradativamente deslocado do âmbito do Estado para os intercâmbios comunicativos entre os diferentes atores da sociedade. Por outro lado, seus conteúdos têm se movido do atendimento de interesses particulares para a disputa em torno de temas que merecem tratamento público e que exigem a produção de consensos majoritários. No entanto, destaca-se neste processo a emergência de uma política virtualizada, “na qual a mensagem espetacularizada ocupa lugar dos conteúdos e as imagens carregadas substituem as mediações sociais”¹⁹³, encobrendo a visibilidade do processo político. Para Costa, a esfera pública mostra uma ambigüidade que lhe seria constitutiva, onde “sua construção, ao mesmo tempo que amplia os espaços para a negociação política conspícua e para o entendimento social efetivamente comunicativo”, propiciaria, no entanto, um ambiente para o crescimento dos “riscos de transformação do processo de legitimação democrática em mera questão de manipulação eficiente da política simbólica”.

Em síntese, percebe-se que, considerando a construção tanto da noção coletiva de patrimônio, assim como a do interesse público na conservação dos bens culturais, vai demandar um espaço público também assegurado por procedimentos democráticos, que garantam um equilíbrio que só pode ser alcançado mediante a formação de compromissos, onde as negociações pressuporiam a disponibilidade de cooperação, ou seja, a disposição de, respeitando as regras do jogo, chegar a resultados, minimamente aceitáveis, que possam ser aceitos por todas as partes, ainda que por razões distintas. Neste sentido é que Habermas delineou um terceiro modelo deliberativo de espaço público, que se apóia no consenso de fundo baseado no fato de que os cidadãos partilham de uma mesma cultura, desenvolvido em amplos e diversificados espaços públicos autônomos e em procedimentos de formação democrática da opinião e da vontade políticas, institucionalizadas. Este modelo de democracia conta com a *intersubjetividade*

¹⁹³ COSTA, 1997, p. 192.

dos processos de entendimento, os quais se realizariam na forma institucionalizada das deliberações, nas instituições parlamentares ou mesmo na rede de comunicação dos espaços públicos políticos.

No caso brasileiro, vimos que, diferentemente da situação na qual o IPHAN atuava, quando ainda havia um espaço público limitado, após o fim do regime militar, vive-se um processo de formação de uma esfera pública, que pode ser considerada mais ampla e *democrática*. Essa esfera seria caracterizada claramente pela multiplicação de atores e a diferenciação dos *media*, como a manifestação de uma esfera pública cada vez mais consolidada como um sistema intermediário capaz de absorver e processar temas e opiniões, transmitindo aos cidadãos e ao sistema político os conteúdos de informação processados. Soma-se a isto, o fato de que essa esfera também seria caracterizada pela existência dos pequenos espaços públicos, enquanto locais onde as mensagens veiculadas pelos meios de comunicação são *ressignificadas*, trazendo à tona novas interpretações e representações de uma mesma realidade.

Hoje se percebe que as políticas públicas urbanas têm passado por modificações significativas, especialmente nas últimas décadas do século XX. Como aponta Maria de Lourdes Dolabela Pereira, hoje nota-se que “a adoção de novos dispositivos legais e interinstitucionais, bem como a multiplicação de interlocutores – dentre os quais destaca-se a preponderância das comunidades”, têm demandado alterações nestas políticas, assim como a aprendizagem de novos modos de ação política¹⁹⁴. Por outro lado, vamos perceber que há outra uma mudança clara nestas políticas: “a centralidade do Estado é substituída por relações contratuais entre Estado e coletividades locais e cresce a importância da coordenação de atores com interesses e lógicas diferentes”¹⁹⁵. As novas “políticas da cidade” vão ser caracterizadas pelas parcerias, pela contratualização e negociações que envolvem esses diferentes atores, o que faz com que “o deslocamento dos centros de decisão e a poliarquia sejam hoje referências centrais”, assim como pelos espaços descentralizados de negociação e deliberação. No entanto, frente a este quadro, a autora aponta a carência de pesquisas que explorem esses temas.

Segundo Pereira, muitas dessas transformações nas políticas urbanas vão surgir do próprio processo constituinte que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988. Como percebemos, nessas transformações, o caráter hierárquico dessas políticas vai dar lugar à

¹⁹⁴ PEREIRA & MACHADO, 2008, p. 10.

¹⁹⁵ PEREIRA & MACHADO, 2008, p. 11.

“participação das comunidades na elaboração, discussão, fiscalização e decisão sobre a execução das políticas de planejamento e desenvolvimento social, incluindo os direitos sociais e coletivos à gestão urbana democrática”. Neste contexto, destacam-se a emergência dos “órgãos híbridos”, que surgem como “uma nova forma institucional que envolve a partilha de espaços de deliberação entre as representações estatais e as entidades da sociedade civil”¹⁹⁶. Assim, como os Municípios se tornaram os grandes detentores dos encargos executivos, legislativos e fiscais, a Constituição reforçou o papel dessas formas híbridas de regulamentação. Finalmente, cabe mencionar o papel dos “conselhos de políticas”, os quais, instituem uma ação concertada entre a sociedade civil e o Estado. Assim, hoje percebemos que a conservação de bens culturais demanda a revisão e incorporação dessas transformações, “assumindo hoje o caráter de políticas públicas decisivas e tendo como parâmetros a co-responsabilidade do cidadão e da sociedade, ou seja, a ação compartilhada como uma das conquistas do século XX”¹⁹⁷.

¹⁹⁶ PEREIRA & MACHADO, 2008, p. 11.

¹⁹⁷ PEREIRA & MACHADO, 2008, p. 11.

2.3. Patrimônio compartilhado, valores compartilhados ou entendimento mútuo de valores divergentes?

Neste capítulo, buscamos retomar a discussão sobre como considerar diferentes valores culturais na conservação de bens culturais. Considerando a necessária superação da oposição entre as perspectivas objetivista e subjetivista dos valores culturais, afirmando a possibilidade de se pensar a “objetividade social” dos valores culturais dentro da perspectiva intersubjetiva habermasiana dos procedimentos de entendimento. Assim, busca-se contribuir para a discussão de como integrar diferentes valores culturais no estabelecimento de políticas de patrimônio. Vimos que a atividade de conservação hoje, diante das constatações empíricas, tem apontado para a necessidade da construção da confiança e entendimento mútuo, assim para o compartilhamento das responsabilidades, institucionalização da participação pública. Neste sentido, nos parece, discutir a integração dos valores nas políticas de patrimônio, seria discutir o contínuo refinamento dos mecanismos de tomada de decisão, assim como o desenvolvimento de procedimentos de deliberação e entendimento que nos permitam tratar das dificuldades políticas e culturais que esta atividade envolve.

Em suas considerações sobre a realidade da gestão do patrimônio cultural na Austrália, Isabel McBryde menciona o caso da rocha Uluru, localizada na parte central do país, que é conhecida como um lugar de grande significância para os aborígenes, com seus valores enraizados nas afinidades espirituais entre a terra e o povo. No entanto, apesar de se conhecer a existência desta relação, a autora aponta que “poucos podem compartilhar estes outros valores, ou perceber as muitas camadas de significado relacionadas à sua imagem”¹⁹⁸. Neste sentido, a autora se interrogaria sobre como poderia uma pluralidade de valores culturais atribuídos a um único lugar, por diferentes grupos em na sociedade serem reconhecidos e incorporados na gestão deste bem cultural. Neste sentido, a autora se interrogaria sobre qual seria então o

¹⁹⁸ MCBRYDE, Isabel. Dream the impossible dream? Shared heritage, shared values, or shared understanding of disparate values? *Historic Environment*, vol. 11, no. 2-3, 1995, pp. 8-14. Seria interessante apontar que Uluru foi reconhecido como Patrimônio Mundial, na categoria Paisagem Cultural Associativa, em 1994, por sua associação a um sistema de crenças tradicional dos mais antigos do mundo. Ver mais detalhes em no site da *World Heritage Centre*: <http://whc.unesco.org/>. Ver também RÖSSLER, Mechtild. Linking Nature and Culture: World Heritage Cultural Landscapes. In: UNESCO. *Cultural Landscapes: the Challenges of Conservation*, Itália, 2002, e BUGGEY, Susan. *Associative Values: Exploring Nonmaterial Qualities in Cultural Landscapes*. *APT Bulletin*, Vol. 31, No. 4, *Managing Cultural Landscapes* (2000), pp. 21-27.ir

desafio da conservação: um patrimônio compartilhado, valores compartilhados ou uma compreensão compartilhada de valores diferentes?

Esta preocupação nos parece bastante pertinente, principalmente quando consideramos o cenário exposto por Charles Taylor em sua “A ética da autenticidade”, onde o autor trata de algumas questões suscitadas pela modernidade cultural, especialmente no que diz respeito ao multiculturalismo na sociedade atual e às questões de identidade e da perda da capacidade da humanidade em gerar valores compartilhados, ou seja, valores culturais que apenas são gerados coletivamente. Para o autor, esta dificuldade contemporânea estaria relacionada à ênfase exagerada no individualismo; desencantamento com excessivo domínio da razão instrumental, aquela racionalidade com a qual nós calculamos as aplicações mais econômicas de recursos a um dado fim; do mundo e excessiva priorização dada às finalidades das decisões econômicas; uma terceira questão nos levaria a indagações no nível político, às conseqüências do individualismo e do domínio da razão instrumental sobre a vida política. Neste sentido, para a ética da autenticidade, “ser verdadeiro para mim significa ser verdadeiro para minha originalidade, e isto é algo que apenas eu posso articular e descobrir. Articulando-o, eu estou também definindo a mim mesmo”¹⁹⁹, assim seria definida a cultura da autenticidade. Neste sentido, o autor aponta em seu ensaio que a natureza humana seria fundamentalmente dialógica, onde a linguagem lhe seria vital. No entanto, se por um lado a “autenticidade envolve originalidade, demanda a revolta contra a convenção”, diz Taylor²⁰⁰. Assim, “envolve criação e construção assim como descoberta, originalidade, e frequentemente, oposição às regras da sociedade e às vezes o que nós reconhecemos como moralidade”. Por outro lado, “a autenticidade requer abertura dos horizontes do significado e auto-definição através do diálogo”, completa o autor.

Para McBryde, haveriam certamente alguns casos em que valores seriam profundamente enraizados em determinadas tradições culturais específicas que poderiam talvez não ser compartilháveis. Neste sentido, o que estaríamos compartilhando seria *uma compreensão entres culturas*, do poder destes valores, ou compartilhar o *respeito por esta compreensão e um desejo de incorporá-los* na valoração e gestão do patrimônio. Desta forma, considerando esse ponto de vista, pensar a conservação de bens culturais, seria pensar a diversidade de valores que esses podem encerrar em si, compreendendo as diferentes perspectivas, seus diferentes contextos e,

¹⁹⁹ TAYLOR, Charles. The ethics of authenticity. Cambridge: Harvard University Press, 1991, p. 19

²⁰⁰ TAYLOR, 1991, p. 66.

no entanto, seu papel numa cena ampliada, por exemplo, num contexto nacional. Esta consideração dos diferentes significados que um bem cultural possa apresentar, fica ainda mais evidentemente em contextos onde há de fato culturas tão diferentes como no contexto australiano. No entanto, considerando que, como dissemos em capítulo anterior, pode-se também considerar no contexto da conservação urbana, a existência de diferentes sistemas simbólicos de referência com os quais os bens culturais seriam lidos.

Considerando ainda esta abordagem, McBryde avaliaria ainda as tentativas de gestão de parte do patrimônio australiano, como uma gestão compartilhada mas, no entanto, sem compreensão compartilhada dos diferentes valores. Neste sentido, percebe-se que apesar de um século de interesse comum, a necessidade do real compartilhamento e consideração com a diversidade de valores, e de uma compreensão mútua, estão se tornando prementes para a gestão do patrimônio. Neste sentido, a autora citaria a experiência de pesquisa e gestão do *Lake Mungo National Park*, em 1989. Para McBryde, nesta ocasião, muitos arqueólogos comprometidos com a ética da conservação e com os valores científicos específicos de sua disciplina, reconheceram a importância dos valores atribuídos por outros grupos aos vestígios ali encontrados, aceitaram o simbolismo do retorno destes aos aborígenes. A autora avalia que, em algumas situações de gestão, assim como nessa, o que estaria havendo seria uma abordagem multidisciplinar, onde a existência de diferentes visões são consideradas, mas não seu compartilhamento. Desta forma, para MacBryde, seria necessário sonhar o sonho talvez impossível do patrimônio compartilhado, dos valores compartilhados e de uma compreensão compartilhada dos valores culturais.

Considerando, então, esta questão, seria interessante retomar o debate apresentada por Steven Connor, para o qual “nenhuma discussão séria sobre a questão do valor pode ir muito longe sem se deparar com uma forma ou outra de conflito entre valor absoluto e relativo”, conflito (como vimos!) este que seria marcado tradicionalmente pela polarização entre, de um lado, os que acreditariam na necessidade e possibilidade do estabelecimento de “normas e valores incondicionais, objetivos e absolutos”, e de outro os que defendem a “historicidade, a heterogeneidade e a relatividade cultural indomáveis de todos os valores”. No entanto, o que o autor apontaria seria o fato de que estas duas posições não serem passíveis de avaliação segundo algum “quadro comum”, dificuldade esta derivada da “própria identidade e caráter de repúdio da outra”; ou seja, toda tentativa de síntese de uma está condenada a ser tratada pela

outra parte como “sendo tiranicamente absolutista” ou “como estando insuficientemente acautelada da força corruptora do relativismo”. Segundo Connor, esta situação poderia ser caracterizada pelo que Lyotard define como “diferendo”, “um desacordo que não pode ser levado ao julgamento de nenhuma autoridade argumentativa superior”²⁰¹.

As duas posições representadas pelos absolutistas e relativistas, poderiam ser assim reduzidas: o absolutista diria que “o fato de não podermos chegar a um acordo prova o caos advindo do abandono da fé em absolutos”; por outro lado, o relativista diria que “o fato de não podermos chegar a um acordo prova o caráter insustentável da posição absolutista”. Segundo Connor, tanto as posições absolutista quanto relativista, esta última representada bem na discussão apresentada por Barbara Smith, revelariam em sua deficiência de argumentação “a estrutura paradoxal de todos os sistemas de valor”. Para ele, seria impossível “escolher a pluralidade sem fazer um compromisso não-contingente com o valor da pluralidade”, do mesmo modo como seria “impossível imaginar algum valor absoluto - beleza, liberdade universal, igualdade, justiça absolutas - que não seja em princípio vulnerável ao tipo de crítica relativizante” com o qual a sociedade contemporânea tem se familiarizado.²⁰²

Na verdade, o que Connor proporia em seu livro “Teoria e valor cultural” seria a tarefa de recusar a manutenção das proposições absolutistas e relativistas dos valores, evitando assim esta discussão em sua forma antagônica. A motivação do autor surgiria “da apreensão da implicação mútua das várias versões das teses absolutista e relativista, do fato de que, ao mesmo se contradizem um ao outro, cada lado da discussão também requer, confirma e regenera o outro”. Neste sentido, o autor não se proporia a oferecer uma visão reconciliadora da discussão, mas sim a aceitação da “auto contradição radical e o paradoxo invencível do valor”²⁰³. Contradição esta que, segundo o autor, tem sido tentada ser resolvida prematuramente, do que ser pensada junto. Destas análises, por exemplo, é que tem resultado pares contraditórios como absolutismo / relativismo, universalismo / particularismo, essencialismo / historicismo, valor intrínseco / contingência, valor intransitivo / valor transitivo, valor de uso/ valor de troca.

Neste sentido, estas tentativas prematuras de se pensar a questão dos valores seria resultantes de um imperativo, ou seja, “a necessidade, ou valor, do valor mesmo”: o autor define que “o valor,

²⁰¹ CONNOR, 1994, p.11.

²⁰² CONNOR, 1994, p.41.

²⁰³ CONNOR, 1994, p.11.

em seu sentido imperativo, é a orientação irredutível para o melhor e a repulsa ao pior”. Esse seria,

o princípio irredutível da positividade generalizada, a pressão inevitável de identificar e de identificar-se com o que quer que tenha valor, em lugar daquilo que não o tem. O imperativo do valor poderia ser identificado como o princípio do prazer, que sempre busca incrementar a quantidade de prazer e evitar todas as formas de desprazer; ele poderia identificar-se alternativamente com a base biológica do nosso ser, na nossa necessidade ao que parece inerente de preservar a vida e resistir à morte (CONNOR, 1994, p.12).

No entanto, essas seriam apenas manifestações secundárias do imperativo do valor, visto que podem ser sempre submetidos a avaliação. Assim, “a dimensão imperativa do valor não só se distingue da operação de valores específicos como a ela se opõe”, numa situação que decorreria do fato de esta ordenar que continuemos a emitir juízos de valor mesmo diante da existência de valores estáveis: todos os valores tem que permanecer continuamente vulneráveis à avaliação. Logo o imperativo do valor revelaria envolver um reflexividade extrema, “visto ser um imperativo não somente de continuar a atribuir valor como de avaliar os próprios valores, ou o próprio valor”, e neste sentido ainda seria imperativo continuar avaliando o imperativo do valor.

No contexto atual, em que pensa-se cada vez mais em “pluralização” e “diversificação”, muitas publicações no campo da teoria crítica, por exemplo, tenderiam a supor que a idéia de valor representaria a tendência à abertura, à expansão, à alteridade e à invenção, e não à fixidez, conservação, tradição e repetição. Segundo Connor, “a estrutura paradoxal do valor se representa a si mesma na arte de vanguarda, que só pode ser verdadeiramente nova por meio da recusa a abandonar o que pretende deixar para trás no seu passado” ou ainda, segundo uma visão desconstrutiva, “só pode evitar a representação da tradição mediante um trabalho repetitivo com essa mesma tradição”. Neste sentido, somente a identidade poderia conhecer a pluralidade, somente a tradição poderia gerar a novidade, ou seja, “somente o compromisso com o imperativo do valor pode efetuar qualquer gênero de reavaliação em novas bases”²⁰⁴.

Outra crítica delineada pelo autor, surgiria de sua análise da teoria de valor marxista, definida como uma “utopia da troca *maximizada*”²⁰⁵. Não uma utopia da incomensurabilidade, mas sim uma utopia das comensurabilidades múltiplas. Segundo o mesmo, “o mal do valor de troca econômico não está no fato de dissolver a fixidez do valor de uso, mas precisamente em sua

²⁰⁴ CONNOR, 1994, p.13.

²⁰⁵ CONNOR, 1994, p.13 (ênfase no original).

ação de submeter todas as formas de troca à força de uma só -a econômica”, resultando numa espécie de “versão má ou negativa do paradoxo do valor”. Esta análise teria como base a idéia do “princípio da multiplicação máxima de forma e registros de valor”, que “se exprime mediante o imperativo da auto-reflexividade”, submetendo todos os valores a uma reavaliação constante. Nessa perspectiva,

em termos práticos, as instituições e procedimentos que empregamos para atualizar a avaliação de valores -escolas, universidades, governos locais e nacionais, organizações políticas de todo tipo- sem têm propensão a se tornar fixadas pelo desejo de conservar e reproduzir valores particulares. As formas de pluralidade têm portanto de ser tanto protegidas como pluralizadas; e precisamos conceber e instituir maneiras pelas quais a proteção do pluralismo seja representada precisamente por meio desta pluralização, em vez de instituir limites. Mas não há pluralização absolutamente sem limites, sem forma nem instituições, visto ser exatamente isso o que torna o pluralismo possível e concreto (CONNOR, 1994, P.14).

Segundo o autor, pode-se dizer que o imperativo de submeter o valor a uma contínua avaliação não se oporia ou se afastaria de um “discurso emancipador”. Ele seria essencialmente o próprio discurso. Assim, pode-se dizer que, sendo negada a possibilidade de um intercâmbio racional com uma coletividade de sujeitos emancipados, nenhum sujeito individual poderia ter acesso à troca maximizada e livre do valor. Ao mesmo tempo, seria necessário também não impedir o adiamento do questionamento infinito, o que levaria à instituição concreta da “comunidade do questionamento da possibilidade de questionamento” do valor²⁰⁶.

De fato, o que Connor constata seria o fato de que “os processos de avaliação, modificação, afirmação e até de negação do valor, em suma, os processos de *valoração*, possam ser negados em algum momento”. “O valor é inescapável”, diria ele, defendendo sua tese central de que “o valor e a valoração são necessários como uma espécie de lei da natureza e da condição humana, mediante a qual não podemos nos recusar a entrar no jogo do valor, mesmo em ocasiões em que gostaríamos de nos furtar a ele ou suspendê-lo”²⁰⁷. Neste enunciado, o conceito de “valoração” e “jogo do valor” envolveriam toda ação factual de estimação, comparação, valorização ou preferência relativa, num contexto em que, o jogo do valor manteria íntimos vínculos com as motivações e propósitos de todo o gênero. Esta seria definida por John Fekete, como uma situação onde

as orientações de valor saturam nossas experiências e práticas de vida das mais ínfimas microestruturas estabelecidas do sentimento, do pensamento e do

²⁰⁶ DERRIDA *apud* CONNOR, 1994, p.14.

²⁰⁷ CONNOR, 1994, p.17.

comportamento às mais amplas macroestruturas estabelecidas das organizações e instituições. A história das culturas e das formações sociais é ininteligível fora do âmbito da relação com uma história de orientações de valor, ideais de valor, bons valores, respostas em termos de valor e juízos de valor, bem como de suas objetivações, de sua interação e de suas transformações (FEKETE, 1988 *apud* CONNOR, 1994, p.17).

Tradicionalmente, as disciplinas têm se ocupado diferentemente desta discussão. Neste sentido, pode-se perceber que as ciências sociais têm reservado a ela um lugar central, enquanto que as disciplinas ditas científicas pressupõem seu afastamento das questões valorativas. De uma forma sucinta já mencionamos as proposições de Kuhn sobre este tema (como mencionamos), em seu estudo sobre “A estrutura das revoluções científicas”. De qualquer forma, o que Connor vai apontar é que mesmo as disciplinas científicas não poderiam escapar ao imperativo do valor, já que estas são socialmente condicionadas e condicionais. No entanto,

mesmo que se rejeitasse a idéia de uma distinção entre disciplinas saturadas de valor e disciplinas livres de valor, ainda haveria um uso para ela em termos das autodesignações dessas disciplinas. Está claro que existe uma diferenciação utilizável, ainda que temporária, a ser feita entre disciplinas orientadas para o ideal da libertação com respeito ao valor e disciplinas conscientemente voltadas para a proposição ou afirmação de valores. E esses são precisamente os termos de acordo com os quais poder-se-á querer distinguir entre as ciências naturais, físicas e da vida e as ciências sociais e humanidades (CONNOR, 1994, p.18).

No entanto, afirma Connor, nos pareceria importante admitir que essas disciplinas não poderiam aspirar a estarem fora da necessidade do jogo do valor, “tendo em vista que se definem em parte em termos do fato de que nunca tomam simplesmente o campo de valor como seu objeto”, mas participam dele, estendendo o jogo do valor.

Interessante notar a tendência, nos estudos literários, de se afastar de uma leitura que não se permitia a investigação do *para que* um texto literário seria bom, mas apenas *quão bom o era* só vai ser modificado nos anos 1960 e 1970. Esta tendência que possibilitara a fixação de cânones e critérios de avaliação, tornou a atividade de valoração idêntica “ao reconhecimento e à reprodução ritualizados do valor de textos e forma culturais particulares predeterminados”²⁰⁸ vai dar lugar à força do “paradigma interpretativo”, deslocando o debate das questões relativas ao juízo de valor para o significado e interpretação. No entanto, ao contrário de muitos autores, Connor vai apontar, por exemplo, que a crítica estética, antes de ser uma crítica ao juízo de valor ou à possibilidade de valoração, vai ser “uma rejeição das formas injustamente limitadoras que a

²⁰⁸ CONNOR, 1994, p.19.

valorização estética assumira²⁰⁹, re-vinculando o estético e o político. Assim como nos estudos culturais, o autor vai identificar a existência do impulso ético-valorativo na prática da “interpretação crítica”, a qual produziria “uma suspeita do valor e da valorização em geral, como se as operações associadas com as transações do valor sempre estivessem destinadas a levar a uma hierarquia (injusta) e a uma exclusão (violenta)”²¹⁰. Apesar desta perspectiva, para Connor, mesmo “um período em que os valores se vêem sujeitos a um profundo questionamento sempre é, igual e correlativamente, um período de uma enérgica formação de valores”.²¹¹ Interessante aqui seria notar, juntamente com Connor, que este “emaranhamento da teoria” seria caracterizado por Habermas como uma “autocontradição performativa”, já que, para este autor “entrar no discurso crítico é já aceder à orientação rumo ao consenso implícito em todo intercâmbio racional”²¹².

Pode-se identificar também nos últimos anos algumas tentativas de se voltar à questão do valor. Uma delas seria deriva do próprio impulso de se retornar às formas estáveis e absolutas de valor; enquanto que a outra seria a tendência a reconhecer e tolerar o máximo de valores. No entanto, no exame de Connor,

à medida que a primeira atitude com relação ao valor depende da idéia de valores absolutos, que se acham acima e além do jogo da transação e da relatividade, pode-se dizer que ela favorece valores como objetos em vez de processos de valorização, ou, em termos da distinção oferecida por John Dewey, favorecer a “estimação” em detrimento da “estimativa”. Esta visão do valor considera tipicamente como objeto da avaliação escapar do processo valorativo ou superá-lo, “chegar” a resultados valorativos. A segunda atitude, mais pluralista, tende pelo contrário a favorecer a continuação ou viabilização de processos valorativos, opondo-se assim à tentativa de preservar, descobrir ou derivar valores particulares (CONNOR, 1994, p.25).

Segundo o autor, estas atitudes poderiam ser identificadas em Wayne C. Booth²¹³, onde este autor busca uma visão ao mesmo tempo pluralista e incertamente pragmático. Booth diria que “se não, pudermos conhecer a base única e absoluta do valor de um artefato, é porque não há semelhante base absoluta, nenhum valor que não seja formado e legitimado pelas necessidades e normas de comunidades particulares”²¹⁴. Para Booth, simplesmente o fato de que algo pareça valioso já seria suficiente para supormos, que de fato, o seja. No entanto, esta visão claramente nos levaria ao “abismo” do relativismo, o qual o autor buscaria contornar segundo a idéia de que

²⁰⁹ CONNOR, 1994, p.22.

²¹⁰ CONNOR, 1994, p.24.

²¹¹ CONNOR, 1994, p.24.

²¹² CONNOR, 1994, p.25.

²¹³ *The Company We Keep: An Ethics of Fiction*, 1988.

²¹⁴ CONNOR, 1994, p.27.

o valor seria “gerado por meio de atos de contínua conversação em que os juízos de literários são testados por outros juízos e por eles confrontados, bem como por juízos sobre outros textos”²¹⁵. Essa afirmação de Booth seria contestada por Connor, no ponto em que aquele se referiria ao processo de “codução comunitária”, no qual, aponta Connor, “não é a opinião de todos que conta”²¹⁶. Um outro estudo sobre o tema, citado por Connor, seria o de J. Hillis Miller²¹⁷, para que a leitura dos textos seria “governada por uma ‘lei implacável’ que insiste na idéia de que lemos textos de maneira a permanecer fiéis não apenas à sua aparente coerência, como também aos seus princípios interiores de autocontradição”. Segundo Connor, para Miller “a ética da leitura não é simplesmente uma questão de derivar padrões de comportamento de textos que podem então ser chamados à responsabilidade no mundo real”, mas sim os textos encerrariam em seu interior “uma ética da interpretação, visto que os requisitos éticos próprios ao ato da leitura são paradigmáticos para o comportamento ético no mundo real, à medida que esse comportamento sempre requer forma de interpretação, de julgamento e narrativa”.²¹⁸

A segunda forma de “restrição do valor” identificada pelo autor, seria a pluralização, dado que a sua natureza historicamente contingente impossibilitaria o estabelecimento de critérios de valoração. Aqui o autor citaria o estudo de Barbara H. Smith²¹⁹, na qual ela estabeleceria uma “defesa ‘radical-pragmática’ do valor”, onde “tudo participa do valor, mas em nenhum lugar do mundo ou fora dele podem ser encontrados quaisquer valores de uso, valores estéticos transcendentais ou bens morais últimos que não possam ser falsificados”²²⁰. Neste sentido, não haveriam declarações de valor que não seriam declarações de necessidades, desejos ou vontades que constituiriam a vida e a história dos homens, e que seriam, em seu ponto de vista, impossíveis de serem avaliados. Neste contexto, Smith atacaria a “falácia igualitária”, afirmando que admitir que “nenhum juízo de valor pode ser ‘mais válido’ do que outro *no sentido* de uma afirmação objetivamente mais verdadeira do valor objetivo de um objeto”, de forma alguma nos impede de emitir juízos de valor providos de sentido. Neste sentido, para Smith, o juízo de valor “tem de ser compreendido, valorado e comparado de *modo diverso*, ou seja, como algo distinto

²¹⁵ CONNOR, 1994, p.27

²¹⁶ CONNOR, 1994, p.27 (ênfase no original).

²¹⁷ *The Ethics of Reading: Kant, de Man, Eliot, Trollope, James, and Benjamin*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1987.

²¹⁸ CONNOR, 1994, p.25.

²¹⁹ *Contingencies of Value: Alternative Perspectives for Critical Theory*, Cambridge, Massachusetts e Londres, Harvard University Press, 1988.

²²⁰ CONNOR, 1994, p.33.

de um 'valor de verdade' ou de uma 'validade' no sentido objetivista, essencialista".²²¹ Neste sentido, "para demonstrar que o relativismo pode de fato fazer escolhas de valor dotadas de sentido", Smith revela seu compromisso com a "melhoria geral", "voltada não para alguma modalidade de utopia positiva", mas para o "ótimo geral", que definiria como o

conjunto de condições que permite e estimula precisamente a *avaliação*, e, especificamente, o processo contínuo (...) com relação às atividades científica e artística: ou seja, avaliação / verificação local que nós podemos heterogeneamente fazer do que parece funcionar antes melhor do que pior (SMITH, 1988 *apud* CONNOR, 1994, p.38).

Segundo Connor, seria difícil perceber como poder-se-ia estabelecer um "ótimo geral" baseado num raciocínio "caso a caso". Neste sentido, para o autor, o que Smith proporia seria um tipo de avaliação não pautado no simples abandono do horizonte do valor absoluto, "mas sim um evitar instruído, sensível e fundamentado da violência do objetivismo, educado pelo seu próprio relato ricamente diversificado e, portanto, poderosamente inclusivo do valor"²²². De qualquer forma, para Connor, pareceria não existir a possibilidade para a própria Smith examinar a contingência de sua própria concepção de contingência de todo o valor.

Nos últimos anos, no entanto, haveriam sinais da emergência da ética como um campo para a politização da sociedade, mas ao mesmo tempo, como um alibi para o deslocamento do político. Essa tendência poderia ser representada na chamada "ética do discurso", caracterizada pelo encontro oximórico de dois assuntos até então vistos como incompatíveis por muitos filósofos. Para muitos como Platão, "a ética exigiria como condição de possibilidade a noção de padrões absolutos ou invariantes de conduta ou juízo". Além disso, para esses, "a linguagem, e a forma particularmente alucinógena de linguagem a que damos o nome literatura, punha em enorme perigo esses padrões absolutos"²²³. Relação esta que iria ser invertida por Nietzsche, para quem a verdade e a moralidade da linguagem seriam a "miragem da metáfora", sobre a qual ele afirma seu poder destrutivo-criativo²²⁴.

²²¹ SMITH, 1988 *apud* CONNOR, 1994, p.34.

²²² CONNOR, 1994, p.38.

²²³ CONNOR, 1994, p.110.

²²⁴ Neste sentido, Kristeva buscaria estabelecer a diferença entre a ética lingüística e a ética na lingüística. A primeira seria a "maneira coerciva, costumeira, de assegurar a coesão de um grupo particular por meio da repetição de um código". Ao contrário estaria a ética lingüística, onde a linguagem seria "livre do jogo da negatividade, do desejo, do prazer e do enlevo". No entanto, como afirmara Connor, hoje percebe-se que esta ética da linguagem esbarraria no próprio potencial transformador das teorias do discurso. Para o autor (citando Bakhtin, Austin, Foucault, dentre outros), "a teoria do discurso requer que apreendamos o fato de que não empregamos a língua como meio neutro de troca em que conduzir ou refletir a nossa vida social, porque a nossa vida social é a língua na

Seria da constatação de que o discurso tornara-se central nas discussões éticas, como em outras, que nasceria a “ética do discurso”. Dentre as duas mais disparens versões, retomamos aqui a visão de Jürgen Habermas, em sua “Teoria da Ação Comunicativa”. Nesse trabalho, Habermas buscava demonstrar que os universais éticos, esquecidos por mais de dois séculos, poderiam ser recuperados através das próprias estruturas internas do discurso. Para este autor, o intercâmbio discursivo teria como resultado ideal uma “racionalidade baseada no consenso”, ou seja, numa “mutualidade intersubjetiva de compreensão recíproca, no conhecimento partilhado, na confiança mútua e na concordância entre os ouvintes”²²⁵. Para tanto, Habermas afirma que, para agir segundo uma atitude comunicativa, a pessoa deve ter a intenção de comunicar uma proposição verdadeira, ou seja, um conteúdo proposicional cujas pressuposições existenciais sejam satisfeitas; exprimir-se de forma verdadeira, dando ao ouvinte algo que ele compreenda e considere como credível; escolher uma forma de discurso adequada, “no que respeita à normas e valores permanentes”, de forma que o ouvinte possa aceitá-lo e de forma que ambos possam atingir uma compreensão mútua. Além disto, “a ação de comunicação só poderá permanecer intacta enquanto todos os participantes supuserem que as pretensões de validade que reciprocamente efectuam são apresentadas justificadamente”²²⁶.

No entanto, as críticas à teoria de Habermas seriam exatamente direccionadas aos seus “ideais ético-discursivos”, como por exemplo, poderíamos citar as observações feitas por Smith. Para Smith, estaria claro que “ao definir a comunicação genuína como algo totalmente descontaminado pela ação estratégica ou instrumental, Habermas garantiu uma categoria deveras sublime... mas também sobremodo vazia”. Neste sentido, para a autora, Habermas desqualificaria e retiraria dos parênteses “aquilo que na verdade constitui toda a estrutura motivacional das transações verbais”, restando “uma operação completamente fechada em si mesma ou uma reciprocidade mágica em que a única coisa que gera, sustém e controla a ação de locutores e ouvintes é a mutualidade gratuita dos seus pressupostos”²²⁷. Outra observação da autora, neste mesmo sentido, seria feita em relação à implausibilidade do alcance dos ideais

qual a conduzimos”. Neste sentido, “a linguagem não se limita a representar o mundo; ela o ordena, faz e refaz”. Daí viria a insistência da “teoria dos atos da fala”, cujo lema estabelecido por Austin seria o de que “fazemos coisas com palavras”. Esta posição seria bastante representada por Foucault, por exemplo, para quem o discurso e o poder seriam inseparáveis. No contexto dos estudos literários, este ponto de vista originaria uma mudança de discussão, onde seria desnecessário preocupar com a forma pela qual um romance social relataria as condições de vida da sociedade na metade do século XIX, mas nos preocupar com que tipo de mundo ele criaria e em que relações de poder ele entraria.

²²⁵ HABERMAS, 1996, p. 13.

²²⁶ HABERMAS, 1996, p. 12.

²²⁷ SMITH, 1991. Também citado por CONNOR, 1994, p. 112.

ético-discursivos “em função da heterogeneidade irreduzível dos interesses humanos e da inevitabilidade do conflito que ela implica”. A estas duas posições, Connor argumentaria que, em primeiro lugar, poder-se-ia dizer que “a força do relato de Habermas reside exatamente em sua evocação de um orientação utópica no interior da estrutura do discurso”. Além disso, “poderíamos dizer que a heterogeneidade dos interesses humanos é exatamente o que torna mais necessária e desejável a orientação para o consenso, não com o conflito de anular essa heterogeneidade, mas com o objetivo de preservá-la”. Assim, o autor afirma que

se os conflitos de interesses que põem em perigo a estrutura da intersubjetividade responsável são justamente o que parece requerer a contínua suposição dessa intersubjetividade na discussão moral, em vez de ser impossível ou indesejável em nosso corrupto mundo sublunar, a situação ideal da fala tem neste o único mundo em que poderia haver algum sentido em manter uma orientação para ela. (CONNOR, 1994, p. 113).

No entanto, Connor reconhece que esta sua leitura sobre os textos de Habermas se opõe de boa parte do caráter de seus escritos sobre a ética comunicativa, nos quais haveria na realidade um “desejo explícito ou sustentado de dar um fundamento científico à noção de situação ideal de fala mediante a demonstração de que a linguagem está voltada para a meta da consecução do consenso ou nela fundamentada”²²⁸, com a qual, concordemos ou não, estamos submetidos a sua força. Para Connor, entretanto, Habermas não diria muito sobre o *por que* ou *como* alguém deveria ser levado a se submeter a esta força, além de evitar a sua contradição performativa. Neste mesmo sentido, para Seyla Benhabib, a “pragmática universal” atuaria “num nível de abstração de cujo ponto de vista cada um e todos os indivíduos é considerado capaz de consenso”, o que seria um pressuposto “contrafactual”²²⁹.

Segundo este ponto de vista, para Connor, seria possível argumentar que uma das tentativas de Habermas de mostrar “o caráter concreto desta força normativa” seria o estabelecimento da separação entre os usos da linguagem que personificariam a “ação comunicativa”, orientada para o entendimento, e a “ação proposital-racional”, empregada para se atingir certos fins estratégicos. Para Connor,

podemos perceber de imediato por que Habermas desejaria manter isso como uma real distinção entre tipos distintos de uso da linguagem, em vez de duas maneiras diferentes de considerar qualquer uso lingüístico dado, visto que o veículo do seu projeto político consiste em recuperar o mundo-da-vida de sua colonização weberiana pela razão instrumental, com a cisão absoluta que isso mantém e implica

²²⁸ CONNOR, 1994, p. 113.

²²⁹ BENHABIB, 1986 *apud* CONNOR, 1994, p. 113.

entre um sujeito racional cognoscente e o mundo que ele objetifica brutalmente, a devolver a esse mundo-da-vida a possibilidade da autêntica comunicação, fundada na não divisão sujeito / objeto, mas em estruturas de intersubjetividade mutuamente responsável (CONNOR, 1994, p. 114).

No entanto, Connor comenta este ponto, argumentando que a distinção absoluta proposta por Habermas seria dificilmente demonstrável, ou seja, seria sempre provável haver maneiras pelas quais fosse possível “exercer poder por meio do encontro discursivo ou obter alguma espécie de recompensa ou vantagem a partir dele”. Neste sentido, “a comunicação sempre é passível de se tornar estratégia e a fala ideal, em retórica”, onde este fato se deveria em função da famosa dificuldade concernente à teoria dos atos da fala a que Habermas recorreria²³⁰. Neste sentido, “seria impossível ter certeza do ponto em que qualquer encontro comunicativo particular ou, no âmbito de tal encontro, qualquer ato de fala particular, começa ou termina”, pois “todo encontro comunicativo, pouco importa quão autêntico possa ser em seu alegado momento de ocorrência, sempre pode tornar-se inautêntico em algum momento ulterior como resultado de alguma recontextualização”²³¹. Para Connor, aqui Habermas seria forçado a fazer manobras para defender sua “teoria do consenso de que a verdade é tudo aquilo que emerge do diálogo, com o que ele pretende designar o discurso autenticamente comunicativo e não o discurso estratégico”²³².

Um outro ponto importante do discurso ético defendido por Habermas seria a sua capacidade de garantir a “tolerância da diversidade”, assegurada pela natureza “formalista” da ética discursiva. Sobre este ponto, Richard Wolin afirmaria que,

parece indiscutivelmente claro que a ética do discurso, em vez de ser um racionalismo dogmático, apresenta uma justificação desapassionada e fundamentada do pluralismo político. Isto ocorre precisamente em virtude do seu “formalismo” ou “procedimentalismo”, que em princípio permanece compatível com um infinita variedade de normas práticas ou “forma de vida”. Ademais, só uma abordagem “formalista” da ética como a de Habermas pode ser realmente pluralista, visto que ela de modo algum tenta prejudicar o *conteúdo* das decisões a que se termine por chegar” (WOLIN, 1990 *apud* CONNOR, 1994, p. 116).

Para Connor, este relato poderia ser visto com um certo absurdo, visto que, “tal como outras teorias liberal-democráticas, a ética habermasiana da comunicação tolera quaisquer normas

²³⁰ CONNOR, 1994, p. 114.

²³¹ CONNOR, 1994, p. 114.

²³² CONNOR, 1994, p. 114.

discursivas exceto as que contradigam seu próprio princípio da tolerância”, ou seja as normas que “impossibilitem ou constringam certas partes no intercâmbio discursivo”.²³³

Para Jean-François Lyotard, Habermas haveria sido “vítima do hábito da metanarrativa que a pós-modernidade teria descartado categoricamente”.²³⁴ Lyotard combateria a hierarquização dos jogos lingüísticos proposta por Habermas, propondo a multiplicação dos jogos lingüísticos. No entanto, como aponta Connor, “para Habermas, a rejeição por Lyotard do ideal do consenso racional é um perigoso irracionalismo, ao passo que para Lyotard a adesão habermasiana a essa ideal só pode levar a novas versões de Auschwitz e do Gulag”.²³⁵

No entanto, segundo Connor, seria possível contornar o antagonismo de Lyotard e Habermas, procurando os seus pontos de convergência. Segundo o autor, “os dois têm em comum a convicção da centralidade da ética do discurso com relação ao raciocínio moral e político em geral, partilhando uma notável tendência a traduzir questões políticas em questões lingüísticas”.²³⁶ Nesse contexto, seria possível identificar no discurso de Lyotard uma inconsistência derivada do fato de que, “para ele o princípio da justiça reside na heterogeneidade dos jogos de linguagem, na irreducibilidade de todos os jogos de linguagem a qualquer um deles”; neste sentido, Lyotard teria uma concepção um tanto fluida acerca do que seria um jogo de linguagem, “reunindo sob esse termo diferentes fins e usos retóricos da linguagem”, ou mesmo o que Connor denomina de “modos públicos ou institucionais de expressão (o que se poderia denominar mais familiarmente discursos)”, tais como os usos econômico, filosófico, dentre outros²³⁷.

²³³ CONNOR, 1994, p. 116.

²³⁴ CONNOR, 1994, p. 118.

²³⁵ CONNOR, 1994, p. 118.

²³⁶ CONNOR, 1994, p. 118.

²³⁷ Neste mesmo sentido, para Connor, o argumento de Lyotard sobre a “incomensurabilidade das diferentes modalidades de uso da linguagem” dependeria do fato de que a linguagem proporciona um denominador comum entre o que tem sido considerado “áreas discretas da experiência, principalmente pelo pensamento kantiano. Para aquele autor, “Lyotard só tem condições de rejeitar o princípio da traduzibilidade entre linguagens e jogos de linguagem particulares devido ao fato de antes ter traduzido tudo *em* linguagem”, assemelhando-se muito ao que Habermas propõe como “pragmática universal”. Para Connor, a própria noção de incomensurabilidade ofereceria “uma espécie de escala de comparação”, da qual Lyotard faria uso para comparar áreas distintas de atividade lingüística. Neste sentido, apontaria que Lyotard estaria “infringindo a própria injustiça discursiva que censura”, situação sob a qual possivelmente seria forçado a responder, defendendo a legitimidade, e não “a mera vantagem heurística do modelo lingüístico”, afirmando que “essa correlação entre linguagem e ação corresponderia em algum sentido ao modo como as coisas são”. Isto possibilitaria que Lyotard definisse que seria o “jogo justo” ou a “heterogeneidade desejável”.

Para Connor, os trabalhos de Habermas e Lyotard estariam também ligadas pela “suposição do universalismo moral”. Para o segundo, as “verdade e normas universais devem ser explicadas, [...] como a operação de uma violência lingüística particularmente sinistra em que a força de um ‘nós’ particular subsume e assimila a força do ‘tu’ e do ‘eles’”.²³⁸ Neste sentido, na base da crítica lyotardiana às metanarrativas, segundo Connor, vê-se que o que está sendo criticado não seria o universalismo enquanto um “falso universalismo”, ou seja, “a pretensão ilegítima de um grupo ou sociedade particular de falar por e de representar toda a humanidade”.²³⁹ Neste sentido, seria difícil não considerar a ilegitimidade dessa pretensão senão em termos de não ser suficiente universal. Assim, a suspeita das metanarrativas seria uma suspeita tradicionalmente ética, “fundada num sentido de normas e de responsabilidades que deveriam aplicar-se indiferentemente a todos os casos semelhantes. Para Connor, se a “suspeita das metanarrativas” fosse total, “não haveria fundamentos para continuar a suspeitar delas”. Lyotard para encobrir um universalismo que muito se assemelha ao proposto por Habermas, em que “todos os sujeitos e grupos de sujeitos devem ter permitido o acesso ao discurso e nenhum sujeito nem grupo deve ser prejudicado por uma compulsão, interior ou exterior ao discurso, que restrinja ou impeça este acesso”.²⁴⁰ Isto poderia ser tomado como argumento para ilustrar o princípio habermasiano que considera que “a orientação ética para a norma da fala ideal é inerente ao próprio discurso racional”,²⁴¹ no entanto o que deferiria ambos os autores seria exatamente a existência da possibilidade de uma norma universal. A ética do discurso de Lyotard “é governada pelo imperativo de evitar imperativos arbitrários, razão por que não pode afirmar seu próprio imperativo sem a auto contradição performativa descrita por Habermas”.²⁴²

Para Connor, a descrição do debate entre Habermas e Lyotard, onde ambos tem sido lembrados frequentemente como os rivais que representam, simultaneamente, as reivindicações do modernismo e do pós-modernismo, seria bastante difícil de ser demonstrada. Neste sentido, o autor se questiona se “deve a rejeição lyotardiana a universais ser descrita (em termos habermasianos) como uma forma diferente de universalismo”, já que o argumento Lyotard demonstra ‘a obrigação imanente do ato da fala’, que Habermas define como “fator primário e irreduzível da linguagem”. Ou mesmo, se seria possível considerar a tentativa de Habermas de

²³⁸ CONNOR, 1994, p. 120.

²³⁹ CONNOR, 1994, p. 120.

²⁴⁰ CONNOR, 1994, p. 121.

²⁴¹ CONNOR, 1994, p. 121.

²⁴² CONNOR, 1994, p. 122.

manter a comunicação pura, uma “injusta promoção de um jogo de linguagem particular”, em prejuízo de outras. Segundo Connor, esta situação seria essencialmente paradoxal, não sendo possível, por um lado, afirmar a posição de um dos autores, sem estar, por outro lado, afirmando a visão do outro.

Nos parece aqui ser possível afirmar, que a tentativa de delinear ambos os posicionamentos acima explicitados, nos levaria àquela situação paradoxal do confronto entre “objetivistas” e “relativistas”. Para Connor, isto não seria casual, posto que, essa seria “uma condição alcançada por toda teoria do valor que busque abstrair e autonomizar um lado do paradoxo que enrodilha firmemente entre si o absolutismo e a relatividade”.²⁴³ Segundo o autor,

do mesmo modo como toda tentativa de afirmar formas absolutas e incondicionais de valor sempre nos faz voltar ao campo da relatividade e do intercâmbio, assim também toda tentativa de validar a relatividade como princípio desemboca nas próprias formas de fixidez e de transcendência negadas pelo princípio da relatividade. Cada um dos lados precisa do outro para afirmar a sua própria incondicionalidade (CONNOR, 1994, p.126).

Segundo Connor, a divergência entre Habermas e Lyotard teria como outro vértice a filosofia pragmática de Richard Rorty, que rejeitaria considerar as leituras dos extremismos possivelmente contidos nos posicionamentos de ambos os filósofos. Para Rorty, o que importaria para a política liberal-democrática não seria a existência de valores universais ou fundacionais, mas sim “a existência de formas de discussão livre e irrestrita”²⁴⁴. Para Rorty, “se cuidarmos da liberdade política, a verdade e a bondade cuidarão de si mesmas”²⁴⁵. Desta forma, como aponta Connor, Rorty concordaria com Habermas sobre a idéia de livre discussão, ou seja, da comunicação não-distorcida. Como vimos, para Habermas e Lyotard, seria difícil ter certeza da real existência da liberdade em quaisquer destas áreas citadas por Rorty²⁴⁶.

²⁴³ CONNOR, 1994, p. 126.

²⁴⁴ CONNOR, 1994, p. 126.

²⁴⁵ RORTY, 1989, p. 84 *apud* CONNOR, 1994, p. 126.

²⁴⁶ No entanto, para Rorty esta seria uma situação alcançável por qualquer comunidade minimamente democrática, pressupondo a existência do discurso irrestrito *é simplesmente o tipo [de discurso] que se manifesta quando a imprensa, o judiciário, as eleições e as universidades são livres, a mobilidade social é freqüente e rápida, a alfabetização é universal, a educação superior é comum e a paz e a prosperidade tornaram possível o lazer necessário para se ouvir muitas pessoas diferentes e pensar acerca do que dizem* (RORTY, 1989, p. 84 *apud* CONNOR, 1994, p. 126). Para Connor, uma das principais contribuições de Rorty, concordando com Lyotard, seria a compreensão da importância do discurso estético, desconsiderado por Habermas. Como afirma Connor, para Rorty, a verdade seria antes construída do que descoberta. Neste sentido, *uma cultura poetizada seria aquela na qual não se insistiria em descobrir as paredes reais por trás das pintadas, as pedras de toque da verdade em oposição à pedras de toque que são meros artefatos. Seria uma cultura que, exatamente por apreciar que todas as*

Se isto nos dá a impressão de que as negociações entre valores culturais são uma espécie de artesanato, no entanto isto teria respaldo numa crescente corrente de debate sobre a ética do discurso na atualidade, onde, para muitos autores, a ética do discurso exige, segundo Connor, “uma recusa da estreita definição habermasiana de discurso e uma tentativa de incluir na esfera do ético todas as formas de discurso aparentemente subvalorizadas no relato de Habermas da prioridade da ação comunicativa, e em especial do discurso estético”²⁴⁷. Habermas considera este tipo de discurso estético, uma forma de comunicação não-séria, não passível de ser submetida a verificação como o discurso racional, não podendo “ter um papel legítimo quer na crítica intelectual quer na geração de formas de vida social e de valor”.²⁴⁸ No entanto, como bem afirma Connor, em seus trabalhos mais recentes, Habermas tem rediscutido a importância do literário e do estético, concordando principalmente com alguns de seus críticos de que a literatura e a arte modernistas, por exemplo, “podem de fato abrir o ego racional rigorosamente cognoscente à alteridade, criar novos mundos e nos desvelar a experiência deste mundo de formas novas e valiosamente comuns”²⁴⁹. Neste sentido, a consciência estética do modernismo conferiria

uma crescente sensibilidade ao que permanece inassimilado pelas conquistas interpretativas do domínio pragmático, epistêmico e moral das exigências e desafios das situações cotidianas; ela efetua uma abertura aos elementos expurgados do inconsciente, do fantástico e do insano, do material e do corporal, ou seja, com todos os elementos do nosso contato não-verbal com a realidade, que é tão fugidia, tão contingente, tão imediata, tão individualizada, simultaneamente tão distante e tão próxima que nos escapa à apreensão em categorias usuais (HABERMAS, 1984 *apud* CONNOR, 1994, p. 128).

Neste contexto, o ideal discursivo delineado por Connor, derivado de Habermas e Lyotard, seria, como o próprio autor afirma, antes grotesco do que autoconsistente, ou seja, um ideal de “comunidade subjetiva no discurso que reconheceria a contínua necessidade de tolerar a crise estrutural interior, visto que as normas que governariam e constituiriam a comunidade discursiva seriam elas mesmas, em nome dessa comunidade, perpetuamente sujeitas à crítica”.²⁵⁰ Neste sentido, como afirma Connor, se este posicionamento viesse, com Lyotard contra Rorty,

pedras de toque são artefatos, teria como meta a criação de artefatos cada vez mais variados e multicoloridos ((RORTY, 1989, p. 84 *apud* CONNOR, 1994, p. 128).

²⁴⁷ CONNOR, 1994, p. 128.

²⁴⁸ CONNOR, 1994, p. 128.

²⁴⁹ WHITE, 1998, p. 31 *apud* CONNOR, 1994, p. 129. Stephen K. White, conforme Connor, concordaria com o relato habermasiano. Para ele o desvinculamento radical entre “o sentido do estético” e os “imperativos” da sociedade e da tradição teriam o poder em potencial de “informar a consciência sobre como interpretamos normalmente nossos os desejos e sentimentos sob formas que espelham irrefletidamente os padrões de valor vigentes da cultura que nos cerca”.

²⁵⁰ CONNOR, 1994, p. 136.

suspeitar constantemente das hierarquias de todo gênero, com Habermas contra Lyotard, se fundamentaria na formação de instituições que permitiriam a existência e a continuidade dessa estrutura crítica. Como percebemos, vivemos na era da suspeita da razão pelo relativismo, principalmente encabeçada pela pós-modernidade, pós-industrialismo e pós-estruturalismo, onde o legado do Iluminismo seria rejeitado. No entanto, haveria na visão habermasiana, a possibilidade de estabelecermos enunciados de validade universal, segundo argumentos justificáveis.

Em seu ensaio “Habermas e Lyotard sobre a Pós-modernidade”, Rorty apresentaria a mesma argumentação de Lyotard segunda a qual haveria hoje uma descrença nas “metanarrativas”, apontando a questão de Lyotard sobre “onde, depois das metanarrativas, pode residir a legitimidade?”²⁵¹ Para Lyotard, Habermas estaria oferecendo uma nova “metanarrativa de emancipação”.²⁵² Rorty aponta que, para Habermas, “o problema posto pela ‘incredulidade frente as metanarrativas’ é o que desmascaramento só faz sentido se nós ‘preservarmos ao menos um padrão para [a] explicação da corrupção de *todos* os padrões nacionais”.²⁵³ Desta forma, sem este padrão seria impossível fazer a distinção entre a nudez e o mascaramento, entre a teoria e a ideologia, e por fim, seríamos forçados a abandonar o projeto iluminista da “crítica racional das instituições existentes”. Como vimos, qualquer tentativa de abordagem teórica da sociedade vai ser vista para Lyotard como metanarrativa; por outro lado, no entanto, qualquer tentativa de abandonar tal abordagem seria vista como irracional por Habermas, ou seja, uma tentativa de abandono das noções que justificaram as várias reformas sociais que marcaram as democracias ocidentais, e que ainda seriam usadas para as críticas das instituições socioeconômicas existentes. Neste sentido, “abandonar um ponto de vista, se não transcendental, ao menos ‘universalista’, parece para Habermas trair as esperanças sociais que têm sido centrais para as políticas liberais”²⁵⁴. Habermas acredita que, se abandonamos os conceitos de “verdadeiro”, “validade” ou “consenso”, por exemplo, ou se aceitarmos apenas a idéia de que o melhor argumento convence uma dada população num dado momento, estaríamos abandonando um tipo de crítica despertada pela modernidade cultural (como exemplificado por Rorty), abandonando “os elementos da razão contidos nos... ideais burgueses”, incluindo por exemplo, “a dinâmica teórica interna que constantemente impulsiona das ciências - e também a auto-

²⁵¹ LYOTARD, 1994 *apud* RORTY, 1999, p. 222.

²⁵² RORTY, 1999, p. 221.

²⁵³ RORTY, 1999, p. 221.

²⁵⁴ RORTY, 1999, p. 222.

reflexão das ciências - *além* da criação do conhecimento meramente explorável tecnologicamente”²⁵⁵. Para Lyotard, o consenso nas ciências seria apenas um estado particular de discussão, não seu fim, que na verdade seria a “paralogia”.

O pensamento habermasiano, como diz Richard J. Bernstein, é marcado pela busca de uma “teoria da racionalização”, que não apenas tenta uma “elaboração de categorias e conceitos para o exame sistemático dos diferentes modos de racionalidade, mas uma explicação de como eles são concretamente incorporados na vida social e cultural”²⁵⁶. Segundo Bernstein, no entanto, isto implicaria no estudo da “patologia da modernidade” e da “realização deformada da razão na história”, que por sua vez levaria o autor a pensar sobre a existência de padrões de julgamento; ou seja, se nosso tempo pode prover uma justificativa racional para padrões normativos universais, ou ainda se estamos presos pelo relativismo que afirma que, em última instância, as normas são arbitrárias.

Em “Conhecimento e Interesses Humanos”, de 1968, Habermas analisa que a tradição positivista que tivera origem no século XIX, fora revista pelo positivismo lógico, agora estava sendo seriamente atacada. Analisando o positivismo em sua mais abrangente concepção, Habermas examinaria os diferentes grupos que contribuíram para o desenvolvimento da racionalidade, buscando uma “tentativa historicamente orientada de reconstruir uma pré-história do positivismo moderno, com a intenção sistemática de analisar as conexões entre o conhecimento e o interesse humano”²⁵⁷. Segundo Bernstein, “razão”, neste sentido, seria então aquilo que nos permitiria explicar cientificamente o mundo natural e até mesmo o social, ou seja, nos permitiria “discernir regularidades nomológicas, predizer e compreender as conseqüências empíricas de diferentes cursos de ação”. Por outro lado, para o mesmo autor, se aceitarmos esta caracterização de razão, “afirmamos um tipo de reflexão crítica onde, através de uma explanação e compreensão de processos sociais, podemos alcançar a emancipação de formas de dominação e repressão”.

Como comentamos, segundo Weber, o legado do projeto iluminista resultaria no triunfo da racionalidade instrumental (*zweckrationalität*), ou seja, um tipo de racionalidade que “afeta e infecta toda a extensão da vida cultural e social, envolvendo as estruturas econômicas, lei,

²⁵⁵ HABERMAS, 1982 *apud* RORTY, 1999, p. 222.

²⁵⁶ BERNSTEIN, 1991, p. 4.

²⁵⁷ HABERMAS, 1968 *apud* BERNSTEIN, 1991, p. 4.

administração burocrática, e até mesmo as artes”, sintetizada no conceito weberiano da “gaiola de ferro”. O triunfo desta racionalidade, ao mesmo tempo analisado e difundido por Lukács, Adorno e Horkheimer, nos permitiu a compreensão de que “a lógica escondida deste tipo de racionalização seria lógica do crescimento da dominação e repressão”, neste ponto de vista, “a dominação da natureza tornou-se a dominação dos seres humanos sobre seus iguais, e em último lugar o aprisionamento de si mesmo”.²⁵⁸ No entanto, seria frente a este quadro, e principalmente frente às *aporias* deixadas por Adorno e Horkheimer na Dialética, que Habermas buscaria justificar a possibilidade de uma teoria crítica da sociedade, através da reflexão sobre a questão da racionalidade e do processo de racionalização.

Habermas distingue três interesses cognitivos não-redutíveis: o técnico, o prático e da emancipação. Segundo Bernstein, estes constituem a base de três diferentes formas de conhecimento e disciplinas, cada qual com sua metodologia, objeto e objetivos. Conseqüentemente, “estes interesses cognitivos estão na base de uma das dimensões da existência social: trabalho, interação simbólica e poder”.²⁵⁹ Assim,

a abordagem das ciências empírico-analíticas incorpora o interesse cognitivo *técnico*; a das ciências histórico-hermenêuticas incorpora o *prático*; e a abordagem das ciências criticamente orientadas incorpora o interesse cognitivo da *emancipação*.

Para Bernstein, Habermas não estaria sugerindo que as ciências empírico-analíticas devam ser entendidas como disciplinas técnicas aplicadas, mas sim ele explicitara a “forma” de suas pesquisas, que requereriam o isolamento de objetos e eventos em variáveis dependentes e independentes, assim como a investigação de suas regularidades nomológicas. Neste sentido, seus procedimentos de verificação e falsificação, assim como por sua estrutura de teorias e hipóteses confirmáveis e refutáveis, seria o principal fator que as tornaria de aplicação técnica. Este seria o “tipo de conhecimento científico que os positivistas lógicos, os empiristas lógicos, e os filósofos da ciência na tradição analítica estariam primariamente interessados em analisar”²⁶⁰ que, para Habermas, seria apenas um tipo de conhecimento, não podendo ser tomado como cânone para outras formas de conhecimento.

Neste contexto, as disciplinas histórico-hermenêuticas seriam aquelas que incorporam o interesse prático para o alcance da compreensão, onde o acesso aos fatos e eventos, assim

²⁵⁸ BERNSTEIN, 1991, p. 6.

²⁵⁹ BERNSTEIN, 1991, p. 8.

²⁶⁰ BERNSTEIN, 1991, p. 9.

como a validade dos enunciados, é estabelecido pelo entendimento do significado: “as regras da hermenêutica determinam o significado possível da validade dos enunciados das ciências culturais”.²⁶¹ Neste dois casos, segundo Bernstein, Habermas estariam usando conscientemente a distinção de Aristóteles entre *techne* e *praxis*. A primeira se refere “ao tipo de ação propositiva existente no fazer ou fabricar (*poesis*), enquanto *praxis* - que Aristóteles associava a *lexis* (fala) - denomina forma distinta de interação humana existente na comunicação intersubjetiva”.²⁶²

Mesmo tendo se apropriado de *insights* provindos da hermenêutica, que permitiram a caracterização dos conceitos de entendimento, interpretação e interação simbólica comunicativa, Habermas a considerava uma forma de “positivismo”. Segundo Bernstein, o filósofo acredita que “os conceitos de sentido, entendimento e interpretação não podem fazer sentido se nós não avaliarmos racionalmente a validade das afirmações que são feitas pelos participantes destas formas de vida”. Neste sentido, precisamos estar aptos a determinar o que estes participantes consideram ser as razões para duas ações, mas, no entanto, isto requereria uma “atitude performativa” nossa, onde nós avaliamos o que “eles” consideram como boas razões para ação, segundo nossos padrões de racionalidade.²⁶³ Para Bernstein, Habermas percebeu que as ciências empírico-analíticas e os pensadores orientados pela hermenêutica valorizavam, implícita ou explicitamente, apenas uma forma de conhecimento como se fosse o único ou o mais fundamental tipo de conhecimento, portanto imbuídas de um “falso universalismo”.

Segundo Bernstein, uma ciência social crítica seria a síntese da dialética entre as ciências empírico-analíticas e das histórico-hermenêuticas. Mas esta síntese toma novos rumos quando consideramos o terceiro tipo de interesse cognitivo, o da “emancipação”. Neste sentido, o autor acredita que “se refletimos sobre o conhecimento e das disciplinas guiadas pelos interesses práticos e técnicos, percebemos que contêm uma demanda interna pela comunicação não-coerciva, aberta e livre”²⁶⁴. Neste sentido, poderíamos derivar o interesse da emancipação, do interesse prático e técnico, já que aquele “é básico no sentido em que o interesse da razão está em alcançar condições para seu desenvolvimento”. Segundo Bernstein, então, perceberíamos uma ciência social crítica que fosse ao mesmo tempo empírica e interpretativa teria como

²⁶¹ BERNSTEIN, 1991, p. 9.

²⁶² BERNSTEIN, 1991, p. 9.

²⁶³ BERNSTEIN, 1991, p. 10.

²⁶⁴ BERNSTEIN, 1991, p. 10.

objetivo a descoberta do conhecimento nomológico²⁶⁵. No entanto, esta ciência social crítica não poderia estar satisfeita com isto, já que “o aparato metodológico que determinaria o sentido de validade de proposições críticas desta categoria seria estabelecido pelo conceito de *auto-reflexão*”²⁶⁶, que poderia ser determinada apenas pelo interesse cognitivo de emancipação.

Neste sentido, Habermas então atacaria os positivistas e historicistas, afirmando que seria necessário uma ciência social crítica que retomasse a “esquecida” experiência da auto-reflexão emancipatória. Neste sentido, afirma Bernstein, que Habermas estaria se valendo de uma distinção central na filosofia ocidental, ou seja, a distinção socrática entre um tipo de auto-reflexão que pode nos libertar da tirania e da influência da *doxa*, ou seja, da “falsa opinião”. Assim, seria possível, apenas por e através do diálogo, atingir o auto-entendimento, uma vez que, “se o diálogo não é um ideal impotente e vazio, então a reconstrução e a transformação das instituições e práticas sociais, na qual a comunicação dialógica está envolvida, torna-se um imperativo prático”²⁶⁷. Aqui, seria necessário fazer uma distinção entre os conceitos de reflexão e auto-reflexão, onde

o primeiro conceito derivaria do sentido kantiano de auto-reflexão da razão sobre as condições de seu emprego. Este seria o centro do entendimento de Kant da *Crítica* - onde a razão pode auto-reflexivamente alcançar as condições necessárias e universais para possibilitar o conhecimento teórico, a razão prática, e o julgamento teleológico e estético. Mas o segundo conceito de auto-reflexão é aquele que objetiva libertar algo da dependência de poderes hipostasiados - “de formas de dependência ideológica congeladas que podem a princípio ser transformadas” (BERNSTEIN, 1991, p. 12).

Para Bernstein, o conceito de auto-reflexão é o que está presente no entendimento kantiano de “esclarecimento” (*aufklärung*), que haveria sido, no entanto, bastante transformado por Hegel e Marx. Neste sentido, mesmo que estes conceitos sejam distintos, eles seriam intimamente ligados, onde “a auto-reflexão emancipatória depende de uma reconstrução de condições universais da razão”²⁶⁸, usando uma analogia kantiana segundo a qual “apenas quando entendemos a natureza e os limites da razão teórica e prática, torna-se inteligível especificar o que torna possível adquirir autonomia e esclarecimento”²⁶⁹.

²⁶⁵ BERNSTEIN, 1991, p. 11.

²⁶⁶ HABERMAS, 1968 *apud* BERNSTEIN, 1991, p. 11.

²⁶⁷ BERNSTEIN, 1991, p. 12.

²⁶⁸ BERNSTEIN, 1991, p. 13.

²⁶⁹ BERNSTEIN, 1991, p. 14. No entanto, segundo avaliação de Bernstein, Habermas haveria cometido uma primeira falha nesta distinção crucial em “Conhecimento e interesses humanos”, indo de um pólo ao outro. Outro ponto avaliado por Bernstein na obra constituiria, em seu ponto de vista numa segunda falha de Habermas,

Conforme observa Richard J. Bernstein, por ser um filósofo de pensamento dialético, Habermas sempre buscou responder a seus críticos. Neste sentido, pode-se dizer que ele rejeitara o que se tornara indefensível, preservando que ainda lhe parecia válido e movera-se a partir das antigas formulações para novas fronteiras. Seria exatamente neste sentido que caminharia para a sua “teoria da ação comunicativa”. Habermas alega que o projeto da filosofia transcendental kantiana pode se encaixar no que ele chama de “ciências reconstitutivas”, que estudam “uma realidade social simbolicamente estruturada”. Usando a distinção de Gilbert Ryle entre saber-como (*know-how*) e saber-que (*know-that*), citada por Bernstein, cujo o objetivo seria prover um conhecimento teórico explícito, ou seja saber-que, do sabendo-como pré-teórico implícito, onde o principal ponto metodológico é que estas seriam “empíricas”²⁷⁰. O avanço das ciências reconstitutivas seriam no sentido de explicitar as competências universais da espécie. Neste sentido, a “teoria da ação comunicativa” e da racionalidade seria uma ciência reconstitutiva. No entanto, esta teoria teria por objetivo isolar, identificar, e clarear as condições para a comunicação humana. Esta teoria de habermasiana chamada de “pragmática universal”, nos permitiria “especificar as contribuições e limitações das ciências reconstitutivas que têm domínios mais restritos”. Neste sentido, “todas as competências simbólicas humanas pressupõem a competência de comunicação universal da espécie”.²⁷¹ Para Bernstein,

a ciência reconstitutiva da pragmática universal nos permite compreender a fundação ou a base da crítica emancipatória (o segundo conceito de auto-reflexão). Ela mostra que a crítica emancipatória não se baseia em normas arbitrárias que nós “escolhemos”; mas sim é baseada nas estruturas das competências comunicativas intersubjetivas”.

especialmente quando este classifica os interesses do conhecimento de “quase-transcendentais”, assim identificando um problema mas não oferecendo uma solução. Para Bernstein, “eles são básicos e inevitáveis, ligados ao que somos enquanto seres humanos”, e assim, por conseguinte, “eles se aproximam ao *status* epistemológico das assertivas transcendentais”. Habermas sempre foi defensor da idéia de que seria possível a identificação de estruturas básicas, regras e categorias enquanto pressupostos da razão e da ação comunicativa, de uma forma científica, e não por meio da filosofia transcendental. Ainda neste sentido, uma terceira falha de Habermas estaria relacionado ao que ele chama de “virada lingüística”, ou seja, “uma mudança de direção exigida não por nossas modas contemporâneas, mas necessária para justificar as suas intuições fundamentais”.²⁶⁹ Na obra “Conhecimento e interesses humanos”, Habermas haveria se orientado por uma abordagem epistemológica dependente da “filosofia da consciência” ou “filosofia do sujeito”, que tem suas bases no pensamento cartesiano, o que o impediria posteriormente de alcançar a “característica intrínseca e dialógica da ação comunicativa”. Desta forma, a compreensão da existência dos sujeitos ainda relevaria o problema de como estes se inter-relacionam, possibilitando sim a compreensão da existência de uma tensão não-resolvida ente a filosofia do sujeito e a necessidade da manutenção da “integridade da intersubjetividade da ação comunicativa que sempre envolve uma genuína *pluralidade* de atores”.

²⁷⁰ Citado por BERNSTEIN, 1991, p. 16. No original: *The aim is to provide explicit theoretical knowledge (“know-that”) of implicit pre-theoretical “knowing-how”*.

²⁷¹ BERNSTEIN, 1991, p. 16.

Neste sentido, a “virada lingüística” de Habermas se justificaria em seu trabalho intenso, já que a crítica emancipatória requer o esclarecimento e justificação de suas bases normativas, escapando da arbitrariedade e da relatividade. Pode-se dizer que Habermas abandonara as principais teses contidas na obra “Conhecimento e interesses humanos”, no entanto seria importante ressaltar, juntamente com Bernstein, que as distinções entre, de um lado o interesse técnico, e de outro os interesses prático e emancipatório, baseados na distinção entre a categoria ação comunicativa (simbólica) e ação racional-propositiva.

Um outro ponto a ser ressaltado na “teoria da ação comunicativa” habermasiana, seria o fato de que esta tem como base, não a filosofia da consciência, mas sim a teoria dos atos da fala, modificada por Habermas. Neste sentido, pode-se dizer primeiramente que a razão, talvez primária da “virada lingüística”, estaria no fato de que a ação comunicativa não se depara com a perspectiva “nomológica” da filosofia do sujeito, mas sim, a ação comunicativa é intrinsecamente “dialógica”. Neste sentido, “o ponto de partida para uma análise da pragmática da fala é a situação do falante e do ouvinte, que estão orientados para o entendimento mútuo recíproco”, e ainda “um falante e um ouvinte que têm a capacidade de tomar uma atitude mental racionalizada afirmativa ou negativa quando a validade de um enunciado é posta em questão”.²⁷²

A ação comunicativa na teoria de Habermas seria então um tipo de interação social orientada para o *entendimento mútuo*, que deve ser distinguida de outros tipos de ação social ou não, orientados para o alcance eficiente de “fins” determinados. No entanto, como percebemos, o “objetivo de chegar a um entendimento (*verständigung*) é alcançar um acordo (*einverständnis*) que culmina no entendimento recíproco mutuamente intersubjetivo, conhecimento compartilhado, confiança mútua, e acordo com outros”²⁷³. Neste sentido, este acordo se basearia no reconhecimento das exigências de compreensibilidade, verdade, credibilidade e na exatidão, que ocorreria sempre sobre um fundo de consenso. No entanto, este consenso pode ser sempre desafiado por algum dos participantes no contexto da comunicação.

Para Habermas, qualquer indivíduo agindo num contexto comunicativo *deve*, no momento do ato da fala, construir exigências de validade universal, supondo que estes também possam ser comprovados ou refutados. Para Bernstein, as categorias de compreensibilidade, verdade, credibilidade e na exatidão nem sempre aparecem separadamente, no entanto estas estariam

²⁷² BERNSTEIN, 1991, p. 18.

²⁷³ BERNSTEIN, 1991, p. 18.

sempre implícitas no ato da fala. Para o autor, resolvemos a maioria das situações de conflito ou desacordo por uma série de estratégias e técnicas, mas, segundo o mesmo, para resolvermos situações de colapso na comunicação seria necessário que nos movêssemos para o nível do *discurso* e argumentação, onde explicitamente buscamos garantir as exigências universais do que está em questão, prevalecendo unicamente neste discurso a *força do melhor argumento*.

Segundo Bernstein, o que Habermas estaria reconhecendo seria exatamente o ponto que tem sido discutido como o “âmago” do discurso científico. Hoje mais claramente percebemos que tem-se buscado resolver as próprias incompatibilidades dos trabalhos científicos segundo forma não-coercivas ou não-manipulativas de argumentação. Habermas, citado por Bernstein, interpretaria em recente trabalho sobre a filosofia da ciência, que “ele não crê que ela significativamente supera este ideal”, mas sim “nos ensina que não existem algoritmos para resolver os problemas científicos”, e mesmo o que constitui o “melhor argumento” está sujeito à disputa racional²⁷⁴. Neste sentido, Habermas estaria, defendendo uma *tese fortemente cognitivista*, ou seja, defende principalmente a idéia de que a argumentação não-coerciva ou não-distorcida é *construída* na interação comunicativa.

Ainda para Bernstein, a teoria da ação comunicativa estaria radicalmente incompleta se não explicitássemos “como os diferentes tipos de ação e racionalidade estão embebidos nas práticas e instituições sociais históricas”.²⁷⁵ Isto seria exatamente o que Habermas distinguiria como “processo de racionalização”, expressão esta que, segundo Bernstein, na tradução inglesa carregaria uma “carga” de influências e do legado dos “hermeneutas da suspeita”. No entanto, Habermas entenderia como racionalização o processo de “aumento” da racionalidade de uma forma de ação social.

Habermas distinguiria, primeiramente, as ações racionais-propositivas, as quais estariam ligadas “à eficiências empíricas dos resultados técnicos e à consistência da escolha entre resultados convenientes”, onde a racionalidade estaria ligadas a estes dois aspectos. Ainda neste sentido, “a racionalidade das decisões requerem a explicação e a consistência interna dos sistemas de valor e das máximas de decisão, assim como da correta derivação dos atos de escolha”.²⁷⁶ Segundo Bernstein, “no século XX, com o avanço das ciências empírico-analíticas e o

²⁷⁴ BERNSTEIN, 1991, p. 19.

²⁷⁵ BERNSTEIN, 1991, p. 20.

²⁷⁶ HABERMAS, 1979 *apud* BERNSTEIN, 1991, p. 20.

desenvolvimento explosivo das teorias dos jogos e das decisões, possibilitou o entendimento desta forma de racionalização²⁷⁷. Já a racionalidade na ação comunicativa seria, para Habermas, “a extinção das relações de força que despercebidamente está presente nas estruturas de comunicação e impedem a resolução consciente de conflitos, e a regulação consciente dos conflitos pela comunicação inter-pessoal²⁷⁸”.

A teoria da ação comunicativa, segundo Bernstein, representaria um dos maiores ganhos da argumentação habermasiana sobre a demonstração de sua relação intrínseca com uma teoria sociológica adequada que poderia explicar a dinâmica dos processos sociais. Para este autor, o debate contemporâneo sobre a “racionalidade” tem levado os teóricos a desenvolver uma teoria sociológica onde seja possível discriminar as diferentes formas do processo de racionalização, sob a constatação da impossibilidade de se escapar desta questão. Neste sentido é que Habermas utilizaria a distinção entre os conceitos de “sistema” e “mundo-da-vida”, que têm predominado nas orientações tomadas pelas teorias sociológicas. Neste sentido, pode-se constatar que haveriam vários teóricos que tenderiam a estudar a sociedade segundo “sistemas complexos”, no entanto, para Bernstein “as formas extremas de abordagem desta teoria de sistemas diminuiria o significado do papel dos diferentes atores sociais²⁷⁹. No pólo oposto, estariam as teorias que dão primazia à ao papel criativo dos atores sociais, ou seja, na forma como eles negociam, constroem e reconstroem os significados sociais de seu mundo. Esta última abordagem, na sua forma extrema, “o defensores desta orientação afirmam que os conceitos de sistema e estrutura são ficções demonstradas²⁸⁰”.

Habermas elaboraria exatamente uma síntese destas orientações contraditórias. Para tanto o tanto buscar as garantia da integridade do sistema “mundo-da-vida” e do sistema social, mostrando também a seu inter-relacionamento. Neste sentido, “não podemos compreender as características do mundo-da-vida sem os sistemas sociais que o modelam”, assim como “não podemos compreender os sistemas sociais senão como resultado das ações dos agentes sociais²⁸¹. Desta forma, na síntese habermasiana, os sistemas sociais e do mundo-da-vida seriam integrados mediante as distinções das diferentes formas de racionalidade, onde “a racionalidade sistêmica é um tipo de racionalidade racional-propositiva, a racionalidade do

²⁷⁷ BERNSTEIN, 1991, p. 21.

²⁷⁸ HABERMAS, 1979 *apud* BERNSTEIN, 1991, p. 21.

²⁷⁹ BERNSTEIN, 1991, p. 22.

²⁸⁰ BERNSTEIN, 1991, p. 22.

²⁸¹ BERNSTEIN, 1991, p. 22.

mundo-da-vida é racionalidade comunicativa”²⁸². Para Bernstein, as condições atuais da sociedade permitiram a Habermas uma nova formulação do que Wellmer chamaria de paradoxo da racionalização, onde

o *paradoxo* da racionalização [é] que a racionalização do mundo-da-vida [é] uma *precondição* e o *começo* do processo de racionalização sistemática e diferenciação, que então [se torna] mais e mais autônoma vis-à-vis as amarras normativas envolvem o mundo-da-vida, até que no fim os imperativos sistemáticos começam a instrumentalizar o mundo-da-vida e ameaçam destruí-lo” (WELLMER, 1991, p. 56).

Habermas redefiniria esse paradoxo sob o ponto de vista em que nos hoje estamos ameaçados pela “colonização do mundo da vida” pelos processos de racionalização sistêmicos. Para Habermas, o “paradoxo” da racionalização não seria um paradoxo, pois não haveria a necessidade lógica ou conceitual de que os imperativos sistêmicos destruíssem o mundo-da-vida; o que estaria acontecendo na sociedade contemporânea seria um *processo seletivo* de racionalização onde a racionalização racional-propositiva prevaleceria e deformaria o mundo-da-vida, explicitado por Adorno e Horkheimer em sua “Dialética do esclarecimento”²⁸³. Para Bernstein, isto seria uma das grandes contribuições de Habermas, pois, utilizando o conceito de “seletividade” o filósofo abre a perspectiva para a existência de possibilidades alternativas. Assim, apenas quando pensamos nas distintas formas de ação e racionalidade torna-se possível entender e justificar a afirmação de que os processos de racionalização podem ter se apresentar em diversas formas históricas. Isto é que, em última instância, permitira Habermas a diagnosticar as “patologias da modernidade”.

Esta perspectiva teórico-comunicativa, segundo Bernstein, nos permitira abordagens de novos movimentos sociais como os ecológicos, femininos, anti-nucleares, (e porque não dizer, culturais!) já que estes poderiam ser vistos como “reações defensivas de preservação da integridade das estruturas comunicativas do mundo-da-vida contra os impactos e distorções impostas pelos processos de racionalização sistêmica”²⁸⁴. Para ele, Weber estava certo em afirmar a diferenciação em as três esferas culturais, ou seja, a das ciências, a da moral e a da arte. Esta diferenciação das esferas culturais resultariam inevitavelmente, para Habermas, em alienação e reificação. Para o filósofo, a diferenciação das esferas seria um avanço da modernidade, no entanto podemos aceitar esta diferenciação assim como também buscar novos modos de integração e harmonização de nossas vidas. Neste sentido, “podemos ainda buscar a

²⁸² BERNSTEIN, 1991, p. 22.

²⁸³ WELLMER, 1991, p. 56.

²⁸⁴ BERNSTEIN, 1991, p. 24.

restauração de um balanço apropriado entre as demandas legítimas dos sistemas sociais e do mundo-da-vida”, ou seja, o projeto de alcance da racionalização comunicativa do mundo-da-vida seria ainda uma possibilidade²⁸⁵.

Neste processo argumentativo proposto por Habermas, nos aparece claro que a idéia de tipologias de valores poderiam permitir a explicitação e articulação dos interesses dos atores envolvidos num processo decisório, segundo ainda uma linguagem comum na qual estes poderiam expressar e discutir. Como vimos, numa situação de conflito sem perspectiva de consenso, essas *orientações valorativas* necessitariam de um equilíbrio a ser alcançado mediante a formação de compromissos, onde as negociações pressuporiam a disponibilidade de cooperação, ou seja, a disposição de, respeitando as regras do jogo, chegar a resultados que possam ser aceitos por todas as partes, ainda que por razões distintas.

Assim, percebe-se que seria necessário contar com a *intersubjetividade* dos processos de entendimento. Neste sentido, nos parece que a perspectiva intersubjetiva habermasiana nos permitiria considerar a questão sobre como conservar o que é relevante para a sociedade, num dado momento e envolvendo determinados grupos, compreendendo como as diferentes posições podem negociadas, considerando a relação entre os valores e os diferentes aspectos do patrimônio, assim como estas podem contribuir para que o processo de construção da significância cultural do patrimônio possa ser acrescido (*enhanced*), garantindo também a manutenção de uma perspectiva crítica na conservação dos bens culturais.

²⁸⁵ BERNSTEIN, 1991, p. 24.

CAPÍTULO 3.

VALORES DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO IAPI EM BELO HORIZONTE / MG

Como vimos, hoje se percebe que a conservação é uma atividade guiada por vários indivíduos ou grupos de interesses. As decisões a serem tomadas nesta atividade são amplamente definidas pelos contextos culturais e outras tendências sociais e políticas, que também mudam com o tempo. Pode-se dizer então que o processo de conservação constantemente recria o patrimônio cultural, através do acúmulo de marcas das gerações passadas. Assim, no sentido de compreender esta atividade em um *contexto social* mais amplo, como parte da ampla *esfera cultural* e como um fenômeno do *discurso público*, gostaríamos de explorar neste capítulo um estudo de caso. Passamos, então, à análise da conservação do patrimônio em Belo Horizonte e do processo tombamento do conjunto IAPI, ocorrido em 2007. Nosso estudo de caso pretende discutir também a valoração dos bens culturais e suas metodologias, assim como os contextos de construção e gestão do patrimônio, considerando a existência de diferentes valores culturais atribuídos ao conjunto.

3.1 As políticas de conservação em Belo Horizonte: uma trajetória

Como aponta Leonardo Barci Castriota, para o antropólogo Claude Lévi-Strauss as cidades das Américas não “jamais incitariam a um passeio fora do tempo”, nem conheceriam aquela “vida sem idade que caracteriza[ria] as mais belas cidades que chegaram a ser objeto de contemplação e de reflexão, e não só instrumentos da função urbana”¹. Neste sentido, as cidades apareceriam como uma feira, construída só para durarem alguns meses. Espaços tomados pela lógica da destruição modernizadora, resquício de um projeto de modernidade, pautado pelos ideais iluministas, hoje desacreditado. Seria, então, frente a este “mito do novo”

¹ LÉVI-STRAUSS, 1970 *apud* CASTRIOTA, 1998

apontada por Roberto Segre, imbuído do “fazer realidade a distante utopia”, um lugar onde “as expectativas e as esperanças conta[ria]m mais que as reminiscências”². Seria neste contexto que nasceria Belo Horizonte, “como o sonho de uma ordem, que, como nos lembra Angel Rama, vai encontrar nas terras do Novo Continente o único lugar propício para encarnar”, passando do sonho de “remodelação de Tenochtitlan, após sua destruição por Cortés, em 1521, até a inauguração de Brasília”³, este “o mais fabuloso sonho de urbe de que foram capazes os americanos”⁴. Neste sentido, o fato de dizermos que Belo Horizonte nascera moderna (e infiel a si mesma), implicaria em escrever uma história das sucessivas modernidades que marcaram seu território.

Neste sentido, a constituição das camadas que vão constituir este enorme palimpsesto, segundo Castriota, metáfora com a qual pode-se caracterizar o processo de escrita da história urbana de Belo Horizonte, vai se dar por fases distintas. Num primeiro momento vai se destacar a consolidação da “imagem de sonho” benjaminianas, na cidade oitocentista dominada pelo ecletismo⁵. Nesses novos tempos em que novas questões seriam colocadas aos arquitetos e construtores da cidade, novas exigências sociais e culturais, vão predominar concepções arquitetônicas puramente estéticas, encerrando um trabalho estilístico das fachadas das novas edificações, “numa cisão neurótica entre os reclamos funcionais dos novos tempos [...] e o trabalho estilístico propriamente dito”. Neste contexto, o ecletismo poderia ser lido, segundo Castriota, “como parte do processo de desvelamento, na media em que completa e leva a seu termo a dessacralização da tradição, em curso no Ocidente desde a entrada em cena da razão crítica moderna”. Neste processo de apropriação da história a tendência à dessacralização tornar-se-ia claramente perceptível. Para Castriota, fazendo alusão à John Summerson, “neste prisma neoclássico, o primeiro estilo a tratar a arquitetura ‘à luz da razão e da arqueologia’, seria uma espécie de umbral da atitude moderna”, ou seja, uma atitude onde “tudo aquilo que, até então, fora aceito sem discussão passa a ser submetido ao crivo rigoroso da análise racional”⁶. A apropriação objetiva do passado neste processo de construção de uma historiografia racional, “culminaria, nos fins do século XIX, com o ecletismo, onde todos os estilos estavam disponíveis

² SEGRE, 1991 apud CASTRIOTA, 1998.

³ CASTRIOTA, 1998, p. 20..

⁴ RAMA, 1985 apud CASTRIOTA, 1998.

⁵ CASTRIOTA, 1998, p. 22.

⁶ CASTRIOTA, 1998, p. 23. Ver SUMMERSON, John. A linguagem clássica da Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

e, igualmente bons e belos, podiam ser intercambiavelmente usados⁷. Neste período de constituição da cidade republicana, o recurso ao vocabulário clássico seria um contraponto à arquitetura das velhas cidades mineiras. Neste contexto, seria necessário podemos perceber a inserção da construção da capital mineira num contexto cultural mais amplo de atuação da elite brasileira no período posterior à Proclamação da República. Segundo Celina Borges Lemos,

após a Proclamação da República, em 1889, o espírito da regeneração urbana integrava o clima ideológico dos dirigentes políticos e dos grupos economicamente privilegiados. Uma nova concepção de cidade, aliada a ações de recuperação e planificação, inspirada nos espaços urbanos industrializados da Europa e dos Estados Unidos, começou a surgir no país, simbolizando a necessidade de modernização. A redefinição do quadro econômico e a constituição de uma nova sociedade urbana, aliadas às notícias de inovação e modernização europeias, criaram uma mentalidade social peculiar no país. A idéia de progresso e industrialização e vida moderna tornou-se uma obsessão para a burguesia em constituição (LEMOS, 1998, p. 80).

Nesse quadro, vão aparecer as críticas às antigas capitais como Ouro Preto e Goiás Velho, ao lado da situação das tradicionais capitais, que “evidenciavam, do ponto de vista dos republicanos, uma inadequação e uma impossibilidade de simbolizarem o progresso próprio da modernidade”. Neste sentido, demandava-se ao poder estatal a adequação das antigas capitais ou até mesmo a construção das novas, “compatíveis com os valores ideológicos e econômicos da era republicana”⁸. Seria também, neste sentido, que o Rio de Janeiro sofreria as primeiras intervenções urbanísticas, para a criação de uma imagem de cidade que representasse “os valores e o *modus vivendi* cosmopolita e moderno das elites econômica e política nacionais”⁹.

Esta nova cidade, criada com o objetivo de propiciar o desenvolvimento de um “novo gosto estético e moral”¹⁰, vai se configurar, em torno de seus principais prédios, “dispostos de forma estratégica na malha urbana”, a qual viria a ser reforçada pelo repertório estilístico de uma cultura eclética, influenciada pela *École des Beaux-Arts*. A paisagem urbana aí constituída vai incluir, exemplo, o edifício do Palácio do Congresso, a Estação de Bondes, o Grande Hotel, o Parque municipal, o Mercado Municipal, o prédio dos Correios e Telégrafos, o Teatro Municipal e

⁷ CASTRIOTA, 1998, p. 24.

⁸ LEMOS, 1998, p. 80. Ver também o ensaio “The Modernization of Brazilian Urban Space as a Political Symbol of the Republic”, publicado no *The Journal of Decorative and Propaganda Arts*, Vol. 21, Brazil Theme Issue (1995), pelas autoras Celina Borges Lemos and Elizabeth A. Jackson.

⁹ ABREU, 1987 apud LEMOS, 1998, p. 81.

¹⁰ LEMOS, 1998, p. 87.

a Igreja São José, segundo Pedro Nava em Beira Mar, teria suas torres destacadas no céu de Belo Horizonte.

Esta transformação na imagem da cidade vai perdurar também nos períodos posteriores de sua história, como, por exemplo, vai se destacar na sua arquitetura dos anos 1930. Constituindo uma etapa “ignorada pela historiografia dominante da arquitetura brasileira”, esta etapa da história da capital vai ser construída pelo aparecimento de uma “outra modernidade”, tornando-se um contraponto ao “paradigma de qualidade e significação” constituído pelas “obras derivadas da visita de Le Corbusier ao Brasil”. Neste sentido, vai se sobrepor à imagem anterior da cidade uma nova, em “estilo moderno”, retratado por suas “linhas cruas e secas, cimento armado e ferro, ousadia de varandas sem apoio, em balanço de concreto, terraços em vez de telhados”¹¹. Nesse contexto, “se ainda não se aceitava de todo a crítica radical das vanguardas à tradição, e suas formulações plásticas ascéticas, o período do entre-guerras também não mais sentia ligado ao seu passado ou às linguagem clássica, logrando o *art-déco*”¹². Nesta nova arquitetura vão se combinar também elementos modernos e antigos, onde muitas vezes se fez uso de “ornamentação geométrica”, em linhas modernas, e a manutenção de “esquemas compositivos tradicionais”. Como se sabe, seria a partir da década de 1930 que o Brasil de Getúlio Vargas daria início a um processo intenso de industrialização, tornando-se cada vez mais um país urbano e industrial. Neste contexto, a cidade vai crescer em todas as direções, levando “às primeiras tentativas de um novo 'planejamento racional' para a capital, que já transgredira profundamente o plano de Aarão Reis”. Neste sentido,

a modernização atinge a própria administração pública, com o início de um planejamento social e econômico no Brasil, com a instituição, por parte das várias esferas governamentais, de uma série de órgãos e planos setoriais. Esse processo parece encontrar correspondência no desenvolvimento da própria técnica no período: com a construção do Cine Brasil, em 1932, a cidade supera o 'ciclo do tijolo', entrando no 'ciclo do concreto armado', que marcaria de forma profunda a nova arquitetura brasileira, que também começava a despontar (CASTRIOTA, 1998, p. 26).

No entanto, acompanhando o processo de modernização e desenvolvimento urbano, vai marcar os anos 1940, o aparecimento de grandes obras modernas. Seria este o caso da Pampulha, projetada por Oscar Niemeyer, onde “a ausência de laços, a ruptura com a tradição que ali

¹¹ CASTRIOTA, 1998, p. 25.

¹² CASTRIOTA, 1998, p. 25.

parecem se manifestar marcam também aquela consciência radicalizada da modernidade própria das vanguardas artísticas do início do século”. Neste sentido, a estética modernista vai ser caracterizada “por atitudes centradas numa concepção diferente de tempo”¹³, voltadas para o futuro e não mais para o passado como fonte de normatividade. Aquela vanguarda vai ser, então, caracterizada pela “reformulação sempre iniciada a partir do zero de valores individuais e coletivos, de objetivos comuns a uma civilização”. Segundo Castriota, seria, então, característicos desta fase a “autonegação de identidades culturais objetivas e fixas, tornadas opacas”, marcada por atos de constante ruptura e superação. Seria neste período, no entanto, que a “modernidade *déco*” vai dominar a cena belorizontina, trabalhando soluções modernas com esquemas tradicionais, que se tornaria hegemônica nos anos 1950. Nesse contexto, esta teria representado “uma mudança de paradigma que alcançou todas as classes sociais, conferindo-lhes novas aspirações no morar e no convívio social e imprimindo-lhes o desejo de serem modernas para serem atuais”¹⁴. Esse mesmo contexto vai ser marcado pela construção do conjunto arquitetônico da Pampulha, marco do movimento moderno. A assimilação desta nova arquitetura moderna não seria rápida e fácil; mesmo sendo esta uma alternativa às correntes racionalista e organicista que se enfrentavam no Pós-guerra. No entanto, se a modernidade anunciada pela Pampulha significara a ruptura com o classicismo, que ainda permanecia no *art-déco*, “ela não vai se caracterizar por uma atitude de ruptura convulsiva com a tradição, típica das vanguardas do início do século”¹⁵. Neste sentido, destacando-se aí, por exemplo, a atuação do arquiteto mineiro Sylvio de Vasconcellos, “primeiro teórico da arquitetura mineira” e conhecedor de um passado mineiro, inclusive relido em suas obras,

o gesto futurista parece estar ausente de suas proposições, predominando entre eles um discurso de apelo à 'lição do passado' – não aquele imediato, da linguagem clássica relida pelo ecletismo, mas aquele da arquitetura colonial e barroca do século XVIII, onde identificavam formulações apropriadas e significativas para um projeto nacional. Nota-se um claro viés pragmático nessa retomada: afinal, naquele período haveria uma série de lições a serem aprendidas pelos arquitetos modernos, numa espécie de correspondência entre esse arquitetura autêntica-colonial e a arquitetura autêntica-moderna” (CASTRIOTA, 1998, p. 29).

Nos fins dos anos 1950 e no período de 1960 a 1970, a cidade de Belo Horizonte vai ser marcada pelo “milagre brasileiro”, ficando a arquitetura sob os auspícios dos imperativos

¹³ CASTRIOTA, 1998, p. 28.

¹⁴ CASTRIOTA, 1998, p. 29.

¹⁵ CASTRIOTA, 1998, p. 29.

“interesses econômicos e da retórica eloqüente dos elementos construtivos como os brises, as vigas, lajes e pilares, obedecendo à ‘morte do ornamento’ que o *international style* balizou numa leitura pobre da revolução preconizada por Le Corbusier”¹⁶. Este período haveria sido prenunciado pelo ideal estético pouco ético, onde prevalecera o edifício com volumetria de “caixa única”, cujas massas se limitavam à saliências e arestas. Diferente seria o período dos anos 1980 e 1990, marcado por uma produção arquitetônica não dogmática, possibilitada pelo pluralismo estilístico. Neste momento, “a dimensão cívica, o caráter de *res publica* - esquecidos por tanto tempo - começam a ser resgatados, concomitantemente a um tratamento mais cuidadoso dispensado à cidade pelas administrações municipais que, novamente, são eleitas por voto direto”¹⁷.

No entanto, a cidade moderna, ideal, que simbolizara, por influência do positivismo no Brasil, a República em formação, não poderia “realizar-se, na prática, tal e qual fora projetada: o desenvolvimento de Belo Horizonte dependeria, na verdade, muito mais de outras forças, que não aquelas representadas por um poder central esclarecido”¹⁸. Neste sentido, a cidade do final do século XX vai ser uma cidade bastante diferente da imaginada por seus idealizadores. Segundo Castriota, o desenvolvimento desta cidade vai exemplificar de forma clara o processo de urbanização excludente característico do país. Segundo Ermínia Maricato, a cidade tornar-se-ia um “pólo moderno ao mesmo tempo em que é objeto e sujeito de reprodução ou criação de novas formas arcaicas em seu interior, como contrapartidas de uma mesma dinâmica”¹⁹. A cidade regulada engendraria em si a cidade arcaica, cujo desenvolvimento e história daria forma a um “patrimônio sociocultural usualmente ignorado pelas histórias da arquitetura”²⁰, portador de “um conjunto de usos e costumes, seja em termos tecnológicos, de processos construtivos e uso de materiais, seja em termos da organização dos espaços propriamente ditos”²¹. Esta “arquitetura silenciosa”, “dos espaços públicos, da urbanização de favelas, resultante de processos de autogestão, da legislação urbanística e ambiental, da preservação do patrimônio cultural”²², até então ausente dos estudos teóricos e empíricos do campo da arquitetura e do urbanismo.

¹⁶ BRANDÃO, 1998, p. 239.

¹⁷ CASTRIOTA., 1998, p. 31.

¹⁸ CASTRIOTA., 1998, p. 31.

¹⁹ MARICATO, 1996 apud CASTRIOTA, 1998, p. 33.

²⁰ CASTRIOTA., 1998, p. 33.

²¹ COSTA & BAPTISTA, 1998, p. 263.

²² COSTA & BAPTISTA, 1998.

Seria, então, neste contexto, que este símbolo da modernização da sociedade brasileira, a qual representando um ideário “modernizante” do final do século XIX, encerraria também, em si, um processo de renovação interna²³. Segundo Castriota, nada seria mais “natural” que desde os primeiros anos de sua história, a cidade incorporasse a lógica própria da modernidade, provocando a sua rápida obsolescência, onde, num processo de constante transformação, o velho haveria de desaparecer²⁴. No entanto, este processo de renovação seria dado através da ação de diferentes grupos, como interesses conflitantes e poder de ação diferenciados, os quais imprimiriam a marca no plano urbanístico projetado por Aarão Reis e levado à construção em 1897. Seria importante anotar que este processo de disputa política no espaço urbano, sob a dialética da conservação e renovação²⁵, levaria ao desmantelamento parcial de referências culturais, e à reconstrução contínua da malha urbana, chegando ao ponto de, hoje, após apenas cem anos, ser possível a delimitação de áreas que passaram por até quatro processos de renovação²⁶. Num outro sentido, a renovação constante de sua malha urbana e a ausência de uma política de conservação dar-se-ia também em função das articulações políticas existentes. Segundo Castriota, a cidade, havendo sido construída para sediar o governo do estado de Minas Gerais, assistiria à sobreposição do poder público municipal pelo estadual, que monopolizava as intervenções sobre a malha urbana. Naquele contexto, a onda de intervenções ocorridas na década de 1920 se intensificaria nos próximos anos, incluindo os processos de verticalização e demolição para o provimento de áreas de estacionamento, além da ocupação de áreas de parques e jardins existentes. Anos mais tarde, a cidade assistiria à mobilização popular contra a desfiguração da Serra do Curral pelas mineradoras, em andamento desde 1956. Em 1961 o IPHAN efetuaria o tombamento de seus picos. No entanto, em 1970 seria desencadeada a campanha “Olhe Bem as Montanhas”, frente às novas ameaças de desfiguração²⁷.

Neste contexto de desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte, nota-se também que as

²³ Ver ainda neste sentido a análise de PENNA, Alicia Duarte. *O espaço infiel: quando o giro da economia capitalista impõe-se a cidade*. 2v. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1997. (Dissertação de mestrado). Alguns resultados da pesquisa desta autora também podem ser encontrados em PENNA, Alicia Duarte. Belo Horizonte: um espaço infiel. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 18, set, 1997, p. 101-121.

²⁴ CASTRIOTA, 1993.

²⁵ Renovação urbana, aqui, significa o processo de demolição das estruturas morfo-tipológicas existentes em uma determinada área urbana, e sua conseqüente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações e usos.

²⁶ CASTRIOTA, 1993.

²⁷ CUNHA, 1997. Ver também ainda sobre os processo de transformação no espaço urbano de Belo Horizonte em PENNA, 1997.

políticas de conservação vão surgir tardiamente, e já num contexto sempre muito marcado pela atuação de atores com diferentes interesses. Assim, foi o caso da mobilização a favor da conservação da Igreja São José, localizada na área central da cidade que no ano de 1976, encontrava-se ameaçada pela ação da própria Igreja, que faria a derrubada de árvores e de parte do jardim de seu entorno para a construção de um conjunto de lojas. Esta mobilização não conseguiu impedir a descaracterização – lamentada por Carlos Drummond de Andrade no poema “Triste Horizonte” – mas acabaria por ter como resultado, algum tempo depois, o tombamento do imóvel e do que restou do seu entorno pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG). Ainda neste período, o estabelecimento da política de conservação seria fortemente marcada pela participação de entidades como o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG) que, no final dos anos 1970, dava início ao processo de discussão da reabilitação da Praça da Estação que, em 1981, teria seu perímetro de proteção incorporado à Lei de Uso e Ocupação do Solo 1986 (LUOS)²⁸.

Já na década seguinte, outro fato que mobilizaria a sociedade contra as ações de demolição de bens culturais seria a demolição do Cine Metrópole, em 1983. Primeiramente, ganhando traços *art déco*, em 1942, a edificação viera substituir o antigo Teatro Municipal, de estilo eclético, inaugurado em 1908. A decisão final coubera ao governador Tancredo Neves, o Cine Metrópole seria demolido e daria lugar a um moderno edifício. A demolição do Cine Metrópole, que havia sido tombado pelo IEPHA, termina sendo o fato catalisador para a criação de uma política de conservação de bens culturais no município de Belo Horizonte, a partir da mobilização intensa de 45 entidades civis, que assinariam a Carta - Manifesto de Belo Horizonte, dentre as quais a Associação Mineira de Imprensa, a Associação Mineira de Defesa do meio Ambiente e o Diretório Central dos Estudantes, sob a liderança mais uma vez do IAB-MG²⁹. Segundo Andrade, este caso revelaria aspectos decisivos para a implementação de uma política de conservação no município, mostrando a disputa e atuação dos diferentes setores da sociedade civil em Belo Horizonte. Segundo a autora, o caso poria em questão a concepção do patrimônio até então vigente, enquanto constituído por bens que simbolizassem a homogeneidade e identidade

²⁸ Ver detalhes sobre o caso da Praça da Estação em MIRANDA, André de Sousa; CASTRIOTA, Leonardo Barci; Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação. 2007. Dissertação de mestrado.

²⁹ Ver CASTRIOTA, 1993. Dez anos mais tarde seria criada a Agenda Metrópole, uma organização não governamental que, juntamente com o IAB, exigiria (e conseguiria) o tombamento de uso do Cine Brasil, pelo Conselho Deliberativo.

cultural de uma nação (ou município). Neste caso, “a disputa em torno do Cine Metr pole iluminou exatamente aquilo que até então se encontrava velado, como o conflito de interesses que há no momento de elei o daquilo que deve ou não ser preservado”³⁰, revelando ainda uma espécie de “insulamento burocrático” havido no processo decisório, no que se refere ao tombamento, cancelamento do tombamento e conseqüente demoli o do objeto.

A partir dessa mobiliza o, criou-se a legisla o municipal pertinente   conserva o, através da Lei n . 3.802 de 06 de julho de 1984, que organiza a prote o do patrimônio cultural e cria o próprio Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do munic pio³¹. Segundo esta, os conjuntos de “bens móveis e imóveis existentes no seu território, cuja conserva o seja de interesse público, quer por sua vincula o a fatos memoráveis da história, quer por seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico, artístico ou documental”, constituiriam o patrimônio do município de Belo Horizonte³². Assim, segundo esta lei, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município seria composto pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo, que o presidiria; pelo Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que substituiria o presidente em suas faltas ou impedimento; por um representante do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Belo Horizonte; por um representante da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG; por dois representantes da Câmara Municipal; por um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; por um representante do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN; e finalmente, por um representante do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico- IEPHA³³.

O Conselho seria, na avalia o de Flávio Saliba Cunha, um importante instrumento na “promo o da descentraliza o administrativa, na amplia o da participa o popular, no processo decisório e na introdu o de maior eficácia na implementa o de políticas públicas”³⁴. Principalmente, num contexto em que se percebe que a conserva o do patrimônio cultural vai ganhando apenas lentamente a aten o do poder público e da sociedade civil, sendo

³⁰ ANDRADE, 2002, p.171.

³¹ No entanto, o Conselho chegaria a se reunir, mas são seria efetivamente implantado em 1990. Segundo Cunha, o desenvolvimento deste formato institucional seria decisivo na promo o da descentraliza o administrativa, democratiza o do processo decisório e na amplia o da eficiência do poder público municipal no delineamento da política de prote o e conserva o de bens culturais no município. Ver CUNHA, 1997.

³² BELO HORIZONTE, 1984, artigo 1 , capítulo I.

³³ BELO HORIZONTE, 1984, artigo no. 28, capítulo V.

³⁴ CUNHA, 1997; p.96.

considerada uma atividade socialmente pouco legitimada. Desta forma, a conservação do patrimônio em Belo Horizonte acompanharia as transformações ocorridas também no nível nacional, ganhando lentamente legitimidade social e espaço público. O regimento interno do CDPCM seria aprovado em 1986, através do Decreto nº. 5.531 de 17 de dezembro de 1986, apontando como suas competências: promover e preservar a herança cultural do Município; proteger, em nível municipal, pelo Instituto do Tombamento, monumentos, obras, documentos, bens e conjuntos de valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, documental e paisagístico, a que se refere o artigo 1º da Lei Municipal nº. 3802, de 06 de julho de 1984; estimular, visando à preservação do patrimônio cultural, a utilização combinada do tombamento com outros mecanismos, de ordem urbanística e tributária; estimular o planejamento urbano como meio de alcançar os objetivos da preservação do patrimônio cultural, pela inserção de tal preocupação entre as variáveis consideradas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte; sugerir ao Executivo Municipal, e dela participar, a formulação de uma política cultural para o Município; propor formas de incentivo e estímulo à conservação, por seus proprietários, de bens protegidos; dentre outros.

Segundo Cunha, até a década de 1990 esse se reuniria apenas esporadicamente, sendo que todos seus nove membros seriam indicados pelo Prefeito, chegando a se reunir apenas algumas vezes em 1986. De acordo com a pesquisa realizada por Cunha, reunindo-se com grandes dificuldades, o Conselho não chegara a tomar decisões relevantes visando o cumprimento de suas atribuições. No ano de 1989 seu número de membros de nove³⁵ para quinze (decreto no. 6460 de 21 de Setembro) e este seria, a partir daí, composto pelo Secretário Municipal de Cultura; pelo Secretário Adjunto de Cultura; por um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; por dois representantes da Câmara Municipal; por um representante da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura (SPHAN); por um representante da Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG); por um representante da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); por um

³⁵ Segundo o art. 28 da Lei 3802 de 6 de Julho de 1984, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município seria composto pelos seguintes membros: I - pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo, que o presidirá; II - pelo Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que substituirá o presidente em suas faltas ou impedimento; III - por um representante do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Belo Horizonte; IV - por um representante da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG; V - por dois representantes da Câmara Municipal; VI - por , um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; VII - por um representante do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN; VIII - por um representante do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico- IEPHA.

representante da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); por um representante do Departamento de Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-MG); por um representante do Núcleo Regional de Minas Gerais da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH-MG); por um representante da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural, Estético e Paisagístico da Procuradoria Geral da Justiça do Estado de Minas Gerais; por três membros escolhidos pelo Prefeito Municipal, com os respectivos suplentes, dentre profissionais de “notório conhecimento” na matéria, nas áreas de antropologia ou arqueologia ou arquitetura e urbanismo ou artes plásticas ou direito ou história³⁶. No ano de 1998, segundo a Lei 7430 de 5 de Janeiro, o conselho passaria ser composto, além dos representantes acima citados, por um representante do Sindicato da Indústria da Construção civil do Estado de Minas Gerais - SINDUSCON-MG. Seria importante ainda notar que, segundo o Decreto nº. 11981 de 9 de Março de 2005, a composição do conselho seria redefinida, passando a seguinte composição: o Presidente da Fundação Municipal de Cultura - FMC, que o presidiria; oito representantes do Município e respectivos suplentes, sendo sete da Administração Pública Municipal e um da Câmara Municipal de Belo Horizonte -CMBH; oito representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, dentre profissionais de reconhecida atuação em atividades relacionadas ao patrimônio histórico-cultural ou nas áreas de Antropologia, Arqueologia, Arquitetura e Urbanismo, Artes Plásticas, Direito e História³⁷. Percebe-se que de 1986 para 1989 a composição muda com a inclusão dos profissionais de “notório conhecimento”, no entanto estes seriam indicados pelo Prefeito. De 1998 para 2005, nota-se também uma mudança radical na composição do Conselho, passando o Poder Executivo Municipal a poder nomear 7 dos 8 representantes da Administração Pública Municipal e ainda o próprio presidente do Conselho, assim como dos profissionais de reconhecida atuação na área. Nessa composição ainda notamos que não há mais a representação das diferentes instituições especializadas na conservação do patrimônio cultural.

Considerando ainda as transformações da composição do Conselho, pode-se perceber claramente que houve uma ampliação gradativa da participação do Poder Público e da sociedade civil. No entanto, pode-se enfatizar a mudança ocorrido em 1998, onde passaram a

³⁶ BELO HORIZONTE, 1989.

³⁷ BELO HORIZONTE, 2005.

sentar à mesa do Conselho duas áreas em constante conflito, como bem observa Andrade. Neste sentido, foram colocados frente a frente os interesses do indústria da construção civil e da administração pública, representada através da Secretaria Municipal de Assuntos Urbanos - SMAU. Nas últimas alterações de sua composição, vamos perceber a ampliação do número de membros da sociedade civil organizada, representada inclusive pelos membros detentores do conhecimento científico.

Até o ano de 1992, o CDPCM efetuaria o tombamento de 20 imóveis, em sua maioria pertencentes ao poder público estadual. Neste contexto, inclui-se o tombamento da Praça da Liberdade, que estabeleceria um marco significativo na preservação, incorporando a idéia da *conservação de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos* em substituição à prática corrente de preservação de bens isolados. Segundo Cunha, de 27 de abril de 1990 até 13 de setembro de 1996 o Conselho havia realizado 85 reuniões ordinárias e extraordinárias. No entanto, seria a partir da gestão da Frente BH Popular, no ano de 1993, que surgiria um novo marco na política de conservação de bens culturais em Belo Horizonte. Dois fatores seriam importantes para a constituição deste marco: primeiramente, a partir de 1993 “as reuniões passaram a ser abertas ao público, rompendo com a prática de realizá-las a porta fechadas, de acordo com o previsto no regimento interno”³⁸; em segundo lugar, seria estabelecida a prática das “negociações urbanas”. Estas se constituiriam em ações de caráter inovador na conservação de bens culturais em no município, e, principalmente, num instrumento de diálogo entre os interesses dos proprietários e os “interesses públicos”. Neste sentido, notou-se que nestas ações foi possível uma negociação entre os interesses, por exemplo, da indústria da construção civil, juntamente com os proprietários de imóveis, os quais muitas vezes reivindicavam a possibilidade de utilização da capacidade construtiva total dos imóveis. Em alguns casos, foi possível, por exemplo, a alteração do número de pavimentos previamente estabelecidos para determinadas áreas, em função de uma contrapartida dos mesmos, que muitas vezes se constituíram, por exemplo, na restauração de um bem tombado pelo município.

Neste sentido é que, por exemplo, o Conselho se reuniria para deliberar sobre a impugnação ao tombamento da casa de Antônio Aleixo, (conhecida também por Casa da Serra ou também por ter sido a sede do Colégio Promove), situado à rua Estevão Pinto, no Bairro Serra. O processo

³⁸ CUNHA, 1997; p.90.

teria se iniciado após o tombado provisório do imóvel em 1992, incluindo uma edificação modernista, um ginásio poliesportivo, a casa onde vivera o político Antonio Aleixo (construída em 1914), além de um amplo bosque existente. A partir do ano de 1933, a edificação em estilo eclético, seria submetida a uma série de transformações de uso, recebendo ainda o anexo em estilo modernista. Já na década de 1980, a casa se transformaria na sede do Colégio Promove que, em 1992, venderia o imóvel para a construtora. No entanto, em dezembro deste mesmo ano o Conselho decidira pelo tombamento do imóvel e seu entorno. Esta decisão seria alvo de recurso e a partir daí dar-se-ia início a um processo de negociação entre aqueles atores envolvidos. Seria a partir deste debate envolvendo o Conselho e a Secretaria Municipal de Cultura, que se estabeleceria a prática das chamadas “negociações urbanas”. Neste caso, a impugnação do tombamento era requerida por uma construtora, que objetivava a construção no local um conjunto de edifícios residenciais. Havendo ratificado o processo de tombamento, por orientação da Secretaria Municipal de Cultura, o Conselho decidiria rever o processo de tombamento e negociar com os interessados. Em junho de 1993, o Conselho aprovaria um parecer favorável à proposta da construtora Líder. Hoje, segundo Cunha, se percebe que a “negociação se afigurou naquele momento, como única alternativa a um enfrentamento que poderia implicar elevados custos políticos para a nova administração municipal e, mesmo, retrocessos na política de preservação cultural do município”³⁹. Assim, as negociações foram concluídas com a assinatura do Termo de Direitos e Obrigações Recíprocas entre a Prefeitura Municipal, o CDPCM e a Construtora Líder, documento que orientaria as ações - incluindo ações de conservação e restauração - da construtora para a manutenção dos valores atribuídos àquele bem cultural. O processo culminaria, por um lado, na preservação com a restauração da antiga edificação e sua cessão à Prefeitura em comodato por um período de 99 anos; por outro lado, seria permitida a demolição do colégio e a construção de dois edifícios implantados em parte da área verde também tombada, enquanto outra parte desta mesma área verde teria sua utilização restrita aos moradores do condomínio. A experiência da Casa da Serra seria a primeira de uma série de negociações, onde seriam cogitadas alternativas para a política de conservação em Belo Horizonte.

As negociações urbanas consistiam em espaços onde seriam colocados em discussão

³⁹ CUNHA, 1997, p. 91. Para mais detalhes sobre as negociações urbanas e deste caso específico ver ANDRADE, 2002.

envolvendo interesses tanto públicos como privados, assim como seriam negociadas alternativas (marcadas pelo aparecimento de propostas e contrapartidas) visando a conservação do patrimônio cultural. Segundo Andrade, essas poderiam ser agrupadas em dois tipos básicos: as negociações convergentes e as não convergentes. O primeiro tipo envolveria processos nos quais um bem imóvel seria restaurado e doado pela iniciativa privada, mantendo assim uma relação direta com a negociação em andamento (em síntese, a contrapartida e o benefício dizem respeito ao imóvel). No segundo tipo, se encontrariam os processos cujo resultado da negociação não diriam respeito ao bem cultural em questão, havendo a restauração de um monumento ou doação de equipamentos para um outro bem público tombado (em síntese, a contrapartida e o benefício não dizem respeito ao imóvel)⁴⁰.

Nesta perspectiva, concordamos com Andrade, que a noção de patrimônio aí envolvida já comportaria diversas leituras e definições sendo, portanto, passível de disputas políticas. Neste sentido, as negociações seriam espaços comuns onde os conflitos seriam publicamente resolvidos e, poderíamos acrescentar, principalmente estes seriam aí explicitados. Neste contexto, atores vistos como detentores de interesses antagônicos quase inconciliáveis encontrar-se-iam em um ambiente cujo horizonte seria a busca pelo “entendimento”. Neste sentido, o Conselho surgiria como uma arena para a discussão pública e resolução de conflitos. Neste mesma perspectiva, pode-se notar que a prática das negociações urbanas suporia uma mudança de abordagem na conservação do patrimônio. Nota-se aqui que as decisões sobre a conservação dos bens culturais passam a englobar Conselhos cada vez mais amplos e de composição diversificada, não se tratando mais de um Conselho de “notáveis”. Neste mesmo sentido, as discussões abertas ao público facilitariam a criação de um ambiente propício à discussão e negociação, tendo como objetivo a busca do consenso. Assim, como avalia Andrade, a negociação urbana se diferenciara da política nacional vigente, também no que diz respeito “à própria definição de patrimônio e dos valores que lhe são associados”⁴¹.

Ainda, sobre o aspecto político das negociações urbanas, caberia dizer que estas, em primeiro lugar, “instauraram uma lógica do convencimento e da produção do consenso e, ainda que esse não seja necessariamente o resultado final, ele encontra-se no horizonte de expectativas dos

⁴⁰ ANDRADE, 2002; p.174.

⁴¹ ANDRADE, 2002; p.174.

atores”. Neste sentido, por exemplo, documentos como o “parecer técnico” seriam resultados deste processo e apenas uma de suas etapas, sendo ainda possível que estes fossem colocados em questionamento a qualquer momento. Um segundo aspecto destacado por Andrade seria o fato de que as negociações urbanas desvelariam uma “dimensão das ações preservacionistas”, na qual “toda ação que busca preservar o patrimônio implica escolhas e, portanto, perdas e ganhos” entre os atores envolvidos. Assim, no caso da Casa da Serra, se por um lado, a construtora perderia área que poderia ser aproveitada em seu empreendimento, por outro houve um *marketing* e propaganda gratuita, uma vez que o processo teve grande repercussão, sendo veiculado pela mídia local. Por outro lado, os moradores sofreriam o impacto da construção de dois grandes blocos de edifícios residenciais naquela área, que se contraporia à utilização da antiga edificação como um centro cultural, fato este que ainda poderia gerar a valorização de seus imóveis localizados no entorno. Finalmente, um terceiro aspecto das negociações diria respeito à possibilidade de superação do fosso existente entre as políticas de preservação e a dinâmica urbana, onde a força da argumentação e a possibilidade de ganhos multilaterais, possibilitaria uma maior flexibilidade e abertura ao diálogo, já que considerar a dinâmica urbana implica em compreender as mudanças não só materiais, mas dos usos e significados atribuídos aos bens culturais.

Segundo Andrade, as negociações teriam avaliações bastante divergentes. Primeiramente no que diz respeito à utilização do próprio instrumento. Em alguns casos, como o da Casa da Serra, as opiniões sobre os ganhos obtidos com o envolvimento de diferentes atores na conservação seriam consensuais, permanecendo as opiniões divergentes apenas em relação aos resultados das ações de restauração, propriamente dita. No entanto, outros casos que resultaram na preservação de fachadas ou na incorporação de edificações (ou parte destas) em edifícios novos não seriam bem vistas por parte dos conselheiros. Nas negociações não convergentes, as avaliações seriam negativas, dando margem à interpretações e indagações sobre a possibilidade de que o patrimônio cultural virasse um “balcão de negócios”, onde os proprietários ofereceriam contrapartidas diversas para superar conflitos com a sua preservação. Neste sentido, alguns argumentariam que as negociações só fariam sentido se direcionadas à preservação do próprio bem em questão. No entanto, grande objeto de crítica seria a ausência de definições “objetivas” para a tomada de decisão na utilização do instrumento, o que para os empreendedores seria

matéria para crítica sobre a atuação “subjéitiva” dos conselheiros.⁴²

Vista sob esta perspectiva, a utilização das negociações urbanas na política de conservação do patrimônio cultural demonstraria claramente os impactos das ampliações conceituais ocorridas no campo da conservação do bens culturais nas últimas décadas, além das implicações sobre sua gestão. Neste sentido, percebemos que a institucionalização da política de patrimônio em Belo Horizonte nasceria sob a égide do confronto de interesses distintos, que emergiriam de diferentes atores da sociedade civil, além de apontar a natureza do Conselho enquanto fórum decisório. Neste sentido, como avalia Andrade, “principal novidade das negociações urbanas é a articulação direta dos interesses dos diversos atores envolvidos e a consequente explicitação a respeito dos significados do bem cultural”.⁴³ Neste sentido, ainda poderíamos dizer contudo, que, por um lado, a institucionalização e formalização das negociações poderia contribuir para o controle do nível de arbitrariedade na tomada de decisões; no entanto a limitação do seu espectro de ação poderia significar a perda da possibilidade de explicitação das diferentes concepções acerca do que deve ou não ser preservado, quando tratamos de patrimônio cultural.

Mostrando-se, com o tempo, cada vez mais, uma prática política controvertida, as negociações urbanas e as outras atividades do Serviço de Bens Culturais da Secretaria Municipal de Cultura enfrentaram diversos desafios, como a proposição de projeto de lei por vereadores, em 1993, que propunham, por exemplo, o pagamento de indenização aos proprietários de bens tombados; as tentativas de desativação do próprio Conselho; escassez de recursos humanos, infra-estruturais, etc. e até mesmo a falta de integração na atuação de diferentes setores da Prefeitura Municipal. No entanto, mesmo com estas condições de trabalho que passaram por tentativas de melhoria em 1993, o Serviço de Bens Culturais, estabelecido naquela gestão, levaria a cabo um amplo trabalho de identificação de bens culturais, levantamentos, delimitação de perímetros de proteção de conjuntos urbanos, fazendo uso de recursos e estudos disponíveis. Esses estudos foram levados ao conhecimento do Conselho, que deliberou pelo tombamento de dez conjuntos urbanos na área central de Belo Horizonte, no ano de 1994: o Conjunto Urbano e Adjacências da Avenida Carandaí, da Av. Afonso Pena, da Av. Álvares Cabral, da rua da Bahia, da Praça da Boa Viagem, da rua dos Caetés, da praça da Estação, da praça Floriano Peixoto, da Praça Hugo

⁴² Para uma avaliação mais detalhada do instrumento ver ANDRADE, 2002.

⁴³ ANDRADE, 2002, p.177.

Werneck e da Praça da Liberdade. Para Brasil, esses tombamentos estabeleceram verdadeiros marcos conceituais da política de conservação de bens culturais do município, abordando a conservação dos conjuntos urbanos em consonância com sua dinâmica sócio-cultural. Assim, contribuindo para a compreensão da cidade em suas múltiplas referências culturais, reconhecendo a sua pluralidade cultural, seus diferentes grupos sociais, suportes, práticas e representações⁴⁴. Também na década de 1990, percebe-se que a política de conservação ganharia uma nova dimensão, na qual o popular ganha espaço e os grupos das minorias começam a participar mais intensamente nas ações de conservação. Este fato tem como marco a elaboração do Projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares, e os próprios tombamentos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá e do terreiro de candomblé Ilê Wopo Olojukan⁴⁵.

Num contexto de ampliação da política de conservação no município haveria, ainda, a se destacar vinculação à temática do meio ambiente, como no caso da conservação da Serra do Curral, que, ainda no início dos anos 1990, envolveu a Secretaria Municipal de Cultura, o Conselho e Associação de Moradores do Bairro Belvedere e Serra. No entanto, este se constituiria num exemplo da insuficiência das políticas de preservação do patrimônio no município. Neste caso, “pareceres técnicos encomendados pelos agentes imobiliários interessados e ambigüidades na legislação permitiram que torres comerciais e residenciais se elevassem com rapidez inusitada no bairro Belvedere”⁴⁶.

A delimitação dos conjuntos urbanos contribuiu para a definição de um dos princípios da política de conservação, que é a *utilização de instrumentos do planejamento urbano* como meio de alcançar os objetivos da preservação do “patrimônio ambiental urbano”⁴⁷. Simultaneamente a isso, pode-se apontar os trabalhos realizados para a elaboração dos inventários dos bairros Lagoinha, Floresta, Primeiro de Maio e região da Avenida Raja Gabaglia, nos quais foram utilizados diferentes instrumentos de pesquisa para o reconhecimento destas áreas, como os

⁴⁴ BRASIL, 1996 apud CUNHA, 1997. Segundo a pesquisa de Cunha, até a gestão passada, a Secretaria Municipal de Cultura “não existia”, sendo importante o papel do Conselho. Neste mesmo sentido, era grande a descoordenação entre os distintos órgãos da Prefeitura.

⁴⁵ Ver detalhes em LOTT, Wanessa P.; JESUS, Cláudio R. A Construção do outro nas políticas patrimoniais de Belo Horizonte. Mimeo.

⁴⁶ CUNHA, 1997.

⁴⁷ Ver CASTRIOTA, 2004.

surveys sócio-econômicos, visando subsidiar os processo de elaboração no Plano Diretor, havendo participado deles diversos atores, como as associações de moradores de bairro. Seria importante ressaltar que a utilização dos inventários urbanísticos, neste processo, ganharia uma nova dimensão metodológica, sob uma nova perspectiva de planejamento da conservação do patrimônio cultural⁴⁸. Naquela ocasião, seria fundamental o envolvimento da população dos bairros e o apoio da própria imprensa, que teria criado um clima favorável aos tombamentos, ampliando, de alguma forma, o número de interessados na problemática da conservação dos bens culturais no município. Um momento especial foi a proteção por tombamento dos conjuntos urbanos da área central da cidade, que se aproveitou de uma situação em que a Companhia de Cinemas e Teatros de Minas Gerais propunha a transformação de duas salas de exibição em bingos, que gerava repúdio popular. Na ocasião, o Serviço de Bens Culturais, “entendendo que aquele era o momento político, fez um ‘mutirão’ com dossiês, levantamentos e ampla mobilização da cidade pela imprensa”⁴⁹.

A política de proteção dos bens culturais em Belo Horizonte estabeleceria ainda como um de seus princípios, a conservação de conjuntos urbanos, correspondendo a áreas da cidade que apresentariam significado histórico e cultural. Assim, conforme as próprias competências do Conselho e visando “estimular o planejamento urbano como meio de alcançar os objetivos da preservação do patrimônio cultural”, a política de conservação de bens culturais do município estabeleceu um novo marco legal, através de sua inserção entre as variáveis consideradas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte e pelo Plano Diretor de 1996, principalmente, pela delimitação dos perímetros de proteção, definidos como “Áreas de Diretrizes Especiais”. Em 1996, durante o processo de elaboração dos novos Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo, os dez conjuntos urbanos já tombados foram considerados, objetivando a regulamentação destes como *Áreas de Diretrizes Especiais* – ADE’s, que seriam os espaços urbanos, lugares de memória, devendo ser tratados de forma diferenciada para proteção e promoção de sua singularidade histórica, e garantia de sua identidade cultural. Estas são incorporadas à Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano do Município e, por sua caracterização,

⁴⁸ CASTRIOTA, 1998a. Ver ainda, como resultado deste processo a elaboração e implementação do Projeto Lagoinha em CASTRIOTA, L. B. . Projeto de Reabilitação Integrada da Lagoinha. A&U - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 12, 1997. Ver também CASTRIOTA, L. B. ; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela . Preservation and Development: The Lagoinha Project. Traditional Dwellings and Settlements Review, Berkeley / Estados Unidos, v. 81, p. 01-17, 1996.

⁴⁹ CUNHA, 1997:94.

demandando parâmetros urbanísticos, fiscais e de instalação de atividades diferenciadas, os quais deveriam se sobrepor ao zoneamento. No entanto, este processo se daria de forma bastante controvertida, como foi especialmente o caso do tombamento do conjunto do Bairro Floresta.

Neste período, no entanto, o Conselho se veria envolvido em situações de conflito bastante complexas. Neste sentido, após a apreciação dos estudos técnicos baseados na pesquisa documental e estudos de campo até então realizados pela Secretaria Municipal de Cultura, o Conselho aprovaria a delimitação do perímetro de tombamento do Bairro Floresta. Este bairro apresentava características bastante peculiares, em função deste ter sido poupado pelas transformações provocadas pela especulação imobiliária e pela indústria da construção civil. Após a deliberação do Conselho, no entanto, os moradores do bairro, com cobertura da imprensa e apoio de vereadores, se mobilizariam e entrariam com um pedido de impugnação ao tombamento junto à Secretaria. Desta forma, apenas seis dos 319 bens indicados como “passíveis de tombamento” foram integralmente tombados; dos restantes, 114 foram classificados como de “interesse cultural” e 113 foram parcialmente tombados. Neste processo, como aponta Cunha, nos chamaria a atenção o fato de os estudos realizados sobre o bairro haviam envolvido a participação da Associação de Moradores do Bairro Floresta - AMAFLOR. Neste sentido, os estudos eram de “conhecimento público”, havendo sido “previamente apreciados pelos moradores”, em reuniões promovidas no local pela Secretaria.

Segundo a pesquisa desenvolvida por Cunha, até então não haviam sido feitas estudos ou pesquisas conclusivas sobre este processo, no entanto, o autor levantaria as hipóteses de que o movimento, além de ter atingido apenas uma parcela da população, havia também sido enfraquecido por manipulação política. De fato, percebe-se que um terço dos proprietários que tiveram seus imóveis tombados recorreram à impugnação junto à Secretaria. Segundo o autor, a AMAFLOR haveria sido forçada ao afastamento do processo, devido à pressões sofridas por membros da diretoria. Além disso, de acordo com alguns conselheiros, “teria faltado no processo de tombamento da Floresta a prévia e ampla divulgação pela imprensa do real significado da medida, como aconteceu à época dos demais tombamentos de conjuntos urbanos”⁵⁰. No entanto, passado o momento do confronto, a imprensa proporcionaria espaço para a

⁵⁰ CUNHA, 1997; p.95.

manifestação das diferentes opiniões, muitas favoráveis às medidas de tombamento estabelecidas pelo Conselho. Segundo Cunha, uma vez esclarecidos, parte dos moradores tornaram-se favoráveis ao processo de tombamento do conjunto urbano e dispuseram-se a discutir sobre o futuro de seu bairro.

Como vimos, de acordo com a análise de Cunha e Andrade, o Conselho havia se mostrado como importante “instrumento de descentralização administrativa”. No entanto, percebe-se também que a sua abrangência e seu grau de flexibilidade, além de sua composição diversas, implicariam em novos desafios para a conservação. Neste sentido, por exemplo, sua legitimidade enquanto órgão colegiado representativo da sociedade civil, e ao mesmo tempo técnico, parece, segundo Cunha, favorecer a descentralização das decisões e contribuir para a diminuição de *lobbies* privados. Além disso, diferentemente do que ocorria anteriormente, onde, devido a fortes pressões externas, o Conselho se via obrigado a se reunir secretamente. Neste sentido, caberia também observar, segundo Cunha, que o Conselho passara de uma atitude marcadamente reativa para uma atitude propositiva e aberta à negociação, o que viriam a garantir a continuidade da política de conservação do patrimônio cultural, observada ainda a crescente simpatia da população de Belo Horizonte e ainda, por exemplo, a crescente procura do Conselho para orientações sobre os critérios de intervenção em imóveis não necessariamente tombados.

A política de conservação em Belo Horizonte vai ser marcada pelas mudanças na composição do Conselho, assim como no protocolo de nomeação dos conselheiros. Neste sentido, percebe-se que não haveriam mais os mandatos das entidades (tantos as envolvidas especificamente na conservação, como as instituições de pesquisa), mas sim passa-se à nomeação livre pelo Prefeito Municipal. Neste sentido, nos parece que o CDPCM vai sofrer uma relevante perda de autonomia real de deliberação sobre as questões relacionadas à conservação do patrimônio cultural (por exemplo, no caso da Praça da Liberdade, onde ocorreram diferentes nomeações em num curto prazo de tempo). Ainda no desenvolvimento da política de conservação municipal, vamos notar uma dinâmica de incorporação de novos agentes políticos, assim como hoje podemos notar a multiplicação de espaços de discussão sobre temas relacionados à

conservação. Neste sentido, aponta um caso polêmico recente que não envolveu o Conselho, mas sim outros agentes públicos e privados.

Assim, podemos destacar a polêmica em torno dos mercados municipais, ocorrida num contexto, em que a Prefeitura Municipal, partindo da constatação da decadência desses espaços, propôs algumas ações que visavam o fechamento e, em muitos casos, levavam a uma mudança de uso destes equipamentos. O Mercado Distrital de Santa Tereza foi um dos três equipamentos desta natureza, geridos pelo poder público municipal desde os anos 1970, juntamente com o do Barroca e o do Cruzeiro. O destino desses três foi, no entanto, diferenciado. O Mercado do Barroca foi fechado em 2000, para dar lugar à sede do Tribunal de Justiça, através de permuta com a Prefeitura, a qual recebera outros imóveis pertencentes ao Poder Judiciário. Numa tentativa de impedir o fechamento dos dois mercados, um grupo de 19 deputados apresentou o Projeto de Lei 1.016/07, que declarava os dois espaços tombados como Patrimônio Histórico Estadual⁵¹.

Neste contexto, no entanto, destaca-se a questão da revitalização do Mercado Distrital de Santa Tereza, que apresenta algumas singularidades resultantes da própria história do bairro. Santa Tereza é fortemente lembrado, na cena belorizontina, por sua boemia, grande número de bares e tradicionais restaurantes com comidas típicas Italianas, por sua vocação artística para a música e artes plásticas, mas também pela relação de identidade de seus moradores com o bairro. Durante muito tempo, o bairro manteve suas características, mantendo-se ainda hoje como um dos bairros mais tradicionais de Belo Horizonte, apesar ter passado por transformações visíveis, com o próprio processo de substituição de algumas antigas residências por edifícios residenciais. Num contexto cultural bastante específico, onde a própria imigração e o processo de desenvolvimento urbano seriam componentes fortes na constituição da identidade do Bairro, a compreensão deste espaço enquanto um lugar com características específicas e a forte relação de identidade dos moradores com o local, levaria à mobilização de um grande número de pessoas a favor da sua conservação, sendo um marco neste processo a delimitação de seu perímetro de proteção e sua inclusão na Lei de Uso e Ocupação do Solo e Plano Diretor do município como uma *Área de Diretrizes Especiais* (ADE). A ADE do Bairro de Santa Tereza foi definida pelo art. 100 da Lei n.º 7.166/96 como uma área que, em função de suas

⁵¹ ALMG, 11 de maio de 2007.

características ambientais e da ocupação histórico-cultural, demandava a adoção de medidas especiais de proteção, sendo uma destas medidas a manutenção do uso predominantemente residencial e o controle da instalação de novas atividades.

Por sua vez, o Mercado Distrital de Santa Tereza foi inaugurado no dia 18 de junho de 1974, comportando 99 boxes para o desenvolvimento de atividades econômicas. Levantando-se a sua trajetória, percebe-se que o Mercado passou por anos de fartura nas décadas de 1970 e 1980, quando tinha cerca de 80 *comerciantes*. Até a década de 1990, este Mercado foi freqüentado por inúmeros fregueses nos aproximados 6.000 m² de área⁵². No fim daquela década, no entanto, entrou em declínio, com a saída de muitos *permissionários*, restando, no ano de 2007, apenas 13 feirantes, sendo sua decadência visível, com seus amplos espaços internos e estacionamento subutilizados. Mesmo sendo pouco utilizado em geral, o Mercado ainda abrigava uma feira periódica de cerâmica, realizada nos meses de maio e novembro, que atraía um público considerável para o local. Embora para muitos essa decadência fosse inexplicável -na medida em que se tratava de um ponto comercial estratégico num bairro tradicional de Belo Horizonte- esta era um fato, e foi neste contexto que surgiram as ações para sua desocupação e mudança de uso. É interessante chamarmos a atenção aqui para a informação de que haveriam constantes mobilizações de interessados em ocupar as bancas vazias, sendo que a PBH não haveria aberto licitações, ou quando o fizera não fizera a divulgação devida, chegando ao ponto de não homologar as licitações realizadas⁵³.

Frente a isto, no dia 05 de julho de 2007, mesmo havendo se realizado algumas audiências e manifestações públicas, a *Prefeitura Municipal de Belo Horizonte* (PBH) decidiu pelo fechamento do Mercado. Passados 90 dias após a primeira notificação judicial, foi pedida a desocupação do imóvel, sendo que na madrugada do mesmo dia os *funcionários* e *permissionários* foram impossibilitados de entrar no local, sendo-lhe vedado até mesmo que retirassem as mercadorias ali existente. A medida da Prefeitura provocou o início de uma série de mobilizações no bairro de Santa Tereza, sendo que os próprios comerciantes também já haviam solicitado, em vão, uma

⁵² BEZERRA, 2002

⁵³ MARINA, 2007. Segundo Giovanni Laureano Teixeira, presidente da Associação dos Permissionários do Mercado de Santa Tereza, cerca de 600 pessoas passavam pelo local todos os dias e se, na época do seu fechamento, existiriam 36 boxes desocupados, existiriam também existiriam pelo menos 74 pessoas interessadas em ocupá-los. Segundo ele, a PBH não promoveria licitações para a ocupação destes espaços há cerca de seis anos, o que explicaria, em parte, a situação de abandono do Mercado (ALMG op. cit.).

liminar judicial numa tentativa de impedir a execução da medida⁵⁴. Ao promover a desocupação, a intenção da Prefeitura Municipal era a de transformá-lo na sede da Guarda Municipal, que abrigaria seus cerca de 1.143 integrantes, além de 1.200 que iniciaram seus trabalhos no segundo semestre de 2007. Neste contexto, “o custo, a localização e as dimensões do equipamento” seriam os motivos apontados para a escolha do lugar para a instalação da sede⁵⁵. O sentimento de insatisfação com a atitude da PBH seria geral. No dia 09 de julho de 2007 os comerciantes iniciariam os trabalhos de retirada de produtos e pertences do local, sendo auxiliados por veículos da administração municipal⁵⁶.

Naquele momento, a Associação de Permissionários do Mercado aguardava ainda o julgamento do recurso de reintegração de posse que interusera na Justiça. Foi também neste contexto que a Comissão de Ambiente e Recursos Naturais da Assembléia Legislativa de Minas Gerais analisaria o Projeto de Lei no. 1.016/07, que declarava Patrimônio Histórico e Cultural os Mercados Distritais de Santa Tereza e do Cruzeiro e o Ministério Público Estadual (MPE)

⁵⁴ Analisando-se a decadência do Mercado, poderíamos talvez identificar algumas explicações para esta, que se relacionariam tanto com alguns aspectos físicos do imóvel quanto com aspectos da gestão do espaço. Em primeiro lugar, pode-se destacar que, segundo alguns, a própria cobertura metálica do edifício não propiciaria a sua utilização nos períodos de verão, não possuindo este o isolamento acústico necessário, como observaria, por exemplo, o comerciante Eduardo Magalhães Pierucetti. Segundo outros, os altos preços das mercadorias cobrados pelos feirantes seria um dos fatores da decadência econômica do lugar: segundo o morador Marcos Expedito, os preços seriam maiores que em qualquer outro lugar da cidade. A reação a esses preços supostamente mais altos seria variável: Antônio Loureiro Leandro, por exemplo, fundador e presidente da famosa Banda Santa, apesar de morador do Cidade Nova, freqüentava o Mercado diariamente porque a estrutura e localização seriam boas, mesmo que as mercadorias possuíssem preços altos. Segundo o comerciante Sebastião dos Santos, que lá vendia frutas há 28 anos, o afastamento dos fregueses se deveria à qualidade das mercadorias de algumas bancas. Outros moradores, por sua vez, reclamavam da instalação do metrô, que isolara a região, exigindo-se agora a travessia de 42 degraus de uma passarela alta para se chegar ao Mercado. Segundo a feirante Hilda Gomes Vieira, um dos fatores de decadência seriam as decisões tomadas pela Prefeitura sem a participação dos comerciantes (ALMG op. cit.).

⁵⁵ ARAGÃO, 2007. Ainda a partir da análise do material veiculado pela imprensa, percebe-se neste processo a relação do Mercado com a história de vida de alguns comerciantes, como a de Fábio Davis, proprietário do Supermercado UAI, que compunha o conjunto de atividades econômicas que configuravam o Mercado. Segundo ele, numa época anterior, a própria PBH havia solicitado a sua permanência no local. Assim, não se conformava com o fato de que, naquele momento, deveria se desfazer de sua loja de aproximadamente 800 m², com mais de 12 mil itens de estocados, equivalendo a cerca de 300 mil reais (MELO, 2007). Numa situação muito parecida, estaria Jair Zanetti, que vivia da comercialização de verduras e legumes nos últimos 53 anos. O comerciante, permissionário de uma banca no Mercado desde a sua inauguração, estaria, aos 72 anos, numa situação iminente de perda da profissão. Neste sentido, o comerciante relataria a um jornalista: “Estão acabando não só com o mercado, mas com a minha vida” (ALMG op. cit.).

⁵⁶ Contra a instalação do Guarda Municipal naquele local e contra a ação de retirada dos comerciantes, manifestasse a artesã Helena Palhares: “Por que aqui? Em um Mercado tão tradicional como esse?” (ALMG op. cit.). Nas palavras do verdureiro Walter Batista, de 58 anos, que também era permissionário desde a inauguração do Mercado: “Além de ficar a história da gente, estou deixando praticamente uma família nesse lugar. Estou decepcionado, a Prefeitura não precisava fazer assim. Acabar com o Mercado pra trazer a Guarda pra cá é um crime. Vou fazer o quê da vida agora? Trabalhar onde?” (VEIGA, 2007.)

instauraria inquérito para investigar a transformação do Mercado Distrital Santa Teresa⁵⁷. Naquele inquérito pretendia-se investigar a situação jurídica da mudança de destinação do imóvel e seu amparo legal. Num momento de acirramento de ânimos, o MPE chega a sugerir o estudo dos aspectos culturais do Mercado, na medida em que os moradores alegavam seu reconhecimento enquanto ponto turístico da cidade⁵⁸. Neste sentido, ainda seria cogitada a elaboração de um documento sugerindo ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (CDPCM) o tombamento do imóvel, ao mesmo tempo em que a Associação de Moradores, juntamente com os comerciantes, trabalhava em prol da elaboração de uma nova proposta de uso para o equipamento.

A atuação na luta para a reabilitação do Mercado Distrital de outro agente importante neste processo, a Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza (ACBST), teve início já há alguns anos, quando esta lutara pela retomada de sua própria sede situada no Mercado, que fora ocupada pela Secretaria Municipal de Abastecimento⁵⁹. Neste contexto, “todo o processo para a reintegração do Mercado Distrital provocou muita tensão e preocupação entre os moradores mais envolvidos com a comunidade de Santa Tereza”. Segundo José Francisco da Silva, os moradores foram surpreendidos em 2006 quando procuraram o Secretário de Abastecimento portando uma relação de 75 nomes de interessados na ocupação das bancas⁶⁰.

Em 2007, frente à ameaça iminente de fechamento e mudança de uso, a Associação aciona imediatamente o MPE e, embasada em pareceres de urbanistas, consegue comprovar que a

⁵⁷ LOBATO, 2007.

⁵⁸ Os meses seguintes assistiram a uma grande seqüência de protestos e mobilizações em prol do Mercado no bairro. Marilton Borges, músico, proprietário de um bar e membro da Associação de Moradores, traduzindo este sentimento de insatisfação de vários moradores do bairro, declarava: “Fechar o Mercado é sepultar nossas tradições” (MELO op. cit.)

⁵⁹ Já no ano de 2005, Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza firmaria parceria com o SEBRAE, com o envolvimento dos moradores, com o objetivo de reabilitar o Mercado, além de propiciar o fortalecimento da imagem do Bairro enquanto centro turístico e gastronômico. Neste contexto, após o desenvolvimento de pesquisas para a identificação de demandas, o próprio SEBRAE iniciara o “Programa de Alimentação Segura”, objetivando o aprimoramento e qualificação dos proprietários de bares e restaurantes. Desta parceria ainda surgiriam eventos como a “Feira Moderna”, envolvendo artistas e artesãos, músicos, dentre outros (CORREIO DE SANTA TEREZA, outubro de 2007).

⁶⁰ CORREIO DE SANTA TEREZA, outubro de 2007. Algumas informações levavam a crer que a própria PBH haveria desaconselhado a continuidade daquelas pesquisas e até aí as reuniões organizadas pelos moradores não foram profícuas.

instalação da Guarda no equipamento feria o disposto na *Lei de Uso e Ocupação do Solo* do município e o Plano Diretor de 1996. Neste sentido, antes de qualquer proposição de uma nova atividade a ser instalada no Bairro, seria necessário se observar o disposto nesta lei, garantindo que a sugestão de usos dos imóveis situados na ADE - como o Mercado Distrital de Santa Tereza - estivessem de acordo com os pressupostos de sua proteção. Desta forma, conseguiu-se uma ordem judicial para a retirada da Guarda, que havia se instalado no Mercado no dia 05 de julho de 2007. A *Lei de Uso e Ocupação do Solo* do município e o Plano Diretor de 1996 estabelecem em seu Art. 110 a ADE de Santa Tereza, e define uma Classificação de Usos, em seu Anexo VIII, que poderiam ser instalados na área. Ainda segundo esta Lei, ficaria instituído o *Fórum da Área de Diretrizes Especiais de Santa Tereza - FADE DE SANTA TEREZA*, que teria o objetivo de “acompanhar as decisões e ações relativas a essa ADE, encaminhando sugestões às comissões temáticas do poder legislativo”⁶¹. Desta forma, qualquer proposta que viesse se confrontar com a manutenção das características ambientais e da ocupação histórico-cultural da ADE de Santa Tereza deveria ser assunto de discussão no Fórum. Finalmente, cabe ressaltar que essa lei ainda estabeleceria uma comissão provisória, “com a atribuição de convocar assembléia plenária para a indicação dos representantes da comunidade e de efetivar a implementação do FADE DE SANTA TEREZA”, composta por representantes da Administração Regional Leste e da comunidade.

Num momento de grande mobilização popular, e frente a uma negativa da PBH de qualquer tipo de negociação, os integrantes da ACBST coordenaram então a realização de um plebiscito popular com o objetivo de identificar o desejo da população moradora quanto ao futuro do Mercado. O plebiscito foi realizado com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral (TER), Polícia Militar, alguns vereadores e deputados, além de outras entidades civis. Assim, numa iniciativa inédita em Belo Horizonte, os moradores foram às urnas para votar sobre o destino de um lugar de seu interesse, no dia 19 de agosto de 2007, com urnas cedidas pelo TRE. De um total de 1.545 votantes que compareceram ao plebiscito, 1.412 (90,3%) votaram pela revitalização e

⁶¹ BELO HORIZONTE, 2000. O FADE seria composta por representantes dos vários setores da comunidade local, profissional com experiência em urbanismo, indicado pela associação dos moradores de Santa Tereza, e representante da Administração Regional Leste, exercendo seus cargos por dois anos sem remuneração. As reuniões do Fórum seriam públicas, facultando-se à comunidade local a “solicitar, por escrito e com justificativa, a inclusão de assunto de seu interesse na pauta da reunião subsequente”.

manutenção do local como espaço comunitário. Embora não tivesse força legal, o resultado da votação – com plena legitimidade – seria apresentado na Câmara Municipal, Assembléia Legislativa de Minas Gerais e também a PBH. Após o resultado do plebiscito, e reconhecendo a legitimidade da manifestação da população, a PBH retira a proposta de mudança da Guarda Municipal para o Mercado Distrital de Santa Tereza, decidindo estabelecer em diálogo com a população o destino do lugar⁶². Em 11 de setembro de 2007, a PBH anunciaria a decisão e atenderia a reivindicação da comunidade, expressa no resultado do plebiscito⁶³.

A questão reabilitação do Mercado Distrital de Santa Tereza torna possível uma reflexão mais detalhada sobre os processos de valorização do patrimônio, nos quais os diferentes atores envolvidos apresentam seus interesses conflitantes⁶⁴. Em primeiro lugar, cabe chamar a atenção para a ação não coordenada do Poder Público Municipal, que propõe uma ação que afeta justamente a conservação das características histórico-culturais e ambientais do Bairro Santa Tereza, pressuposto da lei que instituiu a ADE do bairro. Além disso, também o fato da PBH nunca ter se empenhado em implementar o fórum gestor da ADE, que consistiria em mecanismo legítimo de participação. Percebe-se também neste sentido uma espécie de omissão de setores responsáveis pela conservação de bens culturais do município. Por outro lado, percebe-se claramente no caso a atuação dos diferentes agentes públicos, incluindo o Ministério Público Estadual, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, uma clara sobreposição de competências, nas quais diferentes instâncias governamentais atuam sobre o patrimônio. De alguma forma ou de outra, o caso expõe as vulnerabilidades da política municipal de conservação frente aos interesses divergentes.

A análise do caso também permite seguir a atuação da Associação Comunitária no processo de

⁶² Mesmo com a mobilização popular, o plebiscito deixara espaço para divergências e posturas diferenciadas. De um lado, a grande maioria que desejava a revitalização: segundo Anésia Afonso Almeida e Amauri de Almeida, por exemplo, moradores do Bairro há 40 anos, o interesse seria em manter o Mercado porque este traria benefícios ao bairro, não se percebendo como positiva a instalação da Guarda Municipal ali. “Já temos um batalhão aqui. Já chega”, dizia Amauri Almeida (REZENDE, 2007). Apesar do resultado altamente favorável à revitalização, ainda era possível encontrar opositores. Segundo William Scofield, o bairro estaria atualmente afetado pela falta de segurança, apontando a entrada de ladrões em seu edifício e o roubo de seu carro ocorrido duas vezes. “Se pelo menos tiver um guarda passando pela rua, já ajuda”. Também Vicente Leal da Cunha preferia a Guarda Municipal. “À noite, tem de tudo aqui, droga, assalto” (LOBATO, 2007). Percebe-se, também, que a votação também despertou o saudosismo dos moradores e freqüentadores do Bairro.

⁶³ Segundo as palavras do prefeito Fernando Pimentel: “Vamos respeitar a votação dos moradores e discutir uma destinação adequada para o espaço. O certo é que a Guarda Municipal não vai para lá” (ARAGÃO op. cit.).

⁶⁴ Para mais detalhes sobre este caso, ver ARAÚJO & CASTRIOTA, 2007 e 2008.

valorização do patrimônio cultural, explicitando o *valor simbólico/cultural* que o Mercado representa para os moradores do Bairro, que se refere aos significados compartilhados que estão associados ao Mercado. Ao Mercado atribui-se também um claro *valor social*, já que este é um elemento que facilita as conexões sociais do bairro e a própria formação da rede comunitária. As próprias atividades desenvolvidas no Mercado se beneficiam, sobretudo, da sua condição de espaço público, ou espaço compartilhado. Finalmente, poderíamos também compreender o claro *valor político* que o espaço ganhou ao longo deste processo, no qual se buscou construir o civilismo, a mobilização social e a legitimidade governamental, principalmente quando observado todo o processo de luta pela reabilitação do Mercado, incluído na trajetória da política de conservação em Belo Horizonte. Neste caso, observamos claramente a conexão entre a vida cívica/social e o ambiente físico, além da própria capacidade do Mercado em catalisar o comportamento político dos moradores do Bairro. Ressalta-se ainda que o Mercado até então não possui tombamento isolado, não sendo considerados os valores tradicionalmente relacionados ao patrimônio - *valor artístico* ou *estético* e mesmo *histórico*. Este fato talvez possa ter incentivado a PBH a, observando o *valor de uso* do imóvel e a sua capacidade de reciclagem, propor sua utilização como sede da Guarda Municipal. Percebe-se claramente isso no discurso da PBH quando apontam para a condição de subutilização atual do espaço do Mercado. É interessante percebermos que esse valor emerge também na visão de alguns comerciantes, que lá estabelecem suas relações comerciais.

E finalmente, vamos perceber cada vez mais, a ampliação do número de atores envolvidos na conservação de bens culturais no município, os centros de decisão passam a extrapolar o âmbito dos formatos institucionais reconhecidos na política de patrimônio municipal. Neste processo, os atores da sociedade civil passam de uma atuação baseada na proposição de tombamentos e participação nas reuniões públicas do Conselho, para a interposição de ações na justiça, mobilização popular e mesmo a proposição de mecanismos da democracia direta, como plebiscitos não organizados pelo poder público. Destaca-se também neste processo o próprio papel da imprensa, que atua como um importante espaço público, propiciando a mais fácil explicitação das posições e interesses dos envolvidos no processo, e na explicitação destes espaços públicos de discussão em formação.

Ainda caracterizando os contextos do desenvolvimento da política municipal de conservação do

patrimônio cultural, pretende-se, no próximo item, analisar o processo tombamento do conjunto IAPI, ocorrido em 2007.

3.2 A criação de um monumento moderno: o Conjunto IAPI

Neste item, buscando inserir a atividade de conservação numa esfera cultural mais ampla, analisa-se o contexto cultural do período de 1940 a 1950, com ênfase questão do “modernismo” em BH, assim como no movimento moderno e seus atores na criação de seus monumentos. Busca-se aqui traçar a trajetória dos conjuntos modernos, assim como a do Conjunto IAPI. Enfatiza-se a sua desvalorização, através da explicitação do processo de formação de uma imagem negativa do conjunto (com ênfase na historiografia modernista), até a sua valorização com o tombamento. Partindo-se do processo de tombamento, delinea-se as metodologias de valoração do conjunto e seus valores. Busca-se integrar as avaliações realizadas, discutindo sobre a relação dos valores identificados e os diferentes aspectos do conjunto. A partir disso, discute-se perspectivas para o caso, enfatizando a necessidade de um política de conservação que considere os valores identificados, considerando a sua natureza diversa, tendo em vista uma perspectiva intersubjetiva de compartilhamento de seus diferentes significados.

3.2.1 A cena moderna: o contexto cultural da Belo Horizonte dos anos 1940 a 1950

Elaborando o contexto cultural da cidade de Belo Horizonte descrito anteriormente, por exemplo, vamos perceber claramente que, na década de 1940, a arquitetura vai oscilar entre “modelos gerados entre a inovação desenvolvimentista de Getúlio Vargas e o conservadorismo retrógrado, que tentava assimilar o novo com roupas tradicionais”⁶⁵. Neste contexto, segundo Renato César José de Souza, vai ser possível identificar “os personagens que facilitaram ou dificultaram a implantação dos novos padrões culturais na cidade”. Partindo, por exemplo, do citado poema “Triste Horizonte”, de Carlos Drummond de Andrade, onde o poeta vai identificar, como aponta Souza, ao mesmo tempo, o rito de passagem da velha à nova cidade e a sua vontade de esquecer a nova e “brutal Belo Horizonte que se empavona sobre o corpo crucificado da

⁶⁵ SOUZA, 1998, p. 183.

primeira”. Um dos pontos em que Drummond vai chamar a atenção dos belorizontinos seria exatamente a situação da Igreja São José, que teria (como dito anteriormente) seus jardins agora explorados por estacionamento de automóveis; o mesmo vai também vai ser o tom do verso que o afirma que “São José vai entrar feio no comércio de imóveis, vendendo seus jardins reservados a Deus”. O poeta vai ressaltar, neste sentido, as transformações ligadas ao contexto cultural da cidade, especialmente apontando as mudanças relacionadas a edifícios religiosos e na paisagem urbana transfigurada pelos imperativos econômicos, encerrando com um lamentável “não quero mais, não quero ver-te, meu Triste Horizonte e destroçado amor”.

Neste contexto, hoje percebemos que a atuação de políticos como Juscelino Kubitschek, assim como Benedito Valadares, dentre outros, vão, muitas vezes, ser os atores decisivos nesta implantação e, conseqüentemente, exercer forte papel nas transformações profundas da paisagem urbana de Belo Horizonte. A relação de Juscelino Kubitschek com a modernidade, por exemplo, vai começar, como aponta Souza, na própria instalação de seu consultório médico no Edifício Ibaté, construído em 1935, considerado o primeiro “arranha-céu” da cidade, símbolo claro da modernização da capital. No entanto, a atuação de JK vai ser preponderante a partir do momento em que este se tornara prefeito de Belo Horizonte, em 1940, sendo sua administração marcada pela “inauguração de muitos e novos empreendimentos comerciais e industriais”⁶⁶. Segundo a análise de Souza, é possível identificar claramente JK com certas concepções das cidades, correntes nos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), quando, em suas memórias, ele apontaria que Belo Horizonte era “o doente ali estava”, “um doente que repousava num leito de ficus e de rosas”⁶⁷. Além disso, poderíamos relacionar várias das ações do prefeito às concepções expressas na Carta de La Sarraz, de 1928.

Assim que assumia a prefeitura de Belo Horizonte, JK enfrentaria, como um “médico das cidades”, uma situação já de desenvolvimento carente e excludente da cidade, representada na exclamação de Agache, como a “cidade paradoxo”. Nesta afirmação, segundo Souza, o urbanista francês estaria comparando o centro ordenado da capital e sua zona suburbana desordenada e sem infra-estrutura⁶⁸. Na avaliação de Souza,

⁶⁶ SOUZA, 1998, p. 185.

⁶⁷ KUBITSCHEK, 1974, p. 30 *apud* SOUZA, 1998, p. 185.

⁶⁸ SOUZA, 1998, p. 186.

é a administração de JK, profícua em obras, que dá a tônica à arquitetura de Belo Horizonte nos anos 40. sendo chamado pela população de 'prefeito furacão', em razão da quantidade e da rapidez com que as obras iam sendo realizadas, Jk dotou a área central de novas redes de água, luz e telefone ao longo da Avenida Afonso Pena. Reformou o Parque Municipal com embelezamentos e até um cais para botes e investiu na abertura e calçamento de um novo sistema viário, as 'bocas' que dariam acesso às várias regiões do Estado. Neste sentido, entre outras, prolongou a Avenida Amazonas até atingir a Gameleira (SOUZA, 1998, p. 186).

A estas ações somar-se-iam a urbanização da pedreira Prado Lopes e a criação do "conjunto popular", restaurantes populares e construção de um hospital, que marcaram a rápida modernização da cidade. Por outro lado, "as ações da construção da barragem na Pampulha já haviam se iniciado na administração do antecessor de JK, Otacílio Negrão de Lima, e a imprensa de então já vinha vislumbrando ali um potencial turístico e de lazer, coisa que faltava na vida da cidade". Neste sentido seria que JK retomaria as obras da Pampulha e seu conjunto arquitetônico, onde desenvolveria seu "grande projeto" visando dar à cidade um "lindo recanto, um local aonde se iria para relaxar os nervos e conviver, em intimidade, com a natureza"⁶⁹. O prefeito JK proveria, então, a cidade de um novo bairro luxuoso, de lotes amplos e um moderno complexo de edificações, cujo programa arquitetônico refletia as aspirações do próprio prefeito. Segundo o mesmo, "ao invés do classicismo ateniense, havia derivado para novas formas de estética, tão bem expressas pelo denominado estilo moderno. Daí a razão porque acompanhava, com maior interesse, a revolução iniciada por Le Corbusier"⁷⁰.

É interessante levantar aqui o fato de que um concurso público precedera as obras da Pampulha, cujo resultado, "desapontador" nos dizeres de JK, pois quase todos os projetos foram apresentados em "estilo convencional", levaria o prefeito a contatar o jovem arquiteto Oscar Niemeyer, por influência de Rodrigo Melo Franco de Andrade⁷¹. O arquiteto que até então projetara diversas obras de cunho modernistas, foi protagonista, juntamente com Lúcio Costa, do famoso episódio do Hotel de Ouro Preto, de 1938. Segundo, Lauro Cavalcanti,

o entendimento da vitória modernista no campo arquitetônico não é possível, como desejava até então a historiografia arquitetônica, tratando-se unicamente da construção do prédio do MES. O controle que os modernos conseguem obter depois do episódio do Hotel de Ouro Preto é tão ou mais importante para tal compreensão. No enfoque meramente arquitetônico pouca importância lhe era atribuída,

⁶⁹ KUBITSCHKEK, 1974, p. 34. Também citado por SOUZA, 1998, p. 187.

⁷⁰ KUBITSCHKEK, 1974, p. 35. Também citado por SOUZA, 1998, p. 188.

⁷¹ KUBITSCHKEK, 1974, p. 36. Também citado por SOUZA, 1998, p. 188.

possivelmente, por se tratar de um prédio sem grandes qualidades estéticas dentro da obra de Niemeyer e da arquitetura brasileira. O processo de sua execução ensejou, entretanto, o estabelecimento de normas e posturas que afirmam os cânones 'modernos', ao colocar a produção desta corrente em pé de igualdade com a setecentista mineira, unicamente considerada a mais cara e sagrada do Brasil. Após a construção do hotel os 'modernos' impõem seus princípios internos enquanto construtores dos monumentos futuros e árbitros do gosto nacional (CAVALCANTI, 1995, p. 44).

Segundo Cavalcanti, os modernistas passaram a deter o poder de seleção do que deveria ser conservado como monumento nacional, através do instituto do tombamento, principalmente a partir da construção do hotel moderno em Ouro Preto, o qual o famoso parecer de Lúcio Costa “conferiu o estatuto de 'obra de arte’”⁷².

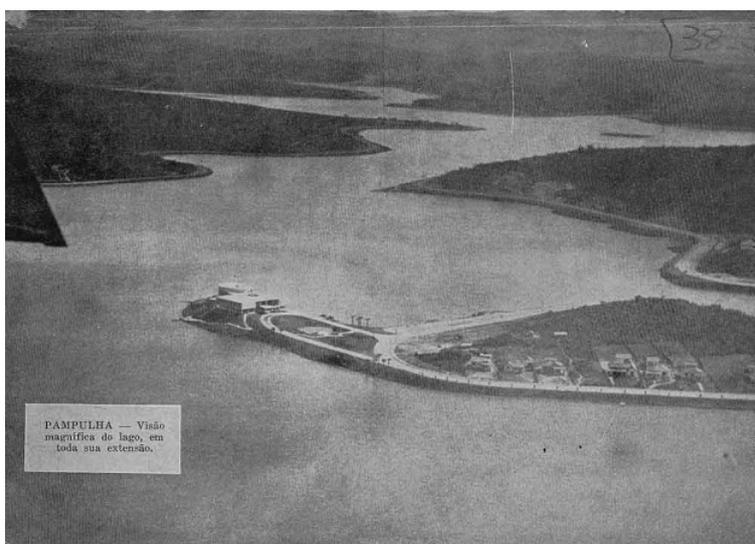


Figura 3 - Vista panorâmica da Pampulha, 1940-41.
Fonte: PBH. Relatório dos exercícios de 1940 a 1941.

Para Souza, as obras da Pampulha assegurariam um campo livre e aberto à especulação imobiliária, da qual a Prefeitura passara a depender para finalizar o empreendimento. Neste sentido, pode-se dizer que “a Pampulha nascia assim, como um “empreendimento que impulsionou, de modo decisivo, a implantação da arquitetura moderna em Belo Horizonte e a sua consolidação no cenário nacional”⁷³. Ainda neste sentido, o conjunto representou para a cidade, “uma mudança de paradigma que alcançou todas as classes sociais conferindo-lhes novas

⁷²CAVALCANTI, 2000, p. 21.

⁷³ SOUZA, 1998, p. 195.

aspirações no morar e no convívio social, e imprimindo-lhes o desejo de serem modernos para serem atuais”, inclusive, seduzindo os novos arquitetos. No entanto, se a produção arquitetônica da capital este ligada ao nome de Oscar Niemeyer, nos anos 1940, a nova geração de arquitetos produzida pela Escola de Arquitetura também vai apresentar às paisagem urbana as suas contribuições. Segundo Souza, “apesar de Niemeyer ofuscar essa geração, talvez pelo volume de sua obra e pela sua inventividade, os nomes que então emergiram deixaram suas marcas na arquitetura desenvolvendo um estilo singular”, o qual faria jus a uma “certa tradição mineira”⁷⁴, revisitada pelos modernistas.

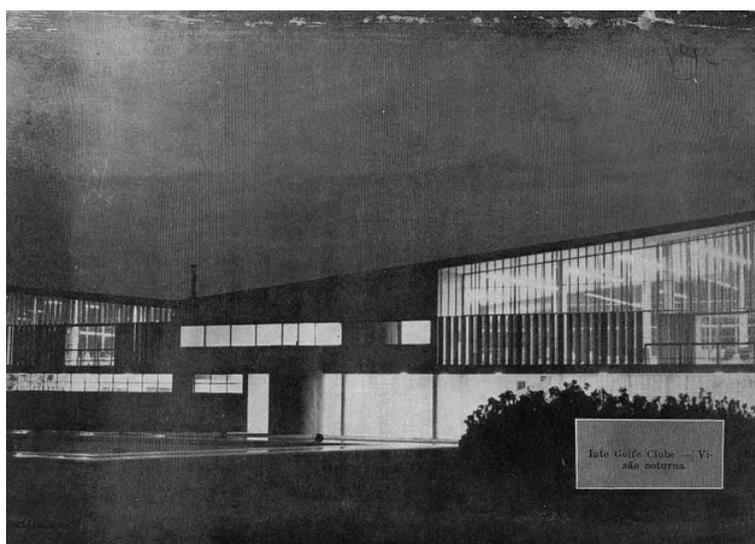


Figura 4 - late Clube, 1940-41.

Fonte: PBH. Relatório dos exercícios de 1940 a 1941.

Ao mesmo tempo, a cena moderna de Belo Horizonte vai ser marcada, como dissemos, pelo aparecimento das edificações como o Palácio Cristo Rei em 1937, adotando o modelo *art-déco*, com revestimento de pó-de-pedra, com o objetivo de “dar um ar mais moderno ao edifício e de quebra à própria igreja”. Fato este bastante significativo quando consideramos as dificuldades, relatadas por Souza, em consagrar a modernista Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, considera inadequada ao “decoro” da Igreja. Na esteira desta nova igreja, vão se desenvolver também outros exemplos como a Igreja de São Francisco das Chagas, nos anos 1940, e a 1ª Igreja Batista, em estilo cubo-futurista. Considerando ainda a gestão de JK, segundo Souza, “os anos de sua gestão são as portas por onde chegaram à cidade não só

⁷⁴ SOUZA, 1998, p. 214.

novos costumes, mas uma vida cultural que movimentou todas as camadas da população”. Neste sentido, “pode-se dizer que houve um projeto de modernização da Capital, um verdadeiro programa de ação cultural”⁷⁵. Datam também, por exemplo, deste período a criação e construção da Escola de Arquitetura e o projeto para construção do Teatro Municipal, este último com resultado negativo. Neste sentido, “em 1941, a Prefeitura pusera em hasta pública o velho Teatro Municipal da Rua da Bahia e com o dinheiro obtido iniciou a construção de um novo teatro no interior do Parque Municipal com capacidade para 3.500 espectadores”⁷⁶. Para Souza, a arquitetura ligada às realizações de JK foram de grandes avanços, ao contrário do restante da produção do restante da década.

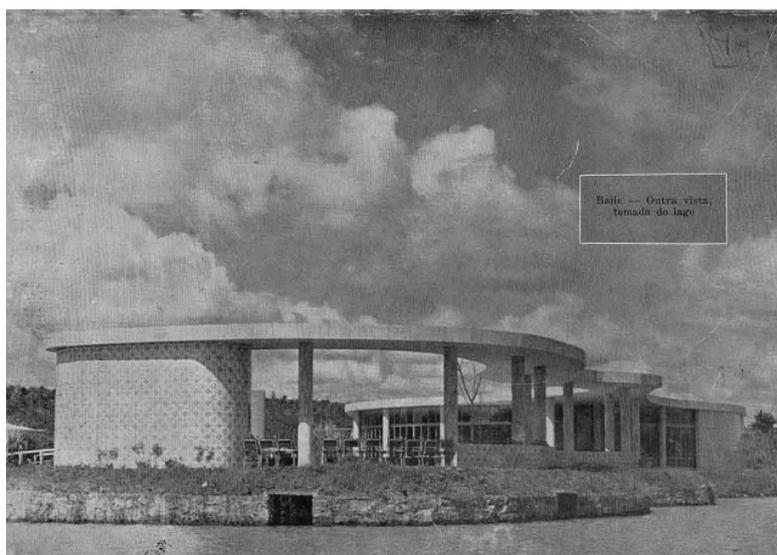


Figura 5 - Casa do Baile, 1940-41.

Fonte: PBH. Relatório dos exercícios de 1940 a 1941.

Outro aspecto que nos chama atenção, neste mesmo período, foi a construção do edifício Acaiaca, em 1947, considerado um marco na vida social de Belo Horizonte. Como aponta Souza, “apesar de sua altura desafiadora e da tecnologia envolvida em sua construção, o *Acaiaca* em seu aspecto formal não demonstrava apreço pela moderna arquitetura que já havia produzido dez anos antes no Brasil”, principalmente se consideramos a já existência do prédio do Ministério da Educação e Saúde (MES), que incorporara os pressupostos estéticos modernistas. Assim, “agarrado ao chão, o *Acaiaca*, desde seu nome tão mineiro até seu aspecto

⁷⁵ SOUZA, 1998, p. 102.

⁷⁶ SOUZA, 1998, p. 203.

sólido, inspirado nos arranha-céus americanos do início do século, prende-se mais à tradição cubo-futurista do que às formas e propostas da moderna arquitetura”⁷⁷. Segundo a análise de Castriota, este edifício “representaria a conservação dos valores autóctones, [representado pelo elemento indígena] como constituintes do caráter nacional, e, ao mesmo tempo, a vitória da civilização moderna”⁷⁸. Também seria neste cenário que a moradia verticalizada ganharia espaço, considerando inclusive as vertentes populares com o Conjunto IAPI, em 1942, dando início a uma época em que “morar em apartamentos deixava de ser solução preterida, passando a significar, entre outras coisas, um engajamento na modernidade da vida”⁷⁹.

Desta forma, a modernização da capital iniciada por Otacílio Negrão de Lima, no ano de 1935, quando este assume a Prefeitura de Belo Horizonte, seria marcada pelo impulsionamento da industrialização, intenção explicitada nas ações deste, como a isenção e subvenções concedidas. Neste sentido é que dar-se-ia o fortalecimento da capital como pólo industrial, e também o impulsionamento da verticalização e remodelação da cidade, em especial, de algumas de suas áreas do centro. Neste contexto, o paradoxo apontado por Agache vai despontar nas manchetes dos jornais da capital, tornando-se tema freqüente na imprensa. Segundo Castriota, “a questão ganha notoriedade, na medida em que, ao mesmo tempo em que o alto custo dos serviços urbanos trazia ônus para a Prefeitura, cresciam as reivindicações das vilas e bairros populares, que dispunham de precários serviços urbanos”⁸⁰. Vai datar também daí o início de um planejamento racional da cidade, segundo uma perspectiva “científica”, juntamente com o que acontecia em outras capitais. A atuação estatal vai ter lugar, através da iniciativa do governo federal, estabelecendo um planejamento social e econômico e instituindo diversos órgãos e políticas setoriais.

Neste contexto vale destacar também o aparecimento das intervenções e das novas idéias urbanísticas, influenciadas principalmente pelos urbanismos progressista e culturalista⁸¹, podendo ambos serem exemplificados, respectivamente, pelos “plano de urbanismo da cidade” e

⁷⁷ SOUZA, 1998, p. 206.

⁷⁸ CASTRIOTA, 1998, p. 175.

⁷⁹ SOUZA, 1998, p. 208.

⁸⁰ CASTRIOTA:, 1998, p. 134. Ver também GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; LIMA, Fábio José Martins de. Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte, 1895-1961. In: LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo no Brasil, 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

⁸¹ Segundo as definições propostas por CHOAY, 1997.

o plano da “Cidade Jardim *Fazenda Velha*”, de Lincoln Continentino. O primeiro vai ser marcado pela perspectiva dominante de incentivo à consolidação e adensamento da área central da cidade, assim como por uma reunião de diretrizes de reforma urbana sistemática, além da inclusão de grandes planos de avenidas que ligariam as zonas urbana e suburbana. O segundo vai ser caracterizado pela influência das idéias de Ebenezer Howard e sua Cidade Jardim, com traçado viário adequado à topografia, lotes extensos e pouco adensados. Neste mesmo período vai dar-se o início das obras da Avenida Sanitária (Pedro II) no bairro da Lagoinha, em direção à Pampulha. Neste sentido, nota-se que, nesta época, “parece haver uma inflexão neste rumo, com o discurso e as medidas relativas à urbanização de Belo Horizonte passando a ter como objeto a remodelação da cidade”⁸².

Seguem ainda desta mesma data a construção da Praça Raul Soares, outro símbolo da modernização da cidade, assim como o prolongamento da Avenida Amazonas, consolidando o vetor oeste de expansão da cidade. Nota-se também neste período, como dito anteriormente, o aparecimento dos edifícios privados. Neste sentido, seria digno de nota, apontar o fato de que em 1922, com a mudança da legislação urbanística da capital, seriam permitidos a construção de edifícios bastante verticalizados e a maximização da ocupação dos terrenos da área central. Desta forma, a altura máxima das edificações até então, considerando o Regulamento de 1901 era de três pavimentos, passou “a permitir edifícios com até 25 *pavimentos* nas vias de 25 metros de largura, 35 *pavimento* nas avenidas de 35 metros e, na Avenida Afonso Pena, de 50 metros de largura, edifícios com até 50 *pavimentos*”, formando-se assim a imagem da “Metrópole de 50 anos”, que superava a “chatice do casario” antigo⁸³. Nesta mesma época em que consolida sua imagem de metrópole, a antiga cidade vai dando lugar às novas construções em “estilo moderno”. Neste sentido, como observa Castriota, seria curioso perceber que esta mesma arquitetura, considerada moderna e que vai marcar a cena urbana de Belo Horizonte, vai receber uma fortuna crítica desfavorável pela historiografia da arquitetura moderna brasileira, sendo considerada “uma variante sem maior importância ou interesse”. Neste sentido, seria interessante notar que, “apenas recentemente alguns autores têm começado a apontar a unilateralidade e parcialidade dessa historiografia”, que, erigiria “como paradigma de qualidade e significação as obras derivadas da visita de Le Corbusier ao Brasil”. Esta mesma arquitetura

⁸² CASTRIOTA., 1998, p. 139.

⁸³ CASTRIOTA, 1998, p. 142.

seria aquela que permitira aos historiadores tecerem tal narrativa teleológica.

Nesse mesmo período, a arquitetura brasileira vai se mostrar com diferentes atitudes em relação ao cânone, afastando-se gradativamente da linguagem clássica e adotando a linguagem moderna. Diferentemente, no entanto, da visão preconizada pela historiografia dominante, não haveria unilateralidade nem necessidade neste processo: no campo da arquitetura, vai existir, também na capital mineira nesse período, um quadro bastante rico e complexo, coexistindo estilos como o ecletismo, o estilo *déco* e os primeiros exemplares de uma variante do modernismo vanguardista. É interessante percebermos, ainda, como essas variantes vão ter “fortunas críticas” bastante distintas: enquanto a produção do movimento moderno vai ser incensada, aquela identificada com o proto-modernismo ou o *art déco* seguiu estigmatizada por longo tempo⁸⁴. A complexidade do período vai ser analisada por Castriota, quando menciona que

muito mais que uma oposição frontal entre estilos e perspectivas antitéticas, parece possível identificar no período um leque de atitudes, onde as áreas de interpenetração entre uma e outra paleta constituem o que há de mais característico. Aproximação, superposição, diluição - idéias que nos permitem pensar um período de buscas, em que a única certeza era o esgotamento do academicismo e do ecletismo classicizante do início do século. É neste sentido, que um historiador de arquitetura latino-americana como Ramón Gutierrez pode aproximar fenômenos aparentemente tão díspares como o art-nouveau, as ‘restaurações nacionalistas’, como o neocolonial, e o art-déco, que teriam como traço comum uma ‘ruptura com o academicismo’, ‘ainda que seus planos de conflito não sejam similares, oscilando entre uma dialética conceitual e uma disputa sobre modelos formais (CASTRIOTA, 1998, p. 145).

A complexidade arquitetônica desse período reflete-se no próprio termo *art-déco*, que seria empregado como denominação geral para a arquitetura moderna⁸⁵; termo este popularizado por Bevis Hillier, em 1968. Em Belo Horizonte, esta arquitetura vai ser constantemente (como já citamos) chamada de “cubista”, “futurista” ou “moderna”. Neste sentido, segundo Castriota, “como denominação geral para a arquitetura moderna”, o termo *art-déco* remeteria à Exposição de Arte Industrial e Decorativa Moderna, acontecida em Paris, em 1925, definindo a partir daí um “estilo moderno”.

⁸⁴ CASTRIOTA, 1998a.

⁸⁵ Ver CASTRIOTA, 1998a; 1998b.



Figura 6 - Palácio da Municipalidade, 1960.

Fonte: Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos.

Já a partir dos anos 1930, o *art-déco* chegaria a Belo Horizonte e se difundiria, alcançando em 1935 o *status* de arquitetura oficial, como no caso do projeto para o novo *Palácio da Municipalidade*, de autoria do arquiteto Luiz Signorelli, “reconhecido por sua fachada lançada em linhas modernas, obedecendo na sua estrutura e no seu conjunto os moldes da arquitetura contemporânea”⁸⁶. Naquele contexto, surgiriam também a *Casa d’Itália*, de Raffaello Berti, em 1935, e o prédio dos *Correios e Telégrafos*, de José Story dos Santos, nos anos de 1936 a 1939, que representariam combinações diferentes entre elementos arquitetônicos “tradicionais” e “modernos”. A *Casa d’Itália* apresentaria uma atitude ambígua, enquanto que os *Correios e Telégrafos* prender-se-ia menos “às soluções tradicionais, apresentando uma pesquisa formal mais arrojada e claras preocupações funcionais”.⁸⁷

⁸⁶ Palácio da Municipalidade. *Arquitetura*. N.3 Belo Horizonte. Jul-Ago /1935. PP. 6/13. apud CASTRIOTA, 1998a.

⁸⁷ CASTRIOTA, 1998a:146.



Figura 7 - Casa d'Itália, 1960.

Fonte: Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos.

O *art-déco* se difundiria rapidamente por Belo Horizonte, tornando-se hegemônico no período. Este estilo ligava-se à idéia de “modernidade” e iria se prestar às exigências de uma sociedade em processo de “modernização”. Seus traços seriam utilizados numa grande quantidade de edifícios residenciais verticais, indústrias, estações de hidroaviões, e outras tipologias relacionadas com essa modernização. Esta identificação com o mundo industrial e com a moderna tecnologia da construção iria dar às formas dos edifícios “um sentido de modernidade, de projeção para o futuro”.⁸⁸ E ainda, especialmente assimilado pela estética do cinema, o *art-déco* vai se manifestar em Belo Horizonte também na construção, em 1932, do *Cine Brasil*, que “passa a simbolizar uma nova atitude construtiva na capital mineira”.⁸⁹ Neste mesmo contexto, haveriam ainda aquelas edificações em que os signos da modernidade vão estar relacionados ao seu sistema ornamental, num procedimento não muito distante dos estilos historicistas do século XIX, e que vão orientar ainda a lógica de adaptação das edificações ecléticas ao novo estilo, como no caso do *Cine Metrôpole*, em 1942. Este cinema, reinaugurado em 1942, passara

⁸⁸ SEGRE, 1991: 111 *apud* CASTRIOTA, 1998a.

⁸⁹ CASTRIOTA., 1998a:155.

a constituir um importante símbolo da modernidade na cidade, o que pode ser percebido pela exaltação da imprensa da época. No entanto, ao mesmo tempo em que este se inaugurava, vai surgir também em Belo Horizonte o conjunto da Pampulha, trazendo à cena o projeto de modernidade das vanguardas modernistas, enquanto o *déco* seguiria exercendo importante papel no imaginário popular.

Nesta arquitetura marcada pelos conceitos de funcionalidade, racionalidade, eficiência e economia, apareciam ainda, em Belo Horizonte, uma série de edifícios hospitalares modernos, que utilizariam este estilo para representar sua nova concepção de medicina. Para Castriota, um caso paradigmático seria Santa Casa de Misericórdia. No entanto, a este exemplo, somar-se-iam ainda o Hospital Odilon Behrens, que conjuga um partido moderno e decoração geométrica. Este processo de modernização também vai ser claro na área da educação, onde, em todo o Brasil, vão surgir novos “estabelecimentos escolares em estilo 'moderno', com linhas geometrizarantes e preocupações funcionalistas”⁹⁰, tendo como exemplos o Colégio Imaculada Conceição e o Colégio Marconi, dentre outros. Para Castriota, esta arquitetura vai também refletir o projeto moderno de educação do país, articulado por Francisco Campos e Gustavo Capanema. Interessante também notar aqui que, em muitos destes projetos, como o da sede social do Minas Tênis Clube, que não vai tratar de uma arquitetura decorada, mas sim de complexos jogos de volume, utilização de novos materiais construtivos e elementos arquitetônicos inovadores.

Belo Horizonte vai, neste período, assistir à disseminação do “estilo moderno”, partindo do Centro para as periferias. Neste momento, “as 'velhas' periferias, como Floresta e Lagoinha, que se consolidavam como pólos densamente povoados, mas também as novas vilas e bairros populares que se formavam [...] fornecem-nos exemplares da apropriação popular”⁹¹ do estilo moderno. Para Castriota, um dos sinais dessa difusão seria a publicação no jornal Estado de Minas da coluna “A Casa Moderna”, que divulgada esta nova arquitetura residencial. Ainda, neste período de aparecimento dos edifícios verticais, vão despontar na paisagem da cidade exemplares como o Edifício Chagas Dória, com seus aspectos tradicionais e linguagem ornamental geométrica, ou mesmo o já citado Ibaté, considerado o primeiro edifício racionalista

⁹⁰CASTRIOTA, 1998, p. 151.

⁹¹CASTRIOTA, 1998, P. 163.

da cidade. Neste contexto, Leonardo Barci Castriota vai identificar algumas destas tendências arquitetônicas, onde a primeira seria chamada “futurista”, “caracterizada pela profusa utilização da decoração moderna geometrizada, aliada à forte ênfase expressiva e monumental, assimila tanto recursos da matriz clássica quanto do racionalismo 'cubista'. Por outro lado, outra tendência seria a conhecida como “cúbica”, caracterizada por seu “jogo assimétrico de massas cúbicas”, pela “decomposição dos volumes geométricos” realizada “por meio de volumes e lajes planas em balanço, por aberturas rasgadas horizontalmente e por arestas recortadas”, que lhes imprimiriam movimento e reforçariam sua composição. Um dos exemplos claros desta tendência seria o Conjunto IAPI, marcado pela supressão dos ornamentos e redução dos elementos plásticos. Outra tendência seria a denominada estilo *parquebot*, “marcada pelo aspecto mais compacto do volume, por vezes obtida pelo emprego de formas cilíndricas e pelo acentuado dinamismo das linhas horizontais dominantes”, cujo bom exemplo seria o Cine Brasil. E uma quarta e última tendência seria a que poderia ser denominada “classicismo moderado” ou “modernismo moderado”, marcada pela utilização de traços tradicionais, como simetria e esquema tripartido base-corpo-coroamento, como o Edifício Capixaba.

3.2.2 O conjunto IAPI

Como citamos brevemente, marcando, ainda, a atuação de JK e seu projeto de modernidade para Belo Horizonte, vamos ter a construção do conjunto habitacional do IAPI (como parte de um projeto que previa a construção de conjuntos em diversas áreas da cidade⁹²). Seria, então, nesse cenário complexo de modernização da cidade de Belo Horizonte, dar-se-ia o início da atuação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) em Belo Horizonte, com a construção do Conjunto Residencial São Cristóvão/IAPI, a partir do ano de 1944 até 1951, que seria inaugurado em 1º de maio de 1948. O conjunto teria sua construção iniciada durante a gestão de Juscelino Kubitschek na Prefeitura Municipal, conformando parte do projeto de desenvolvimento de Vargas⁹³. Naquele contexto de desenvolvimento da cidade, o Conjunto

⁹² OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. Relatório dos exercícios de 1940 e 1941, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Benedicto Valladares Ribeiro, pelo prefeito Juscelino Kubitschek de Oliveira. Belo Horizonte: Oliveira, Costa e Cia, 1942. 147 p.

⁹³ Ver também PASSOS, LUIZ MAURO DO CARMO; ANDRADE, RODRIGO FERREIRA, ORIENT; COLEÇÃO BELO HORIZONTE. Edifícios de apartamentos, Belo Horizonte, 1939-1976: formações e transformações tipológicas

significaria um contraponto às obras modernistas da Pampulha, constituindo sua construção mais que um passo necessário para a modernização da cidade, constituindo uma iniciativa de cunho social e político⁹⁴. Neste sentido, nota-se que os anos de 1930 a 1940 vão ser anos de intensa transformação urbanística de Belo Horizonte, onde, no entanto, “as intervenções eram muitas vezes desarticuladas com o todo da cidade, mas no geral fundamentais para a estruturação da malha urbana”⁹⁵. Neste mesmo sentido, Juliana Cardoso Nery aponta a importância do empreendimento do IAPI enquanto impulsionador do processo de verticalização na cidade.

O Conjunto IAPI constituiria o caso mais expressivo de um programa de habitação social desenvolvido para os trabalhadores em Belo Horizonte. Com a elaboração do projeto pelos engenheiros White Lírio da Silva, José Barreto de Andrade e Antônio Neves, o desenvolvimento do empreendimento ficaria a cargo da Companhia Auxiliar de Serviços de Administração/S.A. (CASA), do Rio de Janeiro, através do estabelecimento de um contrato com a Prefeitura Municipal. Neste contrato, a Prefeitura doaria um terreno de sua propriedade com aproximadamente 70.000 m², que abrigava cerca de 3.000 pessoas entre imigrantes, operários e mendigos, na região da Pedreira Prado Lopes, entre os Bairros Lagoinha e São Cristóvão. O terreno, próximo ao centro da cidade, exigiria a aplicação de poucos recursos econômicos para a sua urbanização, tornando possível a absorção da população carente ali residente. Firmado o contrato entre o IAPI, a Prefeitura Municipal e a CASA, em 29 de novembro de 1940, seriam dados os primeiros passos para a realização do empreendimento. Neste contexto, seriam estabelecidas as condições para a localização do “bairro popular”, delimitado pelas avenidas Pedro I, rua Araribá, avenida José Bonifácio e avenida Antônio Carlos, em terreno com área total de 56.000 m².

na arquitetura da cidade. Belo Horizonte: 1995. 2v.

⁹⁴NERY, JULIANA CARDOSO; GOMES, MARCO AURÉLIO A. DE FIGUEIRAS; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Configurações da metrópole moderna os arranha-céus de Belo Horizonte 1940/1960. 2001 238f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Ver ainda sobre o desenvolvimento da cidade em PLAMBEL. O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1979. 2v.

⁹⁵NERY, 2001, p. 150.

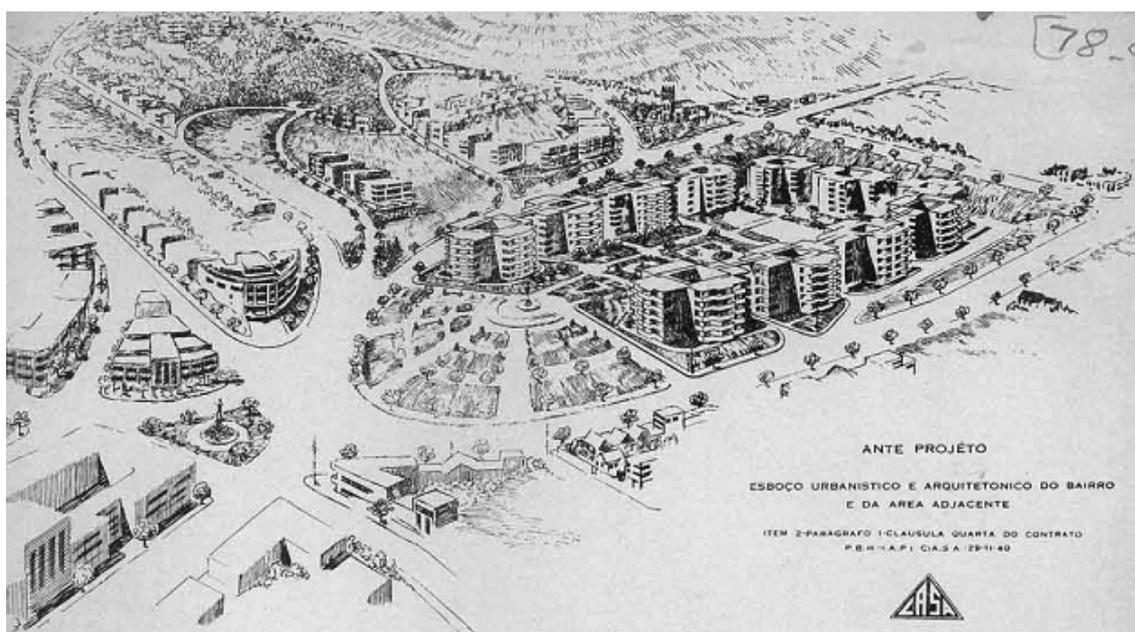


Figura 8 - Ante projeto do Conjunto IAPI, 1940-41.
Fonte: PBH. Relatório dos exercícios de 1940 a 1941.

A inauguração do empreendimento repercutiria em todo o país como uma iniciativa importante para a solução do problema habitacional nos grandes centros urbanos. Assim, o “bairro popular”, como ficou conhecido, possibilitaria a redução dos custos da urbanização da área e da construção das unidades habitacionais e seria considerado o maior empreendimento dessa natureza do país. Configurado pela implantação de nove blocos residenciais, com área de lazer comum, além de área verde circundante, o conjunto abrigaria cerca de 6.000 habitantes em suas 928 unidades, que seriam alocadas aos funcionários da Prefeitura e associados do IAPI. Pela primeira vez na cidade se proporia um conjunto habitacional vertical, muitas vezes anunciado como o “conjunto moderno”. A proposta apresentava inovações no plano urbanístico, devido à articulação entre as edificações e os espaços comuns e sua inserção no contexto urbano, além da forma arquitetônica com suas “formas verticais e linhas modernas” e o próprio parcelamento do solo que não se vinculava mais às unidades habitacionais únicas. Esta nova proposta de parcelamento do solo sugeriria alterações no código de obras e posturas municipais, já que o lote convencional deixara de existir, passando a área a ser configurada pela grande área central que alteraria a definição do espaço público e privado. Desta forma, o conjunto apresentaria vários pontos que caracterizavam os demais conjuntos habitacionais construídos pelo IAPI, como a busca da racionalidade e do barateamento da construção, além da altura limitada dos

blocos, segregação do conjunto no traçado urbano, lojas comerciais em seu interior e área central destinada a equipamentos coletivos, respondendo com tal complexidade os pressupostos modernistas.



Figura 9 – Ante projeto do Conjunto IAPI, 1940-41.
Fonte: PBH. Relatório dos exercícios de 1940 a 1941.

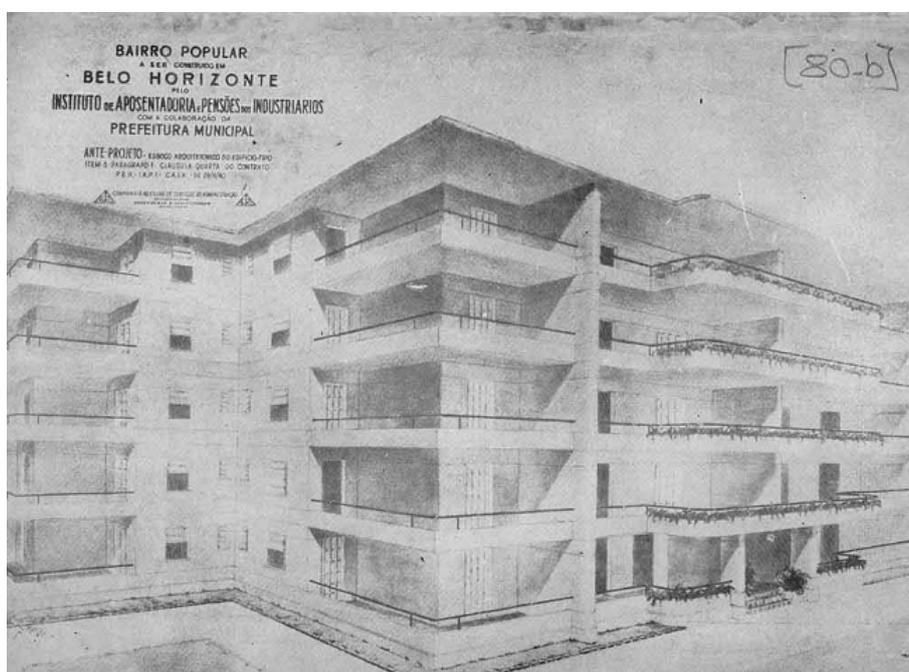


Figura 10 – Ante projeto do Conjunto IAPI, 1940-41.
Fonte: PBH. Relatório dos exercícios de 1940 a 1941.

O Conjunto IAPI constituiria o caso mais expressivo de um programa de habitação social desenvolvido para os trabalhadores em Belo Horizonte. Com a elaboração do projeto pelos engenheiros White Lírio da Silva, José Barreto de Andrade e Antônio Neves, o desenvolvimento do empreendimento ficaria a cargo da Companhia Auxiliar de Serviços de Administração/S.A. (CASA), do Rio de Janeiro, através do estabelecimento de um contrato com a Prefeitura Municipal. Neste contrato, a Prefeitura doaria um terreno de sua propriedade com aproximadamente 70.000 m², que abrigava cerca de 3.000 pessoas entre imigrantes, operários e mendigos, na região da Pedreira Prado Lopes, entre os Bairros Lagoinha e São Cristóvão. O terreno, próximo ao centro da cidade, exigiria a aplicação de poucos recursos econômicos para a sua urbanização, tornando possível a absorção da população carente ali residente. Firmado o contrato entre o IAPI, a Prefeitura Municipal e a CASA, em 29 de novembro de 1940, seriam dados os primeiros passos para a realização do empreendimento. Neste contexto, seriam estabelecidas as condições para a localização do “bairro popular”, delimitado pelas avenidas Pedro I, rua Araribá, avenida José Bonifácio e avenida Antônio Carlos, em terreno com área total de 56.000 m².

Pode-se dizer que o conjunto foi resultado da iniciativa de JK frente à questão da habitação social na cidade. Neste sentido, por exemplo, nota-se esta preocupação exposta no Decreto 75 de 24 de Outubro de 1940, onde

considerando que o problema da habitação barata já se formula nesta Capital com a mesma premência dos demais centros populosos do país”, assim como considerando que a construção das chamadas 'vilas operárias' ou populares, com que se tem procurado resolver esse problema, não constitui a sua melhor solução, em primeiro lugar, porque, dada a falta de espaço no centro urbano, tais vilas só podem ser construídas em bairros distantes, onde se consome no transporte o que se economiza no aluguel; segundo, porque, mesmo se tratando de 'casa própria', tem mostrado experiências que as classes menos favorecidas raramente atingem a estabilidade econômica necessária para possuí-la, donde o geral fracasso de tais tentativas; considerando que a solução mais viável consiste em fazer grandes prédios de apartamentos, onde, pela sua construção e sistema de exploração, se torne possível um aluguel módico, ao alcance de qualquer bolsa; considerando, finalmente, que é dever da administração pública, principalmente da municipal, favorecer iniciativas dessa natureza, o que lhe dá, ao mesmo tempo, o direito de fiscalizar a sua execução (OLIVEIRA, 1942).

Este documento, sancionado pelo prefeito JK no dia 24 de outubro de 1940, aprovado pelo Departamento Administrativo do Estado, estabelece a redução a 4% da Taxa do Imposto Predial dos prédios urbanos ou conjuntos de prédios de apartamentos, destinados às classes populares,

atendendo os seguintes critérios:

- a) número mínimo de cinco andares em cada pavilhão;
- b) número mínimo de quinhentos apartamentos ou moradas distantes no conjunto dos pavilhões;
- c) aluguéis variando entre 70\$000 e 250\$000 por mês, de acordo com tabela aprovada pela Prefeitura;
- d) área interna livre, ajardinada, para uso comum dos inquilinos (OLIVEIRA, 1942).

O conjunto, então, tivera sua construção iniciada durante a gestão de Juscelino Kubitschek na Prefeitura Municipal, conformando parte do projeto de desenvolvimento de Vargas. Naquele contexto de desenvolvimento da cidade, o Conjunto significaria um contraponto às obras modernistas da Pampulha, constituindo sua construção mais que um passo necessário para a modernização da cidade, constituindo uma iniciativa de cunho social e político. Seria no cenário complexo de modernização da cidade de Belo Horizonte, que dar-se-ia o início da atuação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) em Belo Horizonte, com a construção do Conjunto Residencial São Cristóvão/IAPI, a partir do ano de 1944 até 1951, que seria inaugurado em 1º de maio de 1948. Ainda neste sentido, soma-se “as medidas previstas pelo Decreto-Lei nº 75 são, para a época, modernizantes e revelam, a nova política econômica inaugurada no país a partir de 1930 e mais particularmente a partir de 1937”⁹⁶, que, somavam-se a outras ações de doação de terrenos e desapropriação pela Prefeitura Municipal, num contexto em que já seria possível se observar que as associações de bairro e vilas começavam a exercer um certa pressão, não apenas por habitação mas também pela precariedade e inexistência dos serviços em geral, sobre os governos municipais e também estaduais.

Neste sentido, destaca-se a atuação do Poder Público em Belo Horizonte. Segundo o relatório da PLAMBEL, “por sua formação histórica – uma cidade criada e planejada pelo Poder Público para se tornar polo político e econômico do Estado – parece perfeitamente natural que o Poder Público se constitua em um dos agentes básicos do processo de desenvolvimento”⁹⁷, controle este que, no entanto, tornar-se-ia menos efetivo com o passar dos anos.

A inauguração do empreendimento repercutiria em todo o país como uma iniciativa importante para a solução do problema habitacional nos grandes centros urbanos. Assim, o “bairro popular”,

⁹⁶ PLAMBEL, 1979, p. 248.

⁹⁷ PLAMBEL, 1979, p. 255.

como ficou conhecido, possibilitaria a redução dos custos da urbanização da área e da construção das unidades habitacionais e seria considerado o maior empreendimento dessa natureza do país. Configurado pela implantação de nove blocos residenciais, com área de lazer comum, além de área verde circundante, o conjunto abrigaria cerca de 6.000 habitantes em suas 928 unidades, que seriam alocadas aos funcionários da Prefeitura e associados do IAPI. Pela primeira vez na cidade se proporia um conjunto habitacional vertical, muitas vezes anunciado como o “conjunto moderno”. A proposta apresentava inovações no plano urbanístico, devido à articulação entre as edificações e os espaços comuns e sua inserção no contexto urbano, além da forma arquitetônica com suas “formas verticais e linhas modernas” e o próprio parcelamento do solo que não se vinculava mais às unidades habitacionais únicas. Esta nova proposta de parcelamento do solo sugeriria alterações no código de obras e posturas municipais, já que o lote convencional deixara de existir, passando a área a ser configurada pela grande área central que alteraria a definição do espaço público e privado. Desta forma, o conjunto apresentaria vários pontos que caracterizavam os demais conjuntos habitacionais construídos pelo IAPI, como a busca da racionalidade e do barateamento da construção, além da altura limitada dos blocos, segregação do conjunto no traçado urbano, lojas comerciais em seu interior e área central destinada a equipamentos coletivos, respondendo com tal complexidade os pressupostos modernistas.

3.2.3 A trajetória dos conjuntos modernos

Como se sabe, a atuação dos modernistas estaria fortemente vinculada aos seus pressupostos estéticos, os quais, atrelados aos conceitos de “modernidade”, “nacionalidade” e “identidade”, permitiriam aos arquitetos modernos conquistar uma posição dominante no “discurso público”. Como se sabe, os arquitetos atuavam, desde a década de 1940, no campo da construção dos monumentos estatais para o Estado Novo; no estabelecimento de um Serviço de Patrimônio responsável pela constituição do capital simbólico nacional; e por fim, na proposição de projetos habitacionais econômicos, concebidos semelhantemente aos monumentos, com vistas à implantação de uma política de habitação social⁹⁸. Ainda, para Cavalcanti, “a implantação de um

⁹⁸ CAVALCANTI, 1995, p. 43.

'patrimônio moderno' foi possível, também, pela incipiência do campo arquitetônico nos anos 30 e 40 e, sobretudo, pelo pouco caso devotado às artes nativas pelos dominantes da época, os 'acadêmicos' da Escola de Belas Artes"⁹⁹. Para Cavalcanti seria,

revelador compararmos as características do SPHAN e do Serviço de Censura de Fachadas, o órgão através do qual os 'acadêmicos' buscavam exercer o domínio e o controle da produção arquitetônica. Este último abrangia apenas as formas externas da produção futura de prédios isolados e atuava na negatividade, vetando formas que lhes parecessem inadequadas. O SPHAN exerce o controle através de positivities, prescrevendo normas e inculcando preceitos construtivos, apresentando uma capilaridade muito mais abrangente de seus poderes: trabalha respaldado pelo conceito de identidade nacional, exercendo a seleção da solução pretérita a ser eternizada, assim como da futura, que figurará ao lado desse *pantheon* construtivo. O Serviço de Patrimônio atua numa escala urbana e com a noção de ambiência, ampla em escala e idéia o bastante para lhe conferir o papel de planejador urbano ao lado de órgãos da prefeitura. Ao operar mesclando padrões estéticos com conceitos de nacionalidade e identidade, logra atingir uma inquestionabilidade e um tom ético-emocional que confere certo ar perene a absoluto a regras visuais e noções de memória que, na realidade, foram histórica e socialmente construídos (CAVALCANTI, 1995, p. 46).

Neste sentido, Lauro Cavalcanti nos chama atenção para o fato de que os modernos e suas formas modernas passaram a ser consideradas como "absolutas", confundindo-se, por exemplo, com a própria profissão, à época da inauguração de Brasília. Para este autor, para obeterem o domínio do campo, "os 'modernos' possuíam um discurso arquitetonicamente fundado e um elo com o campo da burocracia; o movimento de autonomização se dá, em aparente paradoxo, com métodos políticos pouco autônomos e com um forte papel da ação humana individual". Ou seja, para Cavalcanti, "em *démarche* 'iluminista', os 'modernos', munidos das competências específicas, utilizam-se do mecenato estatal para furar o bloqueio do burocratismo das formas"¹⁰⁰. No campo da arquitetura, a vitória dos modernistas se daria através da vinculação histórica e ética, partindo dos pólos do passado e do futuro, estabeleceram uma perspectiva evolucionista que os colocara como herdeiros da tradição construtiva brasileira. Neste sentido, para Cavalcanti,

as estruturas 'modernistas', simplificadas e multiplicáveis, igualariam as casas de ricos e pobres no aspecto construtivo, possibilitando a produção em larga escala de casas operárias. Gostar ou não das formas 'modernas' não se tratava mais de uma opção estilística, mas sim de uma necessidade ética e 'social', como afirmava 'corbusianamente' Lúcio Costa (CAVALCANTI, 2000, p. 21).

⁹⁹ CAVALCANTI, 1995, p. 45.

¹⁰⁰ CALAVTANTI, 1995, p. 43.

Afirma esse autor, em seu livro “Modernistas na Repartição”, que “a singularidade do Modernismo brasileiro reside na ação concomitante e dialética de nossos intelectuais no desejo de construção utópica de um passado e de um futuro para a arte e para o próprio País”¹⁰¹. Nesta mesma obra, o autor vai nos lembrar da vitória dos modernistas frente o concurso da nova sede do Ministério da Educação e Saúde, onde estes venceram o projeto “estilo marajoara”, de Arquimedes Memória. Fato este que torna-se de grande sentido quando lembramos que os “neocolonialistas” seriam os principais concorrentes dos modernistas, “pela primazia da condução oficial da renovação arquitetônica nacional e pelo estudo do passado nacional”. Neste sentido, juntaríamos a este, o fato da convocação de um modernista para a criação de um anteprojeto de criação de um instituto destinado a organizar, conservar e propagar o patrimônio artístico nacional. De fato, sabe-se hoje que o que estava em jogo era a possibilidade de se forjar as políticas públicas de um Estado que pretendia fundar um novo país, ou seja, “no plano cultural, fazer formas e estilos que incorporassem uma realidade pouco estudada em um projeto de transformação dessa mesma realidade”¹⁰². Então, ainda no campo do patrimônio,

enquanto seus oponentes privilegiavam aspectos morais e patrióticos, resultando seus discursos em uma catilinária nostálgica, os 'modernistas' desenvolviam pormenorizados trabalhos especializados sobre arte, arquitetura, etnologia, música – vale destacar a saborosa erudição sem pompas de Lúcio Costa e Mario de Andrade (CAVALCANTI, 2000, p. 20).

No entanto, também seria revelante chamar a atenção para a atuação dos modernos na constituição do capital simbólico nacional, como mencionado anteriormente. Esta atuação vai ser dar na forma da constituição dos “monumentos” nacionais, termo aqui tratado no sentido proposto por Aloïs Riegl. Como dissemos na primeira parte deste trabalho, Riegl, a distinção conceitual entre “monumento” e “monumento histórico”, seria uma das distinções fundamentais para se compreender o “culto” aos monumentos disseminado na modernidade. Para este autor, entendemos por “monumento”, na acepção mais antiga do termo, “uma obra realizada pela mão humana e criada com o fim específico de manter ações ou destinos individuais (ou o conjunto destes) sempre vivos e presentes na consciência das futuras gerações”¹⁰³. No entanto, Riegl vai ressaltar que, quando tratamos do culto moderno dos monumentos, não pensamos nestes monumentos, senão nos monumentos intencionais, ou seja, aqueles criados deliberadamente,

¹⁰¹ CAVALCANTI, 2000, p. 9.

¹⁰² CAVALCANTI, 2000, p. 19.

¹⁰³ RIEGL, 1999, p. 23.

cujo sentido histórico seria lhe atribuído *a posteriori*. De qualquer forma, é interessante notar, como destaca Cavalcanti, as obras arquitetônicas dos modernos foram marcadas por sua escala monumental, como por exemplo, no caso das moradias populares, representadas pelos conjuntos de Afonso Reidy, “onde, nas palavras de Lúcio Costa, a grande escala é utilizada como símbolo e prenúncio de como deveriam habitar as camadas populares”¹⁰⁴. Estes seriam os resultados naturais da concepção da moradia popular como monumento.

No entanto, para se compreender o domínio dos modernos no discurso público, não bastaria tratar exclusivamente da construção dos monumentos da arquitetura, como pretende a historiografia, mas também na sua ação para a conservação do patrimônio cultural nacional, na qual, a partir daquela narrativa, percebe-se o ensejo para o estabelecimento de conteúdos normativos nos quais se firmariam os cânones modernos, colocando ainda a produção modernista “em pé de igualdade” com a setecentista mineira, unanimemente reconhecida no Brasil¹⁰⁵. Assim, a partir desta atividade, os modernistas conseguiriam “impor seus princípios enquanto construtores de monumentos futuros e árbitros do gosto nacional”, atingindo uma invejável posição de “biógrafos” e “videntes” da arte e da arquitetura brasileiras¹⁰⁶. Percebe-se que, neste contexto ideológico, o “discurso público” encabeçado pelos modernos lograra atingir um patamar inquestionável que conferia um certo ar perene e absoluto aos valores atribuídos ao patrimônio e a noções de memória (que, na realidade, foram histórica e socialmente construídos)¹⁰⁷. Desta forma, seriam estabelecidos os critérios para a escolha e tratamento de bens culturais, excepcionais por princípio, que automaticamente relegariam parte da produção cultural nacional ao esquecimento.

Neste contexto, destacou-se a Revista do Patrimônio, como o instrumento fundamental na difusão das idéias modernistas, assim como no incentivo aos trabalhos de pesquisa sobre o passado da arquitetura nacional. Segundo Cavalcanti, seus artigos surgiram de duas formas: “encomendas de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, onde “um técnico debruçava-se 'exclusivamente' sobre o tema, abandonando temporariamente suas outras obrigações com o fito de desvendar uma faceta até então pouco estudada de nossa cultura”; ou, por outro lado, os

¹⁰⁴ Citado por CAVALCANTI, 1995, p. 44.

¹⁰⁵ Ver MOTTA, 1987 e CASTRIOTA, 2003.

¹⁰⁶ CAVALCANTI, 1995:45.

¹⁰⁷ CAVALCANTI, 1995:46.

ensaios surgiram em conseqüência às descobertas feitas principalmente na fase heróica. Para Cavalcanti,

a ida para a repartição deixou transparecer a crença 'modernista' de que era o Estado o lugar da renovação e da vanguarda naquele momento, assim como o vislumbre da possibilidade de aplicar na realidade idéias de reinterpretação ou reinvenção de um país que estava sendo praticado nas páginas de seus livros. Na implantação do 'modernismo' como dominante de uma política cultural, conseguiram realizar o sonho de todo revolucionário: deter as rédeas da edificação do futuro e da reconstrução do passado ou, em outras palavras, escrever simultaneamente o mapa astral e árvore genealógica do País (CAVALCANTI, 2000, p. 23).

Neste sentido, Lúcio Costa tornar-se-ia um dos principais teóricos tanto da arquitetura e moderna no brasileira. Em seu ensaio “Documentação Necessária”, Lúcio Costa vai destacar a ausência de estudos sobre o passado da arquitetura nacional, buscando enfatizar esta arquitetura que, até então, vinha sendo desvalorizada. Costa vai afirmar as características desta arquitetura que desenvolvida naturalmente que, quando apurada, “adivinhandose na justeza das proporções e na ausência de *make up*”¹⁰⁸, apresentaria uma saúde perfeita. Esta arquitetura, feita muitas vezes pelo índio, negro e português, não poderia ser mais tratada como de nenhum valor, como obra de arquitetura. Para o autor, tal afirmação não corresponderia à realidade. Esta arquitetura surgida e tornada parte da terra, tornar-se-ia a “coisa legítima” que teria para os arquitetos, “uma significação respeitável e digna”, ao contrário do “pseudomissões, normando e colonial”, que não passariam de um “arremedo sem compostura”. Aquelas edificações da arquitetura tradicional teriam seu mérito no “engenhoso processo de que são feitas – barro armado com madeira”, e teriam “qualquer coisa do nosso concreto armado”; além disso, construídas com o devido cuidado e cautela, afastando-se o piso do terreno, caiando as paredes, evitando a umidade e o barbeiro, num sistema que “deveria ser adotado para casas de verão e construções econômicas de modo geral”¹⁰⁹.

Lúcio Costa destacaria, então, através de uma análise dos elementos que comporiam a arquitetura tradicional, estabelecendo sua relação direta com a arquitetura moderna. Neste sentido, para Costa,

resultariam, de um exame menos apressado, observações curiosas, por isto que em

¹⁰⁸ CAVALCANTI, 2000, p. 186.

¹⁰⁹ CAVALCANTI, 2000, p. 188.

desacordo com certos preconceitos correntes e em apoio das experiências da moderna arquitetura, mostrando, mesmo, como ela também se enquadra dentro da evolução que se estava normalmente em processo (CAVALCANTI, 2000, p. 189).

O teórico da arquitetura iniciaria sua análise a partir da observação dos beiras, destacando, posteriormente, aparecimento das calhas, platibandas (“continuando as cornijas – já sem função – presas ainda à parede pela força do hábito e meio sem jeito”), desembocando no aparecimento dos terraços-jardins, ponto onde a transformação se completara. Neste mesmo sentido, Costa analisaria a estrutura, comparando os “arcabouço de madeira” com os “montantes de concreto”, enfatizando o resultado da escolha desta estrutura sobre o dimensionamento da espessura das paredes. Num outro momento, o autor vai comparar a “relação dos vãos com a parede”, apontando o aumento do número de janelas nas fachadas das casas tradicionais brasileiras, que evoluiria para o vão rasgado da arquitetura moderna, acompanhando “a tendência para abrir sempre e cada vez mais”. Para Costa, tanto a arquitetura moderna feita pelos arquitetos, como a tradicional feita pelos mestres-de-obra, haveriam sido “fiéis à tradição portuguesa de não mentir”, aplicando às suas construções, “todas as novas possibilidades da técnica moderna”. Neste sentido, finalizaria o autor com a convicção e que seria necessário, pois, “trazer o estudo até os nossos dias, procurando-se determinar os motivos do abandono de tão boas normas”, além da origem da “desarrumação” que há vinte anos dominara o cenário da arquitetura. Para Costa, excluídas as possibilidades de uma explicação de fundo social e econômico, restava a de ordem “doméstica”, ou seja,

o imprevisto desenvolvimento do mau ensino da arquitetura – dando-se aos futuros arquitetos toda uma confusa bagagem *técnico-decorativa*, sem qualquer ligação com a vida, não se lhes explicando direito o *porquê* de cada elemento, nem as razões profundas que condicionaram, em cada época, o aparecimento de características comuns ou seja, de um estilo; depois o desenvolvimento, também não previsto, do *cinematógrafo*, que abriu ao grande público, até então despreocupado *dessas coisas* e habituado às casas simplórias, mas honestas, dos mestres-de-obras, novas perspectivas – bangalôs, casas espanholas americanizadas, castelos, etc. (CAVALCANTI, 2000, p. 193).

Segundo Lúcio Costa, o encontro então dos dois indivíduos, “o proprietário, saído do cinema a sonhar com a casa vista em tal fita”, e o arquiteto, “saído da escola a sonhar com a ocasião de mostrar as suas habilidades”, resultaria na transferência das telas para a cidade aquele tipo de arquitetura. No entanto, haveria ainda uma solução, surgida da “melhor das intenções” e representada pelo “chamado movimento tradicionalista”. Neste movimento, onde os integrantes

que haviam percebido que aquela arquitetura tradicional estaria ainda ali presente, e caberia aos arquitetos “recuperar todo esse tempo perdido”, estendendo a mão ao velho “portuga” de 1910, o qual guardara sozinho a “boa tradição”¹¹⁰.

Hoje, percebe-se ainda que a conservação de bens culturais no Brasil vai ser hegemonicamente dominada pela ideologia do movimento moderno da primeira metade do século XX, no âmbito da elaboração de um projeto de nação que se basearia na gênese das formas criadas pelos modernos¹¹¹. No entanto, na análise desta trajetória podemos notar que o que haveria de ser predominante na historiografia da arquitetura brasileira, seria a redução de todas as outras correntes e estilos da época sob a sua ótica peculiar. Ideologicamente, numa análise do contexto cultural amplo, vai se perceber que os arquitetos modernos conseguiram impor a seus pares um discurso que tinha como base a afirmação de que o modernismo não constituía um novo estilo, mas um estágio evolutivo da arquitetura brasileira¹¹², oferecendo ainda, nos moldes de uma resgate estrutural, uma “doutrina adaptável às novas exigências impostas pelos impulsos de industrialização no país”¹¹³. Ao mesmo tempo, as ações dos modernos, como vimos, ambíguas com relação ao antigo, derivam de uma “narrativa ortodoxa” da história, na qual se estabeleceria uma espécie de “afinidade eletiva” entre o passado barroco e colonial e a arquitetura moderna, selando, a partir daí o destino do restante da produção arquitetônica existente no país. Desta forma, poderíamos, seguindo Antoine Compagnon, dizer que essa narrativa ortodoxa da modernidade seria teleológica, isto é, escrita em função do desfecho ao qual se quisesse chegar. Neste caso, a legitimação da arte e da arquitetura modernas¹¹⁴.

Neste contexto cultural, na Belo Horizonte da década de 1940, vamos encontrar exatamente esta situação em que vai se perceber a força da vanguarda modernista no estabelecimento da historiografia da arquitetura, manifesta principalmente na revista *Arquitetura e Engenharia*. Apesar de bastante formal, a sua crítica identifica o decorativismo *déco* bastante comum na época ao historicismo, descartando qualquer possibilidade de relação direta ente o *déco* e o

¹¹⁰ CAVALCANTI, 2000, p. 193. Neste mesmo contexto, ver por exemplo a crônica de Manuel Bandeira intitulada “Arquitetura Brasileira”, publicado em 1937, nas Crônicas da província do Brasil.

¹¹¹ Como apontado por diversos estudos CAVALCANTI, 1995; GONÇALVEZ, 1996; FONSECA, 2005; CASTRIOTA, 2003.

¹¹² CAVALCANTI, 1995, p. 41.

¹¹³ CAVALCANTI, 1995, p. 46.

¹¹⁴ Citado por CASTRIOTA, 2003.

modernismo. Assim, poderíamos dizer que o caso de Belo Horizonte se encaixaria perfeitamente na “linha de crítica de vanguarda que marca a recepção negativa dessa primeira arquitetura moderna no Brasil”¹¹⁵, o que pode ser visto também num outro exemplo tirado das análises empreendidas na época por Sylvio de Vasconcellos. Numa série denominada “Contribuição para o estudo da Arquitetura Civil em Minas Gerais”, este autor traça a evolução da arquitetura mineira que vem se consolidar como a versão hegemônica, onde “há um interesse explícito em recuperar o nosso passado colonial, a nossa arquitetura tradicional, a partir de uma perspectiva pragmática: afinal naquele período haveria uma série de lições a serem aprendidas pelos arquitetos modernos”.¹¹⁶ Assim, no último artigo da série, onde o autor trata de desenvolvimentos recentes da virada do século até meados dos anos 40, desenvolver-se-ia uma avaliação bastante depreciativa da *arquitetura moderna déco*, que é descartada como mais uma forma de historicismo. Nesses termos é que o “primeiro teórico da arquitetura mineira” e um dos primeiros a “tentar vencer as barreiras que o povo impunha ao modernismo, com a mesma tática de Lúcio Costa, estabelecendo paralelos entre nossa arquitetura tradicional e os dogmas da arquitetura moderna”¹¹⁷.

Neste contexto, em sua série “Contribuição para o estudo da Arquitetura Civil em Minas Gerais”, Vasconcellos vai nos chamar a atenção sobre o fato de que “a boa evolução de nossa arquitetura que se vai fazendo esquecida na avalanche de influências exóticas que vêm marcando a primeira metade do século atual, em consequência de influências diversas”, como o cinema, dentre outros, que fariam com que “o dinheiro aliado à pouca cultura quisesse se mostrar no rebuscado”, ou no “enfeite despropositado”¹¹⁸. Destacando as diversas etapas da arquitetura mineira, já em seu primeiro ensaio, o autor vai caracterizar a primeira, como o ciclo das “tejudabas” compostas por quatro paredes de pau-a-pique, cobertura vegetal e um única porta. Aqui, fato o que nos chama atenção é a comparação feita pelo autor, onde “a construção lembra o concreto armado: o barro armado!”. O autor chamaria a atenção para a existência de exemplares desta arquitetura, ainda não preservados pela Prefeitura, em Nova Lima. Situação esta que poderia ser compara com a atuação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, já em andamento em 1946, na Fazenda do Leitão, em Belo Horizonte. Avaliado esta tipologia

¹¹⁵ CASTRIOTA, 1998b, p. 75.

¹¹⁶ CASTRIOTA, 1998b, p. 75.

¹¹⁷ TEORODORO, 1981 apud SOUZA, 1998, p. 221.

¹¹⁸ VASCONCELLOS, 1946a.

arquitetônica. Para o autor, “estes tipos em seus esteios de pouca seção, os cheios jogando bem com os vazios, [faria] lembrar perfeitamente as soluções de nossa arquitetura moderna”, onde a “pureza, a franqueza das soluções [seriam] as mesmas, o mesmo espírito”¹¹⁹. Sylvio de Vasconcellos compararia esta tipologia, então, aos “monstrinhos neocoloniais com as plantas irregulares, a fachada em chafariz, cheia de recortes e curvas e pinas e azulejos e colunas e mais isso e mais aquilo tudo misturado, estilizado e mascarado”. Par ele, o contraste seria evidente e repugnante, já que esta nova arquitetura, numa “fantasia louca”, se valeria de alguns elementos formais da arquitetura tradicional, no entanto sem fazer referências ao sistema construtivo antigo. No penúltimo ensaio da série, como dito anteriormente, o autor vai celebrar a influência da Missão Francesa na arquitetura, compondo uma nova arquitetura onde “a linha pura já se esconde[ria] por trás da decoração; muda o caráter da construção”, mas onde, no entanto, “às vezes o enfeite é honesto, outras vezes se esparrama e se torna um pouco ridículo”, mas sendo ainda bonito¹²⁰. No último ensaio, no entanto, o autor vai apontar a decadência da arquitetura mineira, marcada pelo apego às “falsidades”. Interessante notar que aqui Sylvio vai destacar, com negatividade, as constantes remodelações que a arquitetura estaria passando, denunciando, por exemplo, a constante colocação de platibandas ornamentadas nas casas de estilo tradicional, ação esta que estaria falsificando e desfigurando várias cidades mineiras. Aqui, o autor destaca a atuação da diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nas cidades históricas, afirmando ainda que o povo estaria “solicitando a retirada das platibandas no próprio benefício da habitação”¹²¹. Até então, uma evolução que viria caminhando harmoniosamente, atingiria a “confusão”. Na explicação de Sylvio, esta “agitação”, acompanharia as seguidas guerras e revoluções mundiais, assim como os “ismos” que caracterizariam os diferentes períodos artísticos. Neste contexto, em 1930, a calma seria quebrada. Na arquitetura atual predominaria o “estilo pó de pedra” ou “caixa de fósforos”¹²². Nesta arquitetura, “deixamos de lado toda a boa tradição nossa da arte de construir, tanto estética como racional e ingressamos na inovação desenfreada sem razão e sem beleza”, diria Sylvio, lamentando edificações como a sede do Minas Tênis Clube, “este grandíssimo túmulo já levantado na decadência do estilo”, ou mesmo a Feira de Amostras, “este tremendo arremate de nossa tão bela Avenida”. Para o autor, o estilo pó de pedra, assim como o neocolonial, seriam “pesadelos”, “pastiche”, “infantilismos”,

¹¹⁹ VASCONCELLOS, 1946b.

¹²⁰ VASCONCELLOS, 1946b.

¹²¹ VASCONCELLOS, 1947b.

¹²² VASCONCELLOS, 1947b.

ou “qualquer coisa que não se pode definir” No entanto, Sylvio terminaria as suas contribuições afirmando que estávamos no “limiar de um novo estilo”, que viria a “reatar a evolução interrompida”, ainda incompreendido, destacando o conjunto arquitetônico da Pampulha, no qual, frente a um “início de compreensão pública”, a arquitetura estaria renascendo.

Neste contexto, Sylvio de Vasconcelos, a partir de uma série de publicações em diversos periódicos, vai buscar chamar a atenção do público leigo para os problemas da arquitetura até então desconsiderados. A trajetória de Sylvio de Vasconcelos vai ser marcada, decisivamente, por sua atuação como diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob indicação de Rodrigo de Mello Franco de Andrade, em 1939, cargo que ocuparia por 30 anos. Além disso, segundo Suzy de Mello, em 1960, Sylvio vai atuar “como supervisor da Seção de Pesquisas da Escola de Arquitetura da UFMG”¹²³, promovendo diversas publicações e editando importantes pesquisadores como Lúcio Costa, Paulo Santos e Edgar Graeff, dentre outros. Outro aspecto interessante a ressaltar seria, na avaliação de Mello, o importante trabalho do *humanista* Sylvio, retratado nas obras publicadas, as quais poderiam ser agrupadas em três categorias. A primeira trataria dos estudos de arquitetura, onde se destacariam os “Vila Rica: Formação e Desenvolvimento”, que trata da arquitetura residencial mineira, além de constituir um trabalho de “valor documental”, segundo a avaliação de Melo. Segundo esta, este trabalho registra “a imagem urbana da mais importante das cidades históricas mineiras, apresenta uma análise profunda dos partidos, das plantas, fachadas e sistemas construtivos peculiares do casario de Outo Preto”, o qual constituiria “um conjunto singular na arquitetura colonial brasileira”. Nesta categoria ainda poderiam ser incluído o “Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos”, “único na bibliografia especializada brasileira por sua sistemática e pormenorizada análise dos processos construtivos na época colonial”. Este trabalho, segundo Mello, constituiria um verdadeiro “manual para os que se dedicam a trabalhos de restauração de nossos monumentos e um dos textos básicos para o estudo da arquitetura colonial brasileira”; a segunda relaciona-se aos trabalhos sobre arquitetura, cultura e divulgação; e a terceira corresponderia aos ensaios culturais, que se mesclariam às preocupações de difundir a tradição e riqueza artística mineira. Nesta última categoria poderia ser incluído o trabalho intitulado “Mineiridade-Ensaio de Caracterização”, premiado pela PBH, em 1967, e publicado pela imprensa oficial de Minas Gerais, em 1968. Segundo Mello, tratar-se-ia de obra pouco divulgada mas de grande originalidade, na qual o

¹²³ In: VASCONCELOS, Sylvio. *Arquitetura: dois estudos*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1960.

autor estudaria, “de forma extremamente pessoal e válida, a formação dos mineiros e suas principais características, incluindo observações constantes sobre a arquitetura que explica o caráter dos mineiros”.



Figura 11 - Igreja de São Francisco de Assis, 1960.

Fonte: Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos.

Neste mesmo sentido, como percebemos, definiria o triunfo modernista, não só enquanto árbitros, como também estes passariam a ser objetos de sacralização, com o tombamento da Igreja da Pampulha, em 1947, e do prédio do MES, em 1948. Neste sentido, observando o parecer de Lúcio Costa sobre o pedido de tombamento da Igreja, o mesmo afirmaria a necessidade de se efetuar a proteção deste patrimônio, justificada em função do “estado de ruína precoce [...], devido a certos defeitos de construção e ao abandono a que foi relegado esse edifício pelas autoridades municipais e eclesiásticas”. O autor considera ainda, o descaso destas autoridades com as peças que comporiam seu mobiliário, e consideraria “o louvor unânime despertado por essa obra nos centros de maior responsabilidade artística e cultural do mundo inteiro, destacando a necessidade de sua inscrição “nos Livros do Tombo”, por seu claro valor

excepcional¹²⁴. Ainda neste sentido, vale desatacar, como o faz Silvana Rubino, que o prazo decorrido do pedido de tombamento de Lúcio Costa, a intermediação de Rodrigo e a inscrição da Igreja no Livro de Belas Artes, assinada por Carlos Drummond de Andrade, foi de apenas 20 dias¹²⁵.

O tombamento da Igreja de São Francisco de Assis, depois de sua trajetória conturbada na qual se destaca a dificuldade de sua sagração, seria o prenúncio do destino do legado modernista em Belo Horizonte. No entanto, o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da Pampulha só se daria, em nível nacional, no ano de 1997, com a inscrição do bem cultural, no mesmo processo, nos livros do tomo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Belas Artes e Histórico. Segundo a descrição do conjunto contida no processo, o Conjunto da Pampulha, “além de representar um marco fundamental para a compreensão da arquitetura moderna brasileira a partir da década de 40”, este também “participou da definição do estilo de vida belorizontino, constituindo-se no principal cartão postal da cidade”¹²⁶. O conjunto, compreendendo a Igreja de São Francisco de Assis, o cassino, a Casa do Baile, o late Tênis Clube, com seus jardins, estatuárias e elementos ornamentais e complementares, incluindo a lagoa e margens delimitadas pela Av. Octacílio Negrão de Lima, seria primeiramente incluído na lista de bens tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA -, pelo decreto nº 23.646 de 26 de junho de 1984. Apenas em 1996, o Plano Diretor de Belo Horizonte estabeleceria diretrizes a serem aplicadas em diversos conjuntos urbanos, incluindo o da Pampulha, em seu inciso XVII, assim como a ADE da Pampulha.

Evidentemente seria pela entrada da historiografia que esta arquitetura seria incensada para ser também protegida por instrumentos legais. Assim vamos encontrar, já em 1948, uma publicação sobre a arquitetura contemporânea no Brasil, organizado pela Revista Ante-Projeto¹²⁷. Nesta publicação, segundo os textos do próprio Oscar Niemeyer, o projeto da Igreja destaca-se pela abandono da tendência geral de “adaptação às velhas formas conhecidas, numa estranha inibição, para fugir da rotina”. No entanto, esta Igreja, segundo ainda Niemeyer, haveria acompanhado “o espírito dos demais prédios por nós projetados para aquele local, e apresentar-

¹²⁴ PESSOA, 2004, p. 67.

¹²⁵ RUBINO, 1996, p. 104.

¹²⁶ Ver a descrição do bem cultural no processo de tombamento apresentado no site do IPHAN: <http://www.iphan.gov.br/ans/>.

¹²⁷ REVISTA ANTE-PROJETO. Arquitetura Contemporânea no Brasil. Rio de Janeiro: 1947-48, 2v.

se possível, êsse coeficiente mínimo de criação, que nas obras de arte é fundamental”. Neste sentido, para o arquiteto,

que ganharia, por exemplo, se estivesse cheia de vidros e em cada nicho um santo bem esculpido e arrumado? Se estivesse cheia de flechas e corruchéos? Certamente nada; pois a sua forma vale por si mesma, é pura, sem defeito e está só acompanhada por uma ou outra obra de arte tão independente como ela; a sua forma é sincera e absoluta, sugerindo na mobilidade de sua curvatura uma inteireza e uma plenitude; é em resumo, um grupo unido e constante, esculpido numa só matéria. Porque aqui e por si própria, a arquitetura se libertou das formas geométricas primitivas e simples e, embora servindo ainda à contingência material dos homens, avançou para um estado mais livre e mais alto, sem se amparar nas qualidades ditas complementares das artes e 'empréstimo' (REVISTA ANTE-PROJETO, 1948).

O arquiteto ainda exaltaria a atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no seu tombamento, em 1947, frente às ameaças de demolição e substituição “por um cópia da Igreja São Francisco de Ouro Preto” ou mesmo a distribuição indiscriminada de seus elementos artísticos complementares.

Neste mesmo sentido, vamos perceber que alguns teóricos da história da arquitetura, como Henrique Ephim Mindlin, vão reservar um lugar de destaque em sua interpretação da realidade brasileira¹²⁸. Desta forma, Mindlin destaca as rápidas transformações ocorridas na arquitetura brasileira dos anos 1930 a 1940. Assim, “nestes dez anos, no Brasil”, afirma este autor, “ a Arquitetura Internacional tornou-se arquitetura brasileira”¹²⁹. Fenômeno este, que estaria relacionado a eventos históricos que trouxeram as condições para que esta arquitetura se realizasse. No entanto, Mindlin vai apontar também, as transformações influenciadas pela vinda da Côrte, e conseqüentemente da Missão Francesa ao Brasil. Influências estas que o autor vai denominar de sem raiz, tornando-se uma força desintegradora do processo de desenvolvimento da arquitetura nacional. Neste sentido, para ele, “a arte de construir se dividiu em duas partes”, ou seja, “a forma de construir de origem portuguesa, mas carregando a marca genuinamente nativa”, e, de outro lado, “sob a influência francesa, uma arquitetura mais erudita e sofisticada apareceu”. Esta última corrente desembocaria na miríade estilística própria do século XIX, onde os estilos seriam copiados indiscriminadamente. Evidentemente, como já sabemos, seria neste

¹²⁸ MINDLIN, Henrique Ephim. Modern architecture in Brazil. Monografias: Acervo Curt Lange, Rio de Janeiro ; Amsterdam: c1956. 256p

¹²⁹ MINDLIN, 1956, p. 1.

contexto cultural que a tradição de construir legitimamente nacional seria reclamada. Interessante seria também notar que Mindlin apontaria que o contexto econômico e social do país, com tendências a um grande e rápido desenvolvimento, influenciara a afirmação de sistemas padronizados de construção, incluindo ambos os métodos de produção, assim como os produtos. Neste sentido, por exemplo, notas-se o aparecimento da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em 1940, que em poucos anos codificara um enorme volume de especificações e normas. Evidentemente, várias destas especificações e normas seriam diretamente influenciadas pela Arquitetura Internacional.

Um outro ponto bastante significativo é o fato de que a análise de Mindlin pautou-se na interpretação e comparação dos elementos construtivos tradicionais, leitura esta, como vimos, fortemente influenciada pelo discurso construídos pelos teóricos modernistas. Neste sentido, o autor desta, por exemplo, o uso do *brise-soleil*, que poderia ser pensando e comparado como uma imitação de métodos tradicionais de proteção da edificação contra a insolação e o calor. No entanto, este elemento haveria sido incorporado à arquitetura moderna por sua integração plástica com a fachada, sob a qual este elemento, quando fixado, traria características dinâmicas. Neste mesmo sentido, “reminiscências e variações dos elementos tradicionais são frequentemente encontradas nos detalhes dos *brise-soleil*”¹³⁰, o que apontaria para a aproximação destes dois elementos enquanto estratégia de construção tomadas especificamente para o clima tropical e sub-tropical. Desta forma aponta o autor que “muitas variedades de treliças e gelsias – muitas vezes rivais antigos elementos, com os muxarabis, ou balaustradas, são usadas em sua forma original, ou ocasionalmente em escala ampliada para mais ênfase arquitetônica”¹³¹. Ainda neste mesmo raciocínio, seria analisado o uso dos *pilotis*, os quais representariam a influência dos conceitos modernos de planejamento urbano e uso dos espaço livre, modelo prevalecente na época. O uso destes elementos representariam novamente a adequação da solução arquitetônica às exigências climáticas. Por fim, gostaríamos ainda de destacar a análise do uso dos *azulejos* como forma de revestimento das paredes das edificações. Estes elementos, além de também responderem às exigências do clima úmido como forma de proteção das paredes, “com novas variações, painéis de vidro ou mosaicos de porcelana, constituiriam a ligação entre os pintores e arquitetos”¹³². Estes elementos,

¹³⁰ MINDLIN, 1956, p. 11.

¹³¹ MINDLIN, 1956, p. 11.

¹³² MINDLIN, 1956, p. 12.

evidentemente, ilustrariam os trabalhos de “importância histórica” apontados pelo autor em seu compêndio.

Num outro sentido, mas numa leitura bastante próxima, Yves Bruand¹³³ vai buscar as origens da arquitetura contemporânea brasileira nos contextos econômico e social do país, mas principalmente, cultural e político, buscando compreender as condições que possibilitaram o despertar e desenvolvimentos desta nova consciência artística e arquitetônica. Considerando o contexto cultural brasileiro, o autor vai destacar a mudança da opinião pública, inicialmente hostil, com relação à aceitação da arquitetura, a qual se haveria convertido bruscamente após a conclusão das obras do MEC, em 1943. Para o autor, a partir desta data, a nova arquitetura estava vitoriosa no país. Esta, “até então praticamente limitada a edifícios públicos, construídos graças à compreensão manifestada por alguns homens do governo, viu abrir-se perante ela o imenso campo de todos os setores da iniciativa privada”¹³⁴, o qual colhera o proveito prático e publicitário de sua proposta. No entanto, o autor vai apontar de forma mais crítica, as tendências opostas nos movimentos dos arquitetos modernistas, ou seja, sua vontade de progresso, de ruptura com o passado, e, ao mesmo tempo, seu apego sentimental e racional a este passado, cujas lições seriam ainda consideradas como válidas. Bruand vai nos chamar a atenção exatamente para o fato de que estes dois fenômenos seriam concomitantes, e não opostos. De alguma forma a busca racional, neste passado, pelos elementos da arquitetura tradicional, assim como a valorização de seu patrimônio cultural, vão representar das duas faces daquele “retorno consciente” dos arquitetos modernos à época colonial, ou seja, às fontes da nacionalidade brasileira. Este movimento, para o autor, enquadrar-se-ia num contexto nacional muito preciso, ou seja, “visava dar uma característica própria à arquitetura, que a distinguisse do 'estilo internacional' do período entre as duas guerras mundiais, da qual se aplica entretanto os princípios fundamentais”.

Por um outro lado, considerado o contexto político nacional, reforçado pela existência de um forte quadro econômico, o desenvolvimento da arquitetura moderna só se tornara possível com o aparecimento de grupos políticos que incorporariam esta mentalidade. Neste sentido, muitas vezes a monumentalidade dos edifícios – especialmente os públicos – seria uma procura

¹³³ BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981. 397p.

¹³⁴ BRUAND, 1981, p. 25.

deliberada, já que este conceito, para Bruand, estaria estritamente ligado não apenas à função destes, mas ao contexto político. Desta forma, poderíamos compreender, por exemplo, o papel de JK na consagração do jovem arquiteto Niemeyer, devida à construção do conjunto da Pampulha. Para Bruand, esta obra, juntamente com Brasília, esta, influência direta tanto mentalidade que propiciara da construção da cidade de Belo Horizonte nos finais do século XIX, assim como da construção do conjunto da lagoa, poderiam “ser colocadas no mesmo plano que Rio de Janeiro e São Paulo, que perderam a exclusividade que praticamente detinham no campo da arquitetura desde fins do século XIX”¹³⁵.

No entanto, apesar destas explicações possibilitadas pelo entendimento dos contextos do país, Bruand vai destacar claramente o êxito desta arquitetura brasileira, que se deveria, em grande parte, “aos resultados brilhantes obtidos no campo formal. Neste sentido, o autor destacaria que a existência de um vasto campo para o desenvolvimento da arquitetura, tanto frente ao crescimento do número de encomendas para a construção dos edifícios públicos, assim como do apoio das autoridades, não bastariam para explicar o fenômeno do sucesso formal dos arquitetos modernistas. Para Bruand, seria a partir da construção do Hotel Ouro Preto, em 1940, que seria construída o caminho de Niemeyer para a Pampulha. Como vimos, tratava-se de construir um hotel no centro da antiga Ouro Preto, agora tombada pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que possibilitasse o incremento da exploração turística deste centro histórico, respeitando, contudo, “a fisionomia especialíssima da cidade, onde todas as construções, que datam do século XVIII, são monumentos históricos”¹³⁶. Aqui seria interessante notar que, após a intervenção de Lúcio Costa e a reconsideração de Niemeyer da possibilidade de adequação do projeto, Bruand vai destacar, por exemplo, a utilização de materiais tradicionais, utilização do telhado colonial, assim como a retomada do “motivo da treliças em madeira das venezianas da época para as balaustradas que protegem os peitoris dos terraços individuais dos apartamentos, bom como as cores usadas no século XVIII”¹³⁷, que, sem dúvida, tratavam de concessões do arquiteto para criar um clima favorável de aceitação de seu projeto. Para Bruand, “sendo a preservação da integridade da cidade-monumento, um problema dos mais delicados, a solução adotada merece os maiores elogios, por ter garantindo esta

¹³⁵ BRUAND, 1981, p. 28.

¹³⁶ BRUAND, 1981, p. 107.

¹³⁷ BRUAND, 1981, p. 107.

característica”, tornando assim louvável o “notável resultado obtido”¹³⁸. Desta forma, para o autor, o Grande Hotel de Ouro Preto constituiria uma resposta de êxito indiscutível sobre a questão da inserção da arquitetura moderna no contexto urbano antigo.

Interessante, aqui, seria destacar a crítica que Yves Bruand teceria sobre o conjunto da Pampulha, fato este que, no parece, vai ser bastante significativo no estabelecimento da fortuna crítica da arquitetura moderna no Brasil, e em especial em Belo Horizonte. Para o autor, a Pampulha, resultado de “uma manifestação típica do estado e das aspirações da sociedade brasileira em meado do século XX”, estaria fadada a erguer-se em êxito formal, mesmo frente seu fracasso imediato decorrido de uma série de circunstâncias. O êxito do conjunto, para Bruand, apesar da significativa importância das outras obras, estaria representado pela Igreja de São Francisco de Assis. Nesta obra, o arquiteto, “sem rejeitar a franqueza da escola racionalista no campo da estrutura [...], lançou-se à pesquisas que lembram as preocupações barrocas com a perspectiva e a criação de espaços grandiosos”. Nela destacam-se o uso dos *brise-soleil*, assim como da decoração pictórica ou de revestimentos de azulejos das paredes, cujas funções seriam de simples vedação. Neste sentido, a igreja estaria próxima, em espírito, às demais obras do conjunto, mas distante em seus aspectos formais. Para o autor, o conjunto da Pampulha seria a demonstração clara e notável das possibilidades que a técnica nos ofereceria, transformando a arquitetura relegada, até então, a planos ortogonais. Neste sentido, o conjunto e principalmente a Igreja, romperia com o vocabulário racionalista, introduzindo o lirismo que haveria sido banido da arquitetura brasileira. Num outro sentido, destacavam-se as oportunidades que propiciaram o aparecimento desta arquitetura, onde, por exemplo, as autoridades governamentais se valeram de alguns traços desta, como a monumentalidade – já que os edifícios se impunham ao contexto urbano e natural existente. Derivando desta primeira característica, poderemos citar também a importância atribuída aos problemas formais. Para Bruand, sem dúvida, esta fora a grande contribuição da arquitetura brasileira, que, “ao conseguir libertar-se dos grilhões do funcionalismo, não vacilando em creditar ao aspecto formal o papel essencial mas não único que lhe cabe em toda arquitetura digna desse nome”¹³⁹.

Por fim, para o autor, seria demonstrável que a distância existente entre o prédio do MEC e o

¹³⁸ BRUAND, 1981, p. 108.

¹³⁹ BRUAND, 1981, p. 115.

conjunto da Pampulha mostraria, na realidade, o caminho percorrido de alguns anos, mas sobretudo, “um evidente parentesco do ponto de vista estético”. Neste sentido, existiria uma unidade clara nessa arquitetura brasileira deste período. No entanto esta situação seria modificada parcialmente, a partir dos anos de 1944-45, onde não surgiriam mais “obras de primeiríssimo plano como as anteriores, mas a qualidade média aumentou e ocorreu uma diversificação nítida”¹⁴⁰.

Assim como vimos, é interessante notar que a formação do *corpus* do patrimônio no Brasil e seus rebatimentos na conservação do patrimônio em muitas das nossas cidades, como Belo Horizonte, vão ser marcadas pela atuação dos modernistas, estando em sua origem vinculada aos seus pressupostos estéticos. Desta forma, percebemos, principalmente, que a criação dos monumentos modernos, atrelada a uma atuação socialmente abrangente, permitiriam aos arquitetos modernos conquistar uma posição dominante no *discurso público*. Esta situação, acreditamos, nos lega um patrimônio a preservar, mas também novos desafios no campo da conservação. Aqui é necessário chamar a atenção exatamente para o que, de certa forma, já vimos apontando. A modernidade deixara também, como legado, as abordagens tradicionalistas da arquitetura, que se caracteriza pelo distanciamento dos cânones arquitetônicos tradicionais, sem no entanto, incorporar a ruptura estética modernista.

É interessante notar, por exemplo, no que tange à proposição de projetos habitacionais econômicos, percebe-se que a historiografia dominante, que aprecia alguns conjuntos habitacionais, ignora quase completamente outras realizações importantes da habitação social no Brasil, como grande parte da produção arquitetônica dos Institutos de Aposentadoria e Previdência (IAPs), que se multiplicam em todo o país nos anos 1940. Essa produção representativa da arquitetura e urbanismo tornou-se um ponto obscurecido na história, principalmente, pela representatividade dada aos conjuntos Gávea e Pedregulho, projetados por Afonso Reidy na década de 1950. Este último destacara-se internacionalmente pela inovação da solução adotada da implantação e sua repercussão tendera a obscurecer as outras realizações importantes de habitação social que, na verdade, forjaram o marco de um verdadeiro “ciclo de projetos” de conjuntos habitacionais no país.¹⁴¹ No entanto, quase sessenta anos após seu início,

¹⁴⁰ BRUAND, 1981, p. 115.

¹⁴¹ BONDUKI, 1997.

esta produção ainda não haveria recebido um estudo aprofundado que revelaria sua importância na Arquitetura Moderna e na História da Arquitetura Brasileira¹⁴². Desta forma, surpreenderia a pouca importância dispensada a esta produção na historiografia, “quando os dois mais importantes e pioneiros livros publicados no exterior sobre a arquitetura brasileira, Goodwin (1943) e Mindlin (1956), que foram os maiores divulgadores do movimento moderno brasileiro destacam os conjuntos de Santo André e Realengo”¹⁴³, ambos produção do IAPI, ao lado de outros famosos projetos modernistas. Na análise de Goodwin do conjunto de Realengo, nota-se que “uma fila de casas de dois andares e as casas de um andar para uma família são dominadas pelo edifício de apartamentos”, ao fundos. O autor ainda destaca que “as torres da água raramente são tão decorativas como a bonita caixa da água que se adotou”. Seria interessante ainda notar em sua análise, no entanto, que “este tipo de planos, muito desenvolvido na Europa há alguns anos, adapta-se admiravelmente ao clima do Brasil, pois cada apartamento recebe a mais completa e livre ventilação”¹⁴⁴.

É interessante notar que o Conjunto Residencial de Pedregulho também já receberia parte das análises que comporiam a sua fortuna crítica na mesma época de sua construção, realizadas primeiramente pela publicação “Arquitetura Contemporânea no Brasil”, em 1947-48. Aí destaca-se a análise formal do conjunto, com ênfase dada à sua implantação em “terreno de onde se descortina uma excelente vista”, onde, “na parte mais elevada do terreno, acompanhando sua conformação sinuosa, foi projetado um bloco de 7 pavimentos”¹⁴⁵. No mesmo sentido, Mindlin, em 1956, destacaria o conjunto como o primeiro dos projetos visados pelo governo do Rio de Janeiro a ser construído, com o objetivo de prover habitação para os trabalhadores. O autor destaca a formulação do programa arquitetônico do conjunto, como de caráter social, constituído por um hospital, escola, áreas esportivas, mercado e lavanderia. Numa outra leitura do projeto, seria interessante notar a ênfase que o autor daria ao contexto sócio-econômico que envolveria a construção do conjunto, explicitando a inexistência de uma política de provimento de habitações sociais, subsidiadas pelo Estado, e a existência de uma propaganda demagógica encorajando o trabalhador a adquirir a sua moradia própria. Por outro lado, em sua análise, que

¹⁴² BONDUKI, 1996.

¹⁴³ BONDUKI, 1996, p. 91. Ver GOODWIN, Philip L. Construção brasileira: arquitetura moderna e antiga, 1652-1942. Nova Iorque: Museu de Arte Moderna, 1943. 198p. É interessante notar também o destaque dado por Goodwin, em seu compêndio da arquitetura moderna e antiga brasileira, ao Casino, ao late Clube e à Casa do Baile, no conjunto da Pampulha.

¹⁴⁴ GOODWIN, 1943, p. 126.

¹⁴⁵ REVISTA ANTE-PROJETO. Arquitetura Contemporânea no Brasil. Rio de Janeiro: 1947-48, 2v.

é predominantemente formal, o autor destaca, a presença dos elementos que vão caracterizar a arquitetura moderna, como os *pilotis*, os painéis de *azulejo*, especialmente o executado por Portinari no ginásio, e de Anísio Medeiros.



Figura 12 - Conjunto Pedregulho, 1960.

Fonte: Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos.

Uma outra significativa contribuição que vai selar o destino dos conjuntos de Pedregulho e Gávea vai ser, em 1981, a análise de Yves Bruand¹⁴⁶. É interessante aqui notar que Bruand, em sua análise, vai se basear em um grande número de publicações, dentre as quais a de Mindlin, que já davam destaque a estas obras modernistas. Dentre estas publicações, incluem-se várias estrangeiras, como a *Architecture d'aujourd'hui*, além das nacionais, como a *Arquitetura e Engenharia*. Dado significativo seria notar estas publicações, que destacam a produção da arquitetura contemporânea mundial da época, são majoritariamente da década de 1950, época de construção destes conjuntos e de outros já citados neste trabalho.

¹⁴⁶ BRUAND, 1981.

Na análise de Bruand sobre a obra de Affonso Reidy, seria dado destaque ao Conjunto Pedregulho., que lhe daria atenção internacional. Para autor, o estilo de Reidy mudara sob a influência de Le Corbusier. Neste sentido, seu estilo, passara do “aspecto uniforme e plasticamente monótono”, característica de seus projetos até o ano de 1936, “em proveito de propostas onde os volumes eram articulados em blocos nitidamente diferenciados e hierarquizados”, incluindo aí a utilização dos *brise-soleil* e outros princípios adotados no edifício do MEC. Segundo Bruand,

Pedregulho oferece uma síntese brilhante e cuidadosamente elaborada, onde se fundem intimamente três elementos de origens distintas: as preocupações funcionais, já presentes nas primeiras obras de Reidy (exposição favorável, controle da luz, ventilação contínua, circulação fácil), conservam seu papel essencial, mas a solução dos princípios e da estética de Le Corbusier, corrigida pelo toque brasileiro que lhes souberam dar Lúcio Costa e Niemeyer (BRUAND, 1981, p. 225).

Neste sentido, Affonso Reidy lograra com êxito nos edifícios de Pedregulho, realizando uma “síntese brilhante”. Para Bruand, o arquiteto “logrou assimilar as formas inventadas por Niemeyer e empregá-las com tal segurança que elas parecem sair naturalmente do programa tratado”. Nesta leitura, seria “impossível estabelecer uma distinção entre as razões funcionais e as estéticas, estabelecer uma preferência, uma ordem de valor ou de prioridade, em favor de outras, pois elas se harmonizam num todo indivisível que leva a uma solução lógica”. Neste sentido, dar-se-ia o encontro entre o ideal racionalista de Le Corbusier, aliado à “influência plástica dos principais talentos locais”. Cabe aqui ressaltar que esta mesma fórmula seria experimentada no conjunto da Gávea, projetado em 1952. No entanto, neste projeto destacar-se-iam alguns pontos:

- 1) a instalação, como coroamento do edifício, de uma grande marquise vazada que abriga as lavanderias particulares dos futuros moradores, assegura o equilíbrio da composição vertical, agora pontuada por espaços livres em suas extremidades e no centro;
- 2) este, que (como em Pedregulho) constitui o ponto fundamental, foi valorizado com a adoção dos pilares em forma de “V” (inventados, entretentes, por Niemeyer), cuja alternância com as colunas retas contribui para preencher o violento corte horizontal;
- 3) a exploração das possibilidades variadas de expressão oferecidas pela realização de apartamentos duplex foi muito mais extensa;
- 4) enfim, a disposição em quincuce das janelas dos dois andares inferiores traz uma animação muito bem sucedida e um contraste proposital com a superposição uniforme das janelas que se abrem nas paredes da parte superior (BRUAND, 1981, p. 233)

No entanto, estes projetos não foram totalmente construídos e não lograram o êxito total esperado, devido, principalmente, à influência de diversos fatores, sendo Reidy, “vítima de suas tentativas de arquitetura social num país onde não podia contar, para isso, nem como o apoio decidido das autoridades, nem com o interesse do setor privado”.

Por outro lado, uma outra trajetória se destinaria a um outro conjunto moderno em Belo Horizonte. De alguma, a trajetória do conjunto IAPI construído em Belo Horizonte não vai ser diferente dos demais, como anteriormente mencionado. É interessante ainda considerar a própria trajetória histórica e cultural, tanto do conjunto como da região em que está inserido, o bairro da Lagoinha. A história dessa região é quase um paradigma de como as intervenções públicas efetuadas sem o devido cuidado podem afetar de forma negativa tanto as condições objetivas da qualidade de vida urbana, quanto a identidade sócio-cultural das populações atingidas. Este é um elemento importante que, juntamente com a situação de esquecimento a que a historiografia destinou a produção arquitetônica dos IAPs, pode nos ajudar a entender porque um conjunto tão significativo encontrar-se-ia numa situação de abandono, constatáveis nos levantamentos realizados no processo de tombamento do conjunto, que apontaram a situação de degradação dos espaços de uso comum e grande parte das fachadas dos blocos. Não se podem esquecer aqui ainda as questões relativas à realidade sócio-econômica da população do conjunto, que o Dossiê retrata como idosa, com renda e escolaridade baixas, mas apresentando, no entanto, uma forte organização social e comunitária.

3.3 Valorização e tombamento do Conjunto IAPI

Aqui seria significativo lembrar, então, que a própria região da Lagoinha, onde o conjunto foi construído, em primeiro lugar, foi, desde a sua origem, uma área “suburbana”, segundo o plano urbanístico de Aarão Reis, o que, como se sabe, foi decisivo na definição de sua trajetória e desenvolvimento; em segundo lugar, esta área tem sua trajetória ainda marcada pelas grandes intervenções urbanísticas, com destaque para as da década de 1930, como aberturas de avenidas, implementação do “complexo” da Lagoinha, dentre outras. Segundo Castriota, o bairro da Lagoinha poderia ser considerado um caso exemplar das “intervenções dramáticas e descaracterizadoras, que não preocupavam minimamente com o bem-estar de seus habitantes”. Neste contexto, destacam-se a abertura da avenida sanitária na década de 1930, a avenida Antônio Carlos na década de 1950, o Complexo Viário da década de 1960, além do metrô de superfície nos anos 80¹⁴⁷. Neste sentido, segundo Castriota, “a história daquele bairro é quase um paradigma de como as intervenções públicas efetuadas sem o devido cuidado podem afetar de forma negativa tanto as condições objetivas de qualidade de vida, quanto a identidade sócio-cultural das populações atingidas”¹⁴⁸. Interessante notar que, mesmo dentro desta perspectiva, a região da Lagoinha manteve uma certa “resistência cultural”, em função, principalmente, dos “serviços especializados tradicionais” que sempre a caracterizaram. Neste contexto cultural e sócio-econômico, por exemplo, seria desenvolvido o Projeto Lagoinha, nos anos de 1994 a 1996. Destaca-se neste projeto, dentre outras coisas, a análise sócio-cultural da região da Lagoinha, assim como sua análise das diferentes Unidades Ambientais (UA) que a constituem, com ênfase para a UA12, que destaca o conjunto IAPI. Segundo esta análise técnica, o conjunto IAPI seria caracterizado por sua tipologia própria, como um “conjunto verticalizado, com excelente implantação em terreno amplo, mas carente de tratamento paisagístico”. Segundo esta mesma análise, “para o passante metropolitano”, o conjunto seria “um marco importante de um dos limites da Lagoinha”¹⁴⁹.

Caberia ainda lembrar ainda, como citado no início deste capítulo, que o Inventário do

¹⁴⁷ Ver por exemplo ANDRADE, Cristiana. Lagoinha, o complexo. Estado de Minas, Belo Horizonte, 20, jan 1998. Gerais, Urbanismo, p. 26-27. Ver ainda sobre projetos de intervenções viária recente como a matéria recente publicada no Diário Oficial do Município - Belo Horizonte Ano XIII - Nº: 2.984 - 12/07/2007.

¹⁴⁸ Preservação e Desenvolvimento: o Projeto Lagoinha. In: Revista AP Cultural, 1995, p. 73.

¹⁴⁹ Preservação e Desenvolvimento: o Projeto Lagoinha. In: Revista AP Cultural, 1995, p. 84.

Patrimônio Cultural Urbano do Município de Belo Horizonte, desenvolvido também na década de 1990, possibilitou o conhecimento da região tradicional da Lagoinha, que destacou, no entanto, o processo de degradação ambiental ocorrido na área, principalmente após a série de intervenções viárias de grande porte ocorridas ali transformando-a num “área-problema”¹⁵⁰. No entanto, seria “digno de nota como a Lagoinha, a respeito de todos os problemas, tem conseguido manter uma grande vitalidade econômica e cultural, abrigo principalmente serviços tradicionais, herança de sua origem operária do início do século”¹⁵¹. Como dito anteriormente neste trabalho, estes inventários formaram a base para a implementação das ADE’s, como a da Lagoinha, dentre outras (ver capítulo 3.1).

Interessante notar que a trajetória do conjunto IAPI vai confundir-se com a própria trajetória da região. Neste sentido, um artigo do jornal Estado de Minas de 1992, já destacava a situação do conjunto como “estrangulado entre dois corredores de tráfego intenso – avenidas Antônio Carlos e José Bonifácio -, com alto índice de poluição sonora, meio ambiente degradado, asfixiado pelo excesso de asfalto e carência de áreas livres, verdes, de lazer”¹⁵². Este artigo destacava, então, o desenvolvimento do projeto “Conjunto IAPI: resgate de imagem e qualidade de vida”, conduzido por pesquisadores da Escola de Arquitetura da UFMG, naquele momento¹⁵³. Este projeto, por sua vez, destacava que o conjunto haveria sido escolhido também por sua arquitetura, caracteriza por uma volumetria e espacialidade próprias, numa área periférica de Belo Horizonte.

¹⁵⁰ SALLES, Beatriz Teixeira de. Pesquisa resgata origem de bairros de BH. Estado de Minas. Belo Horizonte, 10, jul, 1994. Caderno Cidades.

¹⁵¹ CASTRIOTA, 2004, p. 75. Inventários urbanos como instrumento de conservação. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck. MALEQUE, Miria Roseira. Espaço e cidade: conceitos e leituras, Rio de Janeiro: 7Letras. Ver por exemplo SANTOS, Gracie. O abandono de hoje, Belo Horizonte 1 a 7 mai 1998. Especial, p. 23; SANTOS, Gracie. Resquícios da boemia. Estado de Minas, Belo Horizonte 1 a 7, mai, 1998. Especial "Bar e Cia", p. 16; LIRA, Aparecida. Tradição versus transgressão. Estado de Minas, Belo Horizonte 1 a 7, mai, 1998. p. 22; JACINTO, Vanessa. A autêntica face boêmia da cidade: A nostalgia de um bairro que vê desaparecer a sua identidade com as transformações urbanas de Belo Horizonte, Estado de Minas, Belo Horizonte 14, dez, 2000. Gerais, Especial, p. 38.

¹⁵² LUZ, Jalmelice. Esperança de recuperação para o IAPI. Estado de Minas. Belo Horizonte, 6, set, 1992. Caderno Cidades.

¹⁵³ VEIGA, A.L.; CÂMARA, A.B.C.; TIBÚRCIO, I.H.; et al. Conjunto IAPI: resgate de imagem e qualidade de vida. In: Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído, 2º, Florianópolis, 1993. Anais..., Florianópolis, ANTAC, 1993, p. 331- 339.

Neste sentido, segundo o artigo, o conjunto se encontraria bastante degradado, onde, por exemplo, a área interna comum dos blocos, para a qual convergem os apartamentos, se encontraria bastante transformada, tendo seu piso, originalmente de lajotas, substituído por “cerâmica de cores e formas variadas”. Destaca-se também a situação dos blocos mais altos, devido à falta do elevador, projetado mas nunca instalado, no entanto, “suavizada com o acesso pelas passarelas”. O artigo destaca ainda que,

na parte externa, os moradores convivem com a desolação dos taludes de terra árida e vegetação escassa, que cerca a maior parte dos 52 mil metros quadrados do conjunto. Na área central cinco quadras de esporte são disputadas por moradores do IAPI e da Pedreira Prado Lopes. Cercadas por telas de arame, as quadras são um obstáculos ao trânsito de pedestre de um prédio para o outro. Para atravessar o pátio a alternativa é contornar as praças. Os moradores reclamam que, apesar da imensa área disponível as crianças acabam sem um local para brincar. À entrada do IAPI a Igreja de São Cristóvão completa o conjunto arquitetônico, que na década de 40 se destacava entre as construções mais arrojadas de Belo Horizonte. Espremida no canto das quadras, a Escola Municipal Honorina de Barros, construída em 1967, com capacidade para 140 alunos, reclama mais espaço. A saída seria utilizar uma das quadras, o que ainda não foi autorizado pela PBH (LUZ, 1992).

Por outro lado, o artigo apontava para a relação de auto-proteção e solidariedade existente entre os moradores do conjunto. Situação esta que seria considerada bastante relevante frente à situação de insegurança que ameaçava o conjunto. Neste sentido, por exemplo, destacava-se “a necessidade de segurança”, “relevada no excesso de grades nas janelas, varandas, portarias e até mesmo dentro do prédio para impedir os assaltos e arrombamentos”. Neste mesmo sentido, “telas de arame foram instaladas nas janelas para proteger os vidros de apedrejamentos freqüentes”¹⁵⁴.

Destacando ainda a trajetória do conjunto, neste mesmo sentido, um artigo de 1994, apontava ainda para estas mesmas questões¹⁵⁵. No entanto, seria interessante notar que o artigo aclamaria para a atenção das autoridades para a falta de manutenção do conjunto. Afirma a autora que o conjunto “hoje bem merecia um olhar mais atento das autoridades municipais, se não pelo valor do patrimônio, pelo menos pela oportunidade de oferecer melhor qualidade de vida a tantos moradores”. No decorrer de sua trajetória, o Conjunto receberia algumas propostas de intervenções e ações de conservação ao longo de sua existência, no entanto, com resultados

¹⁵⁴ LUZ, 1992.

¹⁵⁵ ARANHA, Patrícia. Riqueza de recortes e espaços maltratados. Estado de Minas. Belo Horizonte, 26, jul., 1994.

bastante limitados. Interessante notar, no entanto, que outro artigo de 1995 destacava a mobilização para o tombamento do conjunto IAPI, justificada pelo “valor histórico”, que se deveria por ser este o “conjunto mais antigo da cidade e modelo no País na década de 1940”, destacado como marco do modernismo em Belo Horizonte, atribuído erroneamente a Oscar Niemeyer¹⁵⁶. Interessante notar que o artigo destaca que, apesar da situação de degradação do conjunto, poucas mudanças nos blocos haveriam sido feitas pelos moradores e proprietários. No entanto, destaca o péssimo estado de conservação dos espaços públicos e jardins, bem como os conflitos recorrentes entre os moradores e os demais usuários das áreas públicas, como os feirantes que ali se instalavam periodicamente, ou mesmo mendigos e “desocupados” que utilizavam os jardins como banheiros públicos. Naquele contexto, os moradores do conjunto aguardariam a decisão do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município sobre a proposta de tombamento do conjunto, pois, naquele mesmo ano, conforme esta decisão, a Câmara Municipal votaria a emenda à Lei Orgânica Municipal, apresentada pelo vereador Rogério Correia, incluindo o IAPI entre as 15 edificações tombadas no município.



Figura 12 - Fachada Edifício 4.
Fonte: Dossiê EA–UFMG, 2007.

Em 1995, a Câmara Municipal de Belo Horizonte aprovaria o acréscimo de um inciso no artigo 224 da Lei Orgânica do Município e o Requerimento nº143/95 dirigido ao Conselho Deliberativo

¹⁵⁶ LUZ, Jalmelice. Uma parte das histórias de BH está no IAPI. Estado de Minas. Belo Horizonte, 23 jul 1995. p. 35.

do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, objetivando proteger o conjunto através do tombamento dos blocos e fachadas. Entretanto, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade nº40647/00 foi movida pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais contra a Câmara dos Vereadores em função deste tombamento. Em 1996, a Corte Superior do Tribunal de Justiça julgou procedente a referida ação, devido à inconstitucionalidade do referido artigo, invalidando a vigência o tombamento.

Um artigo de 1996, destacava a luta da Associação dos Moradores do Conjunto IAPI contra ação da Prefeitura Municipal de retirada de árvores das áreas verdes do conjunto. Esta ação, justificada pela necessidade de construir uma parada de ônibus na Avenida Antônio Carlos, foi fortemente contestada pelos moradores, que alegavam ser necessário o corte de 21 árvores, além da redução das áreas gramadas que separariam e protegeriam o conjunto da poluição sonora da Avenida. No mesmo artigo, segundo uma visão técnica, a ação se justificaria pela dificuldade de transferência dos pontos de ônibus existentes no local, assim como por se a melhor opção apontada por estudos técnicos realizados. É interessante observar ainda que o artigo afirmaria a existência de propostas, em seu ponto de vista mais viáveis e baratas para o poder público, elaboradas pelos próprios moradores, que preservariam as áreas verdes do conjunto¹⁵⁷. A situação de degradação da área seria claramente destacada por artigo de 2006, que apontava a trajetória do conjunto que passara de “cartão-postal de BH” a um “conjunto de problemas”¹⁵⁸. Segundo o artigo,

A aparência das nove edificações que compõem o conjunto já evidencia o descuido com uma construção considerada cartão-postal da cidade nas décadas passadas. Quem passa pela calçada na Avenida Antônio Carlos observa a sujeira nos jardins e no pátio da entrada. Copos e garrafas descartáveis e de vidro, roupas velhas, papel e até absorventes se perdem em meio ao mato alto. Tanta sujeira preocupa os moradores, que precisam conviver com baratas, mosquitos, escorpiões e ratos e correm o risco de ser infectados por alguma doença. Soma-se a isso o medo de se viver num lugar vizinho a uma das mais antigas e violentas favelas da capital, a Pedreira Prado Lopes. ‘É o sinal do abandono’, resume o porteiro Milton Antônio Lopes, morador, há 49 anos, do IAPI (RESENDE, 2006).

Destaca-se também no artigo a atuação dos moradores na preservação do conjunto e na

¹⁵⁷ MORADORES do IAPI protestam contra a retirada de árvores do conjunto. Estado de Minas. Belo Horizonte, 13, jan., 1996. p. 24.

¹⁵⁸ RESENDE, Elaine. Conjunto de problemas: Construção que chegou a ser apontada como cartão-postal de BH, IAPI faz 58 anos em meio à degradação e insegurança. Estado de Minas. Belo Horizonte, 02, mar., 2006. Caderno Gerais. p. 19.

manutenção de seu aspecto “mais agradável”, assim como a associação do conjunto à violência da região, especialmente no que diz respeito à presença da Pedreira Prado Lopes. Este último aspecto, nos parece, acompanharia a trajetória do conjunto, estigmatizando-o como uma área violenta, mesmo frente a uma tendência à redução dos crimes praticados na região, conforme artigo publicado em 2006, apontando a redução em até 57% dos homicídios na Pedreira Prado Lopes e entorno¹⁵⁹. Por outro lado, o conjunto ainda seria alvo de tentativas controversas de revitalização que, por exemplo, reconheceriam seu “valor patrimonial”, no entanto, propondo ações que desconsideravam seu contexto sócio-cultural¹⁶⁰.

Por outro lado, um artigo do Estado de Minas de 26 de março de 2007 ressaltou a expectativa dos moradores sobre a comemoração dos 60 anos do conjunto, assim como sobre o seu possível reconhecimento como patrimônio de Belo Horizonte. Destacava-se, neste sentido, a mobilização por seu tombamento que já havia sido sugerido ao Conselho Deliberativo¹⁶¹. O fato é que, no dia 13 de novembro de 2006 seria enviado à Fundação Municipal de Cultura pela Câmara Municipal, um documento solicitando o encaminhamento ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural (CDPCM-BH), a indicação nº 578/2006, que sugeria o início do processo de tombamento do Conjunto Residencial IAPI, em Belo Horizonte¹⁶². O documento, então, no dia 17 de novembro, seria encaminhado à Gerência de Patrimônio Histórico Urbano (GEPH)¹⁶³, que aprovaria a abertura do processo de tombamento em sessão ordinária realizada em 25 de abril de 2007¹⁶⁴. O documento solicitava prestação de informações para “subsidiar resposta objetiva ao Legislativo”, referente à Indicação aprovada pela Câmara, de autoria da vereadora Neusinha Santos¹⁶⁵. O Conselho Deliberativo, então, através de suas deliberações gerais da sessão

¹⁵⁹ VIZINHANÇA causa medo. Estado de Minas. Belo Horizonte, 2, mai., 2006. Caderno Gerais. p. 20.

¹⁶⁰ Ver ANDRADE, Cristiana. Conjunto IAPI vai ser revitalizado. Estado de Minas, Belo Horizonte, 26, jan., 2000. Caderno Gerais/Urbanismo. p. 30. Ver ainda sobre o estigma da violência na região Lagoinha em BRAGA, Ernesto. Lagoinha se torna bairro de excluídos: Casarões descuidados dão ar de abandono ao local e atraem moradores de rua e mendigos. O Tempo, Belo Horizonte 6 jan 2006. Cidades, p. B3.

¹⁶¹ WERNECK, Gustavo. Só tombamento salva IAPI. Estado de Minas. Belo Horizonte, 26, mar., 2007. Caderno Gerais. p. 22.

¹⁶² CMBH, 2006.

¹⁶³ PBH, 2006.

¹⁶⁴ CDPCM, 2007.

¹⁶⁵ É interessante notar ainda, segundo o Diário Oficial do Município - Belo Horizonte Ano XII - Nº: 2.702 - 10/05/2006, que “o projeto de reforma foi denominado “Operação Batom”, elaborado pelo gabinete da vereadora, adequado pela Belotur, com aprovação do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural, por se tratar de um bem tombado. Os recursos, de R\$ 852 mil, serão repassados pelo Ministério do Turismo, através de uma emenda do deputado federal Virgílio Guimarães (PT). Ver também “Projeto recupera a pintura das fachadas de edificações do hipercentro”, no Diário Oficial do Município - Belo Horizonte Ano XIII - Nº: 2.840 - 05/08/2007. A vereadora também proporia o tombamento do Conjunto Residencial São Cristóvão (IAPI) pelo projeto de Lei 1.192/2006. Ver,

ordinária de 25 de abril de 2007, através da deliberação nº 033/2007, referente à apreciação da proposta de tombamento do Conjunto Residencial São Cristóvão – IAPI, aprovaria a abertura do processo de tombamento do bem cultural¹⁶⁶. Conforme a ata da reunião, a abertura do processo de tombamento transcorreria sem maiores discussões. Nela lê-se que,

a secretária-geral passou à apreciação e deliberação de proposta de tombamento do Conjunto Habitacional São Cristóvão - IAPI. O conselheiro Ricardo Samuel de Lana solicitou que fosse incluído ao estudo a proteção dos prédios da Delegacia de Ordem Político-Social e do Hospital Municipal Odilon Behrens. A gerente da GEPH Michele Abreu Arroyo informou que o pedido de tombamento partiu da Câmara Municipal de Belo Horizonte, por meio da Vereadora Neusa Santos, e aguardava um posicionamento do Conselho. Informou também que existia uma verba federal, do Ministério do Turismo, para a recuperação das fachadas dos nove edifícios que constituem o conjunto do IAPI, da área de lazer e do paisagismo, cuja liberação estava condicionada ao tombamento do referido conjunto. Esclareceu que o compromisso da GEPH era o de encaminhamento, para o mês de maio, do dossiê de tombamento, a fim de subsidiar o tombamento provisório, sem a elaboração de um diagnóstico preciso do estado de conservação e diretrizes para futuras intervenções. A gerente da GEPH Michele Abreu Arroyo esclareceu, ainda, que a documentação seria complementada posteriormente via contratação de profissional qualificado e apresentada quando do tombamento definitivo, juntamente com as diretrizes de proteção que seriam elaboradas pela GEPH. Informou também que havia outra solicitação de abertura de processo de tombamento para o Clube Recreativo Mineiro, situado na Rua Grão Mogol, 197, que vem tendo problemas orçamentários. Os interessados alegaram que, com o tombamento do imóvel, poderiam conseguir verbas para sua manutenção. Terminadas as discussões, a secretária-geral colocou em votação a abertura de processo de tombamento para o Conjunto Habitacional São Cristóvão - IAPI, que foi aprovado por unanimidade (DOM, Ano XIII - Nº: 2.856 - 05/30/2007).

Após este fato, o Conselho se reuniria em sessão ordinária realizada no dia 23 de maio de 2007 e deliberaria pelo tombamento provisório do Conjunto Residencial São Cristóvão - IAPI, “compreendendo as nove edificações residenciais, o traçado das ruas internas e as áreas ajardinadas, por se tratar de edificações de relevante valor histórico e cultural para a cidade”, conforme o dossiê apresentado pela Gerência de Patrimônio Histórico Urbano/Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana - Processo Administrativo n.º 01.058446.07.72¹⁶⁷. Conforme publicada na ata da reunião,

conforme o Diário Oficial do Município - Belo Horizonte Ano XIII - Nº: 2.839 - 05/05/2007, a chamada para a audiência pública na realizada câmara municipal debatendo o impacto do Programa BH Pintura Hipercentro.

¹⁶⁶ Diário Oficial do Município - Belo Horizonte Ano XIII - Nº: 2.839 - 05/05/2007. Ver ainda conforme o Diário Oficial do Município - Belo Horizonte Ano XIII - Nº: 2.832 - 04/24/2007, o comunicado da sessão onde consta, como item 9 da pauta, a apreciação e deliberação de proposta de tombamento do Conjunto Residencial São Cristóvão – IAPI.

¹⁶⁷ Diário Oficial do Município - Belo Horizonte Ano XIII - Nº: 2.858 - 06/01/2007. Ver também o Diário Oficial do Município - Belo Horizonte Ano XIII - Nº: 2.847 - 05/17/2007, o comunicado que traz, como item 10 da pauta da sessão, a apreciação e deliberação de dossiê de tombamento do bem cultural Conjunto Habitacional do IAPI, tendo como relatora Tereza Bruzzi de Carvalho. Ver também o documento CDPCM-BH / EXTER / OF. N.º 054 / 2007.

a secretária-geral passou à apreciação e deliberação de dossiê de tombamento do bem cultural Conjunto Habitacional São Cristóvão - IAPI. A conselheira-relatora Tereza Bruzzi de Carvalho fez a leitura de seu parecer, que concluiu: "Diante do exposto, sou a favor do tombamento do Conjunto Habitacional São Cristóvão, bem como uma definição de perímetro de entorno que envolva os edifícios de uso coletivo público no entorno, devendo ser submetido ao CDPCM-BH as intervenções eventualmente propostas". Terminada a leitura do parecer, a secretária-geral colocou o assunto em discussão. A conselheira-relatora prestou alguns esclarecimentos com relação às diretrizes apresentadas no parecer. Informou, ainda, que essas diretrizes se referiam aos prédios do conjunto habitacional e que os prédios públicos de uso coletivo existentes no entorno ainda não seriam tombados. Esses seriam inventariados e submetidos à análise do Conselho e até a deliberação do grau de proteção definitivo qualquer intervenção deveria ser precedida de aprovação pelo Conselho. A discussão prosseguiu avaliando as obras de alargamento da Avenida Presidente Antônio Carlos, sobre a manutenção da área ajardinada do IAPI e sobre alguns prédios do entorno que serão demolidos. Terminada a discussão, a secretária-geral colocou o tombamento do Conjunto Habitacional São Cristóvão - IAPI em votação, compreendendo as nove edificações residenciais, o traçado das ruas internas e as áreas ajardinadas, que foi aprovado por unanimidade (DOM, Ano XIII - Nº: 2.873 - 06/26/2007).

Em seguida, conforme deliberação n.º 070/2007, o Conselho se reunia em sessão ordinária realizada em 22 de agosto de 2007, após decorrido o prazo legal para apresentação de impugnação ao tombamento provisório, aprovaria o tombamento definitivo do Conjunto Habitacional São Cristóvão – IAPI. O Conselho, então, deliberaria, também, pela inscrição do conjunto no Livro do Tombo Histórico, ficando este, então, sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pelo CDPCM-BH¹⁶⁸. O tombamento do conjunto transcorreria sem maiores questionamentos. Conforme a ata da reunião publicada, lê-se que

a presidente passou à deliberação de tombamento definitivo e pela inscrição no Livro do Tombo Histórico do bem cultural Conjunto Habitacional São Cristóvão - IAPI, processo administrativo n.º 01.058446.07.72, que foi aprovado por unanimidade (DOM, Ano XIII - Nº: 2.940 - 09/29/2007).

Desta forma, neste período dar-se-ia início ao processo de tombamento do Conjunto IAPI. A partir disso, a GEPH prepararia um dossiê de tombamento, que teria por objetivo constatar o “valor urbanístico e cultural” do conjunto, de modo a subsidiar sua proteção por meio de tombamento, conforme estabelecido pela Lei n.º. 3802/84. Aquele dossiê, então, seria apresentado ao CDPCM-BH, para subsidiar a tomada de medidas de proteção. Ao mesmo

¹⁶⁸ Diário Oficial do Município - Belo Horizonte Ano XIII - Nº: 2.919 - 08/30/2007. Ver também, conforme publicado no Diário Oficial do Município - Belo Horizonte Ano XIII - Nº: 2.909 - 08/16/2007, o comunicado da sessão ordinária do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, onde, como item 5 da pauta, consta a deliberação do tombamento definitivo e pela inscrição no Livro do Tombo Histórico do bem cultural Conjunto Habitacional São Cristóvão - IAPI (processo administrativo n.º 01.058446.07.72).

tempo, seria encomendado pela BELOTUR à equipe da Universidade Federal de Minas Gerais, com a intermediação da FUNDEP, um dossiê com o objetivo de complementar o dossiê anterior, elaborado pela GEPH, o qual pretendemos analisar, mais detalhadamente, no próximo capítulo¹⁶⁹. No entanto, é interessante aqui notar que foram elaborados dois dossiês de tombamento. Este novo dossiê, que não foi incorporado ao processo de tombamento, apresentava basicamente dados relativos à descrição do bem cultural, dentro de uma análise arquitetônica, urbanística e histórica, bem como uma análise sociológica, trazendo dados necessários para sua contextualização social e cultural, subsidiando a justificativa de sua proteção por tombamento, assim como a proposição de diretrizes de preservação para o conjunto. Interessante notar que o dossiê incorporado ao processo de tombamento (elaborado pela GEPH), conforme percebido acima, vai destacar o valor histórico do conjunto, principalmente como importante empreendimento na área da habitação social, produzido pelo IAPI em Belo Horizonte. Este Dossiê tem como base a apreciação do valor histórico do bem cultural, a qual se baseia numa metodologia histórico-interpretativa. Por outro lado, vamos perceber no segundo Dossiê elaborado, além da análise histórica baseada numa metodologia histórico-intepretativa, a análise arquitetônico-urbanística baseada na análise formal de *experts*, e uma análise sociológica baseada em *surveys* e entrevistas.

O tombamento provisório do conjunto IAPI seria recebido com entusiasmo, como aponta um artigo publicado no Estado de Minas, de 2 de junho de 2007. Segundo Lobato, o reconhecimento do conjunto como patrimônio de Belo Horizonte agilizaria projetos de revitalização e liberação de recursos públicos para as obras. Como pode-se notar, o tombamento do conjunto seria bastante esperado. Fato este que se torna ainda mais relevante quando se considera que o conjunto completaria 60 anos de existência no dia 1º de maio deste mesmo ano. Apesar de ressaltar as qualidades positivas do conjunto, o artigo, ressaltava que

as peculiaridades e a importância não impediram a degradação do IAPI ao longo dos anos. As fachadas de todos os prédios estão pichadas e algumas janelas dos 928 apartamentos foram quebradas; o lixo invadiu o jardim, apagando o cheiro das flores; os brinquedos da praça de lazer foram danificados por vândalos; parte da grade que protege as duas quadras de futebol de salão e basquete foi arrancada. Outro problema é o uso de drogas nas ruas internas, principalmente durante a noite. Moradores garantem que os viciados vêm de fora. 'Eles não se inibem nem mesmo com o Departamento de investigações da Polícia Civil, que fica a menos de 200

¹⁶⁹ Diário Oficial do Município - Belo Horizonte Ano XIII - Nº: 2.882 - 07/07/2007.

metros', reclama uma dona-de-casa, que prefere o anonimato (LOBATO, 2008, p. 19).

Seria importante notar, como aponta o artigo, que os moradores destacavam a ambiência do conjunto, retratada em suas relações de convivência e sociabilidade. Segundo o morador Mozart Fernandino, de 92 anos, apesar das transformações ocorridas na região, o conjunto apresentaria uma característica na qual “as pessoas são mais amigas, como no interior”. Ao mesmo tempo, o mesmo morador ressaltava que o tombamento seria muito importante para os moradores do conjunto. Neste mesmo sentido, afirmaria Ednília Elvira, de 65 anos, que sentiria no conjunto “um clima interiorano”. A moradora ainda reforçaria que mudara para o conjunto há 25 anos, após a avó e a mãe terem também se mudado para o mesmo local. O mesmo artigo ressaltava também a realização da pesquisa coordenada por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, da qual o resultado seria entregue à Prefeitura, com o objetivo de ajudar no desenvolvimento de uma política de revitalização do local. Neste mesmo sentido, outros moradores ainda re-afirmavam como característica do conjunto as suas relações de vizinhança. Para Iracema de Araújo, de 65 anos, “a vizinhança do IAPI é muito boa, pois todos os moradores são amigos”. Ainda neste sentido, segundo o presidente da Associação Comunitários do IAPI, Francisco Laureano da Silva, de 76 anos, “tanto hoje como no passado, a maioria das pessoas faz parte da classe média baixa”.

3.3.1 Avaliando os valores no processo de planejamento e gestão da conservação: valoração do Conjunto IAPI

É interessante notar que seria incorporado ao processo de tombamento do conjunto IAPI, um dossiê elaborado pela GEPH, que vai constatar o valor histórico do bem cultural, considerado, então, um bem cultural representativo da história da cidade de Belo Horizonte. Neste sentido, considerando o parecer referente ao processo de tombamento do conjunto, “a implantação do Bairro Popular, ou seja, o Conjunto Habitacional IAPI”, poderia ser considerada a segunda grande intervenção urbana que marcaria a região da Lagoinha. O parecer também reconhece o

empreendimento como o primeiro na cidade, assim como reconhece a influência do movimento moderno em sua concepção. O mesmo documento também reconhece o conjunto como um “marco urbano referencial na cidade” (ver o parecer da conselheira Tereza Bruzzi de Carvalho), destacando também, brevemente, a relação que os moradores têm com este lugar, “por sua ambiência agradável e familiar”. Apesar de reconhecer a sua solução volumétrica “sofisticada” do conjunto, tanto o dossiê quanto o parecer não afirmam explicitamente seu valor artístico e/ou arquitetônico. Neste sentido, apontando as modificações sofridas pelo conjunto e seus blocos, como a substituição dos telhados em telha francesa por telhas de fibrocimento, sugere a recuperação do mesmo, com recolocação das telhas francesas. Assim também aponta o parecer da conselheira Tereza Bruzzi de Carvalho, a qual afirma que a diversidade de soluções de fechamento das varandas e das esquadrias, “dão aspecto de degradação e falta de unidade estética no conjunto”.

O dossiê aponta, assim como o parecer, a necessidade de intervenções de recuperação das fachadas, principalmente rebocos e pintura, apontando a necessidade de recuperação da cor amarelo-creme original do edifício, que poderia ser identificada na parte inferior das lajes de piso das passarelas que ligam os blocos. Outro ponto significativo no documento seria a preocupação com as transformações ocorridas nas varandas existentes nas fachadas, quase totalmente fechadas com esquadrias metálicas. Estas soluções de fechamento encontradas, além de interferirem negativamente nas condições ambientais dos blocos¹⁷⁰, seriam caracterizadas por sua diversidade, dando “aspecto de degradação e falta de unidade estética no conjunto”. Neste sentido, a especialista sugeriria a adoção de uma solução única “para que esta intervenção não prejudique a arquitetura do prédio”.

Neste mesmo sentido, o dossiê também aponta a existência de diversos elementos construtivos originais, como as telhas francesas, a cor dos blocos, esquadrias, cancelas, tanque de áreas de serviço, assim como “os pisos das escadas e coleiras de portas [...] em marmorite amarelado”, os pisos em placas de concreto nas áreas de circulação, pisos de ladrilho hidráulico, portas e fechaduras originais, enfaticamente ressaltados. O documento também aponta as transformações corridas nas plantas dos apartamentos, descrevendo situações como, por

¹⁷⁰ Ver VEIGA, A.L.; CÂMARA, A.B.C.; TIBÚRCIO, I.H.; et al. Conjunto IAPI: resgate de imagem e qualidade de vida. In: Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído, 2º, Florianópolis, 1993. Anais..., Florianópolis, ANTAC, 1993, p. 331- 339.

exemplo, o fechamento das áreas de serviço. Estas forma de valoração do bem cultural refletir-se-ia claramente nas diretrizes de intervenção propostas no documento, como a recomendação da “manutenção dos revestimentos e elementos construtivos originais”, garantindo a sua caracterização interna. A esta recomendação segue que “qualquer intervenção deverá ser submetida à análise do Conselho”. Aqui, nos parece importante notar que, este Dossiê nos parece apresentar claramente a perspectiva tradicional da conservação, a qual tem dificuldade de admitir até o valor artístico do conjunto. Além disso, nota-se claramente a desconsideração de outros valores culturais que possam ser atribuídos ao bem cultural em análise, não abordando a perspectiva dos moradores nem os valores sociais atribuídos aos estes ao conjunto.

Por outro lado, gostaríamos de analisar o desenvolvimento do Dossiê encomendado pela BELOTUR à equipe técnica da Escola de Arquitetura da UFMG, o qual, para a análise do conjunto e elaboração do dossiê foram utilizadas metodologias providas da história da arquitetura e das ciências sociais. Neste sentido, buscou-se compreender o conjunto segundo uma análise histórico, uma arquitetônico-urbanística e uma sociológica. Estas metodologias possibilitaram o registro de diversos valores atribuídos ao bem cultural, tanto do ponto de vista técnico quanto pelos moradores do conjunto, e justificariam a proteção do Conjunto do IAPI como patrimônio da cidade de Belo Horizonte, através do instrumento do tombamento. Neste processo foram registrados seu *valor histórico, artístico e arquitetônico, paisagístico e referencial*, que deverão ser considerados na sua conservação. Além disso, esta metodologia também possibilitou a construção de *cenários*, nos quais a conservação do conjunto enquanto patrimônio aparece no horizonte de expectativas dos moradores, como uma atividade a ser compartilhada com o Poder Público. Percebe-se que a abordagem adotada pretende subsidiar uma construção das políticas públicas contemporâneas, particularmente aquelas ancoradas nos instrumentos de gestão democrática das cidades. Em nossa perspectiva, a abordagem deste Dossiê mostra uma perspectiva contemporânea da conservação, a qual busca considerar, além dos valores históricos e artísticos tradicionais, os valores sociais atribuídos ao conjunto por seu moradores. Ainda nesta perspectiva, é interessante notar que este Dossiê vai incorporar as questões colocadas pelas recentes revisões da historiografia da arquitetura brasileira. Assim, vamos perceber que esse Dossiê foi elaborado dentro de uma perspectiva mas contemporânea da conservação, apontando para os diversos valores culturais que estariam sendo atribuídos ao conjunto. Apesar de não se afirmar no Dossiê em questão, percebemos que não apresenta uma

lista exaustiva dos valores, apesar de bastante representativa, pois considerada os atores diretamente envolvidos (e com interesses explícitos) na conservação do conjunto. Evidentemente, como vimos anteriormente, nos pareceria possível numa abordagem do valor econômico atribuído ao conjunto (até mesmo pelos próprios moradores), tendo em vista a possibilidade de financiamento de intervenção no conjunto para revitalização.

Pode-se perceber que o Dossiê vai destacar no processo o *valor histórico* do conjunto, como significativo da produção habitacional nos anos 1940 em Belo Horizonte, constituindo um exemplar representativo da atuação dos IAPs. Nesse sentido, levantou-se que o conjunto apresenta um claro *valor documental*, registrando não só a forma de atuação do Estado em relação à questão da habitação, mas também a ideologia modernista que introduzia naquela época uma nova *forma de morar*. Além disso, coube destacar que este representa a obra de arquitetos ligados aos Institutos, apresentando os traços característicos daquela produção institucional da arquitetura. Assim, no que se refere ao seu *valor arquitetônico-artístico*, o Dossiê rompe com a historiografia dominante e o destaca como exemplar digno de preservação exatamente por ser significativo da arquitetura *proto-moderna* em Belo Horizonte, mantendo seus traços principais estilísticos bastante íntegros. Tal valorização só se faz possível hoje, quando, apesar das avaliações negativas transmitidas hegemonicamente pela historiografia ainda impregnada pelos pressupostos do Movimento Moderno, começa-se a re-valorizar a arquitetura *déco* ou proto-modernista, onde se insere grande parte da produção arquitetônica do IAPI. Conforme aponta Nabil Bonduki, produção que se destaca pela qualidade dos conjuntos produzidos em todo o país, os quais constituiriam mesmo um verdadeiro “ciclo de projetos de conjuntos habitacionais de grande relevância para a arquitetura brasileira”¹⁷¹.

No que diz respeito aos conjuntos habitacionais “monumentais”, Segundo Bonduki, a estratégia de dar visibilidade internacional à parte da produção arquitetônica brasileira, teria como conseqüências o fato lamentável de que os “historiadores da arquitetura brasileira não perceberam que Pedregulho não foi uma obra isolada mas colheu o resultado de uma série de

¹⁷¹ BONDUKI, Nabil. Habitação Social e Arquitetura Moderna: os Conjuntos Residenciais dos IAPs. In: CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes; OLIVEIRA, Olívia Fernandes (Org.). (Re)discutindo o modernismo – universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997. p. 11-20.

projetos e obras anteriores”.¹⁷² Assim, seria importante perceber, como fazem os estudos mais recentes, que esses famosos conjuntos, “apontados nos compêndios como obras de exceção”, seriam, na verdade, “integrantes de uma produção muito mais ampla de projetos habitacionais, de grande interesse do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo”¹⁷³. Segundo o Dossiê, esta produção teria como carros-chefe, os diversos empreendimentos realizados pelos IAPs. Assim, a historiografia não haveria esclarecido o fato de que esses projetos, não constituindo obras isoladas, encerrariam em si um acúmulo de resultados de uma série de projetos e obras anteriores construídas no período de 1937 a 1950, os quais enfrentaram os problemas habitacionais de forma inovadora, comparando-se à produção anteriormente conhecida no país.¹⁷⁴



Figura 13 - Fachada Edifício 2.
Fonte: Dossiê EA–UFMG, 2007.

Sabe-se que naquele contexto a arquitetura moderna brasileira das décadas de 1940 a 1950 seria marcada, principalmente por sua articulação com o modelo desenvolvimentista nacional, em que o enfrentamento do problema habitacional nas cidades seria um fato marcante, manifesto assim através da construção de grandes conjuntos habitacionais ou mesmo de

¹⁷² BONDUKI, 1996, p. 84.

¹⁷³ BONDUKI, 1996, p. 84. Ainda hoje, pode-se perceber atração dos arquitetos e historiadores da arquitetura pelas formas legadas pelos modernos. Ver, neste sentido, o artigo recente SILVA Rafael Spindler da. O Conjunto Pedregulho e algumas relações compositivas. Disponível em: www.vitruvius.com.br. Acesso em 11 jan 2008.

¹⁷⁴ BONDUKI, 1997.

cidades modelo. Para alguns autores, esses fatos deveriam representar as facetas de uma intervenção física que visava dar visibilidade e forma concreta ao modelo de desenvolvimento e de modernização brasileiro do período populista, com a criação de um espaço no qual floresceria o “novo homem”¹⁷⁵. Ao preconizar soluções baseadas no desenvolvimento dos grandes núcleos habitacionais multifamiliares em substituição às unidades isoladas unifamiliares, o Estado Novo estaria, movido pelos mesmos pressupostos do Movimento Moderno (estabelecidos nos CIAM - Congressos de Arquitetura Moderna)¹⁷⁶, pautados na busca da produção massiva de habitação, em resposta à demanda social por moradias resultante de um intenso processo de urbanização e industrialização. Produção de habitações esta que, segundo Bonduki (1997), não poderia ser consolidada não fosse a incorporação daqueles pressupostos.



Figura 14 - Edifício 7 com lojas no térreo.
Fonte: Dossiê EA–UFMG, 2007.

¹⁷⁵ GOMES, 1982 *apud* BONDUKI op.cit. p. 225.

¹⁷⁶ BONDUKI, 1997, p. 232. Ver também FRAMPTON, 1997.

Neste sentido, longe de conformar uma atuação improvisada, os IAPs - Institutos de Aposentadoria e Pensão - se tornariam os elementos fundamentais¹⁷⁷, colaborando com o desenvolvimento de propostas adequadas para viabilizar essa produção massiva, formando os primeiros departamentos técnicos públicos com a preocupação da questão da habitação social no país. Numa análise quantitativa, a produção dos IAPs seria extremamente representativa. Neste sentido, o IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários) seria um dos maiores financiadores desta política. Até o ano de 1950, esse teria elaborado projetos para 36 conjuntos habitacionais, sendo que alguns possuíam enormes dimensões, chegando a compreender mais de cinco mil unidades¹⁷⁸. É importante também observar que em 1950, o IAPI atingia uma maturidade institucional de intervenção na questão habitacional, baseada no conhecimento teórico e na experiência concreta¹⁷⁹, obedecendo suas diretrizes habitacionais ao rigoroso repertório do Movimento Moderno, incluindo também a criação, junto às moradias, de escolas, serviços de assistência médica, centros comerciais, estações de tratamento de esgoto, dentre outros serviços.



Figura 15 - Vista do pátio interno de um bloco.

Fonte: Dossiê EA–UFMG, 2007.

¹⁷⁷ Já em 1937, com a aprovação do decreto nº1.749, seria favorecida a atuação dos IAPs, possibilitando a estes o investimento direto e indireto, via concessão de crédito, na construção de grandes edifícios comerciais e residenciais, além dos conjuntos populares, e sobretudo na compra de terrenos, tornando-se um dos maiores detentores de terra urbana no país. Ver BONDUKI, 1997, p. 105.

¹⁷⁸ Em 1950, o IAPI possuía cerca de 1.464.000 associados. Ver BONDUKI, 1997, p. 130. O IAPI seria, provavelmente, o maior financiador ou construtor da década de 1940, com o maior volume de obras da construção civil edificado por um único órgão ou empresa no país. Ver BONDUKI, p. 236.

¹⁷⁹ EA-UFMG. DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO IAPI, 2007

Assim, considerando o valor histórico do conjunto, percebemos que o Dossiê vai exatamente incorporar a perspectiva de Nabil Bonduki. A produção dos IAPs, segundo o Dossiê, vai se caracterizar, pela incorporação dos pressupostos do movimento modernos, tendo como objetivos básicos de sua política habitacional, a busca por soluções arquitetônico-urbanísticas capazes de responder à crescente demanda social, despertada por um quadro de intenso do reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores, assim como, capazes de garantir os avanços necessários no processo de produção da habitação, possibilitado pela racionalização do processo de produção e industrialização. Desta forma, as soluções buscadas pelos Institutos também propiciariam o provimento de habitações de custo reduzido para os trabalhadores. Neste sentido, sua produção estaria vinculada à adoção dos “pressupostos formais” estabelecidos pelos CIAM - Congressos de Arquitetura Moderna, onde se destacam a ênfase na célula individual como o aspecto mais relevante da construção da moradia; a habitação como instrumento para a manutenção do mínimo nível de vida; o estabelecimento das relações entre a habitação e a sociedade, como o desenvolvimento de uma concepção que propunha a transferência das funções domésticas do espaço privado para os equipamentos sociais e comunitários; a alteração da relação público/privado que, com o rompimento das fronteiras fixas que os separavam, reforçava a noção de que a habitação não seria apenas um conjunto de unidades mas um conjunto de equipamentos e serviços coletivos. Assim, como órgãos determinantes na política habitacional no período de 1940 a 1950, os IAPs introduziram inovações, novas implantações e tipologias de projetos habitacionais que fizeram parte da produção da arquitetura moderna nacional. Por outro lado, numa análise qualitativa, a produção dos IAPs revela uma inovação importante com a introdução tanto em relação às tipologias dos projetos quanto em relação à própria história da arquitetura moderna no País. Concebidos como núcleos urbanos, estas intervenções teriam grande impacto nas cidades brasileiras, tanto por sua área construída, quanto por seu caráter social.

Segundo o Dossiê, percebe-se na análise da concepção técnica e estrutura institucional dos IAPs, a existência de concepções e diretrizes formuladas a partir de uma análise objetiva das necessidades e das possibilidades concretas da produção da habitação social. Segundo Rubens Porto, técnico encarregado da emissão de pareceres sobre a normatização das regras de atuação dos IAPs, seria preciso defender, a construção de conjuntos habitacionais segregados do traçado urbano existente, onde se ressaltava a necessidade de isolamento dos conjuntos

frente ao ambiente promíscuo das cidades, como um dos fatores necessários à implementação do novo modo de morar; a opção preferencial pela construção de blocos, atendendo à preocupação com a economia, a pré-fabricação e a padronização; a limitação da altura dos blocos, quando desprovidos de elevador; a utilização dos pilotis, como parte do discurso moralista conservador que tecia críticas ao espaço público como ambiente não controlado; adoção do duplex, pelos fatores de economia; processos de construção racionalizados e a edificação de conjuntos autárquicos; articulação da construção de conjuntos habitacionais com planos urbanísticos, concentrando os programas habitacionais sobre os grandes planos de organização regional, segundo eixos estudados, auto-estradas e recursos naturais existentes; e finalmente, a entrega da casa mobiliada, de forma racional¹⁸⁰.

Percebe-se, aqui, que os pressupostos do movimento moderno estavam presentes nas concepções arquitetônicas e urbanísticas de parte considerável dos conjuntos habitacionais projetados e construídos pelos Institutos. Segundo o Dossiê, a concepção desta nova “forma de morar” seria um contraponto claro à “política habitacional” desenvolvida no país até meados da década de 1930. Nestas, as edificações vão se caracterizar pelas implantações típicas da produção rentista, com suas casas geminadas de um a dois pavimentos. Em muitos casos, obedecia-se a implantação tradicional das casas, fato este que tornava pouco perceptível a sua idéia de conjunto habitacional, a não ser por suas características construtivas e formais. Segundo o mesmo autor, neste contexto, a atuação das caixas de aposentadoria, vai se caracterizar pela tentativa de evitar as aglomerações de casas geminadas, adotando, por exemplo, soluções construtivas impróprias da produção seriada, como nos casos de alguns conjuntos produzidos, por exemplo, pela Caixa de Aposentadorias e Pensões da Rede Mineira de Viação em Belo Horizonte. Neste contexto, destaca-se a adoção da casa isolada no terreno, com recuos laterais e frontais que refletiam o paradigma urbanístico higienista da época. Neste modelo de produção, predominava o palacete pequeno-burguês destinado ao operário que ascendia à condição proprietário, em contraposição ao ambiente de promiscuidade das casas geminadas e vilas.

Segundo a análise de Dossiê, considerando o contexto cultural da época, percebe-se na concepção arquitetônica e urbanística dos conjuntos habitacionais dos IAPs uma orientação

¹⁸⁰ EA-UFMG. DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO IAPI, 2007

marcada pela dualidade entre o antigo (atrasado) e o moderno, na qual deveriam ser inculcadas nos operários novos hábitos. Neste sentido, vai se destacar a atuação de vários arquitetos que viam na habitação social o caminho para as transformações das condições de vida da classe trabalhadora, introduzindo hábitos capazes de romper com o anacronismo do país, expresso nas práticas atrasadas existentes e de baixa produtividade. No entanto, o caráter elitista e conservador das forças políticas dominantes da sociedade haveriam de reduzir o impacto e a abrangência dos pressupostos sociais de suas obras. Neste sentido, os próprios arquitetos modernistas exerceram influência nos centros de decisão e, conseqüentemente, na implementação dos projetos de desenvolvimentismo, articulando as noções de modernidade e industrialização, se recusando muitas vezes a manutenção dos modos tradicionais de vida vinculados ao “velho sistema de quintal”. Esta perspectiva adotada pelos arquitetos modernos, muitas vezes, seria alvo de críticas, já que esta seria considerada uma perspectiva elitista que desconsiderava, na maioria dos casos, as formas populares e tradicionais de morar. Neste sentido, a tarefa dos arquitetos seria modernizar tanto a habitação – envolvendo uma arquitetura moderna, uma nova inserção urbana e a produção massiva – assim como o “modo de morar” dos trabalhadores. Esta tarefa facilmente se ajustaria ao projeto de modernização e transformação social do país, tão abrangente como apontado por Lauro Cavalcanti, no qual os IAPs responderiam, mesmo sem uma estrutura adequada, com o desenvolvimento de uma política habitacional mais eficaz: a concepção de habitação como um serviço público, presente no discurso de diversos arquitetos, e suas conseqüências na qualidade dos conjuntos habitacionais construídos, seria um dos indicadores da relação entre os projetos habitacionais e uma perspectiva de transformação social, baseada na estatização dos meios de produção e dos equipamentos coletivos.

No que se refere à análise arquitetônica e urbanística, o Dossiê de Tombamento vai destacar o estilo *proto-modernista* do conjunto, como vimos, bastante empregado nos edifícios públicos e privados da década de 1940, caracterizado por eliminar o sistema ornamental clássico predominante nas edificações até a década de 30, além de implementar uma série de soluções funcionais e de propugnar formas puras. Diferentemente daqueles derivados totalmente dos pressupostos do Movimento Moderno, nos blocos que configuram o conjunto é flagrante o predomínio dos cheios sobre os vazados, sendo que, nesse caso, as varandas e terraços ali existentes procuravam dar mais leveza aos edifícios. O conjunto representaria em sua organização a preocupação com o aproveitamento máximo dos fluxos, funções e espaços

internos das unidades. Esta proposta arquitetônica seria fortemente influenciada pelos modelos europeus construídos no período entre guerras. Segundo Bonduki, “a única tentativa de desenvolver no Brasil a proposta dos *Höfe* vienenses”¹⁸¹.

Em meio a uma diversidade de usos e formas de ocupação do solo urbano em seu entorno, o conjunto IAPI se destacaria principalmente pela sua volumetria e implantação. Desta forma, nota-se que o conjunto IAPI constitui um ambiente diferenciado do seu entorno, tanto no que se refere à sua implantação e disposição dos edifícios quanto na relação entre público e privado existentes dentro de um mesmo núcleo. O projeto original, que era composto por 11 blocos com cinco pavimentos cada, seria, no entanto, modificado no processo de execução. Segundo alguns moradores, as obras durariam um período de sete anos e, considerando a necessidade de redução dos custos, alguns dos materiais utilizados na construção haveriam sido produzidos no interior do próprio conjunto. O Conjunto, então, seria constituído pelos blocos dispostos em torno de uma ampla área livre, onde se localizariam os equipamentos coletivos. Na área interna conformar-se-ia um espaço de convivência e lazer, com praças, quadras esportivas, *playground*, a Escola Municipal Honorina de Barros, a Igreja de São Cristóvão e ainda um local para as reuniões da Associação dos Moradores do Conjunto. Os blocos, que seriam interligados por passarelas áreas no nível do sexto pavimento, permitindo aos moradores uma alternativa de circulação interna, foram construídos de forma semelhante, se diferenciando pelos gabaritos. Estes repetem o esquema de uma figura simétrica bi-axial, cujas fachadas idênticas se volta para diferentes orientações. Assim, a disposição dos elementos foi subordinada a uma ordem extremamente rígida e hierarquizada, configurando um diagrama em forma de “U”.

Os blocos seriam projetados para permitir as distintas combinações das unidades de tamanhos diferentes, compondo-se através de duas unidades de dois quartos, uma de quatro e uma de três, ou apenas uma de quatro quartos conforme a combinação. Cada bloco se constituiria em torno do pátio central, sendo cada uma com quatro apartamentos por andar. Nos vértices do pátio central haveria uma escada que permitiria o acesso às unidades. Nas fachadas, os balcões contornariam os apartamentos seriam, em sua maioria, vedados e incorporados espaços internos pelos moradores. A ortogonalidade das linhas determinaria a arquitetura do conjunto. O

¹⁸¹ BONDUKI, Nabil. *Habitação Social e Arquitetura Moderna: os Conjuntos Residenciais dos IAPs*. In: *Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*, São Paulo: Estação Liberdade / FAPESP, 1998, p. 200.

conjunto possui vários acessos, sendo um principal de veículos e pedestres e outros exclusivos para pedestres que desembocam em caminhos entre os jardins e que, por passarelas, ligam o conjunto às principais ruas e avenidas do entorno. No conjunto, cada bloco tem um número de pavimentos, de acordo com sua numeração. Neste sentido, “os blocos 2 e 3 possuem 5 (cinco) pavimentos, os blocos 4 e 5 possuem 6 (seis) pavimentos, os blocos 6 e 7 possuem 7 (sete) pavimentos, os blocos 8 e 9 possuem 8 (oito) pavimentos e o bloco X possui 9 (nove)” pavimentos no total¹⁸². Vale destacar, como o faz o Dossiê, que os blocos não possuem elevador, fato este que se torna mais crítico nos blocos de maior número de pavimentos. Nota-se pelo levantamento que apenas o bloco X possui fosso para a sua implantação. Como dissemos anteriormente, a inexistência de elevadores é, em certo ponto, amenizada pelas passarelas que interligam cada bloco, o que facilita em muito a locomoção dos moradores, principalmente os idosos (ver, também neste sentido, a análise sociológica do conjunto) e com mobilidade restrita. Nos blocos bloco 2 e 3, no último andar, nota-se a existência de um terraço comum que dá acesso à passarela.

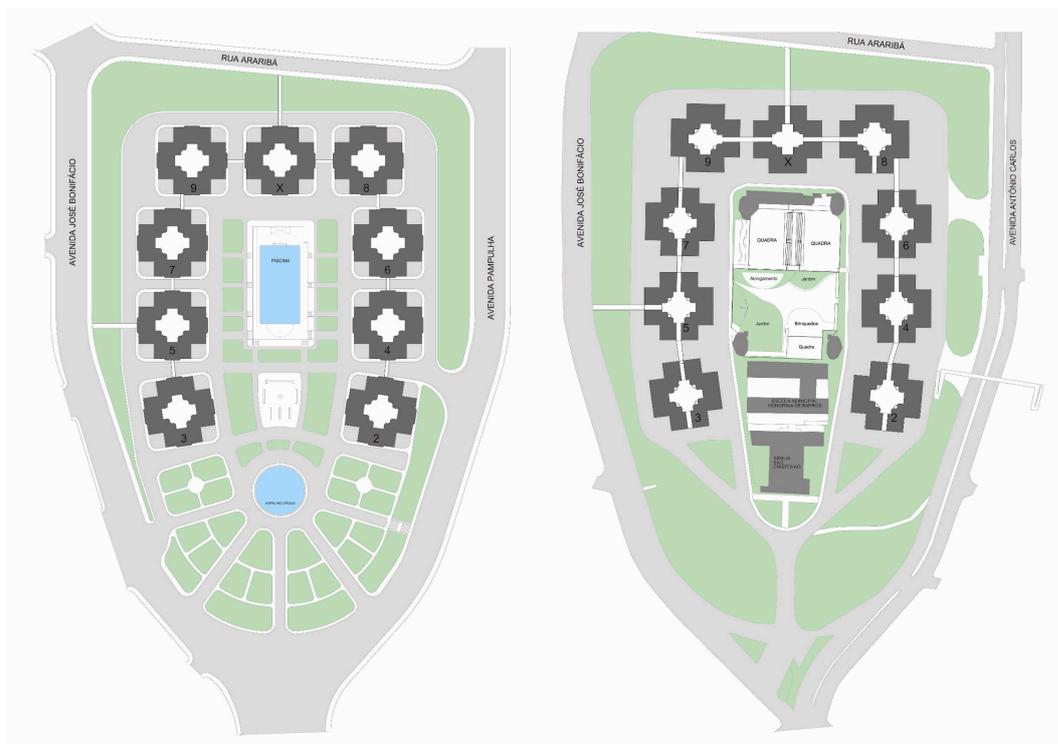


Figura 16 - Implantação original restituída a partir de microfilmes da PBH e atual.
 Fonte: Dossiê EA–UFMG, 2007.

¹⁸² EA-UFMG. DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO IAPI, 2007, p. 69.

Considerando a sua implantação, nota-se na análise do Dossiê que os construtores do Conjunto optaram por implantá-lo num grande platô, desconsiderando o relevo natural do terreno. Neste sentido, a implantação implicou num intenso processo de corte e aterro para tornar o terreno plano, o que resultou ainda na construção de muros de arrimo e de taludes, em alguns pontos com grande altitude, como próximo à Avenida José Bonifácio e a Rua Araribá. De carta forma, esta forma de implantação contribuiu para efetivar a separação do conjunto e seu entorno, principalmente da Pedreira Prado Lopes. Nota-se ainda que o conjunto possui vários acessos, estando o principal (de veículos e pedestres) próximo à Igreja de São Cristóvão, além dos outros acessos (exclusivos para pedestres) por meio de caminhos entre os jardins pela Avenida Antônio Carlos e pelas passarelas que ligam à Avenida José Bonifácio e à Rua Araribá. O conjunto possui também grandes áreas livres e jardins em seu entorno que se encontram bastante degradadas. Na área interna, nota-se vias pavimentadas e pouca arborização.

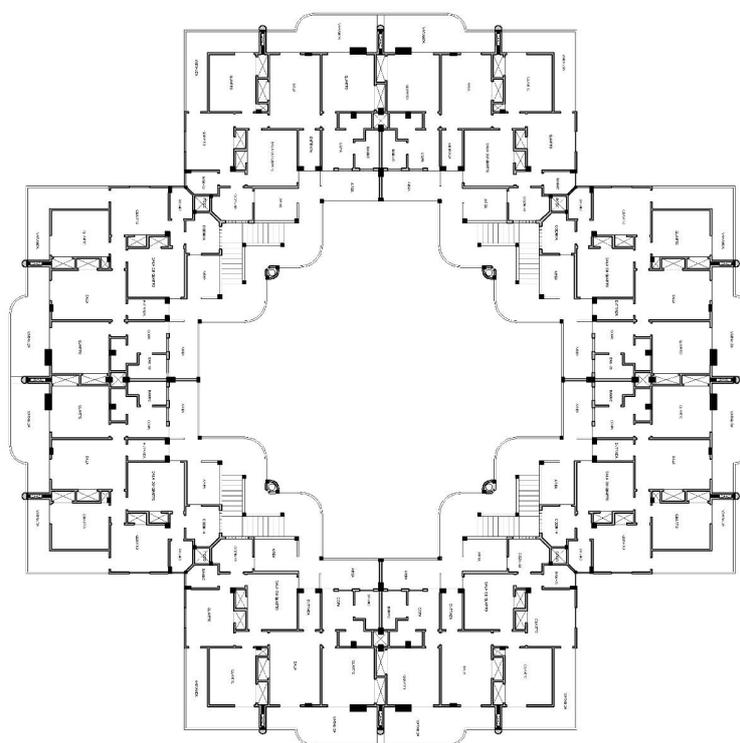


Figura 17 - Planta do pavimento tipo original restituída a partir de microfímes da PBH.
Fonte: Dossiê EA–UFMG, 2007.

Considerando as transformações efetuadas, nota-se, por exemplo que as medidas preventivas de segurança exigidas pelo Corpo de Bombeiros obrigou o aumento da altura dos guarda-corpos

das passarelas, alterando-se significativamente o projeto original, “que previa guarda corpos baixos e que possibilitavam uma vista privilegiada do entorno”. Neste sentido, algumas passarelas já atendem a estas exigências, “possuindo guarda corpos, em concreto, tão altos que não permitem sequer o alcance da vista dos usuários”¹⁸³.

Com sua composição simétricas, os blocos chegam a ter até 16 (dezesesseis) apartamentos por pavimento. O Dossiê vai destacar, considerando o projeto original, que seriam característicos destas apartamentos, assim como das fachadas dos blocos, a existência das grandes varandas. Com o passar do tempo, várias destas “foram fechadas em função de um possível ganho de espaço, aumentando-se assim a área útil do apartamento”. Como consequência, “houve tanto uma mudança na estética externa das fachadas dos edifícios quanto uma diminuição da qualidade do conforto ambiental interna dos apartamentos”¹⁸⁴. Ainda, caracterizando a configuração espacial dos blocos, nota-se, a existência de áreas abertas em sua parte central, para a qual estão voltadas as áreas de circulação que levam aos apartamentos, além de suas cozinhas e áreas de serviço. Segundo a análise do Dossiê, pode-se perceber que, com o passar dos anos, “esse espaço de uso comum recebeu tratamento distinto em cada edifício, por meio de diferentes tipos de revestimentos para piso, jardins e mobiliário urbano, o que gerou áreas com características bastante diferentes umas das outras”¹⁸⁵.

Considerando as tipologias dos apartamentos, nota-se que o projeto original previa três tipos, ambos com dois, três ou quatro quartos, respectivamente, onde os apartamentos de três quartos concentravam-se nos pavimentos térreos. Analisando os apartamentos de dois quartos, percebe-se que previa-se no projeto “algum tipo de flexibilidade, possibilitando-se a junção de dois apartamentos, que daria origem, assim, a um apartamento maior com quatro quartos”, o que de fato ocorreria¹⁸⁶. Atualmente, nota-se a existência no conjunto, de apartamentos de um, dois, três, quatro ou mais quartos, com as mais diversas dimensões. Considerando ainda o alto grau destas transformações, nota-se até mesmo apartamentos duplex. Considerando seu estado de conservação dos apartamentos, estes variam muito, oscilando entre muito bom e péssimo, resultante apenas da iniciativa e do nível sócio-econômico dos moradores e proprietários (ver

¹⁸³ EA-UFMG. DOSSIÊ, 2007, p. 70.

¹⁸⁴ EA-UFMG. DOSSIÊ, 2007, p. 71.

¹⁸⁵ EA-UFMG. DOSSIÊ, 2007, p. 71.

¹⁸⁶ EA-UFMG. DOSSIÊ, 2007, p. 71.

análise sociológica mais detalhada deste ponto).

Segundo a análise realizada no Dossiê de Tombamento, assim como os espaços de uso comum, as fachadas dos blocos do conjunto encontram-se bastante degradadas. Neste sentido, nota-se claramente que “o mau estado de conservação do reboco e da pintura das fachadas, as pichações e a carência de mobiliário urbano, transmitem a imagem de abandono, tão marcante no Conjunto IAPI hoje em dia”¹⁸⁷. Como dito anteriormente, praticamente todas as varandas foram fechadas, no entanto, nota-se que para tanto foram utilizadas esquadrias de diferentes tipos de materiais. Ressalta-se também estas foram transformadas em um novo cômodo agora pelos moradores. De um modo geral, estas transformações provocaram impacto nas fachadas, tornando-as desiguais e, esteticamente, sem a leveza constatada no projeto original. Observa-se que, como no primeiro dossiê analisado, devido a preocupação com a segurança, vários moradores instalaram grades nas portas e nas janelas.

Outro ponto que caracteriza a trajetória das transformações que podem ser notadas no conjunto foi a destinação várias de suas áreas comuns, assim como dos estabelecimentos projetados para abrigar, por exemplo, atividades comerciais. Estas estão hoje, em sua maioria, em desuso, no qual um dos galpões existente serve, por exemplo, como depósito de materiais da S.L.U. Neste sentido, considerando os espaços de públicos, percebe-se a iniciativa de vários moradores em fechar as áreas fronteiriças aos edifícios, delimitando assim estacionamentos de caráter privado. Isto, nos parece, altera radicalmente a idéia original da não existência de “lotes tradicionais” na implantação dos blocos, sendo esta feita sobre uma mesma área comum, provocando uma considerável liberação desta área.

Por fim, considerando ainda o estado de conservação de alguns elementos construtivos, nota-se que a pintura externa em todos os blocos não se encontra em bom estado. O Dossiê também aponta que os blocos apresentam variações de tonalidade de cor, onde grande parte das superfícies estão manchadas de tons escuros. Vários blocos apresentam pintura descascada, principalmente, na base inferior das fachadas, próximas ao solo e nos peitoris das janelas, sendo ainda possível identificar pontos onde houve o descolamento do reboco. Nota-se também que as infiltrações nos peitoris das janelas, assim como infiltrações na base das fachadas. No que diz

¹⁸⁷ EA-UFMG. DOSSIÊ, 2007, p. 73.

respeito às esquadrias, nota-se que os vidros nos edifícios se encontram em bom estado, não tendo, no entanto, nenhuma padronização. Aqui se repete a situação dos elementos citados anteriormente, onde cada apartamento apresenta uma tipologia própria de esquadrias e grades das janelas, indicando claramente a falta de padronização.

Por outro lado, na análise sociológica, procurou-se registrar um quadro preciso do conjunto, buscando compreender a relação entre o espaço construído e seu contexto sócio-cultural. Desta forma, procurou-se retratar a área em seus aspectos, tanto objetivos quanto subjetivos, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Neste sentido, segundo o Dossiê de Tombamento, o método de análise sociológica constituiu-se em três pilares integrados e superpostos: a pesquisa quantitativa caracterizada pela análise por *survey*, a análise das redes de sociabilidade, além da aplicação de entrevistas semi-estruturadas com alguns moradores antigos. Neste levantamento, a pesquisa por *survey* foi estruturada a partir de uma matriz do "território" do conjunto IAPI, tendo basicamente os moradores como informantes. Neste sentido, a análise sociológica teve como objetivo compreender a vida comunitária do conjunto, assim como o perfil sócio-econômico dos moradores. Neste mesmo sentido, a análise das *redes de sociabilidade* constituiu-se numa metodologia de análise busca registrar as "relações de sociabilidade entre os moradores nos espaços coletivos do mesmo"¹⁸⁸, percebendo-se as relações de identidade e sociabilidade (incluindo as relações de lazer e de conflito), mas também buscou-se perceber os papéis dos espaços públicos do conjunto.

A análise de *survey* possibilitou a compreensão das demandas dos indivíduos, assim como permitiu a definição do perfil sócio-econômico dos moradores, caracterizando sua organização comunitária. Neste sentido, é interessante nota que a análise permite, através de amostragem, realizar a pesquisa com um grupo de indivíduos que representa o universo dos moradores do conjunto. No entanto, segundo o Dossiê, a sua aplicação em dossiês de tombamento ainda não seria recorrente. Assim, julgou-se importante explicitar os alcances desse método de coleta e sumarização de dados quantitativos e sua utilidade na construção de dossiês de tombamento, ressaltando-se que esta metodologia seria um instrumento que nos permitiria captar "um retrato fiel e dinâmico da realidade" do conjunto¹⁸⁹. Neste sentido, o *survey* possibilitaria, mais do que

¹⁸⁸ EA-UFMG. DOSSIÊ, 2007, p. 79.

¹⁸⁹ EA-UFMG. DOSSIÊ, 2007, p. 80.

caracterização, mas a identificação dos padrões de opinião, das atitudes e dos comportamentos dos indivíduos em um universo definido. Esta metodologia, então, nos permitiria, através do estudo da amostra, chegar à caracterização do todo, considerando é claro suas particularidades e desvios.

Neste caso específico, pretendeu-se também utilizar este método de análise de forma a subsidiar as ações governamentais. Neste contexto também, o survey realizado no conjunto, possibilitou a realização de “um estudo exploratório e de obtenção de dados atualizados das condições físicas e sociais do conjunto”¹⁹⁰. Este estudo, por sua vez, subsidiou a elaboração de diretrizes de conservação para os aspectos considerados relevantes sob o ponto de vista dos moradores. Neste sentido, este estudo possibilitou também a captação dos aspectos subjetivos do conjunto, tais como, as preferências dos moradores, suas aspirações e expectativas. A partir destes levantamentos, realizou-se uma matriz complexa, “composta por um conjunto estruturado e sistemático de variáveis que se organizam em módulos especificamente elaborados para a obtenção dos dados precípuos demandados pelo dossiê de tombamento”¹⁹¹, incluindo então a caracterização da comunidade residente no conjunto. Neste sentido, organizou-se esta matriz em quatro conjuntos de variáveis, ou seja, os dados sócio-econômicos; dados de ocupação do apartamentos; dados relativos à organização social e comunitária; assim como um último conjunto de dados relacionados às expectativas dos moradores, ou seja, relacionado aos cenários possíveis para o conjunto. Estes dados foram tratados na base *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), onde foram considerados os percentuais válidos, bem como os possíveis cruzamentos e correlações entre as variáveis apontadas. Esta pesquisa foi elaborada pelo Centro de Estudos Urbanos da UFMG (CEURB/UFMG), sob a coordenação da pesquisadora Maria de Lourdes Dolabela, e para a realização do *survey* seguiu-se as seguintes etapas: a elaboração do questionário, dividido em quatro módulos destinados a captar um aspecto específico da vida dos moradores; definição da amostra, seguindo as técnicas de *seleção probabilística aleatória por conglomerados*, a partir do universo constituído pelo número de domicílios do conjunto e do número de moradores informados pela PBH, considerando para o cálculo do tamanho da amostra, a fórmula para o cálculo com populações finitas; levantamento de dados com aplicação dos questionários; tabulação dos dados; digitação e verificação dos

¹⁹⁰ EA-UFMG. DOSSIÊ, 2007, p. 81.

¹⁹¹ EA-UFMG. DOSSIÊ, 2007, p. 81.

dados e análise.

| Blocos | Andares | % | Questionários |
|--------------|-----------|--------------|---------------|
| 2 | 5 | 8,1 | 28 |
| 3 | 5 | 8,1 | 28 |
| 4 | 6 | 9,7 | 29 |
| 5 | 6 | 9,7 | 29 |
| 6 | 7 | 11,3 | 33 |
| 7 | 7 | 11,3 | 33 |
| 8 | 8 | 12,9 | 38 |
| 9 | 8 | 12,9 | 38 |
| 10 | 10 | 16,1 | 49 |
| Total | 62 | 100,0 | 306 |

Fonte: CEURB-UFMG, 2007.

Ainda, na etapa de definição da amostra, para se chegar a um número suficiente de casos aleatórios (n), que oferecessem segurança estatística quanto à sua representatividade, considerou-se “a amplitude do universo (N - população residente cerca de 5.000 hab); o nível de confiança estabelecido (12) probabilidade 95% de os resultados sejam válidos para o universo, que o erro aceitável (E2), oscilando entre 4% e 5%”¹⁹². Neste contexto, o número absoluto de questionários para o universo seria de 306. Os conglomerados foram definidos como as unidades mais adequadas de coleta, pois apresentam ganhos na definição de sub-amostras de tamanho mínimo, além da vantagem operacional de que cada bloco ser a agregação de domicílios homogêneos em diversos aspectos. Na definição das sub-amostras (conglomerados), optou-se por “uma amostra que varia entre 28 e 49 questionários, levando-se em consideração o seu tamanho reduzido e sua alta homogeneidade”¹⁹³.

Depois de definir a distribuição de questionários a serem aplicados em cada bloco, partiu-se dos apartamentos entrevistados. Neste sentido, para manter a aleatoriedade criou-se uma lista de números aleatórios a partir da qual foi sorteado o primeiro domicílio de cada bloco a ser levantado. Assim, com o domicílio inicial definido e “com o pulo (k) estabelecido = 3, os apartamentos foram sendo selecionados seguindo duas regras de arrolamento: (1) do menor número para o maior número; e (2) de baixo para cima”¹⁹⁴. Depois de selecionados os

¹⁹² EA-UFMG. DOSSIÊ, 2007, p. 85.

¹⁹³ EA-UFMG. DOSSIÊ, 2007, p. 85. Segundo o Dossiê, o *survey* manteve a metodologia de amostragem das chamadas pesquisas origem e destino domiciliares decenais, realizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte desde o início dos anos 1980.

¹⁹⁴ EA-UFMG. DOSSIÊ, 2007, p. 87.

domicílios, foram selecionados os indivíduos segundo cada domicílio. Para tanto partiu-se da seguinte ordem: proprietário do domicílio; cônjuge do proprietário do domicílio; um adulto maior de 18 anos com laços familiares com o proprietário. As possíveis substituições de domicílio só foram feitas sob aprovação da coordenadora, analisadas após duas visitas realizadas aos apartamentos em horários diferentes seguidas de recusa do morador. Neste sentido, selecionou-se o domicílio de numeração subsequente. Com a amostragem definida, os aplicadores de questionários receberam as tabelas para a pesquisa de campo, realizada após a distribuição de panfletos a serem entregues aos moradores do conjunto, comunicando a realização da pesquisa. A pesquisa de campo teve duração de quatro dias (30 e 31 de maio; 01 e 02 de junho de 2007). Após o levantamento de campo, passou-se à tabulação e digitação dos dados. Concomitantemente à esta etapa, passou-se à verificação do material, com revisão dos questionários. Neste sentido, o *survey* foi desenvolvido em sete dias, contando desde a formulação do questionário até a formatação final do banco de dados.

Desta forma, segundo o Dossiê de Tombamento, pode-se afirmar que a análise sociológica realizada pode ser considerada bastante representativa. Neste sentido, garante-se ainda a representatividade tanto da amostra em relação ao universo, quanto das sub-amostras em relação aos conglomerados (blocos). Assim, a heterogeneidade expressa em cada bloco pode também ser observada através dos resultados, os quais pretende-se aqui apresentar em resumo.

Considerando, primeiramente o módulo perfil sócio-econômico, que teve como objetivo perceber a composição dos moradores em relação ao sexo, idade e nível de instrução, além da renda familiar. Neste sentido, identificou-se que uma população composta por 76,1% dos indivíduos do sexo feminino e 23,9% do sexo masculino. Quanto à idade, seria bastante relevante notar que esta população tende para idosa, ou seja, 57,4% dos responsáveis pelos domicílios têm mais de 50 anos. Dentre eles, 21% tem mais de 60 anos e os outros 18,2% têm mais de 72 anos. Este padrão de idade avançada seria reforçado pela média de idade de 55,3 anos, além da mediana de 56 anos. Quanto à escolaridade, percebe-se uma população com predomínio do grau médio tendendo a baixo. Os moradores do conjunto basicamente se dividem em primeiro grau (incompleto e completo) totalizando 37,1 %; e segundo grau (incompleto e completo) totalizando 43,3%. Quanto à distribuição da renda, percebe-se uma população com rendimentos (medidos

em salário mínimos - SM) tendendo a baixos, onde quase 70% dos moradores têm renda de 1 à 3 SM mensais por família. Nota-se também que de 20,3% desta população tem rendimento de 5 a 10 SM.

Tabela II - Tempo de moradia da família no IAPI em anos

| | N | % |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Família mora aqui desde que nasceu? | 13 | 4,6 |
| Em anos | | |
| 1 a 5 anos | 81 | 28,5 |
| 6 a 15 anos | 53 | 18,7 |
| 16 a 25 anos | 33 | 11,6 |
| 26 ou mais | 104 | 36,6 |
| Total | 284 | 100 |
| NR | 22 | |

Fonte: CEURB, 2007

Tabela III - Tipo de uso X Propriedade

| | | | Esta loja / apto é....? | | | | Total |
|---|--------------------------------|-------------|-------------------------|------------|------------|------------|------------|
| | | | Próprio | Alugado | Cedido | Outro | |
| Qual o tipo de uso deste imóvel? | Residencial | N | 228 | 52 | 11 | 2 | 293 |
| | | % | 77,8 | 17,7 | 3,8 | 0,7 | 100 |
| | Comercial | N | 1 | - | - | - | 1 |
| | | % | 100,0 | - | - | - | 100 |
| | Residencial / Comercial | N | 8 | 4 | - | - | 12 |
| | | % | 66,7 | 33,3 | - | - | 100 |
| Total | N | 237 | 56 | 11 | 2 | 306 | |
| | % | 77,5 | 18,3 | 3,6 | 0,7 | 100 | |

Qui-quadrado de Pearson: 2,541 (Sig: 0,864)

Fonte: CEURB, 2007

Em relação ao módulo de uso e ocupação, que procurou descrever qual a situação de moradia no conjunto, incluindo o tipo de uso do imóvel, a situação de propriedade, assim como o número de famílias e de moradores em cada domicílio, além do tempo de permanência no imóvel. Em síntese, das 306 unidades da amostra, 95,8% do percentual válido é constituído por imóveis residenciais; além disso, no que se refere à propriedade dos imóveis, cerca de 77,5% são próprios, 18,3 % delas são alugadas e apenas 3,6% cedidas. No que diz respeito à quantidade de famílias residentes em cada domicílio, observou-se que em sua grande maioria, ou seja, cerca de 89,2% destes são ocupados por apenas uma família. Com relação ao tempo de moradia, nota-se que, dentre os entrevistados, a média de anos em que a família mora no domicílio foi de 21,7 anos, demonstrando uma tendência à permanência no local por um tempo bastante longo. Considerando-se ainda que o desvio padrão encontrado foi de 18,7 anos, esta

tendência seria ainda reforçada. Ainda neste sentido, nota-se que apenas 4,6% dos entrevistados moram no conjunto desde que nasceram; cerca de 28,5% reside ali num período entre 1 a 5 anos, o que apontaria para a existência de uma dinâmica imobiliária representativa; ou ainda, 18,7% desta população reside no local num período entre 5 e 15 anos. Estes dois percentuais somados, apontam para uma população onde 47,2% reside no conjunto a menos de 15 anos. Por outro lado, cerca de 36,6% residem há mais de 26 anos, o que, somados aos 4,6% que nasceram no conjunto, sugerem uma população de mais de 40% ali residem há mais de 26 anos. Por fim, um percentual de 11,6%, afirma residir apenas entre 16 a 25 anos.

No que diz respeito à qualidade de vida no conjunto, considerou-se também o número de moradores por domicílio, assim como a densidade, ou seja, a média entre espaço físico e número de residentes. Neste item, observa-se que, em geral, os imóveis são ocupados por até três pessoas, os quais perfazem um percentual de 73%. Por outro lado, encontramos 16% dos imóveis com 4 moradores, e apenas 11% com mais de 5 moradores. Considerando a correlação entre o uso do imóvel, o tipo de propriedade, o tempo de moradia e a renda, pode-se afirmar, com relação ao uso residencial, 77,8% dos imóveis são próprios. Quanto ao uso comercial, 100% dos imóveis são próprios.

Tabela IV - Tempo de moradia X propriedade

| | | Esta loja / apto é....? | | | | Total | |
|--|------------------------|-------------------------|-------------|------------|------------|--------------|--------------|
| | | Próprio | Alugado | Cedido | Outro | | |
| Há quantos anos mora aqui (reategorizada)? | De 1 a 5 anos | N | 54 | 23 | 3 | 1 | 81 |
| | | % | 66,7 | 28,4 | 3,7 | 1,2 | 100,0 |
| | De 6 a 15 anos | N | 37 | 13 | 3 | | 53 |
| | | % | 69,8 | 24,5 | 5,7 | | 100,0 |
| | De 16 a 25 anos | N | 30 | 1 | 1 | 1 | 33 |
| | | % | 90,9 | 3,0 | 3,0 | 3,0 | 100,0 |
| | Mais de 26 anos | N | 99 | 3 | 2 | | 104 |
| | | % | 95,2 | 2,9 | 1,9 | | 100,0 |
| Total | N | 220 | 40 | 9 | 2 | 271 | |
| | % | 81,2 | 14,8 | 3,3 | 0,7 | 100,0 | |

Qui-quadrado de Pearson = 37,795 (sig: 0,000)

Fonte: CEURB, 2007

No entanto, segundo o Dossiê de Tombamento, o cruzamento destas variáveis apresenta correlação estatística, considerando-se o Qui-quadrado de Pearson, a significância estatística dessa correlação não seria significativa. Por outro lado, nota-se que a correlação entre tempo de

moradia e propriedade seria estatisticamente bastante significativa, ou seja, a oscilação de uma variável acompanha a oscilação da outra. Assim, podemos perceber que o número residências próprias cresce na mesma proporção ascendente que o tempo de moradia, variando entre 66,7% para os domicílios próprios para os que residem há 5 anos, até 95,2% de imóveis próprios onde os moradores residem há mais de 26 anos. No entanto, inversa seria a relação para os imóveis alugados e seu tempo de moradia, onde a relação oscila entre 28,4% para os de ocupação de 1 a 5 anos, até 2,9% para os com ocupação há mais de 26 anos.

Tabela V - Renda X Propriedade

| | | Esta loja / apto é....? | | | | Total | |
|--|-----------------------------|-------------------------|---------|--------|-------|-------|-------|
| | | Próprio | Alugado | Cedido | Outro | | |
| Aproximadamente, qual é a sua renda familiar mensal? | Até 1/2 Salário Mínimo (SM) | N | 2 | - | - | - | 2 |
| | | % | 100 | - | - | - | 100 |
| | Mais de 1/2 SM a 1 SM | N | 8 | 1 | 2 | - | 11 |
| | | % | 72,7 | 9,1 | 18,2 | - | 100,0 |
| | Mais de 1 SM a 3 SM | N | 77 | 17 | 5 | 1 | 100 |
| | | % | 77 | 17 | 5 | 1 | 100 |
| | Mais de 3 SM a 5 SM | N | 61 | 22 | 2 | 1 | 86 |
| | | % | 70,9 | 25,6 | 2,3 | 1,2 | 100,0 |
| | Mais de 5 SM a 10 SM | N | 42 | 11 | 2 | - | 55 |
| | | % | 76,4 | 20,0 | 3,6 | - | 100,0 |
| | Mais de 10 SM a 20 SM | N | 16 | 1 | - | - | 17 |
| | | % | 94,1 | 5,9 | - | - | 100 |
| | Total | N | 206 | 52 | 11 | 2 | 271 |
| | | % | 76,0 | 19,2 | 4,1 | 0,7 | 100,0 |

Qui-quadrado de Pearson: 13,829 (Sig: 0,539)

FONTE: CEURB, 2007

Por fim, considerando ainda este mesmo módulo, avaliando a relação entre a renda e a propriedade, percebe-se que 100% daqueles moradores que têm renda de até ½ salário mínimo têm a propriedade do seu imóvel. Considerando os moradores com renda maiores de ½ SM, percebe-se que esta relação é superior a 70%, chegando ainda a 94,1% para os que possuem renda de mais de 10 SM. Por outro lado, no entanto, o número mais expressivo fica na relação entre renda e imóvel alugado, onde 25,6% dos imóveis alugados são ocupados por famílias com renda entre 3 a 5 SM, e 20% dos que têm renda variando entre 5 a 10 SM. Observa-se, no entanto, que a relação entre estas variáveis não seria estatisticamente significativa.

Considerando o módulo de Organização Social e Comunitária, buscou-se compreender o

conjunto em seus aspectos de convívio, solidariedade e de relações entre seus moradores expressas, por exemplo, em seus hábitos cotidianos, como conversas e serviços entre vizinhos. No conjunto, pode-se perceber um alto grau de associativismo comunitário, assim como pode-se perceber este como um lugar de forte identidade, expressa principalmente na relação entre os moradores e o espaço físico, considerando tanto aspectos utilitários, quanto a identificação deste espaço como sua casa, retratando uma relação bastante características entre o privado e o público. Neste sentido, segundo a análise do Dossiê, pode-se dizer que o “espaço assume um significado que extrapola as relações físico-territoriais e adquire uma importância sócio-cultural e psicológica”¹⁹⁵.

| Tabela VI - Frequência de conversas com amigos que moram na vizinhança | | |
|---|----------|----------|
| | N | % |
| Diariamente | 166 | 55,3 |
| Toda semana | 55 | 18,3 |
| Todo mês | 8 | 2,7 |
| Quase nunca | 71 | 23,7 |
| Total | 300 | 100 |
| NA | 1 | |
| NR | 3 | |
| NS | 2 | |
| Total | 306 | |

Fonte: CEURB-UFGM, 2007.

| Tabela VII - Frequência de favores entre vizinhos | | |
|--|------------|------------|
| | N | % |
| Frequentemente | 114 | 37,4 |
| As vezes | 103 | 33,8 |
| Raramente | 47 | 15,4 |
| Nunca | 41 | 13,4 |
| Total | 305 | 100 |
| NR | 1 | |
| Total | 306 | |

Fonte: CEURB-UFGM, 2007.

Desta forma, a relação entre territorialidade, relações de sociabilidade e vizinhança, e

¹⁹⁵ EA-UFGM. DOSSIÊ, 2007, p. 102.

associativismo, pode-se perceber que no conjunto, as relações de vizinhança são bastante estreitas, denotando uma forte relação dos moradores com o seu território. Neste sentido, vai se perceber que cerca de 73,6% destes conversam com seus vizinhos pelo menos uma vez por semana (incluindo aqui as categorias “diariamente” e “toda semana”), onde ainda 55,3% destes o fazem diariamente. Assim, este dado nos parece bastante representativo, já que apenas 23,7% afirmam nunca o fazer. Considerando, neste mesmo sentido, como o faz o Dossiê, a troca de favores entre os vizinhos, 71,2% dos moradores afirmam fazê-lo “às vezes” e “freqüentemente”. Por outro lado, 15,4% afirmam fazê-lo “raramente” e 13,4% nunca o fazem. Interessante notar que estes laços de vizinhança se direcionam para uma “expressiva mobilização e atuação política”, pois 48% deles disseram que se reúnem para discutir os problemas do Conjunto.

| | N | % |
|--------------|------------|------------|
| Sim | 145 | 48,0 |
| Não | 157 | 52,0 |
| Total | 302 | 100 |
| NR | 3 | |
| NS | 1 | |
| Total | 306 | |

Fonte: CEURB-UFMG, 2007.

| | N | % |
|---|------------|------------|
| Me sinto em casa neste conjunto | 216 | 72,0 |
| Este conjunto é apenas um lugar para morar | 22 | 7,3 |
| Se pudesse mudaria deste conjunto | 62 | 20,7 |
| Total | 300 | 100 |
| NR | 6 | |
| Total | 306 | |

Fonte: CEURB-UFMG, 2007.

No que diz respeito à territorialidade do conjunto, ou seja, a identificação dos indivíduos com o lugar, o Dossiê de Tombamento apontou uma clara relação de pertencimento dos moradores. Esta relação fica clara na expressão “me sinto em casa neste Conjunto”, onde o percentual de resposta se concentrou com cerca de 72% das respostas. Por outro lado, as outras duas alternativas, que significam uma certa desvinculação das dos moradores com o lugar, levantou-

se índices menores, onde cerca de 7.3% responderam que “este conjunto é apenas um lugar para morar” e cerca de 20,7% afirmaram que “se pudesse mudaria desse conjunto”. Assim, mesmo frente àquele alto percentual que explicita a relação de pertencimento dos moradores com o conjunto, notou-se também que quase 1/3 dos moradores conjunto é apenas um local de moradia.

| | Associação religiosa | | Associação de moradores | | Associação comercial | | Outra | |
|--------------|----------------------|--------------|-------------------------|--------------|----------------------|--------------|------------|--------------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Sim | 69 | 22,7 | 65 | 21,4 | 2 | 0,7 | 4 | 1,3 |
| Não | 235 | 77,3 | 239 | 78,6 | 302 | 99,3 | 300 | 98,7 |
| Total | 304 | 100,0 | 304 | 100,0 | 304 | 100,0 | 304 | 100,0 |
| NR | 2 | | 2 | | 2 | | 2 | |
| Total | 306 | | 306 | | 306 | | 306 | |

Fonte: CEURB-UFMG, 2007.

| | N | % |
|------------------|------------|--------------|
| Sempre | 52 | 17,4 |
| As vezes | 65 | 21,7 |
| Raramente | 45 | 15,1 |
| Nunca | 137 | 45,8 |
| Total | 299 | 100,0 |
| NA | 5 | |
| NR | 2 | |
| Total | 306 | |

Fonte: CEURB-UFMG, 2007.

Ainda no módulo de Organização Social e Comunitária, segundo o Dossiê, percebe-se que o associativismo religioso no bairro não é muito expressivo, ou seja, apenas 22,7% dos moradores afirmam participar de alguma associação desta natureza. Pó outro lado, considerando a sua participação em associações comerciais, este percentual aumenta para 99,3% das respostas válidas. No entanto, no caso da associação de moradores do conjunto, cerca de 21,4% do afirmam participar, ou seja, os outros 78,6% não o fazem. Neste sentido, que a participação na associação de moradores do conjunto, o índice ficaria em torno de 39,1% (21.7% às vezes e

17.4% *sempre*). Por outro lado, 45.8% afirmaram *nunca* participar das reuniões da associação. Por fim, pode-se afirmar que o conjunto é um local caracterizado pelas fortes relações de vizinhança e sociabilidade entre seus moradores, podendo ser considerado um conjunto tradicional.

| | N | % |
|--|--------------|----------|
| Aspectos residenciais (pinturas, acabamentos) | 437 | 25,0 |
| As áreas verdes | 274 | 15,7 |
| Tranquilidade | 268 | 15,3 |
| Comércio | 130 | 7,4 |
| Segurança | 438 | 25,1 |
| Patrimônio histórico | 199 | 11,4 |
| Total (ponderado) | 1746* | |
| Total (amostral) | 306 | |

Esta tabela recebeu uma ponderação que seguiu a preferência dos entrevistados, ou seja, a opção escolhida em primeiro lugar recebeu peso 3, a segundo lugar peso 2 e a terceiro peso 1. Isso explica este total maior do que o total amostral.
Fonte: CEURB-UFMG, 2007.

| | N | % |
|---|--------------|------------|
| Preservação e pintura das fachadas | 681 | 39,9 |
| Portaria e saguão | 213 | 12,5 |
| Janelas e gradeados | 117 | 6,9 |
| Jardins | 336 | 19,7 |
| Pisos | 38 | 2,2 |
| Varandas externas | 48 | 2,8 |
| Alvenarias e reboco | 80 | 4,7 |
| Passarelas | 186 | 10,9 |
| Outros | 9 | 0,5 |
| Total (ponderado) | 1708* | 100 |
| Total (amostral) | 306 | |

Esta tabela recebeu uma ponderação que seguiu a preferência dos entrevistados, ou seja, a opção escolhida em primeiro lugar recebeu peso 3, a segundo lugar peso 2 e a terceiro peso 1. Isso explica este total maior do que o total amostral.
Fonte: CEURB-UFMG, 2007.

Por fim, no módulo de Cenários, na análise do *survey* elaborada para o tombamento do conjunto, foram feitas questões que permitissem a elaboração de matrizes de cenários, considerando as *expectativas* dos moradores quanto ao futuro do conjunto em sua nova condição de *patrimônio* de Belo Horizonte. Assim, as questões foram organizadas em dois blocos, onde no primeiro

buscou-se identificar as suas expectativas com relação à qualidade de vida no lugar, e sua manutenção num futuro próximo; no outro grupos, buscou-se a opinião dos moradores quanto aos principais aspectos do conjunto a serem preservados. Estas dois pontos, a nosso ver, nos permite uma compreensão da atribuição de valores ao conjunto pelos moradores, em seus diferentes aspectos. Neste sentido, segundo o Dossiê, estas últimas considerações dos moradores foram agrupadas em ordem de prioridades e, posteriormente, ponderadas para se retratar o resultado geral facilitando as análises intersubjetivas de suas principais expectativas.

Pode-se dizer que o cenário idealizado pelos moradores privilegia, com 25% das opiniões, a preservação dos aspectos físicos, ou seja, os cuidados com *pinturas e acabamentos*, o que demonstra uma clara percepção desta lugar enquanto um lugar de moradia. Por outro lado, percebe-se que existe também na expectativa dos moradores um aspecto de ordem social, ou seja, a melhoria de sua *segurança*. Em segundo lugar, com quase os mesmos percentuais em torno de 15%, aparecem as preocupações com as condições de *tranqüilidade* e a *preservação das áreas verdes*. Num dado bastante significativo, em terceiro lugar, com cerca de apenas 11,4%, pode-se dizer que existe a expectativa de preservação do conjunto enquanto *patrimônio histórico*.

Interessante notar que a análise do *survey* buscou identificar, na avaliação dos moradores, a importância relativa dos principais elementos que compõem o conjunto. Neste sentido, considerando os principais fatores a serem preservados, segundo a avaliação dos moradores, nota-se predominantemente a ênfase na *preservação dos blocos e pintura das fachadas*, com percentual de 39,9%. Em seguida, nota-se a *preservação dos jardins* com 19,7% das opiniões. Ainda, com percentuais bastante representativos percebe-se, como características do conjunto mais importantes para serem preservadas, as *portarias e saguões* com 12,5% das opiniões e as *passarelas* com 10,9%. O restante dos elementos levantados apresentam valores bastante inferiores aos demais, onde temos, as *janelas e gradeados* com 6,9%, as *alvenarias e rebocos* com 4,7%, as *varandas externas* com 2,8% e, finalmente os *pisos* com apenas 2,2% das opiniões.

Ainda, no que diz respeito à avaliação da qualidade de vida no conjunto, no último bloco de questões considerou os pontos positivos e negativos do cotidiano do conjunto. Percebe-se pelos

resultados que a *localização* do conjunto IAPI em Belo Horizonte, com 50% das opiniões, seria seu aspecto mais positivo, seguido também pelo *ambiente familiar* com 34,6%. Aqui, nota-se claramente dois aspectos do conjunto, uma material (a localização) e um simbólico (ambiente familiar e as relações de sociabilidade) configurando os aspectos mais positivos do conjunto. Por outro lado, com percentuais bem inferiores a estes, encontraram-se o *lazer*, com 8,7%, e o *preço do aluguel*, com 4.9% das opiniões.

| Tabela XIV - Qualidade de vida – aspectos positivos | | |
|--|-------------|------------|
| | N | % |
| Ambiente familiar | 301 | 34,6 |
| Preço baixo do condomínio e do aluguel | 43 | 4,9 |
| Localização | 434 | 49,9 |
| Área de lazer | 76 | 8,7 |
| Outros | 16 | 1,8 |
| Total (ponderado) | 870* | 100 |
| Total (amostra) | 306 | |

Esta tabela recebeu uma ponderação que seguiu a preferência dos entrevistados, ou seja, a opção escolhida em primeiro lugar recebeu peso 2, a segundo lugar peso 1. Isso explica este total maior do que o total amostral.
Fonte: CEURB-UFMG, 2007.

| Tabela XV - Qualidade de vida – aspectos negativos | | |
|---|-------------|------------|
| | N | % |
| Barulho | 123 | 14,4 |
| Sujeira perto do conjunto | 264 | 30,9 |
| Proximidade de áreas de favelas | 204 | 23,9 |
| Pouca iluminação | 30 | 3,5 |
| Falta de segurança | 183 | 21,4 |
| Outros | 50 | 5,9 |
| Total (ponderado) | 854* | 100 |
| Total (amostra) | 306 | |

Esta tabela recebeu uma ponderação que seguiu a preferência dos entrevistados, ou seja, a opção escolhida em primeiro lugar recebeu peso 2, a segundo lugar peso 1. Isso explica este total maior do que o total amostral.
Fonte: CEURB-UFMG, 2007.

Por outro lado, considerando os aspectos negativos do conjunto, constatou-se que, com percentual em torno de 30% do total, os moradores apontariam a *sujeira* no conjunto, seguido de sua proximidade com favelas. Ainda neste sentido, nota-se com 23,9% a falta de segurança como um aspecto bastante negativo, com cerca de 21,4%. Com valores bastante inferiores, nota-se o *barulho*, com 14,4% e a *pouca iluminação*, com 3,5%, como aspectos negativos

avaliados pelos moradores.

Considerando ainda as entrevistas com semi-estruturadas realizadas lideranças do conjunto IAPI, buscou-se conhecer “em detalhes os aspectos da vida cotidiana das pessoas que residem no conjunto, e captar as mudanças que ocorreram no Conjunto IAPI nesses últimos anos, alguns aspectos do conjunto vão destacar”¹⁹⁶. Na entrevista realizada do dia 27 de maio de 2007, alguns dos aspectos do conjunto vão se destacar, como observa o morador do conjunto e membro da associação dos moradores Rodrigo dos Santos Cesário, de 36 anos, morador do conjunto desde seu nascimento, cujos pais, inclusive, moram no conjunto desde a sua inauguração. Segundo o morador, o conjunto haveria sido pintado pela última vez na década de 1980, seguindo “as cores originais, ou seja, amarelo bem claro com umas partes em branco e cinza”. Segundo o relato de Rodrigo, os próprios moradores foram alterando a configuração original do prédio, a partir das demandas de cada, como por exemplo as janelas, que eram de ferro, foram substituídas. Estas janelas foram alteradas, segundo o entrevistado, sem nenhum padrão de orientação. Segundo o morador, as alterações foram arbitrárias, seguindo as preferências de cada morador. Neste mesmo sentido, pode-se constatar que quase todas as varandas, que eram abertas, foram fechadas. A maioria dos apartamentos a utiliza como um cômodo da casa, transformando-a em sala ou até mesmo quarto.

Segundo o mesmo entrevistado, outra mudança ocorrida no conjunto ocorrera em 2003, quando, a partir de um acordo entre a associação de moradores e o Poder Público, fora construído um muro que atualmente dá fechamento à lateral e fundos do Conjunto. Segundo Rodrigo, chegando a medir 2 metros de altura em alguns locais, o muro “serviu para identificar os limites entre o IAPI e seus vizinhos mais próximos. Parece que a medida foi tomada para conter a entrada de estranhos advindos, principalmente, da Pedreira Prado Lopes no Conjunto”. Neste mesmo sentido, seria interessante considerar as suas observações no que diz respeito aos espaços públicos das quadras, da escola e da igreja, os quais “foram sendo modificados ao longo do tempo e já houveram diversas reformas para melhorar tanto as quadras, quanto a escola”.

Considerando a relação ente os moradores, o entrevistado, reafirmou qualidade de vida no IAPI,

¹⁹⁶ EA-UFGM. DOSSIÊ, 2007. Volume II, Anexo 4, Entrevistas.

com seu “ambiente familiar”. Para ele, mesmo com as mudanças trazidas pelo tempo, preservava-se ainda a convivência no conjunto. Neste sentido, não seriam poucos e raros “os momentos em que vizinhos trocam favores, e se preocupam uns com os outros”. Havia muitas festas no conjunto, o que possibilitava um maior contato entre os moradores. Segundo Rodrigo, eram muito freqüentes em sua infância no conjunto, eventos como “os campeonatos, torneios e gincanas”, época em que as pessoas se conheciam até mesmo pelo nome. No entanto, devido à mudança ou até mesmo o envelhecimento dos moradores, este contato haveria diminuído. Neste sentido, notar-se-ia, por exemplo, a redução expressiva do número de festas no conjunto.



Figura 18 - Praça Professor Corrêa Neto.
Fonte: Dossiê EA–UFMG, 2007.

Interessante notar, neste sentido, que o entrevistado citaria alguns casos, como por exemplo, o da festa de Natal, onde “as crianças do condomínio recebiam presentes dos moradores e saíam de casa para brincar com seus novos brinquedos no pátio do Conjunto”, “Era uma festa boa!”, afirma Rodrigo. Neste mesmo sentido, sabe-se que ceias de Natal eram compartilhadas entre os vizinhos. Um outro exemplo seria o dia das crianças, onde as festas, organizadas pelo condomínio, aconteciam nas quadras. Assim também acontecia nas festas juninas, dentre outros eventos, que seriam organizadas pelo Condomínio. Por outro lado, afirma o entrevistado que atualmente, os eventos seriam sempre organizados “ou por algum político interessado em se beneficiar do povo dali ou pela Igreja, como as barraquinhas que arrecadam dinheiro, mas que

são organizada no interior do conjunto”. Nos salta aos olhos o fato de que, apesar das diversas transformações ocorridas no cotidiano do conjunto, a principal qualidade de se morar no IAPI, tanto para Rodrigo quanto para Dona Ermelinda seria a localização do conjunto, ou seja, sua proximidade do centro, ao lado da tranquilidade. Para esta moradora, “não fossem os cachorros do prédio e o barulho da Antonio Carlos isso aqui seria o paraíso!”. Estes, nos parece, serem os principais pontos positivos da vida no conjunto. Reforçando esta constatação, pode-se perceber número de moradores idosos. Considerando ainda, a fala de Rodrigo, pode-se perceber claramente um certo *orgulho* de morar no conjunto. Neste sentido, ressalta-se que o entrevistado compara frequentemente o padrão e o perfil das pessoas do conjunto com o de moradores de outras regiões, como a zona sul de Belo Horizonte. Desta forma, o morador, mais de uma vez, faz menção ao valor do aluguel, que chegam a R\$ 600,00, e do condomínio no IAPI, que chegam a R\$ 200,00.

Um outro aspecto que nos chama a atenção é a relação do morador com a questão do tombamento do conjunto. Segundo o mesmo, esta seria “uma reivindicação antiga dos moradores já que eles reconhecem a importância do IAPI na história de Belo Horizonte”. Interessante notar em sua fala a relação entre o tombamento do conjunto e a reversão de sua “imagem negativa”, a qual já mencionamos no capítulo 3.3, principalmente no que diz respeito à receptividade de outras pessoas da cidade. Neste sentido, espera-se que a divulgação do tombamento melhore a imagem estas pessoas têm do Conjunto, considerando ainda que lá haveria mais qualidade de vida que em muitos lugares da cidade. “Não somos o que as pessoas pensam. Acho que o tombamento vai melhorar essa imagem. Eu espero!”, assim afirma Rodrigo.

No que diz respeito à relação do vizinhos com os espaços de entorno do conjunto, podemos notar uma clara atitude de auto-proteção dos moradores. Neste sentido, ressalta-se novamente que a vida no conjunto é configurada também pela riqueza de espaços públicos e privados existentes em seu entorno. Neste sentido, percebe-se na fala do entrevistado o claro papel, por exemplo, do supermercado ali existente. Deste espaço integraria os moradores, tornando-se um ponto de referência no que diz respeito ao abastecimento do conjunto. Por outro lado, não seriam positivas as avaliações da relação dos moradores com a Pedreira Prado Lopes e com a delegacia, por exemplo. Em relação à primeira, observa-se que, apesar de não a denominar “favela”, o entrevistado deixaria claro que esta proximidade prejudicaria a imagem do Conjunto.

Segundo o entrevistado,

“as pessoas pensam que aqui só mora bandido por causa da pedreira. Nós aqui temos uma ótima relação com a pedreira. Até ouvimos uns tiros de vez em quando, mas nada anormal. Eles não vem aqui para roubar ou sacanear o pessoal. Ah, eles usam muito a quadra, mas nem atrapalham”.

Neste sentido, notou-se que uma das grandes questões do conjunto seriam a violência e segurança locais. Assim, apesar dos entrevistados não apontarem diretamente estas questões, enfatizaram os aspectos de conservação física do conjunto e a proximidade com o albergue. Aqui chama-se a atenção para esta proximidade, considerada claramente negativa. Nas palavras do entrevistado, nota-se que, no albergue, os mendigos e pedintes seriam recebidos para almoço e jantar, sendo que após isto, não tendo onde ficarem, estes perambulariam pelo conjunto. “Eles vão lá, comem e bebem e depois vem pra cá. Como não tem onde ficar e já estão alimentados, vão dormir nas praças do condomínio e fazer as necessidades por aqui mesmo. Aí fica tudo uma sujeira, uma bagunça, e nem adianta falar mais”, afirma Rodrigo. Apesar das reclamações feitas à Prefeitura Municipal, esta questão ainda continuaria existindo. Por fim, considerando-se ainda este aspecto da vida no conjunto e seu entorno, nota-se que o Hospital Odilon Behrens e a Escola Estadual Silviano Brandão, são bem vistas por Rodrigo. “É bom ter um serviços como esses por perto mesmo”, afirma.

Também foram feitas ainda uma entrevista, realizada no dia 31/05/2007 na sede da Associação Comunitária, com Francisco Laureano da Silva (Sr. Chico), de 76 anos, (Presidente da Associação Comunitária do IAPI) e Iolanda Rodrigues de Souza, de 56 anos (Vice-Presidente da Associação Comunitária do IAPI). A entrevista também contou com a participação da moradora Beatriz Ceraso, de 65 anos (síndica do Bloco 3) e das funcionárias da Escola Honorina de Barros, Luciene Reis Barros, de 47 anos, (Diretora) e Rosa Maria Siqueira, de 57 anos (Vice-Diretora). Nesta entrevista, destaca-se a participação do Sr. Chico, um dos moradores mais antigos do conjunto. Segundo ele, à época de sua inauguração, os apartamentos no Conjunto eram cedidos aos moradores pelo IAPI, que era o proprietário dos imóveis. Apenas em 1971, os apartamentos seriam vendidos aos moradores, de forma parcelada. Segundo o entrevistado, muita coisa mudaria a partir desta data, no que diz respeito à configuração interna dos apartamentos, pois os moradores tiveram autonomia para realizarem modificações.

Neste mesmo sentido, de acordo com os entrevistados, existiriam hoje cerca de 9 a 11 tipos de apartamentos, sendo difícil considerar um número exato, pois, dentro desta dinâmica, muitos moradores ainda compram os apartamentos dos lados ou no andar de cima, para realizarem tais mudanças e ampliarem os seus próprios. Outras transformações significativas são apontadas pela moradora Beatriz, que afirma que antes não haveriam grades fechando os corredores dos blocos, existiam “pequenas cancelas de madeira” que se abriam facilmente. “Isso mudou por causa da segurança”, afirma.

Considerando a relação entre os moradores e associativismo no conjunto, para os moradores Sr. Chico e Iolanda, a maioria das pessoas se conhece e trocam favores umas com as outras. Para Sr. Chico, “a vida do IAPI é de solidariedade”. Interessante notar que, segundo Iolanda, um dos espaços mais referenciais para a população seria o restaurante, que no entanto fora fechado pela vigilância sanitária. Já, no que diz respeito à organização comunitária do conjunto, os entrevistados, os entrevistados afirmaram que a associação agrega e representa os moradores, nas questões que envolvem o Conjunto, mas ressaltaram que os blocos têm autonomia para decidirem sobre seus problemas, tendo seus condomínios estatutos específicos. Por fim, nota-se que novamente que a relação dos vizinhos com os espaços no entorno é bastante diversa, sendo levantados praticamente os mesmos problemas, ou seja, a proximidade de o albergue.

3.3.2 Perspectivas para o Conjunto IAPI

No item anterior, buscou-se a identificação dos valores atribuídos ao Conjunto IAPI, considerando também os aspectos metodológicos que foram utilizados a sua avaliação. Neste sentido, percebe-se que a identificação dos valores atribuídos a um determinado bem cultural, que fazem dele um patrimônio reconhecido, buscou de alguma forma abranger os *significados* que o conjunto pudesse apresentar, na condições determinadas por seu contexto cultural explicitado nos capítulos 3.1, 3.2 e 3.3. No entanto, neste capítulo, gostaríamos de tratar da integração destas avaliações e para o estabelecimento de possíveis arranjos para as tomadas de decisão na conservação do Conjunto IAPI. Assim como indicado no capítulo 2, neste sentido,

buscamos caminhar na direção de algumas lacunas apresentadas por pesquisas, como por exemplo, “o estudo dos vínculos entre os valores e um bem cultural”. Por outro lado, esta investigação nos permitiria também pensar “como a identificação dos valores é considerada na atividade política de hierarquizar, priorizar e tomar decisões sobre a conservação deste objeto ou lugar”, como apontado por alguns pesquisadores deste campo.

| Quadro V - Valores identificados no Conjunto IAPI | |
|--|-------------------------------|
| Dossiê GEPH | Dossiê EA-UFMG |
| | Valor Histórico |
| Valor Histórico | Valor Arquitetônico-artístico |
| | Valor Paisagístico |
| | Valor Referencial |

Neste contexto, entende-se que as declarações de significância fluiriam diretamente da identificação e avaliação dos valores, as quais teriam a função de sintetizar as razões pelas quais as ações de conservação deveriam ser propostas. De alguma forma, a criação de declarações de significância está a base da atividade de conservação em diversos países. No Brasil, por exemplo, poderíamos estabelecer um paralelo entre estas declarações e as justificativas integrantes dos dossiês de tombamento. Também neste sentido, podemos discutir o processo estabelecido na Carta de Burra, citado anteriormente neste trabalho. As declarações, segundo Mason, enfatizariam a natureza plural e até contraditória da significância de um determinado objeto ou lugar. Neste sentido, não se esperaria aqui identificar um significado único universal compreensível deste bem cultural, mas sim identificar os temas principais interpretados a partir das perspectivas dos diferentes atores. No entanto, Mason adverte sobre a necessidade de se evitar -nas etapas constituintes do processo de criação- as declarações que *a priori* tenderiam a privilegiar algum valor sobre os demais. Ainda nesta etapa, poder-se-ia realizar comparações entre objetos ou lugares, no sentido de articular a “importância relativa dos valores”, estabelecendo graus de importância e considerando, por exemplo, conceitos como unicidade, tipicidade, dentre outros.

Na etapa de estabelecimento da relação entre os valores e as qualidades ou características dos objetos ou lugares, buscar-se-ia identificar as conexões entre os valores e as características do bem cultural. A explicitação desta relação tornaria possível a avaliação, monitoramente (e até mesmo predição) de como os valores seriam afetados pela atividade de conservação e preservação. Neste ponto, seria também necessário integrar esta etapa à de identificação das

condições físicas do bem cultural, conforme o processo sugerido pelo GCI. Segundo Mason, dentre os benefícios desta etapa de trabalho estariam, a delimitação de como cada valor seria expressado nas qualidades materiais do bem cultural, estabelecendo os “complexos chave” a serem considerados na atividade de conservação. Neste sentido, por exemplo, pode-se pensar em um edifício histórico, em que sua significância está em sua relação a acontecimentos históricos, narrativas, relações entre o conjunto de edifícios, decoração de seus recintos, relação entre os elementos da paisagem. Nesta exemplo, os “complexos” mais importantes devem ser considerados na atividade de conservação.

Como vimos, não existiria uma regra ou prescrição sobre como realizar a integração das avaliações dos valores de um bem cultural. No entanto, considerando a série de etapas apontadas no capítulo 2, a serem desenvolvidas segundo projetos de conservação específicos, poderíamos pensar as especificidades do IAPI. Neste sentido, primeiramente apontamos que o Dossiê de Tombamento em análise não estabelece nenhuma hierarquização de valores, mas sim aponta, como “da mais alta importância registrar-se com clareza os diversos valores [...] envolvidos na preservação de um conjunto como o IAPI, tanto do ponto de vista técnico, quanto para a população e usuários”. O documento afirma ainda, por fim, que, a partir de seus valores histórico, arquitetônico, paisagístico, referencial, parece “plenamente justificada, conforme proposto, a proteção do Conjunto do IAPI como patrimônio da cidade de Belo Horizonte, através do instrumento do tombamento”¹⁹⁷.

Neste sentido, fica claro na análise histórica dos *experts* que o valor histórico do conjunto advém de ser estes um “exemplar significativo da atuação na área da habitação social nos anos 1940 em Belo Horizonte, representando com perfeição a atuação dos Institutos de Aposentadoria” na cidade. Nesta análise, fica claro que o conjunto apresenta “valor documental”, ou seja, o conjunto IAPI pode é considerado um documento que registra tanto a atuação do Estado em relação à questão da habitação na década de 1940, assim como a “forma de morar” que foi introduzida neste período. Por outro lado, este conjunto também seria um documento que registra a obra de arquitetos ligados aos Institutos, apresentando, neste sentido, “os traços característicos daquela produção institucional de arquitetura social, como a alta densidade, a ocupação vertical e predomínio do uso residencial, dentre outros citados no capítulo 3.2.2. Desta forma, pode-se

¹⁹⁷ EA-UFMG. DOSSIÊ, 2007, p. 165-166.

afirmar que o conjunto apresenta uma clara “relação com o passado”, uma clara “associação com pessoas ou acontecimentos”, ou ainda apresenta uma “unicidade”, características das quais emanaria seu “potencial documental”. Ainda, nesta mesma perspectiva, se considerarmos que o conjunto seria, segundo Bonduki, a única tentativa de desenvolver no Brasil uma proposta próxima às dos *Höfe* vienenses, poderíamos pensar também numa certa “unicidade” deste conjunto.

Se neste caso, retomarmos o pensamento de Riegl, exposto no capítulo 1.1.2, vamos perceber que a conservação do “valor rememorativo intencional” do conjunto, enquanto monumento histórico, vai se relacionar diretamente à manutenção de seu estado físico, tendo por finalidade “não permitir que este nunca se converta em passado”, colocando-o em “permanente estado de gênese”. Em outras palavras, para garantir o significado deste conjunto enquanto um monumento histórico, estabelecendo os vínculos necessários (o elo) entre o presente e o passado, seria necessário evitar os sinais impressos no conjunto no decorrer do tempo. Considerando assim, as diferentes exigências dos valores, apontada por Riegl, vamos perceber que as exigências do valor de ancianidade (que dificilmente seria considerado aqui, em se tratando de um conjunto urbano arquitetônico do século XX) e do valor histórico seriam contraditórias se levadas ao extremo: o culto do valor histórico, reconhece o conjunto como um importante documento de conhecimento, o que leva necessariamente às intervenções de conservação e preservação¹⁹⁸. Se por um lado, o reconhecimento deste fato estabelece que as intervenções vão ser pautadas nos traços que o caracterizam enquanto documento¹⁹⁹, por outro, percebe-se que a apreciação destas características requererem um conhecimento prévio, o qual seria detido pelos *experts*, mesmo que se considere que as possibilidades apontadas pela construção da história social, onde há, necessariamente, a participação de diferentes atores e agentes em sua construção. No entanto, como um dado bastante significativo, vimos que apenas cerca de apenas 11,4% da população tem como procuração, a preservação do conjunto enquanto *patrimônio histórico*. Nos parece pertinente, fazer referência ao processos de produção

¹⁹⁸ Para uma discussão sobre a conservação do patrimônio recente ver UNESCO. Identification and Documentation of Modern Heritage. Paris: WHC, 2003. Ver também a experiência americana em SHERFY, Marcella; LUCE, W. Ray. Guidelines for Evaluating and Nominating Properties that Have Achieved Significance Within the Past Fifty Years. NPS, 1998.

¹⁹⁹ No entanto, gostaríamos de chamar a atenção aqui para a complexa discussão em torno da exclusividade do “original” como “único objeto material possuidor de uma carga temporal, cultural e emocional”, como apontado no ensaio de DELGADO, Rafael Berjano; COLÓN, Pilar Fernández. El Valor Documental de las copias. *Pátina*, vol. II, no. 12, pp. 85-91.

dos conjuntos do IAPs, considerando neste sentido também os processos de fabricação dos e industrialização dos elementos arquitetônicos que compõem os blocos, possibilitando a racionalização do processo de produção e industrialização.

Nesta perspectiva, poderíamos ainda considerar o pensamento de Mason que apontaria como importante subtipo de valor histórico, o “valor artístico”, baseado no fato de o objeto ser “o único, o melhor ou um bom exemplo” de um trabalho de um indivíduo, por exemplo. Nesta perspectiva, nota-se que o valor arquitetônico-artístico, como exemplar significativo da arquitetura proto-moderna em Belo Horizonte, mantendo, como vimos, seus traços principais estilísticos bastante íntegros. Aqui, dentro dessa perspectiva atual de revalorização do *art-déco*, cabe ressaltar que, apesar da pouca recepção ou das avaliações negativas desse tipo de arquitetura, num quadro dominado por uma historiografia ainda impregnada pelos pressupostos do Movimento Moderno, hoje começa a se re-valorizar essa produção, apontando-se a qualidade dos conjuntos produzidos pelos IAPs em todo o país, que constituem um verdadeiro “ciclo de projetos de conjuntos habitacionais” de grande relevância para a arquitetura brasileira. Como vimos, Belo Horizonte vai, neste período, assistir à disseminação do “estilo moderno. Neste contexto, Castriota identificou algumas destas tendências arquitetônicas, onde a primeira seria chamada “futurista”, “caracterizada pela profusa utilização da decoração moderna geometrizada, aliada à forte ênfase expressiva e monumental, assimila tanto recursos da matriz clássica quanto do racionalismo 'cubista'. Por outro lado, outra tendência seria a conhecida como “cúbica”, caracterizada por seu “jogo assimétrico de massas cúbicas”, pela “decomposição dos volumes geométricos” realizada “por meio de volumes e lajes planas em balanço, por aberturas rasgadas horizontalmente e por arestas recortadas”, que lhes imprimiriam movimento e reforçariam sua composição. Um dos exemplos claros desta tendência seria o Conjunto IAPI, marcado pela supressão dos ornamentos e redução dos elementos plásticos.

O valor paisagístico do Conjunto IAPI aparece na medida em que constitui importante referencial na paisagem urbana da região peri-central de Belo Horizonte, marcando fortemente o primeiro trecho da Avenida Antônio Carlos, a partir da qual tem grande visibilidade. Destaca-se o conjunto na paisagem urbana, como consequência da inovadora, tanto no plano urbanístico como arquitetônico, incluindo, por exemplo, o parcelamento do solo que exigiu alterações no código de obras e posturas municipais. Nesta nova proposta, abandona-se o lote convencional, passando a

área a ser configurada pela grande área central que alteraria a definição do espaço público e privado. Desta forma, o conjunto apresentaria vários pontos que caracterizavam os demais conjuntos habitacionais construídos pelo IAPI, como da altura dos blocos, segregação do conjunto no traçado urbano. A proposta apresentava inovações no plano urbanístico, devido à articulação entre as edificações e os espaços comuns e sua inserção no contexto urbano, além da forma arquitetônica com suas “formas verticais e linhas modernas” e o próprio parcelamento do solo que não se vinculava mais às unidades habitacionais únicas. Esta nova proposta de parcelamento do solo sugeriria alterações no código de obras e posturas municipais, já que o lote convencional deixara de existir, passando a área a ser configurada pela grande área central que alteraria a definição do espaço público e privado. Desta forma, o conjunto apresentaria vários pontos que caracterizavam os demais conjuntos habitacionais construídos pelo IAPI, como a busca da racionalidade e do barateamento da construção, além da altura limitada dos blocos, segregação do conjunto no traçado urbano, lojas comerciais em seu interior e área central destinada a equipamentos coletivos, respondendo com tal complexidade os pressupostos modernistas.

Finalmente, cabe ressaltar o seu “valor referencial” para a população que o habita, o que pôde se constatar no survey realizado, onde se percebeu o alto índice de identificação daquela população com o Conjunto, já que 72% declararam sentir-se em casa. Além disso, percebe-se claramente que a preservação do conjunto aparece no horizonte de expectativas dos moradores. A estes dados, poderíamos somar o tempo de moradia, onde notou-se que a média de anos em que a família mora no domicílio foi de 21,7 anos, demonstrando uma tendência à permanência no local por um tempo bastante longo. Vimos que cerca de 36,6% dos moradores residem há mais de 26 anos, o que, somados aos 4,6% que nasceram no conjunto, sugerem uma população de mais de 40% ali residem há mais de 26 anos. Por fim, considerando a territorialidade, as relações de sociabilidade, vizinhança e associativismo, vimos que no conjunto, as relações estas são bastante estreitas, denotando uma forte relação dos moradores com o seu território. Assim, cerca de 73,6% destes conversam com seus vizinhos pelo menos uma vez por semana, onde ainda 55,3% destes o fazem diariamente. Assim, este dado nos parece bastante representativo, já que apenas 23,7% afirmam nunca o fazer. Considerando, neste mesmo sentido, como o faz o Dossiê, a troca de favores entre os vizinhos, 71,2% dos moradores afirmam fazê-lo “às vezes” e “freqüentemente”. Ainda neste sentido, notou-se que estes laços de vizinhança se direcionam

para uma “expressiva mobilização e atuação política”, pois 48% deles disseram que se reúnem para discutir os problemas do Conjunto.

Nesta perspectiva, poderíamos pensar num claro “valor social” do conjunto, considerando seus aspectos que facilitam as conexões sociais, redes comunitárias e outras relações que não necessariamente estão relacionados aos valores históricos. Como vimos, esse valor pode incluir o uso de um lugar para encontros sociais, mas sobretudo do espaço público. Neste sentido, nos parece claro que o valor social do conjunto, incluindo os aspectos a ele vinculados, referem-se a coesão social da comunidade, assim como à sua identidade, em escala local. Neste sentido, nota-se que o valor social do conjunto está relacionado à capacidade da própria comunidade de moradores em definir o conjunto como seu *território*.

Quadro VI - Relação entre os diferentes valores atribuídos e os diferentes aspectos do conjunto IAPI, segundo o Dossiê EA-UFGM, 2007

| Tipo de valor | Descrição | Aspectos do bem cultural em análise |
|-------------------------|--|--|
| Histórico | <p>a) relação com o passado, associação com pessoas ou acontecimentos, unicidade, potencial documental;</p> <p>b) como exemplar significativo da atuação na área da habitação social nos anos 1940 em Belo Horizonte, representando com perfeição a atuação dos Institutos de Aposentadoria, IAPs;</p> <p>c) apresenta um claro valor documental, registrando não só a forma de atuação do Estado em relação à questão da habitação, mas também a “forma de morar” que se introduzia no período;</p> | <p>Aspectos associativos do conjunto com a atuação dos IAPs, como um documento que registra a obra de arquitetos ligados aos Institutos, além dos traços característicos daquela produção institucional de arquitetura social, como a alta densidade, a ocupação vertical e predomínio do uso residencial, dentre outros.</p> |
| Arquitetônico-artístico | <p>a) um bom exemplo de um trabalho de um indivíduo ou estilo, nesse sentido, como exemplar significativo da arquitetura proto-moderna em Belo Horizonte, apresentando traços estilísticos íntegros;</p> <p>b) os conjuntos configuram obras de arquitetos ligados aos Institutos, apresentando os traços característicos daquela produção institucional da arquitetura social, como alta densidade, ocupação vertical e predomínio do uso residencial.</p> | <p>Aspectos estilísticos e formais, característicos da tendência conhecida como “cúbica”, caracterizada por seu “jogo assimétrico de massas cúbicas”, pela “decomposição dos volumes geométricos” realizada “por meio de volumes e lajes planas em balanço, por aberturas rasgadas horizontalmente e por arestas recortadas”, que lhes imprimiriam movimento e reforçariam sua composição. O Conjunto IAPI é marcado pela supressão dos ornamentos e redução dos elementos plásticos. Consideração de seus elementos arquitetônicos característicos, como varandas, varandas, passarelas, terraços, pátios internos, pisos. Neste mesmo sentido, tornar-se-ia necessária a consideração dos usos existentes.</p> |
| Paisagístico | <p>a) constitui importante referencial na paisagem urbana da região peri-central de Belo Horizonte, marcando o primeiro trecho da Avenida Antônio Carlos, a partir da qual tem grande visibilidade do conjunto. Neste sentido, o conjunto apresenta-se significativo para o contexto urbanístico como um todo.</p> | <p>Aspectos urbanísticos e paisagísticos formais, onde destaca-se o conjunto na paisagem urbana, como consequência da inovadora, tanto no plano urbanístico como arquitetônico, incluindo, por exemplo, o parcelamento do solo que exigiu alterações no código de obras e posturas municipais. Nesta nova proposta, abandona-se o lote convencional, passando a área a ser configurada pela grande área central que alteraria a definição do espaço público e privado. Desta forma, o conjunto apresentaria vários pontos que caracterizavam os demais conjuntos habitacionais construídos pelo IAPI, como da altura dos blocos, segregação do conjunto no traçado urbano.</p> |
| Referencial | <p>a) para a população que o habita, onde 72% declararam se sentir em casa no conjunto;</p> <p>b) o conjunto apresenta-se como importante elemento no fortalecimento da conexão social local, de uma rede comunitária, da coesão social, da identidade dos moradores, e do fortalecimento da noção de território.</p> | <p>Aspectos simbólicos que garantem as relações de sociabilidade, vizinhança, associativismo e identidade. Vimos que no conjunto, as relações estas são bastante estreitas, denotando uma forte relação dos moradores com o seu território, relacionados inclusive a seus espaços públicos.</p> |

Seria também importante considerar a avaliação realizada pelo Dossiê de Tombamento em questão, no que diz respeito à atuação do Poder Público na manutenção do conjunto. Neste sentido, segundo o ponto de vista dos moradores do conjunto, apresentando percentuais acima de 80% a expectativa é que a atuação do Poder Público melhore, com relação à *manutenção áreas públicas*, garantia da *segurança*, *limpeza* do conjunto e manutenção do conjunto enquanto *patrimônio* da cidade. Detalhadamente, nota-se que 93,1% das opiniões esperam que a atuação do Poder Público melhore em relação à manutenção do conjunto como patrimônio, seguida da manutenção das áreas públicas com 90,1%, garantia da segurança com 87,2% e finalmente limpeza do conjunto com 83,9%.

| Tabela XVI - Atuação do Poder Público | | | | | | | | |
|---------------------------------------|---------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------------|------------|
| | Manutenção áreas públicas | | Segurança | | Limpeza | | Cuidado Patrimônio | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Melhor | 273 | 90,1 | 265 | 87,2 | 255 | 83,9 | 282 | 93,1 |
| Permanença igual | 30 | 9,9 | 39 | 12,8 | 49 | 16,1 | 20 | 6,6 |
| Pior | - | - | - | - | - | - | 1 | 0,3 |
| Total | 303 | 100 | 304 | 100 | 304 | 100 | 303 | 100 |
| NR | 1 | - | 2 | - | 2 | - | 2 | - |
| NS | 2 | - | - | - | - | - | 1 | - |
| Total | 306 | - | 306 | - | 306 | - | 306 | - |

Fonte: CEURB-UFMG, 2007.

| Tabela XVII - Divisão de responsabilidades entre o poder público e a comunidade | | | | | | | | |
|---|---------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------------|------------|
| | Manutenção áreas públicas | | Segurança | | Limpeza | | Cuidado Patrimônio | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Respons. exclusiva do poder público | 68 | 22,6 | 133 | 44,3 | 68 | 22,7 | 44 | 14,6 |
| Respons. exclusiva da comunidade | 5 | 1,7 | 8 | 2,7 | 14 | 4,7 | 25 | 8,3 |
| Respons. de ambos | 228 | 75,7 | 159 | 53 | 218 | 72,7 | 232 | 77,1 |
| Total | 301 | 100 | 300 | 100 | 300 | 100 | 301 | 100 |
| NR | 2 | - | 3 | - | 4 | - | 4 | - |
| NS | 3 | - | 3 | - | 2 | - | 1 | - |
| Total | 306 | - | 306 | - | 306 | - | 306 | - |

Fonte: CEURB-UFMG, 2007.

Neste mesmo sentido, questionou-se a opinião dos moradores quanto à responsabilização pelo itens acima mencionados. Assim, nota-se que as respostas demonstraram, em sua maior parte, que estes deverão ser considerados de responsabilidade mútua. Segundo o Dossiê de Tombamento, haveria uma clara “tendência das comunidades como um todo e, aqui extrapolamos os limites do Conjunto e da pesquisa, para a sua responsabilização em relação aos problemas e rumos das decisões públicas em geral”.No entanto, este fato não retiraria a cobrança ao Poder Público por sua atuação e seu papel próprio. Por outro lado, “os resultados são muito claros quando apontam para o sentido de responsabilização mútua, ou seja, de compartilhamento”²⁰⁰. Desta forma, a manutenção das áreas públicas, com 75,8% das opiniões, apontam para a *responsabilidade mútua*. O mesmo ocorreria com relação a preservação do conjunto enquanto patrimônio, com 77,1%; com relação à limpeza do conjunto, com cerca de 72.7% das opiniões; e por fim, com percentual inferior, a garantia da segurança no local, com o percentual de 53% das respostas. Ainda, segundo a análise do Dossiê, seria importante considerar que a responsabilização *apenas do Poder Público* apresenta um percentual abaixo de 50% em todos os itens. Por exemplo, quanto à segurança, notou-se que o percentual seria de 44,3% das opiniões; a *manutenção das áreas públicas* ficaria e a *limpeza pública* com cerca de 22,%, e, por fim a *preservação do patrimônio* com 14,6%.

²⁰⁰ EA-UFMG. DOSSIÊ, 2007, p. 113.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de uma perspectiva histórica, percebemos que as ações de determinados atores na conservação do patrimônio vão ser orientadas por diferentes interesses e valores, que, por sua vez, vão manter uma relação entre si, variando segundo diferentes contextos culturais que os envolvem. Assim, notamos, como explicitado por Aloïs Riegl no início do século XX, que a conservação do patrimônio sempre foi uma questão de valor. No caso da conservação urbana, especialmente, percebemos que esta vai ser entendida como um processo contínuo, sem início nem fim, usado para alcançar vários objetivos; uma a praxis social da construção do ambiente construído.

Considerando os objetivos desta pesquisa, vimos que a análise do *contexto de gestão* e da *significância cultural* do patrimônio pode contribuir bastante para a compreensão da natureza dos valores e dos métodos utilizados para sua avaliação, descrevendo os diferentes interesses dos atores envolvidos no processo de valorização do patrimônio. Nessa análise, vimos que a utilização de uma *tipologia provisória de valores do patrimônio*¹, pode possibilitar a decomposição da *significância cultural* em tipos constituintes de valores do patrimônio.

Partindo do princípio de que a avaliação (*assessment*) de valores deve ser entendida como um aspecto particular do planejamento e da gestão da conservação², primeiramente, compreende-se também que o processo de valorização forma a base de argumentação sobre a conservação e poderia ser concebido como parte do processo de conservação³; em segundo lugar, percebemos que as decisões sobre “o que” e “como” conservar devem ser feitas no contexto de vários sistemas de valores, e não apenas o dos especialistas. Assim, esta pesquisa, nos mostrou que é possível a compreensão dos significados contextuais, assim como qual é a relação dos valores com os diferentes atores e como estes podem ser envolvidos no processo de valorização/valoração do patrimônio. Nesta perspectiva, vimos que, para compreender os

¹ MASON, 2002, p. 10.

² MASON, 1999.

³ MASON, 1999, p. 5.

diferentes a percepção dos diferentes atores sobre determinado bem cultural é necessário também compreender como os valores se relacionam às características físicas do bem cultural em análise⁴.

O caso em análise nos permite compreender como a conservação de bens culturais, como parte do discurso público, envolve sempre uma ampla gama de processos sociais e valorativos. Não se trata de uma simples operação técnica, mas de uma atividade eminentemente política, em que as leituras são sempre negociadas e re-negociadas. Assim, percebe-se, no caso da produção arquitetônicas dos IAPs, como a historiografia ocupa um papel fundamental, contribuindo inicialmente para o esquecimento desta produção, num contexto fortemente marcado pelo discurso modernista dominante, que lograva estabelecer como absolutos os valores atribuídos ao patrimônio, que, na verdade, tinham sido histórica e socialmente construídos; e posteriormente para a sua redescoberta e valorização. Com isso, pode-se perceber que a atividade de conservação do patrimônio cultural modela a sociedade – escolhendo no amplo acervo de obras legadas pelo passado aquelas a serem mantidas – e é modelada por esta, refletindo as mentalidades dominantes e o contexto cultural em diferentes períodos.

Neste sentido, percebe-se que a atividade de conservação do patrimônio cultural modela a sociedade e é modelada por esta, e que suas atividades respondem às exigências destes diferentes valores. É neste sentido que compreendemos, como David Lowenthal, que “o patrimônio nunca é meramente conservado ou preservado; ele é modificado – tanto realçado (enhanced) quanto degradado – por cada nova geração”. Assim concebida enquanto prática determinada social e temporalmente, podemos perceber como a atividade de conservação constantemente recria seu produto através do acúmulo das marcas das gerações passadas, e a partir dos quais lança também novos desafios no campo.

Desta forma, vimos que seria etapa essencial da conservação da conservação urbana, a compreensão e conhecimento de seus diferentes elementos, assim como estes são valorizados e por quais razões. É interessante lembrar (apesar desta pesquisa não discutir em profundidade este ponto) que seria também necessário pensar que a valorização de diferentes aspectos do ambiente construído pode ainda variar segundo interesses locais, regionais, nacionais e até

⁴ AVRAMI, 2000.

mesmo internacionais. Deste ponto de vista, em casos específicos, percebe-se o estabelecimento de uma perspectiva sustentável da conservação dependeria de uma visão abrangente e integrada do ambiente construído.

Não se trata, aqui, somente de constatar que os diferentes atores atribuem diferentes valores ao conjunto em análise, pois partimos desta distinção como pressuposto da pesquisa. No entanto, podemos afirmar que o caso apresenta diferentes orientações valorativas - onde fica evidente que aspecto do bem cultural é valorizado e por quem – de diferentes atores, as quais, nos parece, deverão ser discutidas na perspectiva de constituição do interesse público e das decisões de conservação que constituem essa política municipal. Nesta perspectiva, percebe-se a eficiência de diferentes metodologias na explicitação dos diferentes valores atribuídos ao conjunto. Além desta constituir importante etapa do planejamento e gestão da conservação. Desta forma, considerando as perspectivas apresentados para o caso, nos parece que estes possibilitariam e levariam claramente à necessidade de se pensar num desenho de espaço de deliberação e decisão, onde serão discutidas as medidas de conservação do conjunto, que garanta o equilíbrio mediante a formação de compromissos, onde as negociações pressupõem a disponibilidade de cooperação entre os diferentes atores.

Como vimos, selecionar e conservar o patrimônio implica em discutir uma noção coletiva, onde, no entanto, estarão envolvidos essas diferentes orientações valorativas. Considerando o caso da conservação no Brasil, vimos que, mesmo frente à tendência de democratização apontada, hoje ainda seria necessário politizar essa atividade, possibilitando a apropriação dos bens pelos diferentes grupos sociais, assim como permitindo a circulação destes bens no “espaço público”. Neste sentido, vimos que algumas transformações ainda são necessárias na atuação sobre o patrimônio, como uma mudança nos procedimentos e critérios de seleção dos bens culturais, incorporando efetivamente a participação da sociedade, assegurando, através de mecanismos apropriados, a sua representatividade⁵. No entanto, ainda considerando a política nacional, vimos que, diferentemente da situação na qual o IPHAN atuava, quando ainda havia um espaço público limitado, hoje vivemos num processo de formação de uma esfera pública que pode ser considerada mais ampla e democrática e inclusiva.

⁵ FONSECA, 1997, p. 222.

Assim como apontou Maria de Lourdes Dolabela Pereira, hoje notamos que é necessário a adoção de novos dispositivos legais e interinstitucionais, bem como a multiplicação de interlocutores, que, por sua vez demanda alterações nas políticas públicas⁶. Vimos que hoje o estado não mantém mais a mesma relação hierárquica na constituição destas políticas, passando a vigorar relações contratuais entre Estado e sociedade civil, onde o papel do Estado seria agora a coordenação de atores com interesses e lógicas diferentes⁷. Assim, o novo desenho destas políticas vai se caracterizar pelas parcerias, pela contratualização e pelas negociações. Contudo, com o deslocamento dos centros de deliberação e decisão, vamos notar também a necessidade de amplos espaços descentralizados de negociação.

Como apontou a *English Heritage*, em 1997, hoje podemos perceber a necessidade de se evitar sobreposição das interpretações do significado do patrimônio, permitindo discussões entre os profissionais envolvidos na conservação e o restante da sociedade. No entanto, percebemos também o papel dos *experts* no esclarecimento dos diferentes significados do patrimônio; como vimos, estes devem oferecer as informações necessárias para que a população local possa, por exemplo, compreender o porque -do ponto de vista científico e acadêmico- da importância de um determinado aspecto do patrimônio para o nível municipal, regional, nacional ou mesmo internacional. Assim, torna-se clara uma abordagem que permita uma compreensão mútua sobre o sentido de um ambiente construído, como uma alternativa efetiva e poderosa de ampliar o conhecimento e envolvimento públicos.

Como vimos, hoje temos a compreensão de que um bem cultural pode assumir vários valores, embora um deles possa ser determinante. Assim, podemos dizer, como o faz Adolfo Sanchez Vázquez, que uma obra de arte pode ter valor estético, mas também um valor político ou moral. Evidentemente, percebemos que, nesta avaliação, seria legítimo abstrair um valor da constelação de valores atribuídos a um bem cultural, com a condição de não reduzir um valor ao outro⁸. Assim, podemos avaliar os bens culturais sob diferentes pontos de vista de valorativos, mas sempre com a condição de não tentar deduzir destes valores um valor relacionado a um outro sistema simbólico.

⁶ PEREIRA, 2008, p. 10.

⁷ PEREIRA, 2008, p. 11.

⁸ VÁZQUEZ, 2005, p.150.

Por fim, percebe-se que a construção tanto da noção coletiva de patrimônio demanda um espaço público assegurado por procedimentos democráticos de deliberação. Estes procedimentos visariam garantir o equilíbrio mediante a formação de compromissos, nos quais as negociações pressuponham a disposição de, respeitando as “regras” do jogo, chegar a resultados, minimamente aceitáveis, ainda que por razões distintas. Desta forma, nos parece que explorar a perspectiva na qual Habermas delinea um “terceiro modelo deliberativo de espaço público”, poderia ser bastante significativo na construção de uma política de patrimônio que assegure uma perspectiva inclusiva e sustentável da conservação. Assim, seria também necessário aprofundar no estudo sobre a constituição deste modelo de democracia, que conta com a *intersubjetividade* dos processos de entendimento.

Como vimos, no processo argumentativo, nos aparece claro que a idéia de tipologias de valores poderiam permitir a explicitação e articulação dos interesses dos atores envolvidos num processo decisório, segundo ainda uma linguagem comum na qual estes poderiam expressar e discutir. Assim, nos parece razoável considerar a perspectiva habermasiana, segundo a qual seria necessário contar com a *intersubjetividade* dos processos de entendimento. Neste sentido, nos parece que esta perspectiva nos permitiria considerar a questão sobre como conservar o que é relevante para a sociedade, num dado momento e envolvendo determinados grupos, compreendendo como as diferentes posições podem negociadas

Como vimos, mesmo frente à constatação de que predomina na literatura específica sobre a conservação de bens culturais, a ênfase numa agenda de pesquisa baseada nos aspectos materiais do patrimônio, notamos em nossa revisão bibliográfica a existência de um ampla gama de publicações que têm buscado discutir as limitações que aquelas contribuições envolvem, mudando o foco da pesquisa para a avaliação dos significados complexos e dos valores.

Sem pretender, aqui, generalizar qualquer conclusão sobre o caso em estudo, nos parece claramente que, considerar a relação entre os valores e os diferentes aspectos do patrimônio, pode contribuir para que o processo de construção da significância cultural do patrimônio possa ser acrescido (*enhanced*), possibilitando estabelecer uma perspectiva crítica para a conservação dos bens culturais na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ALLISSON, Gerald *et. al.* *The Value of conservation? A literature review of the Economic and Social Value of the Cultural Built Heritage*. London: English Heritage, 1996.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 1999.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de. Negociações urbanas: gestão de conflitos em torno do patrimônio. In: FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema M. *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002, pp. 169-179.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. The conservation of urban sites. In: *The conservation of cultural property*. Paris: UNESCO, 1968.
- _____. *Rodrigo e seus tempos*. Monografias: Acervo Curt Lange, Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pro-Memória, 1986.
- _____. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. Monografias: Acervo Curt Lange, Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pro-Memória, 1987.
- ANGLIN, Lori. *Conserving historic centers: more than meets the eye*. Conservation: the GCI newsletter 12, no. 1 (1997), pp. 4-9.
- ARAÚJO, Marinella Machado *et alli.* Áreas de diretrizes especiais de caráter cultural: construção de modelo normativo para fixação das diretrizes e parâmetros urbanísticos de sua proteção. In: FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema M. *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002, pp. 123-137.
- ARAÚJO, Guilherme Maciel; CASTRIOTA, Leonardo Barci. Um capítulo da preservação em Belo Horizonte: o destino do mercado de santa tereza. *Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*. Cadernos de Trabalho. vol 1, no. 1, 2007. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/>.
- _____. Patrimônio e Valores: a Questão da Reabilitação do Mercado Distrital de Santa Tereza em Belo Horizonte / MG. Anais do III Arquiemória, IAB-BA: Salvador, 2008.
- ARENDR, Hannah. A Esfera Pública: o Comum. In: *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ARIZPE, Lourdes. *Cultural Heritage and Globalization*. In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta. *Values and Heritage Conservation: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.
- _____. *Intangible Cultural Heritage, Diversity and Coherence*. Museum International, vol. 56, no. 1-2, 2004.
- ARRHENIUS, Thordis. *The Cult of Age in Mass-Society: Alois Riegl's Theory of Conservation*. Future Anterior, vol. 1, no. 1, 2004.

- AUSTRALIA ICOMOS. *Whose Cultural Values?* Historic Environment, vol. 10, no. 2 & 3, 1993.
- _____. *Managing a Shared Heritage*. Historic Environment, vol. 11, no. 2 & 3, 1995.
- _____. *Assessing Social Values: Communities and Experts*. Australian Heritage Commission, 1996.
- _____. *The Burra Charter*. The Austrália ICOMOS Chartes for Places of Cultural Significance. 1999.
- _____. *The Illustrated Burra Charter: good practice for heritage places*. 2004.
- AUSTRALIAN HERITAGE COMMISSION. *Protecting Local Heritage Places. A guide for communities*. Canberra: Australian Heritage Commission, 2000.
- _____. *Australian Natural Heritage Charter for the conservation of places Australian Natural Heritage Charter for the conservation of places of natural heritage significance*. Canberra: Australian Heritage Commission, 2002a.
- _____. *World Heritage Icon Value: Contribution of World Heritage Branding to Nature Tourism*. Canberra: Australian Heritage Commission, 2002b.
- AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta. *Values and Heritage Conservation: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.
- BANDARA, Ranjith. *Economic Value of Conservation: The Case of the Asian Elephant*. South Asia Economic Journal, vol. 5, 2004.
- BAXTER, Alan. *The Future of Historic Cities*. *Journal of Architectural Conservation*, vol. 6, no. 3, 2000, pp. 20-27, 0, 0.
- BEDATE, Ana. HERRERO, Luis César.SANZ, José Ángel.*Economic valuation of the cultural heritage: application to four case studies in Spain*. . In: . : Elsevier, *Journal of Cultural Heritage*, vol. 5, 2004, , 0, 0.
- BEDJAOUI, Mohammed. *The Convention of the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage: the legal framework and universally recognized principles*. *Museum International*, vol. 56, no. 1-2, 2004.
- BEIERLE, Thomas C. *Public Participation in Environmental Decisions: An Evaluation Framework Using Social Goals*. Washington, DC: Resources for the Future, 1998.
- BELO HORIZONTE. Decreto 12.583 de 28 de dezembro de 2006. Atualiza os valores venais de imóveis para lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU do exercício de 2007, regulamenta o lançamento e o recolhimento do IPTU, da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos e da Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte, que com ele são cobradas, e dá outras providências. DOM.
- _____. Lei 3802 de 6 de Julho de 1984. Organiza a proteção do patrimônio cultural do município de belo horizonte. DOM.
- _____. Decreto 12.583 de 28 de dezembro de 2006. Atualiza os valores venais de imóveis para lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU do exercício de 2007, regulamenta o lançamento e o recolhimento do IPTU, da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos e da Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte, que com ele são cobradas, e dá outras providências. DOM.

- _____. Decreto 5531 de 17 de dezembro de 1986. Aprova o regimento interno do conselho deliberativo do patrimônio cultural do município de belo horizonte. DOM.
- _____. Lei 7166 de 27 de Agosto de 1996. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município. DOM.
- _____. Lei 8137 de 21 de Dezembro de 2000. Altera as leis n.os 7.165 e 7.166, ambas de 27 de agosto de 1996, e dá outras providências. DOM.
- _____. Lei 9000 de 29 de Dezembro de 2004. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e dá outras providências. DOM.
- BENEDIKT, Michael, editor. *Center 10/ Value*. Austin: Center for Architecture and Design, School of Architecture, University of Texas, 1997.
- _____. *Center 11/ Value 2*. Austin: Center for Architecture and Design, School of Architecture, University of Texas, 1999.
- BENNETT, Jeff. *Natural Heritage Valuation Methods: Applications to Cultural Heritage*. In: *Conference Proceedings 200 Heritage Economics: Challenges for heritage conservation and sustainable development in the 21st Century*. Canberra: Australian Heritage Commission, 2000.
- BERNSTEIN, Richard J. *Habermas and modernity*. Cambridge: Polity, 1991.
- BERTAUD, Alain. *Urban conservation and market forces*. In: *International Conference: World Heritage and contemporary architecture – Managing the historic urban Landscape -12 - 14 May 2005 Vienna, 2004*.
- BLUESTONE, Daniel. *Challenges for Heritage Conservation and the Role of Research on Values*. In: *Values and Heritage Conservation*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.
- BOITO, Camillo. *Os restauradores*. 3. ed. Cotia, SP: Atelie Editorial, 2002.
- BOK, Sissela. *Common Values*. Columbia: University of Missouri Press, 1995.
- _____. *Rethinking Common Values*. In: Ken Booth and Tim Dunne, (eds). *Worlds in collision: terror and the future of global order*, Macmillan, 2002.
- BONDUKI, Nabil. *Habitação social na vanguarda do movimento moderno no Brasil*. *Óculum*, no. 7/8, 1996, pp. 84-93.
- _____. *Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Liberdade, 1998.
- BOSI, Alfredo. *Cultura como Tradição*. In: BORNHEIM, GERD A. (GERD ALBERTO); FUNARTE. *Tradição e contradição na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Zahar/FUNARTE, 1987.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A cena contemporânea*. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. *A arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, pp. 231-262.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. 2.ed. Cotia,SP: Ateliê, 2005.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.
- BUGGEY, Susan. *Associative values: exploring nonmaterial qualities in cultural landscapes*. *APT bulletin*, vol. 31, no. 4, 2000, pp. 21-27.

- CABE. The Value of Public Space. How high quality parks and public spaces create economic, social and environmental value. London: Commission for Architecture and the Built Environment, 2004.
- _____. Mapping value in the built urban environment. London: Commission for Architecture and the Built Environment, 2006a.
- _____. The value handbook. Getting the most from your buildings and spaces. London: Commission for Architecture and the Built Environment, 2006b.
- CALAME, Jon. SECHLER, Kirstin. Is Preservation Missing the Point? Cultural Heritage in the Service of Social Development. *Future Anterior*, vol. 1, no. 1, 2004.
- CAMERON, Christina. Value and integrity in cultural and natural heritage: from Parks Canada to World Heritage. In: *Capturing the Public Value of Heritage: The Proceedings of the London Conference*. English Heritage, 2006.
- CANCLINI, Néstor García. *O Porvir do Passado*. In: *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. 4. ed. 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 6 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- CARTER, R.W.; BRAMLEY, R. Defining heritage values and significance for improved resource management: an application to Australian tourism. *International journal of heritage studies*, vol. 8, no. 3, 2003.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Algumas Considerações sobre o Patrimônio*. In: *Arquiamérica - Primeiro Congresso Panamericano do Patrimônio da Arquitetura*, 1992, Ouro Preto. Teses do Arquiamérica - Primeiro Congresso Panamericano do Patrimônio da Arquitetura. Ouro Preto: União Internacional de Arquitetos / SPHAN, 1992. p. 1-7.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *A arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998a.
- _____. The end of tradition /The reinvention of tradition: Storytelling and building in a changing world. . In: . Berkeley: , *Traditional Dwellings and Settlements Review*, vol. 123, 1998b, pp. 17-41.
- _____. *Alternativas Contemporâneas para Políticas de Preservação*. In: *Topos: Revista de Arquitetura e Urbanismo*. V.1, n.1. (jan/jun). Belo Horizonte: NPGAU, 1999.
- _____. *Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto*. In: Castriota, Leonardo B. (org.). *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002, p.186-206.
- _____. *Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas*. In: X Encontro Nacional da ANPUR, 2003, Belo Horizonte. *Anais do X ENA*. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.
- _____. *Inventários urbanos como instrumento de conservação*. In: *Espaço e cidade: conceitos e leituras*. Evelyn Furquim (org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004a. pp. 69-86.
- _____. *As políticas da memória: identidade, arquitetura e cultura do lugar*. *Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 01, n. 02, p. 79-86, 2004b.
- _____. *Conservação e valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio*. *Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, n. 04, p. 7-10, 2005.

- _____; ARAÚJO, Guilherme Maciel . Valores e conservação: O caso do tombamento do Conjunto IAPI em Belo Horizonte (MG). In: *XII Seminário de Arquitectura Latinoamericana*, 2007, Concepción / Chile. Resúmenes de Pnencias - XII Seminário de Arquitectura Latinoamericana. Concepción / Chile : Facultad de Arquitectura, Construcción y Diseño de Bío-bío, 2007. v. I. p. 88-88.
- CAVALCANTI, Lauro Pereira. Encontro Moderno: volta futura o passado. In: *A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- _____; INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL. *Modernistas na repartição*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MINC-IPHAN, 2000.
- CEGIESSKI, Michele. et alii. Economic Value of Tourism to Places of Cultural Heritage Significance. Canberra: Australian Heritage Commission, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: SÃO PAULO. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH/SMC, 1991, pp. 37-46.
- _____. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP. 2000.
- _____. *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.
- CHUNG, Seung-Jin. East Asian Values in Historic Conservation. *Journal of architectural conservation*, vol. 11, no. 1, 2005, pp. 55-70.
- CLARK, Kate. Capturing the Public Value of Heritage. In: *The Proceedings of the London Conference*. English Heritage, 2006a.
- _____. From significance to sustainability. In: *Capturing the Public Value of Heritage: The Proceedings of the London Conference*. English Heritage, 2006b.
- COHEN, Erik. Cultural Fusion. In: *Values and Heritage Conservation*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.
- CONNOR, Steven. *Teoria e valor cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura; BAPTISTA, Maria Elisa. A arquitetura silenciosa. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. *A arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, pp. 263-298.
- COSTA, Sérgio. A democracia e a dinâmica da esfera pública. *Lua Nova*, no. 36, 1995, p. 55-65.
- _____. Contextos da construção do espaço público no Brasil. *Novos Estudos*, no. 47, mar 1997, p. 179-192.
- CUNHA, Flávio Saliba. Patrimônio cultural e gestão democrática em Belo Horizonte. *Belo Horizonte, Varia História*, no. 18, pp. 83-98, set/1997.
- CURY, Isabelle; INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL. *Cartas patrimoniais*. 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004.

- D'AGOSTINI, Franca. *Três formas de relativismo*. In: Analíticos e Continentais. 1 reimp. São Leopoldo: Editora Usininos, 2003.
- DE LA TORRE, Marta, ed., *Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.
- _____; MACLEAN; Margaret G.H.; MYERS, David. *Chaco Culture National Historical Park: A Case Study*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, June 2003.
- DELGADO, Rafael Berjano. COLÓN, Pilar Fernández. El Valor Documental de las Copias. *Pátina*, vol. 2, no. 12, 2003.
- DONAGHEY, Sara. What is aught, but as tis valued? An analysis of strategies for the assessment of cultural heritage significance in New Zealand. *International Journal of Heritage Studies*, vol. 7, no. 4, 2001, pp. 365-380.
- DVOŘÁK, Max. *Catecismo da Preservação de Monumentos*. Cotia: Ateliê, 2008.
- EDROMA, Eric L. Linking Universal and Local Values for the Sustainable Management of World Heritage Sites. *Linking Universal and Local Values: Managing a Sustainable Future for World Heritage*. World Heritage Papers 13. Paris: UNESCO, 2004.
- EL-DAHDAH, Farès. Lucio Costa Preservationist. *Future Anterior*, vol. 3, no. 1, 2006.
- _____. *Sustaining the Historic Environment: New Perspectives on the Future*. English Heritage Discussion Document. London: English Heritage, 1997.
- _____; CABE. *Building in context. New development in historic areas*. English Heritage/CABE, 2001.
- _____. *Using Historic Landscape Characterisation*. London: English Heritage, 2004.
- _____. *Guidance on conservation area appraisals*. London: English Heritage, 2005a.
- _____. *Valuing the Historic Environment 2. The Heritage Dividend Methodology: Measuring the Impact of Heritage Projects*. English Heritage, 2005b.
- FEILDEN, Bernard M. (Bernard Melchior). *Conservation of historic buildings*. Ed. rev. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1994.
- _____; JOKILEHTO, Jukka. *Treatments and Authenticity*. In: *Management Guidelines for World Heritage Sites*. Rome: ICCROM, 1993.
- _____; JOKILEHTO, Jukka. *Management guidelines for world cultural heritage sites*. 2nd. ed. Rome: ICCROM, 1998.
- FÉRES, Luciana Rocha. A evolução da legislação brasileira referente à proteção do patrimônio cultural. In: FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema M. *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002, pp. 15-27.
- FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema M. *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002.
- FERRO, Maximilian L. Scrape vs. Antiscrape: a modern american perspective. *APT Bulletin*, vol 17, no. 3/4, 1985, pp. 21-25.
- FITCH, James Marston. *Historic Preservation: Curatorial Management of the Built World*. 4 ed. Charlottesville: University Press of Virginia, 1998.

- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- FREITAG, Bárbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GEPH - GERÊNCIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO. *Dossiê de Tombamento - Conjunto IAPI*. Belo Horizonte, 2007.
- GONZÁLES-VARAS, Ignacio. *Conservación de Bienes Culturales: Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999.
- GROAT, L.; WANG, D. *Architectural Research Methods*. N. York: John Wiley & Sons, 2002.
- GUTIEREZ, Ramón. História, Memória e Comunidade: o Direito ao Patrimônio Construído. In: SÃO PAULO. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH/SMC, 1991, pp. 121-128.
- HABERMAS, Jürgen. *A mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *Soberania popular como procedimento*. Novos Estudos, no. 26, mar 1990, p. 100-113.
- _____. Modernidade: um projeto inacabado. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- _____. *Tres modelos normativos de democracia*. Revista Lua Nova, no. 36, 1995, p. 39-53.
- _____. *O que é a Pragmática Universal?* In: Racionalidade e Comunicação. Lisboa: Edições 70, 1996.
- _____. *O Espaço Público, 30 anos depois*. Caderno de Filosofia e Ciências Humanas, ano VII, no. 12, abr 1999, p. 7-28.
- _____. A consciência de tempo da modernidade e sua necessidade de autocertificação. In: HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HAGEN, Joshua. *Rebuilding the Middle Ages after the Second World War: the cultural politics of reconstruction in Rothenburg ob der Tauber, Germany*. Journal of historical geography 31, no. 1(2005), pp. 94-112.
- HAYDEN, Dolores. *Urban Landscapes as Public History*. In: The Power of Place. Cambridge: The MIT Press, 1995.
- HOLDEN, John. *Capturing Cultural Value. How culture has become a tool of government policy*. London: Demos, 2004.
- ICOMOS. *La liste du Patrimoine mondial: combler les lacunes – un plan d'action pour le futur*. Paris: ICOMOS, 2005.
- IMPEY, Edward. Why do places matter? The new English Heritage Conservation Principles. In: *Capturing the Public Value of Heritage: The Proceedings of the London Conference*. English Heritage, 2006.

- INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISITICO NACIONAL. *A invenção do patrimonio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- ISAR, Yudhishtir Raj. *The Challenge to Our Cultural Heritage: Why Preserve the Past?* Washington, d. c./ Paris: Smithsonian Institution Press/Unesco, 1986.
- JENSEN, Uffe Juul. *Cultural Heritage, Liberal Education, and Human Flourishing*. In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta. *Values and Heritage Conservation: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.
- JOHNSTON, Chris. *What is social value?* Canberra: Australian Government Publishing Service, 1992.
- JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation*. Elsevier: Burlington, 1999.
- _____. *Authenticity in restoration principles and practices*. *APT bulletin*, 17, no. 3-4 (1985), pp. 5-11.
- _____. *Authenticity: a General Framework for the Concept*. In: LARSEN, KNUT EINAR (Editor). *Nara conference on authenticity in relation to the World Heritage Convention: Nara, Japan, 1-6 November 1994: proceedings = Conférence de Nara sur l'authenticité dans le cadre de la Convention du patrimoine mondial, Nara, Japon, 1-6 novembre 1994: compte-rendu*. UNESCO Publishing (1995), 427 p.
- _____. *Viewpoints: the debate on authenticity*. ICCROM newsletter no. 21 (1995), pp. 6-8.
- _____. *Management of Sustainable Change in Historic Areas*. In: ZANCHETI, SILVIO (org.). *Conservation and Urban Sustainable Development: a theoretical framework*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1999.
- _____. KING, Joseph..*Authenticity and conservation: reflections on the current state of understanding*. . In: *Authenticity and Integrity in an African Context*. Paris: 2001a.
- _____; KING, Joseph. *Authenticity and conservation: reflections on the current state of understanding*. In: *Authenticity and Integrity in an African Context: Expert Meeting, Great Zimbabwe, Zimbabwe, 26-29 May 2000*, UNESCO – World Heritage Centre, Paris, 2001b.
- _____. *Continuity and change in recent heritage*. In: *Identification and Documentation of Identification and Documentation of Modern Heritage*. World Heritage papers, vol. 5. Paris: UNESCO, 2003.
- _____. *Considerations on authenticity and integrity in world heritage context*. *City & Time* 2 (1): 1, 2006. [online] URL:<http://www.ct.ceci-br.org>
- _____. *Preservation theory unfolding*. *Future anterior: journal of historic preservation history, theory and criticism* 3, no. 1 (2006a Summer), pp. 1-9[English]. 3 figs., 12 notes.
- _____. *World Heritage: Defining the Outstanding Universal Value*. *City & Time*, vol. 2, no. 2, 2006b.
- JOWELL, Hon Tessa. *From consultation to conversation: the challenge of Better Places to Live*. In: *Capturing the Public Value of Heritage: The Proceedings of the London Conference*. English Heritage, 2006.

- KAUFMAN, Ned. Heritage and the Cultural Politics of Preservation. *Places*, 11, no. 3 (1998): 58-65.
- KEMP, René. PARTO, Saeed..Governance for sustainable development: moving from theory to practice. . In: . : , Int. J. Sustainable Development, vol. 8, no. 1/2, 2005, , 0, 0.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- KURIN, Richard. Safeguarding Intangible Cultural heritage in the 2003 UNESCO Convention: a critical appraisal. . In: . : Blackwell Publishing, Museum International, vol. 56, no. 1-2, 2004, , 0, 0.
- LE GOFF, Jacques. *Historia e memoria*. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LEHR, John C.. KATZ, Yossi..Heritage interpretation and politics in Kfar Etzion, Israel. *International Journal of Heritage Studies*, vol. 9, no. 3, 2003.
- LEMOS, Celina Borges. A cidade republicana: Belo Horizonte, 1817/1930. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. *A arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, pp. 79-126.
- LENNON, Jane. Values as the Basis for Management of World Heritage Cultural Landscapes. In: *Cultural Landscapes: the Challenges of Conservation*. France: UNESCO, 2002.
- LIPE, William D. *Value and meaning in cultural resources*. In *Approaches to the Archaeological Heritage*, ed. H. Cleere. New York: Cambridge University Press, 1984.
- LOULANSKI, Tolina. Revising the Concept for Cultural Heritage: The Argument for a Functional Approach. *International Journal of Cultural Property*, vol. 13, 2006.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: 1985.
- _____. *Stewarding the Past in a Perplexing Present*. In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta. *Values and Heritage Conservation: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.
- MAC LEAN, Margaret G. H.. MYERS, David..Grosse Île and the Irish Memorial National Historic Site. . In: . Los Angeles: The Getty Conservation Institute, , , 2003, , 0, 0.
- MACHADO, Heloísa Guaracy; PEREIRA, Maria de Lourdes L. *Projeto Belo Horizonte: bairros antigos - uma nova realidade; modulo I - A Lagoinha no contexto do desenvolvimento urbano da cidade*. Belo Horizonte: PUC/MG, 1990.
- MAGALHÃES, ALOISIO; FUNDAÇÃO NACIONAL PRO-MEMÓRIA (BRASIL). *E triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 4. ed. 3. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.
- _____. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens de técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARVELLI, Marissa. Consensus or Conflict? The Power of Ideology Critique in Historic Preservation. *Future Anterior*, vol. 3, no. 2, 2006.

- MASON, Randall, ed., *Economics and Heritage Conservation: A Meeting Organized by the Getty Conservation Institute*, December 1998. Los Angeles: J. Paul Getty Trust, 1999.
- _____. *Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices*. In: DE LA TORRE, MARTA, ed., *Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.
- MASON, Randall. MYERS, David. DE LA TORRE, Marta. Port Arthur Historic Site. . In: . Los Angeles: J. Paul Getty Trust, 2003a.
- MASON, Randall. MAC LEAN, Margaret G. H. MYERS, David. Hadrian's Wall World Heritage Site. . In: . Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2003b.
- MATERO, Frank G.. The Conservation of Immovable Cultural Property: Ethical and Practical Dilemmas. *Journal of the American Institute for Conservation*, vol. 32, no. 1, 1993.
- _____. *Ethics and policy in conservation*. The GCI newsletter 15, no.1 (2000), pp. 5-9.
- MAYUMI, Lia. Monumento e Autenticidade. A preservação do patrimônio arquitetônico Brasil e no Japão. São Paulo: FAU-USP, 1999. (Tese de doutorado)
- MCCARTHY, Thomas. Reflections on Rationalization in the *Theory of Communicative Action*. In: BERNSTEIN, Richard J. *Habermas and modernity*. Cambridge: Polity, 1991.
- MIGNOLLI, Cuido. NIJKAMP, Peter. Values and effects of local identity preservation: A taxonomie approach. *Faculteit der Economische Wetenschappen en Bedrijfskunde*, 2001. (Tese de doutorado)
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MOHANTY, Satya P. Can our values be objective? On Ethics, Aesthetics, and Progressive Politics. In: *Aesthetics in a Multicultural Age*. New York: Oxford University Press, 2002.
- MORAES, Fernanda Borges de; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. *Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte: Bairro Lagoinha*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto. Uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1987, p.108-122.
- _____. *Urban Heritage: Self-Maintenance and the Role of the State*. In: ZANCHETI, SILVIO (org.). *Conservation and Urban Sustainable Development: a theoretical framework*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1999.
- MUNDY, Simon. *Cultural Policy: a short guide*. Strasbourg: COE, 2000.
- MUNJERI, Dawson. Tangible and Intangible Heritage: from difference to convergence. *Museum International*, vol. 56, no. 1-2, 2004.
- NASSER, Noha. Cultural continuity and meaning of place: sustaining historic cities of the Islamicate World. *Journal of Architectural Conservation*, vol. 9, no. 1, 2003, pp. 74-89.
- NERY, Juliana Cardoso; GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras. *Configurações da metrópole moderna os arranha-céus de Belo Horizonte 1940/1960*. Salvador, 2001. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia.

- NULL, Janet A. Restores, Villains, and Vandals. *APT Bulletin*, vol 17, no. 3/4, 1985, pp. 27-41.
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. Relatório dos exercícios de 1940 e 1941, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Benedicto Valladares Ribeiro, pelo prefeito Juscelino Kubitschek de Oliveira. Belo Horizonte: Oliveira, Costa e Cia, 1942. 147 p.
- OTSUKA, Kazuaki. Historic Monuments of Ancient Nara. *World Heritage Review*, p. 36-47, no. 30, 2003.
- PHILIPPOT, Paul. Restoration from the Perspective fo the Humanities. In: PRICE, Nicholas Stanley; TALLEY JR., M. Kirby; VACCARO, Alessandra Melucco. *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996.
- PANOFSKY, E. The History of Arts as a Humanistic Discipline. In: PRICE, Nicholas Stanley; TALLEY JR., M. Kirby; VACCARO, Alessandra Melucco. *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996.
- PASSOS, Luiz Mauro do Carmo; DUTRA, Eliana Regina de Freitas; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. A metrópole cinqüentenária: fundamentos do saber arquitetônico e imaginário social da cidade de Belo Horizonte (1897-1947). 1996. 309 f. Dissertação (mestrado)
- _____. *Edifícios de apartamentos; Belo Horizonte, 1939-1976: formações e transformações tipológicas na arquitetura da cidade*. Belo Horizonte: AP Cultural, 1998. 170p.
- PEARCE, Susan M. *The Making of Cultural Heritage*. In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta. *Values and Heritage Conservation: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.
- PEDERSEN, Arthur. Involving Stakeholders: The Benefits and Challenges of Public Participation. . In: *Managing Tourism at World Heritage Sites: a Practical Manual for World Heritage Site Managers*. France: UNESCO, 2002.
- PEREIRA RODERS, Ana Rita Gomes Mendes Martins. *Re-Architecture: Lifespan rehabilitation of built heritage*. Eindhoven: Technische Universiteit Eindhoven, 2007. (Tese de doutorado)
- PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela Luciano- *Negociações e Parcerias: a gestão urbana democrático-participativa*. Departamento de Ciência Política da USP, 1999. (Tese de doutoramento)
- _____. *Negociações e parcerias: o desafio da gestão urbana democrático-participativa*. Teoria & Sociedade, Belo Horizonte, v. 6, p. 212-241, 2000.
- _____. *Repensando as relações entre espaço urbano e cidadania*. *Revista Aqui Arquitetura e Cultura*, Belo Horizonte, v. 3, p. 59-61, 2002.
- _____; MACHADO, Luciana Altavilla V. P. *As políticas públicas para a preservação do patrimônio*. *Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*, vol 2, no. 1, 2008, pp. 9-40.
- PESSOA, José Simões de Belmont; INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (BRASIL). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

- PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1979.
- POCOCK, Celmar. Sense matters: aesthetic values of the Great Barrier Reef. *International Journal of Heritage Studies*, vol. 8, no. 4, 2003, pp. 365-381.
- PRICE, Nicholas Stanley; TALLEY JR., M. Kirby; VACCARO, Alessandra Melucco. *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996.
- PROSPER, Lisa. Wherein Lies the Heritage Value? Rethinking the Heritage Value of Cultural Landscapes from an Aboriginal Perspective. *The George Wright Forum*, vol. 24, no. 2, 2007.
- RAMOS, Iolanda Freitas; Fundação Calouste Gulbenkian. *O poder do pó: o pensamento social e político de John Ruskin (1819-1900)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor Fotocomposición, 1999.
- _____. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: Editora da UCG, 2006.
- RODWELL, Dennis. *Approaches to urban conservation in Central and Eastern Europe*. *Journal of architectural Conservation*, Vol.9, No.2, 2003, Pp.22-40.
- RORTY, Richard. Habermas and Lyotard on Postmodernity. In: BERNSTEIN, Richard J. *Habermas and modernity*. Cambridge: Polity, 1991.
- _____. Habermas e Lyotard quanto à pós-modernidade. In: RORTY, Richard. *Ensaio sobre Heidegger e outros*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, pp. 221-236.
- ROWNEY, Barry. *Chartes and Ethics of Conservatin: a cross-cultural perspective*. The University of Adelaide. 2004 (Tese de doutorado)
- RUBINO, Silvana Barbosa. O mapa do Brasil Passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, 1996, pp. 97-105.
- RUGANI, Jurema Marteleto. Conservação do patrimônio no contexto da "cultura especulativa". In: FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema M. *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002, pp. 159-167.
- RUSKIN, John. *The seven lamps of architecture*. London: 1901.
- SAMUELS, Kathryn Lafrenz. Value and significance in archeology. *Archeological Dialogues*, vol. 15, no. 1, 2008, pp. 71-97.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo*. São Paulo: Revista Projeto, nº. 86, abril, 1986.
- SÃO PAULO. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH/SMC, 1991.
- SATTERFIELD, Theresa; A. GREGORY, Robin. Reconciling environmental values and pragmatic choices. *Society and Natural Resources*, vol. 2, 1998.

- SATTERFIELD, Theresa; SLOVIC, Paul.GREGORY, Robin. Narrative valuation in a policy judgment context. *Ecological Economics*, vol. 34, 2000.
- SATTERFIELD, Theresa. In Search of Value Literacy: Suggestions for the Elicitation of Environmental Values. *Environmental Values*, vol. 10, 2001.
- _____. Numbness and Sensitivity in the Elicitation of Environmental Values. In: *Assessing the Values of Cultural Heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.
- SCHOLZ, Roland W; TIETJE, Olaf. *Embedded case study methods: Integrating quantitative and qualitative knowledge*. London: Sage Publications, 2002.
- SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siecle: politica e cultura*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SERAGELDIN, Ismail; STEER, Andrew. *Valuing the Environment*. . Washington, D.C.: The World Bank, 1993.
- SMITH, Barbara Herrnstein. *Contingencies of Value: Alternative Perspectives for Critical Theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- SOUZA, Renato César José de. A arquitetura em Belo Horizonte nas décadas de 40 e 50: utopia e transgressão. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. *A arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, pp. 183-230.
- STOVEL, Herbert. *Approaches to managing the urban transformation of historic cities*. *Revista de cultura = Review of culture: RC no.4 (2002 Oct)*, pp.35-44.
- _____. *Authenticity in conservation decision-making: the world heritage perspective*. *Journal of research in architecture and planning* 3, no. 4 (2004), pp.1-8.
- _____. Effective use of authenticity and integrity as world Heritage qualifying conditions. *City & time*, vol 2, no. 3, 2007.
- TAINTER, Joseph A.; LUCAS, G. John. Epistemology of the Significance Concept. *American Antiquity*, vol. 48, no. 4, 1983.
- TAYLOR, Charles. *The Ethics of authenticity*. Cambridge, Mass.; London: Harvard Univ. Press, 1991.
- TAYLOR, Ken. *Reconciling aesthetic value and social value: dilemmas of interpretation and application*. *APT bulletin*, Vol.30, No.1. 2000, Pp.51-55.
- TEAGUE, Alexandra. *Conservation and social value: Rose Seidler House*. *Journal of architectural conservation*, Vol.7, No.2, 2001, Pp.31-48.
- THE HERITAGE COLLECTIONS COUNCIL. *Significance: A Guide to Assessing the Significance of Cultural Heritage Objects and Collections*. Commonwealth of Australia, 2001.
- THOMSON, Robert Garland. Taking Steps Toward a New Dialogue: An Argument for an Enhanced Critical Discourse in Historic Preservation. *Future Anterior*, vol. 1, no. 1, 2004.
- THROSBY , David. Culture, Economics and Sustainability. *Journal of Cultural Economics*, 19 (1995): 199-206.
- _____. Cultural Capital. *Journal of Cultural Economics*, vol. 23, 1999.

- _____. Conceptualising Heritage as Cultural Capital. . In: Conference Proceedings 200 Heritage Economics: Challenges for heritage conservation and sustainable development in the 21st Century. Canberra: Australian Heritage Commission, 2000.
- _____. Cultural Capital and Sustainability Concepts in the Economics of Cultural Heritage. In: Assessing the Values of Cultural Heritage. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.
- _____. Determining the Value of Cultural Goods: How Much (or How Little) Does Contingent Valuation Tell Us? *Journal of Cultural Economics*, vol. 27, 2003.
- _____. The value of cultural heritage: what can economics tell us? In: Capturing the Public Value of Heritage: The Proceedings of the London Conference. English Heritage, 2006.
- TORRE, Marta de la. AVRAMI, Erica. *Values and Heritage Conservation: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.
- TORRE, MARTA (ed.) *Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.
- TSCHUDI-MADSEN, Stefan. Principles in practice. *APT bulletin*, vol. 17, no. 3/4, 1985.
- TYLER, Norman. *Historic Preservation: na introduction to its history, principles and practice*. New York / London: W. W. Norton & Company, 2000.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. ESCOLA DE ARQUITETURA. *Dossiê de Tombamento do Conjunto IAPI*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- VASCONCELOS, Sylvio. Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais. *Arquitetura e Engenharia*. Belo Horizonte, n. 2, jul/ago, 1946a.
- _____. Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais II. *Arquitetura e Engenharia*. Belo Horizonte, n. 3, nov/dez, 1946b.
- _____. Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais III. *Arquitetura e Engenharia*. Belo Horizonte, n. 4, mai/jun, 1947a.
- _____. Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais IV. *Arquitetura e Engenharia*. Belo Horizonte, n. 5, set/out / 1947b.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Os Valores. In: *Ética*. 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- VIÑAS, Salvador Muñoz. *Teoría contemporánea de la Restauración*. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.
- VIOLETT-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. *Restauração*. Cotia: Atelie, 2000.
- WATERTON, Emma. Whose sense of place? Reconciling archaeological perspectives with community values: cultural landscapes in England. *International Journal of Heritage Studies*, vol. 11, no. 4, 2005, pp. 309-325.
- WELLMER, Albrecht. Reason, Utopia, and the *Dialectic fo Enlightenment*. In: BERNSTEIN, Richard J. *Habermas and modernity*. Cambridge: Polity, 1991.
- WORLD HERITAGE CENTRE. Identification and Documentation of Identification and Documentation of Modern Heritage. *World Heritage papers*, vol. 5, 2003.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3 ed. São Paulo: Bookman, 2005.

ZANCHETI, Silvio Mendes; JOKILEHTO, Jukka. Values and Urban Conservation Planning: Some Reflections on Principles and Definitions. *Journal of Architectural Conservation*, nº. 1, vol. 3, Março, 1997, p.37-51.

_____; LACERDA, Norma. *Urban Sustainable Development: a Theoretical Challenge*. In: ZANCHETI, SILVIO (org.). *Conservation and Urban Sustainable Development: a theoretical framework*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1999.

_____. Development versus urban conservation in Recife: a problem of governance and public management. *City & Time*, 1 (3): 2, 2005. Acesso em: 10 out 2006. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org>.

ZEIN, Ruth Verde; DI MARCO, Anita Regina. Paradoxos do valor artístico e a definição de critérios de preservação na arquitetura, inclusive moderna. *Arquitextos*, no. 098, jul 2008.

Artigos de jornais

AMEAÇA de fechamento de mercados preocupa comerciantes da Capital. *Assembléia Informa*, Belo Horizonte, 11 mai 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.

AMEAÇA de fechamento de mercados preocupa comerciantes. *Notícias - Assembleia Legislativa de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 mai 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.

ANDRADE, Cristiana. Conjunto IAPI vai ser revitalizado. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26, jan., 2000. Caderno Gerais/Urbanismo. p. 30.

_____. Lagoinha, o complexo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 jan 1998. Gerais, Urbanismo, p. 26-27.

_____. Morador aponta abandono. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 8 abr 2004. Gerais, p. 18.

ARAGÃO, Guilherme. Guarda Municipal fora de Santa Tereza. *Estado de Minas*, Gerais, Belo Horizonte, 12 set 2007. Disponível em: <http://www.estaminas.com.br/em.html>. Acesso em: 10 out 2007.

_____. Prefeitura inicia obras no IAPI. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 11, jan., 2000. Caderno Gerais/Administração/Política. p. 23.

ARANHA, Patrícia. Riqueza de recortes e espaços maltratados. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 26, jul., 1994.

BANCADA do PT quer saber sobre futuro dos mercados distritais de Santa Tereza e do Cruzeiro. *Notícias da Câmara*, Belo Horizonte, 2 abr 2007. Disponível em: <http://www.cmbh.mg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.

BARRETO, Plínio. Lagoinha, ontem, hoje e sempre. *Estado de Minas*, Belo Horizonte 25 fev 1995. Segunda Seção, p. 7.

- BEZERRA, Joni Nery. Triste decadência do mercado de Santa Tereza. Estado de Minas, Gerais, Belo Horizonte, 25 mar 2002. Disponível em: [http:// www.estaminas.com.br/em.html](http://www.estaminas.com.br/em.html). Acesso em: 25 out 2007.
- BRAGA, Ernesto. Lagoinha se torna bairro de excluídos: Casarões descuidados dão ar de abandono ao local e atraem moradores de rua e mendigos. O Tempo, Belo Horizonte 6 jan 2006. Cidades, p. B3.
- CÉLIA, Maria. Cem anos de história dos Vaz de Mello. Hoje em Dia, Belo Horizonte 07 set 1997. Minas, p. 11.
- _____. Obras que mudaram o retrato da cidade. Hoje em Dia, Belo Horizonte 16 jun 1997. Minas, p. 11.
- CLEVES, José. Lagoinha perde casarões e uma memória de vida. Estado de Minas, Belo Horizonte 31 jul 1995. Cidades.
- COLÔNIA Italiana reúne 1.500 pessoas na festa da Lagoinha. Hoje em Dia, Belo Horizonte 27 out 1997.
- COMEÇA conclusão de obra da Lagoinha. Jornal Horizonte Aberto, Belo Horizonte jul 1995. p. 4-5.
- COMISSÃO discute fechamento de mercados do Cruzeiro e Santa Tereza. Notícias - Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte, 3 jul 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.
- COMISSÃO visita mercados distritais dos bairros de Santa Tereza e Cruzeiro. Assembléia Informa, Belo Horizonte, 11 mai 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.
- COMUNIDADE da Lagoinha obtém primeira vitória. Hoje em Dia, Belo Horizonte 19 mai 1994. p. 14.
- COMUNIDADE festeja projeto de revitalização. Diário da Tarde, Belo Horizonte 15 abr 1994. p. 12.
- CONJUNTO IAPI será pintado em nove cores. *SME Notícias*. Belo Horizonte, abr., 1997. Caderno Cidade. p. 11.
- CRISTIE, Ellen. Abandono volta a rondar a Lagoinha: . Estado de Minas, Belo Horizonte. 12 mar 1998. Gerais, Urbanismo, p. 34.
- DEPUTADOS criticam ocupação de mercado distrital pela PBH. Notícias - Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte, 5 jul 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.
- FERREIRA, Pedro. Destino permanece indefinido. Estado de Minas, Gerais, Belo Horizonte, 19 dez 2006. Disponível em: [http:// www.estaminas.com.br/em.html](http://www.estaminas.com.br/em.html). Acesso em: 10 out 2007.
- FUTURO do mercado distrital de Santa Tereza: Vereadora Neusinha Santos disse que o prefeito Fernando Pimentel vai conversar com comissão de moradores. Notícias da Câmara, Belo Horizonte, 20 out 2007. Disponível em: <http://www.cmbh.mg.gov.br>. Acesso em: 10 out 2007.

- GOÉS, Luis. Notas cronológicas do bairro Santa Tereza. Belo Horizonte: ED. Luis Goés, 2001. Monografia
- _____. Bairro de Santa Theresa: formação e historia: 1900 a 1960. Belo Horizonte, 19--? Monografia
- GUIMARÃES, Elian. IAPI de cara nova. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 03, jan., 2006. Caderno Gerais. p. 30.
- HORA da verdade para o mercado. Estado de Minas, Gerais, Belo Horizonte, 18 ago 2007. Disponível em: [http:// www.estaminas.com.br/em.html](http://www.estaminas.com.br/em.html). Acesso em: 10 out 2007.
- JACINTO, Vanessa. A autêntica face boêmia da cidade: A nostalgia de um bairro que vê desaparecer a sua identidade com as transformações urbanas de Belo Horizonte, Estado de Minas, Belo Horizonte 14 dez 2000. Gerais, Especial, p. 38.
- JANUZZI, Déa. Lagoinha agora é só uma doce lembrança no coração dos boêmios. Estado de Minas, Belo Horizonte 13 jul 1990.
- LAGOINHA, memória e futuro: Projeto da PBH revitaliza área histórica e tradicional. Jornal PBH, Belo Horizonte jul 1994. p. 6.
- LAPORTE, Sílvia Helena. Lagoinha mostra força da comunidade: Projeto de revitalização recebe grande prêmio de urbanismo no Congresso Brasileiro de Arquitetos. Estado de Minas, Belo Horizonte 10 nov 1997. Espetáculo, p. 5.
- LINHARES, Carla Leandra. Moradores protestam: abandono volta a rondar a Lagoinha. Uni-BH, Belo Horizonte fev 2000. 3º Caderno, p. 3.
- LOBATO, Paulo Henrique. Em defesa da revitalização. Estado de Minas, Gerais, Belo Horizonte, 20 ago 2007. Disponível em: [http:// www.estaminas.com.br/em.html](http://www.estaminas.com.br/em.html). Acesso em: 10 out 2007.
- _____. Mudança investigada: Proposta de transformar Mercado de Santa Teresa em quartel da Guarda Municipal será analisada pelo Ministério Público. Estado de Minas, Gerais, Belo Horizonte, 5 abr 2007. Disponível em: [http:// www.estaminas.com.br/em.html](http://www.estaminas.com.br/em.html). Acesso em: 10 out 2007.
- LUZ, Jalmelice. Esperança de recuperação para o IAPI. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 6, set, 1992. Caderno Cidades.
- _____. Uma parte das histórias de BH está no IAPI. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 23 jul 1995. p. 35.
- MAGIOLI, Ailton. Italianófilo: Boêmio, bairro de Santa Teresa abriga várias casas e restaurantes de massas. Estado de Minas, Matéria de Capa, Belo Horizonte, 29 out 2007. Disponível em: [http:// www.estaminas.com.br/em.html](http://www.estaminas.com.br/em.html). Acesso em: 10 out 2007.
- _____. Charme do mercado. Estado de Minas, Matéria de Capa, Belo Horizonte, 26 ago 2004. Disponível em: [http:// www.estaminas.com.br/em.html](http://www.estaminas.com.br/em.html). Acesso em: 10 out 2007.
- _____. Felicidade mora aqui. Estado de Minas, Matéria de Capa, Belo Horizonte, 30 jan 2004. Disponível em: [http:// www.estaminas.com.br/em.html](http://www.estaminas.com.br/em.html). Acesso em: 10 out 2007.
- _____. Parada Obrigatória: Alto Dos Piolhos tem a maior concentração de bares da região de Santa Teresa. Estado de Minas, Matéria de Capa, Belo Horizonte, 30 jun 2006. Disponível em: [http:// www.estaminas.com.br/em.html](http://www.estaminas.com.br/em.html). Acesso em: 10 out 2007.

- MARTINS, Celso. Justiça analisa retirada da Guarda Municipal do Mercado de Santa Tereza. *O Tempo*, Belo Horizonte, 10 jul 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.
- MARTINS, Eugênio. Guarda volta a ocupar o Mercado de Santa Tereza. *Hoje em Dia*, Minas, Belo Horizonte, 15 set 2007. Disponível em: <http://www.estaminas.com.br/em.html>. Acesso em: 10 out 2007.
- MELLO, Marlene Silva. A Lagoinha de 1950. *Estado de Minas*, Belo Horizonte 18 ago 2001. Gerais, p. 21.
- MELO, Bianca. Prefeitura manda fechar o mercado de Santa Tereza. *O Tempo*, Belo Horizonte, 6 jul 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.
- MEMÓRIA e renascimento das ruas: Preservação do conjunto arquitetônico e das tradições locais permite recuperação da qualidade de vida. *Estado de Minas*, Belo Horizonte 16 jun 1997. Espetáculo, p. 5.
- MERCADINHO, primeira etapa para revitalização da Lagoinha. *Estado de Minas*, Belo Horizonte 18 abr 1994. Cidades, p. 19.
- MORADORES da Itapecerica desafiam prefeitura: . *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 30 set 1994. Minas, p. 17.
- MORADORES da Lagoinha fazem protesto hoje. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte 4 mai 1994. Minas, p. 15.
- MORADORES do IAPI protestam contra a retirada de árvores do conjunto. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 13, jan., 1996. p. 24.
- MORADORES protestam contra desapropriação. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte 5 mai 1994. Minas, p. 13.
- PARLAMENTARES criticam ocupação do Mercado Distrital de Santa Tereza. *Assembléia Informa*, Belo Horizonte, 6 jul 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.
- PATRIMÔNIO Cultural pode ter semana comemorativa. *Assembléia Informa*, Belo Horizonte, 18 jul 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.
- PBH quer envolver morador para revitalizar a Lagoinha. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte 18 jun 1997.
- PINHEIRO, Maricélia. Projeto premiado da Lagoinha está parado. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte 26 nov 1997. Minas, p. 5.
- _____. Revitalização do IAPI ganha novo fôlego: Prefeitura e moradores retomam discussões para reforma do mais antigo conjunto de BH. *Hoje em Dia*. Belo Horizonte, 07, mai., 1997. Caderno Minas. p. 02.
- PROJETO cria Semana de Defesa do Patrimônio Cultural. *Notícias - Assembleia Legislativa de Minas Gerais*, Belo Horizonte, XXXX 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.
- PROJETO de tombamento procura salvar mercados distritais em Belo Horizonte. *Assembléia Informa*, Belo Horizonte, 26 abr 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.

- PROJETO quer revitalizar velha Lagoinha. *Hoje em dia*, Belo Horizonte 16 ago 1995. p. 17.
- PROJETO resgata tradição da Lagoinha. *Estado de Minas*, Belo Horizonte 27 mai 1994. p. 3.
- PROJETO sobre mercados distritais passa pela Comissão de Cultura. Notícias - Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte, 12 jul 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.
- PROPOSTA sobre mercados distritais passa pela CCJ. Notícias - Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte, 17 jul 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.
- QUEIRÓS, Márcia. Vereador defende tombamento do Conjunto IAPI. *Jornal Hoje em Dia*. Belo Horizonte, 04, mar., 1995.
- RESENDE, Elaine. Conjunto de problemas: Construção que chegou a ser apontada como cartão-postal de BH, IAPI faz 58 anos em meio à degradação e insegurança. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 02, mar., 2006. Caderno Gerais. p. 19.
- REZENDE, Cláudia. Plebiscito derrota fim de mercado em BH. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 20 ago 2007. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.
- SCAPOLATEMPORE, Renato. IAPI foi o primeiro conjunto habitacional. *Hoje em Dia*. Belo Horizonte, 12 out 1997. Caderno Minas. p. 11.
- VEIGA, Igor. Comerciantes recolhem pretences do mercado de Santa Tereza. *O Tempo*, Belo Horizonte, 10 jul 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 10 out 2007.
- WERNECK, Gustavo. Só tombamento salva IAPI. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 26 mar 2007. Caderno Gerais. p. 22.